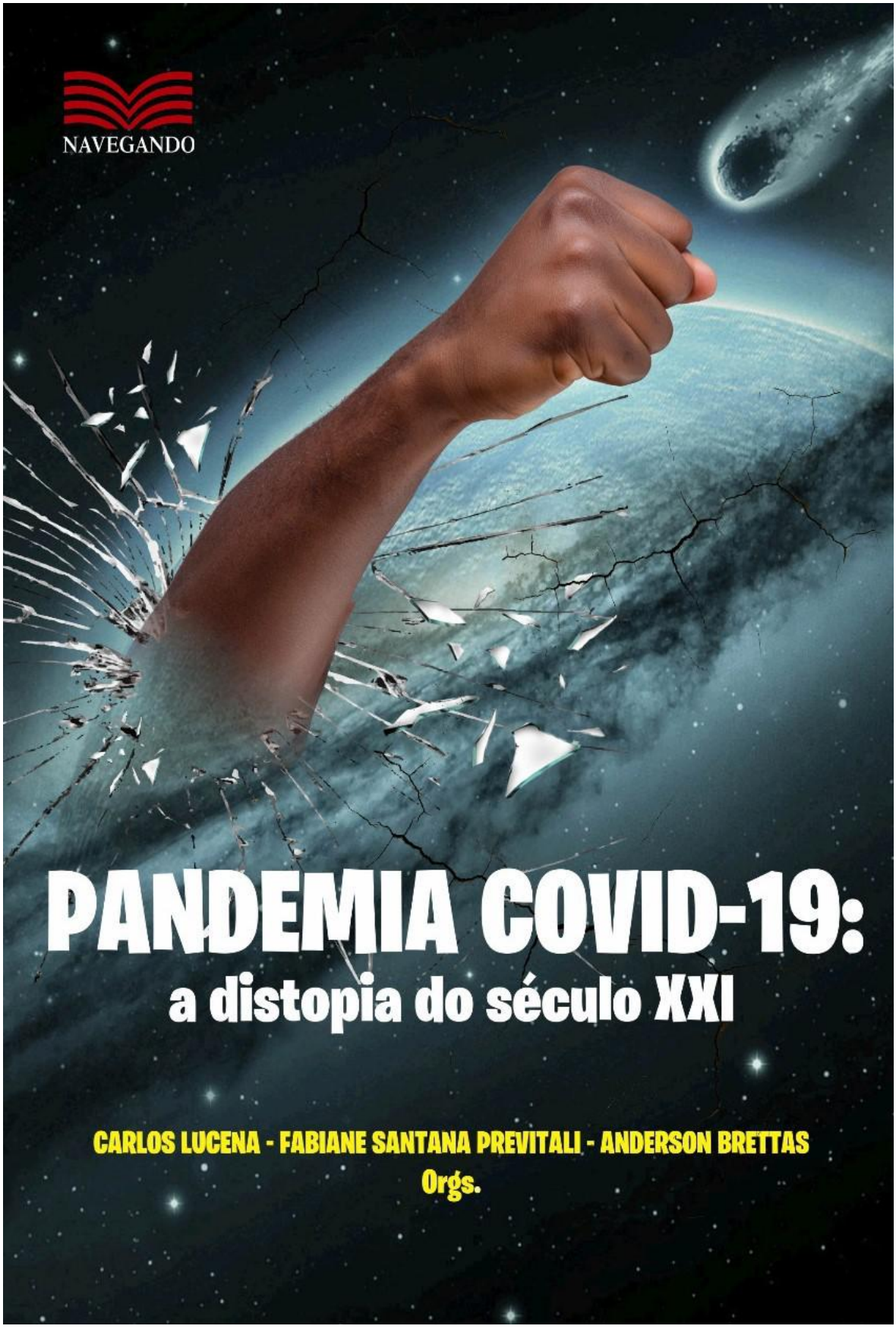

NAVEGANDO
PANDEMIA COVID-19:
a distopia do século XXI
CARLOS LUCENA - FABIANE SANTANA PREVITALI - ANDERSON BRETTAS
Orgs.

PANDEMIA COVID-19:
a distopia do século XXI

Carlos Lucena
Fabiane Santana Previtali
Anderson Brettas
Organizadores

PANDEMIA COVID-19: A DISTOPIA DO SÉCULO XXI

1ª Edição Eletrônica

Uberlândia / Minas Gerais
Navegando Publicações
2020

Navegando Publicações

NAVEGANDO

www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com
Uberlândia – MG,
Brasil

Copyright © by autor, 2020.

P1893 – Lucena, Carlos; Previtali, Fabiane; Brettas, Anderson (Orgs.). Pandemia Covid-19: a distopia do século XXI. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

ISBN: 978-65-86678-07-9
10.29388/978-65-86678-07-9-0

Vários autores

1. Covid-19 2. Processos Sociais. II. Navegando Publicações. Título.

CDD – 303
CDU – 303.485

Revisão: Lurdes Lucena
Capa: Eduardo Fernandes
Diagramação: Lurdes Lucena

Índice para catálogo sistemático

Processos Sociais 303

Navegando Publicações

www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com
Uberlândia – MG
Brasil

Editores

Carlos Lucena – UFU, Brasil
José Claudinei Lombardi – Unicamp, Brasil
José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU, Brasil

Conselho Editorial Multidisciplinar

Pesquisadores Nacionais

Afrânio Mendes Catani – USP – Brasil
Anselmo Alencar Colares – UFOPA – Brasil
Carlos Lucena – UFU – Brasil
Carlos Henrique de Carvalho – UFU, Brasil
Cílson César Fagiani – Uniube – Brasil
Dermeval Saviani – Unicamp – Brasil
Elmiro Santos Resende – UFU – Brasil
Fabiane Santana Previtali – UFU, Brasil
Gilberto Luiz Alves – UFMS – Brasil
Inez Stampa – PUCRJ – Brasil
João dos Reis Silva Júnior – UFSCar – Brasil
José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU – Brasil
José Claudinei Lombardi – Unicamp – Brasil
José Luis Sanfelice – Unicamp – Brasil
Larissa Dahmer Pereira – UFF – Brasil
Lívia Diana Rocha Magalhães – UESB – Brasil
Mara Regina Martins Jacomeli – Unicamp, Brasil
Maria J. A. Rosário – UFPA – Brasil
Newton Antonio Paciulli Bryan – Unicamp, Brasil
Paulino José Orso – Unioeste – Brasil
Ricardo Antunes – Unicamp, Brasil
Robson Luiz de França – UFU, Brasil
Tatiana Dahmer Pereira – UFF - Brasil
Valdemar Sguissardi – UFSCar – (Apos.) – Brasil
Valéria Forti – UERJ – Brasil
Yolanda Guerra – UFRJ – Brasil

Pesquisadores Internacionais

Alberto L. Bialakowsky – Universidad de Buenos Aires – Argentina.
Alcina Maria de Castro Martins – (I.S.M.T.), Coimbra – Portugal
Alexander Steffanell – Lee University – EUA
Ángela A. Fernández – Univ. Aut. de St. Domingo – Rep. Dominicana
Antonino Vidal Ortega – Pont. Un. Cat. M. y Me –, Rep. Dominicana
Carolina Crisorio – Universidad de Buenos Aires – Argentina
Christian Cwik – Un. of the W. I., St.Augustine – Trinidad & Tobago
Christian Hausser – Universidad de Talca – Chile
Daniel Schugurensky – Arizona State University – EUA
Elizet Payne Iglesias – Universidad de Costa Rica – Costa Rica
Elsa Capron – Université de Nimés / Univ. de la Reunión – France
Elvira Aballi Morell – Vanderbilt University – EUA.
Fernando Camacho Padilla – Univ. Autónoma de Madrid – Espanha
Francisco Javier Maza Avila – Universidad de Cartagena – Colômbia
Hernán Venegas Delgado – Univ. Autónoma de Coahuila – México
Iside Gjergji – Universidade de Coimbra – Portugal
Iván Sánchez – Universidad del Magdalena –Colômbia
Johanna von Grafenstein, Instituto Mora – México
Lionel Muñoz Paz, Universidad Central de Venezuela – Venezuela
Jorge Enrique Elías-Caro – Universidad del Magdalena – Colômbia
José Jesus Borjón Nieto – El Colégio de Vera Cruz – México
José Luis de los Reyes – Universidad Autónoma de Madrid – Espanha
Juan Marchena Fernandez – Universidad Pablo de Olavide – Espanha
Juan Paz y Miño Cepeda, Pont. Univ. Católica del Ecuador – Equador
Michael Zeuske – Universität Zu Köln – Alemanha
Miguel Perez – Universidade Nova Lisboa – Portugal
Raul Roman Romero – Univ. Nacional de Colombia – Colômbia
Ronny Viales Hurtado – Universidad de Costa Rica – Costa Rica
Rosana de Matos Silveira Santos – Universidad de Granada – Espanha
Rosario Marquez Macias, Universidad de Huelva – Espanha
Sérgio Guerra Vilaboy – Universidad de la Habana – Cuba
Silvia Mancini – Université de Lausanne – Suíça
Teresa Medina – Universidade do Minho – Portugal
Tristan MacCoaw – Universit of London – Inglaterra
Victor-Jacinto Flecha – Univ. Cat. N. Señora de la Asunción – Paraguai
Yoel Cordoví Núñes – Instituto de História de Cuba v Cuba

SUMÁRIO

Apresentação 11

Introdução: A Pandemia e o desafio dos sindicatos 19
Ricardo Antunes - Caroline Oliveira

Parte I - O Covid-19 no Brasil 27

Um dia de reflexões em confinamento 29
Antonio Carlos Lopes Petean

A vida sob a pandemia: vivendo e aprendendo a jogar; nem sempre ganhando 35
Afrânio Mendes Catani

A Covid-19 no pior dos mundos: Brasil: 2020. 53
Sérgio Paulo Morais

Imigração: as verdades reveladas pela pandemia e os gargalos estruturais de acesso a direitos na cidade de São Paulo 65
Patrícia Villen - Sávia Cordeiro

Capitalismo, covid-19 e a crise econômica: ruína ou revolução. 83
Fábio Coltro

"Heróis" por necessidade: entregadores por aplicativos em tempos de covid-19 97
Marco Gonsales - Felipe Moda - André Accorsi

A tragédia nossa de cada dia: a crise sanitária e seus simbolismos 111
Luci Praun

Trabalho e educação sob o corona vírus no Brasil 123
Fabiane Santana Previtali - Cílson César Fagiani

Entre parasitas e heróis: o congelamento salarial, das promoções e contratações no serviço público brasileiro sob a pandemia de Covid-19 137
Geraldo Augusto Pinto

A naturalização da precarização e flexibilização da legislação trabalhista brasileira: de emergência na pandemia 159
Robson Luiz de França

Notas preliminares sobre o terraplanismo e o Covid-19 175
Carlos Lucena - Lurdes Lucena

Parte II - O Covid-19 na América Latina e Europa 189

Contra el "enemigo invisible": ¿quedarse en casa? ¿y después? 191
Soledad Nión Celio - Agustín Juncal Pérez

Estudiantes, confiamos en su sed de saber (¿o no?) 203
Judith Nardof

Ecuador: modelo empresarial y pandemia 207
Juan J. Paz-y-Miño Cepeda

Los pueblos indígenas de la sierra nevada de santa marta: entre la pandemia (covid-19) y la presencia de los grupos armados ilegales, tipo paramilitar, en el departamento del magdalena – colombia- 221
Lerber Dimas

Ejemplos de conjuntos de medidas y estrategias de resolución de crisis pandémicas en europa y las américas 241
Christian Cwik - Stefan Rabitsch - Mark Stieger - Martin Gabriel

Sobre os autores 267

APRESENTAÇÃO*

Nos últimos meses a crise humanitária mundial aberta pela disseminação do Covid-19 parece estar produzindo um novo consenso, qual seja: a descrença no progresso sob as bases do neoliberalismo. As teses em defesa do mercado e do Estado Mínimo o qual gere a sociedade a partir da referência empresarial, "fazer mais com menos", numa clara alusão à redução de custos e aumento dos ganhos parecem estar caindo por terra. Parece haver o reconhecimento de que o mercado não é capaz de apresentar encaminhamentos coordenados que reúnam esforços humanos e recursos financeiros para salvar vidas. E, mais, ao que tudo indica, a gestão *just-in-time* da esfera pública foi fundamental para o agravo da crise pandêmica, sobre a qual especialistas já estavam alertando há algum tempo (GPMB, 2020).

Enquanto a China promoveu uma ação rápida e coordenada envolvendo testes massivos e isolamentos, os governos de países ocidentais como Itália, Espanha e Inglaterra optaram pelo descaso e pela negligência e, ante ao número crescente de óbitos, começaram a reinvestir e reestruturar novamente seus sistemas de saúde públicos, há tempos sendo corroídos por terceirizações e falta de investimentos. Suécia e Estados Unidos seguem negligenciando ações efetivas de isolamento e assiste-se a uma brutal mortandade pessoas, em especial, aquelas pertencentes à classe-que-vive-do-trabalho e nesta, os negros, dado a chaga do racismo estrutural, as mulheres, mais exploradas nas atividades domésticas e de cuidados, e os imigrantes morrem mais.

De fato, se o coronavirus é letal a todos e todas, na sociedade de classes, em particular nos países latinoamericanos, onde a "civilização" teve início com o extermínio das populações autóctones e a exploração foi desde sempre (ANTUNES, 2011), a morte atinge sobremaneira os extratos mais precarizados da classe trabalhadora, obrigada a escolher entre o trabalho informal, mediado por aplicativos (apps)

*DOI – 10.29388/978-65-86678-07-9-0-f.11-18

das plataformas digitais, sem direitos e *full time* para o capital, ou morrer de fome em isolamento.

Importa dizer que na América Latina, historicamente, as elites nacionais voltam-se contra seu povo, a favor de suas antigas metrópoles, para assim manter seus privilégios e auferir ganhos de capital num processo de globalização marcado por uma divisão internacional do trabalho desigual, subordinada, mas visceralmente combinada, onde o Estado pratica sistemática (des)regulamentações do trabalho e quanto ao uso do meio ambiente, a fim de facilitar a acumulação por espoliação (HARVEY, 2010) promovida pelas cadeias de commodities globais.

Este livro tem o intuito problematizar a vida sob a pandemia em países da América Latina e Europa, continente do labor, conforme Antunes (2011), nomeadamente, Brasil, Argentina, Colômbia, Equador e Uruguai onde o vírus letal atinge uma massa de trabalhadores e trabalhadoras imersos numa longa história de superexploração e opressão, agravada pela destruição dos direitos sociais sob governos recentes de matiz neoliberal predatória como é caso da Argentina sob Macri (2015-2019), do Brasil, desde o golpe parlamentar que conduziu Temer (2016-2018) ao poder e tem a sua frente, agora, o governo de despojo de Jair Bolsonaro, e do Uruguai, que após anos de governos de coalisão de esquerda, experimenta o retorno da direita sob o governo de Luis Lacalle.

O livro está organizado em dezesseis capítulos divididos em duas partes interligadas expressas pelos desdobramentos do coronavirus no Brasil e na América Latina e Europa, além da Introdução concernente a uma bela entrevista de Ricardo Antunes e que nos foi por ele gentilmente concedida.

A primeira parte é denominada como "*O Covid-19 no Brasil*", Antonio Carlos Lopes Petean, no primeiro capítulo é de que nos brinda com uma crônica de um professor universitário em confinamento em tempo de pandemia no Brasil, expondo suas dúvidas e seus anseios.

O segundo capítulo, também uma crônica, de Afrânio Mendes Catani, busca com muita leveza e senso de humor, refletir sobre a vida em isolamento em São Paulo, seus enfrentamentos e angústias.

Sérgio Paulo Morais apresenta o terceiro capítulo e constrói, a partir de notícias postas em diferentes canais de imprensa, em sua maioria, comercial, aspectos da Covid-19 no Brasil, acentuando as atitudes contrárias ao isolamento social propostas pelo Presidente da República. Em seguida o autor propõe reflexões sobre a saúde pública, o trabalho no contexto da crise sanitária e econômica e as atitudes desprezíveis de uma classe média que se diz liberal, porém, em função da pandemia, se revela malthusiana e, por fim, mapeia algumas tendências do que poderá ocorrer após o surto do Corona, caso não ocorra um acirramento da luta de classes por parte dos trabalhadores.

Patrícia Villen e Sávia Cordeiro, problematizam, no quarto capítulo, a partir da identificação da situação enfrentada por imigrantes e refugiados no contexto internacional e no Brasil – particularmente no município de São Paulo –, algumas "verdades da imigração" que se revelam no âmbito da crise provocada pela Covid-19. Além de evidenciar situações muito parecidas em diferentes partes do globo, que nos ajudam a entender as tendências gerais colocadas aos imigrantes e refugiados – em especial ao trabalhador imigrante –, também oferecem um registro histórico das demandas desse grupo social na cidade de São Paulo e uma análise dos gargalos estruturais para responder às urgências dessa população, acentuadas pelo atual contexto.

No quinto capítulo, Fabio Coltro nos descortina a construção do meio ambiente como um terreno exógeno e objetificável, que vem de longe, com base no progresso humano, apoiado no conhecimento científico, baseado no controle e no domínio da natureza. Esse dualismo (Sociedade vs Natureza) viria a ser a percepção segundo a qual os seres humanos representariam a civilização, enquanto a natureza estaria em outro campo diferenciado, na natureza, onde os logotipos da racionalidade humana deveriam ser estendidos sobre os indomáveis. Deste modo o texto ilustra, através das discussões de Jason W. Moore,

Kohei Saito e John Bellamy Foster, as interpretações de Marx sobre a questão ecológica. Moore apresenta sua visão da "natureza barata" onde o capitalismo sempre busca lucro com o trabalho não-remunerado da natureza, apropriado pelo capital, Foster discute a ideia da fenda metabólica entre a sociedade e natureza como indicador da atual crise sistêmica e Saito nos ilumina com a nova interpretação de escritos ainda pouco conhecidos de Marx que demonstram sua preocupação ambiental ainda na construção de sua obra seminal "O Capital" e como essas discussões apresentam o cenário onde só será possível a ruína ou a revolução.

No sexto capítulo da obra, Marco Gonsales, Felipe Moda e André Accorsi apresentam resultados parciais de uma pesquisa realizada com entregadores e entregadoras por aplicativos sobre as condições do trabalho, por eles e elas exercidos, em tempos de pandemia e consequente isolamento social. Até o momento, foi aplicado presencialmente e remotamente, um questionário composto por 10 perguntas fechadas em escala Likert com 36 entregadores e entregadoras por aplicativos da cidade de São Paulo, entre os dias 8 e 23 de abril (18 dias após o Estado de São Paulo entrar em quarentena). Os autores alertam que amostra não é representativa do universo dos entregadores e entregadoras por aplicativos, mas é importante para indicar tendências e abrir caminhos para pesquisas mais robustas. Os resultados apresentados fazem parte de uma pesquisa comparativa sobre as condições de trabalho dos entregadores e entregadoras da cidade de São Paulo e da Cidade do México.

Luci Praun, no sétimo capítulo, "sem a pretensão de tratar sobre o conjunto de questões e dimensões implicadas na disseminação da COVID-19 no Brasil", busca destacar cinco imagens recentes. Segundo a autora, estas, ao expressarem de diferentes formas aspectos do avanço da crise sanitária no Brasil, convertem-se em pontos de apoio para reflexões sobre a pandemia, permitindo também salientar as singularidades de nossa trajetória como país e como estas fornecem à crise local contornos particularizados.

No oitavo capítulo Fabiane Santana Previtali e Cílson Cesar Fagiani problematizam o avanço da precarização do trabalho e da educação escolar básica sob a pandemia, argumentado que a gestão *just-in-time* na esfera pública, em especial na saúde e na educação, com redução de investimentos e terceirizações, impõe a morte aos extratos mais vulneráveis da classe trabalhadora não por fatalidade, mas por descaso.

Geraldo Pinto escreve o nono capítulo o qual tem por objetivo analisar o Projeto de Lei Complementar n. 39 de 2020 para além dos objetivos para os quais foi idealizado e veiculado, ou seja, como um plano de auxílio da União aos estados e municípios no enfrentamento da pandemia do Covid-19 (buscando suprir o déficit tributário resultante da recessão causada pelas medidas de isolamento, somada à necessária ampliação de gastos na saúde pública). Segundo o autor, por meio de um resgate de reportagens da imprensa e de documentos públicos, o objetivo é demonstrar que o PLP 39/2020 (posteriormente sancionado como Lei Complementar n. 173), tendo como um dos seus eixos o ataque às condições de trabalho dos/as servidores/as públicos/as, transcende (aproveitando-se das exceções) o período de pandemia de covid-19 e leva adiante uma agenda de reforma do Estado que já vinha sendo encaminhada pelo governo Bolsonaro meses antes, como parte do Plano Mais Brasil. Tal agenda tem como horizonte aprofundar o ajuste fiscal e fragilizar a capacidade do Estado de prover serviços públicos básicos, arrastando a sociedade a aceitar a privatização. Para o autor, o ataque às condições de trabalho dos/as servidores/as – difamados/as como "parasitas" pelo Ministro da Economia – é, conforme evidencia a análise, uma estratégia constante dessa reforma, encontrando-se já presente em duas das propostas de emenda à Constituição (PEC) que constituem o Plano Mais Brasil, sendo retomada como um dos eixos do PLP 39/2020.

O décimo capítulo foi escrito por Robson França apresenta a naturalização da precarização do trabalho e flexibilização da legislação trabalhista no Brasil no cenário do Covid-19. Aponta que a Pandemia da Covid-19 no Brasil legitimou a desregulamentação flexibilização e

desmonte tanto da estrutura geral de proteção ao trabalhador como também de diversos direitos sociais a partir de uma agenda neoliberal que teve seu início marcadamente em 2016.

No décimo primeiro capítulo, Carlos Lucena e Lurdes Lucena problematizam o negativismo científico como expressão de negação dos impactos do coronavirus no país. Demonstra como correntes de pensamento desprovidas de cientificidade, dando ênfase aos pressupostos do terraplanismo, materializam concepções que visam justificar a morte e adoecimento de milhares de pessoas no Brasil e nos Estados Unidos.

A parte II intitulada "*O Covid-19 na América Latina e Europa*" recupera os desdobramentos do covid-19 através de relatos e reflexões nos continentes em questão. É assim que o décimo segundo capítulo, de autoria de Soledad Nión Celio e Agustín Juncal Pérez nos traz um panorama da situação da pandemia no Uruguai. Segundo os autores, em 11 de março de 2020, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a situação do Covid-19 como uma pandemia - presente em 114 países e mais de 100.000 pessoas afetadas no mundo - o Uruguai não registrou casos e estava na segunda semana de um novo governo. No entanto, a situação mudou radicalmente em poucas horas: entre sexta-feira 13 e segunda-feira 16 de março, foram identificados 29 casos e as primeiras medidas foram tomadas para fechar as fronteiras aéreas, terrestres e marítimas, mantendo o lema "fique em casa" e o apelo ao distanciamento social.

O décimo terceiro capítulo é de Judith Nardof e analisa o papel da educação escolar, a partir da realidade argentina, na ordenação da vida das famílias, na a preparação para a cidadania (função política) e para o mundo do trabalho (função econômica) e seus reordenamentos em função da pandemia.

Juan J. Paz-y-Miño em o décimo quarto capítulo intitulado "Cepeda em Ecuador: modelo empresarial y pandemia" demonstra os desdobramentos do coronavirus no Equador. Analisa a evolução da política nacional deste país, apontando como a intervenção internacio-

nal e o crescente modelo empresarial de gestão governamental em curso no Equador precariza as condições de existencia no país.

O décimo quinto capítulo de autoria de Lerber Dimas faz referencia analisa as comunidades indígenas de Sierra Nevada de Santa Marte no norte da Colombia. Demonstra a complexidade do livre desenvolvimento e autonomia dos povos indígenas da região em estudo, tendo como destaque os dedobramentos da pandemia do Covid-19 e os mecanismos de sujeição a que são submetidos em virtude de atores armados ilegais paramilitares em seus territórios.

Finalmente, no décimo sexto e último capítulo, Christian Cwik, Stefan Rabitsch, Mark Stieger e Martin Gabriel examinam o manejo de processos endêmicos na Europa e nas Américas nos séculos XVII e XVIII. Realizam uma análise comparativa da atual crise do Covid-19 em nível global não requer apenas respostas nacionais, mas sim a constituição de uma cooperação internacional como forma de possível resolução da pandemia.

Se, por um lado, vivencia-se a degradação da sociabilidade humana sob os imperativos do capital, paradoxalmente, a vida sob a pandemia repõe em causa um debate que já parecia estar morto e enterrado: a construção da sociabilidade para além do capitalismo, fundada na primazia da vida humana e da natureza, enquanto metabolismo societal mediado pelo trabalho criador de coisas úteis, como já dizia Marx. Nesse sentido, pode ser observada a (re)criação de novas lutas e novos laços de solidariedade que trazem consigo a percepção de a vida sob o capitalismo é destrutiva. Coloca-se em questão a urgência daquilo que Ricardo Antunes tem chamado de "um novo modo de vida" que recupere e preserve a relação simbiótica entre ser social e natureza de maneira efetivamente sustentável, passando, portanto, pela negação dos determinantes estruturais do capital: trabalho explorado, globalização predatória e Estado neoliberal. Como destaca Antunes (2020, p. 507):

> [...] esse novo empreendimento social, para além dos constrangimentos do capital, somente poderá resultar das lutas da classe traba-

> lhadora, dos movimentos sociais das periferias, das comunidades indígenas, do movimento negro, da juventude, da revolução feminista global em curso, articulando as lutas contra a opressão masculina e também contra as múltiplas formas da dominação e de exploração do capital.

A Terra é redonda e por si só se move. E a luta dos trabalhadores e trabalhadores continua!

Boa leitura a todos e todas, fiquem em casa, se puderem.

Referencias

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus** (Pandemia Capital). Boitempo Editorial. Edição do Kindle. 2020.

_____. **O Continente do Labor**. São Paulo: Boitempo. 2011.

GLOBAL PREPAREDNESS MONITORING BOARD. **World at Risk. Global Preparedness Monitoring Board**. Set. 2019. Disponível em: <https://apps.who.int/gpmb/annual_report.html>. Acesso em: 10 de mai. 2020.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital**. São Paulo: Boitempo. 2010.

Os organizadores

INTRODUÇÃO:
A PANDEMIA E OS DESAFIOS DOS SINDICATOS*

Ricardo Antunes[1]

Caroline Oliveira: *Qual é a condição, como e onde se encontra o movimento sindical hoje, diante de investidas neoliberais, pandemia e todas essas transformações?*

Ricardo Antunes: O sindicalismo brasileiro vive uma situação profundamente crítica porque vem de um processo de corrosão do trabalho, precarização, individualização, flexibilização, desregulamentação da legislação – no caso o desmonte da CLT –, enfraquecimento da Justiça do Trabalho, restrição da atuação financeira dos sindicatos, mutação tecnológica profunda na era das tecnologias de informação e comunicação. Todo esse quadro econômico e social acaba desembocando na crise sindical atual.

Por exemplo, nós temos mais de cinco milhões de empregos que foram criados nos últimos anos, no âmbito do trabalho uberizado: trabalhadores e trabalhadores da Uber, Uber Eats, Amazon, Cabify, 99, Rappi, iFood, etc. Recentemente saíram as informações do IBGE) que mostram que 40% da classe trabalhadora está na informalidade, são mais de 40 milhões de pessoas. Nós temos um desemprego aberto oficial de quase 13 milhões. São dados do início da pandemia e esse quadro se intensifica sobremaneira, a cada período, com a tragédia do novo coronavirus.

Sem falar da situação politicamente desastrosa que se iniciou com o golpe e o início da contrarrevolução do período de Michel Temer e a sua continuidade no período de Bolsonaro. Sendo que Bolsonaro é

*DOI – 10.29388/978-65-86678-07-9-0-f.19-26

[1] Entrevista inédita concedida por Ricardo Antunes à Caroline Oliveira, repórter de "Brasil de Fato" em 30 de abril de 2020. Nossos agradecimentos ao Prof. Ricardo Antunes por nos facultar a publicação.

muito mais agressivo, tanto politicamente, quanto em relação à política econômica do neoliberalismo primitivo de Paulo Guedes, que é muito agressiva, além de atacar duramente os sindicatos.
A dificuldade maior, então, dos sindicatos, para sintetizar essa primeira questão, decorre das mudanças estruturais da economia, da nova morfologia do trabalho, o novo desenho da classe trabalhadora, com uma massa imensa na informalidade e uberizada, a qual os sindicatos sempre tiveram enorme dificuldade em representar. E tudo isso em um quadro político de agressão típica de uma autocracia tutelada, com traços fascistizantes na figura do governo. Este quadro compõe uma situação muito difícil.

Caroline Oliveira: *Agora, o senhor citou essa condição política para além dessas questões mais estruturais. O senhor poderia me falar mais dessa política que desemboca também nessa mudança para o movimento sindical?*

Ricardo Antunes: Primeira evidência disso: o governo ultraconservador de Michel Temer, e principalmente o de Jair Bolsonaro, com seus traços autocráticos, começaram a buscar os novos caminhos para tentar aniquilar os sindicatos. E o principal caminho para levar a essa desorganização completa foi quebrar os apoios financeiros que os sindicatos recebiam via imposto sindical ou taxas sindicais, de modo que os recursos não entrem mais nos sindicatos.
Deixo de lado aqui um ponto importante, que foi o equívoco cometidos por muitos sindicatos que acreditarem que o imposto sindical poderia ser eterno ou que essa herança do nosso sindicalismo de Estado pudesse ser perpétua. E nós estamos vendo que não é.
Essa é primeira medida, a atrofia financeira dos sindicatos, num momento onde o governo Bolsonaro se utiliza de um pensamento reacionário e neoliberal que sintetiza no seguinte: Friedrich Hayek já dizia, no seu livro "O Caminho da Servidão", que é uma espécie de bíblia do neoliberalismo, que os sindicatos são um entrave para o capitalismo

do tipo neoliberal. E se os sindicatos são um entrave para o capitalismo, é importante *destruí-los*, ou torná-los *patronais* ou *dóceis*. Quando o sindicato é de classe, a proposta é destruir.

A vitória eleitoral do Bolsonaro configurou, no quadro brasileiro, um país que oscila entre o que ainda resta de formalidade democrática e um governo, comandado por um presidente que é autocrático e ditatorial na sua proposição, e por uma política econômica devastadora que joga para a informalidade parcelas e mais parcelas da classe trabalhadora.

Então veja a situação política que nós temos hoje: um governo que, se depender dele, quer aniquilar os sindicatos e isto coloca, aos sindicatos, um desafio profundo. Governo que, se puder, quer eliminar até mesmo a Justiça do Trabalho, que é um órgão do Estado, do Poder Judiciário.

Assim, os desafios para os sindicatos de classe são inúmeros. Primeiro, eles têm que melhor compreender quem é esta classe trabalhadora que eles representam ou querem representar hoje. Depois, têm de ampliar, ou seja, os sindicatos precisam aprender a representar trabalhadores celetistas e não celetistas, trabalhadores/as terceirizados, intermitentes, da informalidade. Percebe-se, por exemplo, que começam a surgir sindicatos ou associações de motoristas de aplicativos, alguns sindicatos ou associações de trabalhadores de motos que entregam alimentos por aplicativos. Assim, os sindicatos têm que se reinventar para passar a representar esses trabalhadores e essas trabalhadoras.

Nós temos em um momento do mundo em que a crise é profunda. Já sobre o coronavírus, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) informou, recentemente, em fins de abril, que já tínhamos 1.6 bilhão de trabalhadores na informalidade no mundo, viver em condições cada vez mais devastadas e muito piores do que as anteriores à pandemia. Como a recessão vai ser brutal no mundo este ano, em cima de quem as classes burguesas jogarão essa recessão? Nos ombros da classe trabalhadora.

Não adianta, então, querer manter u*m sindicato de conciliação de classes*. O desafio de todo sindicato é ampliar seus laços de classe e lutar para *reinventar um novo modo de vida*: que trabalho nós queremos? Que atividade e que produção faz sentido para a humanidade que trabalha? Que *modo de vida* defendemos?

Caroline Oliveira: *A partir desse cenário, como o movimento sindical deve agir?*

Ricardo Antunes: *Primeiro*, *deve lutar por um conjunto de questões imediatas e inegociáveis*: renda emergencial para todos os trabalhadores desempregados e que estão na informalidade. Não tem bilhões e até trilhões de reais para apoiar o sistema financeiro? Agora é a hora de ter um *salário emergencial para toda a classe trabalhadora na informalidade e desempregada.*

Aquelas pequenas e médias, que são milhares e empregam um número grande de trabalhadores e que estão momentaneamente paralisadas, só terão apoio do governo sob a condição de não gerar nenhuma demissão. É a exigência dos sindicatos, lutar por isso.

Os sindicatos devem urgentemente começar a fazer uma campanha mais profunda, junto com a miríade de movimentos sociais e das periferias, com essa bandeira: *não é mais possível aceitar mais nenhum trabalho na informalidade*. Se existem 40 milhões de trabalhadores na informalidade hoje, são 40 milhões de candidatos à letalidade da pandemia do capitalismo, ou seja, são trabalhadores que acabarão morrendo. Não é possível, R$ 600,00 é uma vergonha, é uma proposta indigente, e já sabemos que esse dinheiro não está chegando para muitos/as trabalhadores/as. Com R$ 600,00 não dá para alugar um quarto com banheiro e cozinha na periferia, custa mais que isso. Como é que vai comer? Comprar remédios? Ter uma vida minimamente digna? Então, devem desenvolver uma *ampla campanha contra o trabalho informal*.

Outra proposta imediata: como temos uma burguesia muito rica, é preciso avançar na taxação dos lucros das grandes empresas; na taxação do lucro dos bancos – com crise, sem crise, com pandemia, sem pandemia, o relógio bancário não para de rodar – além de taxar as grandes fortunas.

Mas há ainda um segundo bloco de questões. Os sindicatos de classe precisam dar um salto qualitativo em suas ações e propostas. É premente que participem da luta para *reinventar um novo modo de vida*.

Por exemplo, em plena pandemia, o mundo hoje nos obriga a uma decisão: defender a vida ou o lucro? O sistema do lucro gerou a pandemia, e esta vem gerando a letalidade especialmente no interior da classe trabalhadora. A pandemia é letal.

Devemos caminhar em direção a um *sistema de metabolismo social* onde a vida seja prioritária e valorizada.

Vou dar dois exemplos concretos: no mundo de hoje, muitos milhões trabalham até mais de 12, 14 horas por dia, e outros tantos milhões não têm nem menos uma hora de trabalho por semana, estão desempregados. Não é difícil perceber, como estamos vendo durante a pandemia, que muitos trabalhadores/as estão em isolamento, pois as empresas estão fechadas.

Isso porque os trabalhos que estão em atividade são aqueles considerados essenciais.

Temos aqui, então, o esboço do desenho de uma nova sociedade: o trabalho supérfluo tem de ser eliminado. O que é injusto é alguns milhões trabalharem em jornadas de 12, 14 horas e outros tantos milhões não terem trabalho nenhum e não receberem.

Então é necessário reduzir o tempo de trabalho para produzir bens essencialmente úteis.

Aqui é preciso fazer uma pequena digressão: a pandemia é resultante do *sistema de metabolismo antissocial do capital* que é destrutivo. A epidemia não é uma tragédia da natureza. Meio ambiente destroçado, água contaminada, agronegócio destroçando o mundo da produção

familiar, devastação das matas, queimadas, extração mineral. A pandemia é uma consequência dessa tragédia.
Uma sociedade global que tem centenas de milhões de desempregados. O rombo na economia francesa, em abril de 2020, está acima de 4%; o desemprego previsto nos Estados Unidos é de 20%. Você pode imaginar que mundo sairá disso? Não vai ter salário, trabalho, alimentação, saúde e nem vida digna para uma parte importante da classe trabalhadora.
Assim, é hora de mudar para um mundo com trabalho dotado de sentido, com uma natureza dotada de sentido, onde exista *liberdade substantiva* entre homens e mulheres, entre os gêneros, sem racismo, xenofobia, sexismo, sem todas essas tragédias.
Nós não temos uma crise desta desde 1918, quando houve a gripe espanhola. E agora? Onde estão os empreendedores que acreditaram que de um dia do outro de desempregados viraram empresários? Estão sem produção, sem renda e sem recursos. O mito ruiu.

Caroline Oliveira: *A pandemia expõe também todas essas contradições do neoliberalismo.*

Ricardo Antunes: Isso, sem produção, sem trabalho, sem salário, sem o que vai ser previdência, sem saúde pública etc. Então os sindicatos estão obrigados a fazer um pouco o que os movimentos sociais sabem fazer: quais são as *questões vitais do nosso tempo*. Porque o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem força mesmo com todas as dificuldades que apresenta? Porque trata de uma questão vital: terra, trabalho e vida. O MTST luta por teto, condição mínima para uma vida digna. Porque as comunidades indígenas são vitais? Porque elas tratam de uma questão vital, a vida indígena é comunal, é uma vida onde o individualismo da mercadoria e do mundo burguês não têm vigência.
Nós temos de resgatar esses valores e pensar em um século XXI que não seja a expressão da lógica destrutiva e neoliberal. Isso é tarefa de

todos, partidos de esquerda, movimentos sociais, sindicatos, liderança crítica, pensamento crítico. Todos colocamos a nossa energia para pensar outro modo de vida ou nós vamos para uma vala coletiva, cujo coveiro – não no sentido autêntico, porque coveiro é uma profissão digna e dura – é quem dirige de modo genocida o país. Nós estamos perto de caminhar para um cemitério coletivo.

E isso, como disse antes, se sintetiza em um dilema crucial do nosso tempo: a vida ou o lucro? O lucro tem solapado a vida. Qual vantagem traz para a humanidade os lucros do sistema financeiro? Qual vantagem traz para a humanidade o lucro de grandes corporações que dominam a produção industrial e armamentista?

Vocês conhecem empresa informal, que existe, mas não é reconhecida? Não, a empresa é reconhecida e tem os direitos de ser empresa. Porque os trabalhadores e as trabalhadoras não têm direitos? Cerca de 3, 4% da população tem o controle da riqueza mundial. Seis grandes empresários brasileiros ganham o que ganham o que ganham cem milhões de trabalhadores e trabalhadoras. É razoável esse modo destrutivo de vida?

Há muitos movimentos sociais, sindicatos de classe, partidos de esquerda, movimentos da perifeira, há uma revolução feminista em curso muito importante com as mulheres contra a dominação patriarcal e também contra o capitalismo. Nós temos de lutar a partir de todos os espaços possíveis e os sindicais de classe também.

Se o sindicato não está mais acostumado a fazer isso, então está na hora de começar. Sabe por quê? Porque nos sindicatos do passado, discutia-se em que mundo a classe trabalhadora queria viver. Nós estamos comemorando o 1º de maio de 2020, e vai ser o pior 1º de maio provavelmente desde a segunda ou primeira guerra mundial, desde a gripe espanhola. Os sindicatos do passado, anarquistas, comunistas, socialistas discutiam que mundo queriam viver. As igrejas de esquerda, que foram tão importantes no Brasil nos anos 70 e 80, discutiam em que mundo queriam viver, como foi o caso da teologia da libertação.

As nossas esquerdas abandonaram a discussão de que mundo nós queremos. Chega de consertar o capitalismo, que é um sistema destrutivo, expansionista, incontrolável, e agora está mostrando também que é um sistema letal. O capitalismo é pandêmico. É isso que nós queremos? Tapar um buraco aqui, colocar uma novalgina aqui e uma aspirina acolá? Não dá mais.

PARTE I

O COVID-19 NO BRASIL

UM DIA DE REFLEXÕES EM CONFINAMENTO*

Antonio Carlos Lopes Petean

Hoje é o vigésimo segundo dia que me mantenho confinado, respeitando uma quarentena que nem todos estão dispostos a cumprir. E ainda na cama, observo da janela do meu quarto a movimentação de pessoas que parecem despreocupadas, ou mal informadas sobre a letalidade de um inimigo que circula entre nós, invadindo corpos sem nos avisar. Acordei cedo, depois de uma noite mal dormida, porque pesadelos me atormentaram. Agora são cinco horas da manhã, e me recuso a sair da cama, pois sinto fortes dores nas costas e uma imensa vontade de dormir durante meses, para não ter que encarar as notícias sobre o número de mortos nas últimas vinte e quatro horas.

Ainda na cama, fico lembrando dos sorrisos, dos gestos e das falas de minhas alunas e alunos e isso me alegra, como me alegra saber que todos estão bem. Não tenho certeza sobre esse "estar bem" que eles me relatam todos os dias, mas assim mesmo procuro me animar e encontrar forças para mais um dia confinado. Infelizmente essa minha felicidade logo se dissipa quando viro para o lado e meus olhos encontram as máscaras que devo usar ao sair de casa na esperança que o inimigo invisível, que atravessou o atlântico, não invada meu corpo e me condene a viver com o medo da morte.

Da janela, observando o circular das pessoas, penso quantos mortos serão necessários para que elas entendam a gravidade da situação. Talvez só compreendam quando os mortos deixarem de serem números e passem a ser corpos e rostos conhecidos e familiares. Ai sim a morte será real e quem sabe se a sabedoria atingirá a todos. Creio que o poeta trágico Ésquilo, na sua obra "Oréstia", nos deixou um aviso ao dizer: "Zeus sem dúvida foi quem levou os homens pelos caminhos da sabedoria e decretou a regra para sempre certa: O sofri-

*DOI – 10.29388/978-65-86678-07-9-0-f.29-34

mento é a melhor lição". Mas não sei dizer se essa máxima se aplica aos meus conterrâneos.

Nesse vigésimo segundo dia que sigo confinado, sem fazer a barba, sem vontade de escovar os dentes, sem cortar o cabelo e sem me ocupar em pensar no outro, pois ele já não existe, e ainda na cama, invento o que fazer. Então me levanto, vou para a cozinha, frito um ovo e volto para cama. É o vigésimo segundo dia que sigo confinado e sigo pensando como distrair esse sofrimento que às vezes busco ignorar, ou negar, ou intensificá-lo, como uma forma de extirpá-lo de forma rápida. Mas eu sigo angustiado e sigo negando qualquer possibilidade de outras vidas. E como adoro um bom vinho e adoro olhar aqueles olhos que me seduziram eu continuo com meu autoconfinamento na esperança de um retorno a displicente "normalidade" do real.

Na cama, novamente começo a ler as últimas notícias, me ponho a refletir sobre elas, e as relaciono ao contexto que arrasa os mais duros corações e as mentes mais sadias. Penso que o tempo de confinamento e a solidão que ele escancara pode causar sérios prejuízos psíquicos a determinadas pessoas. Não apenas o tempo, mas as notícias que recebemos nesses dias também podem causar uma avalanche mental. E são algumas dessas notícias que me levaram a refletir sobre o "gerenciamento" da pandemia e da situação sanitário do país que agora é dirigido por liberais que possuem a clara intenção de destruir o Estado, criando um vazio e um caos que afetará principalmente as classes menos favorecidas.

Nesse vigésimo segundo dia do meu confinamento começo minhas reflexões a partir do autoritarismo que reina no ministério da educação e, também, reflito sobre a falta que faz um certo romantismo "revolucionário".

O autoritarismo é a marca reinante dos movimentos e regimes fascistas que sempre elegem um inimigo para odiar. Os regimes autoritários de contornos fascistoides possuem seus inimigos e contra eles liberam o sentimento de ódio. Historicamente os inimigos odiados pelos fascistas sempre foram, são e serão os artistas, os cientistas, os inte-

lectuais, os professores, os jornalistas e, também, muitas iniciativas populares classificadas como “esquerdistas” como a livre escolha dos reitores das instituições de ensino. E o ministério da educação deu demonstração desse autoritarismo fascista ao ignora uma determinação da justiça para que o candidato escolhido pela comunidade acadêmica do IFRN fosse empossado.

Mas o MEC se recusou e não deu posse ao reitor eleito pela comunidade, e o interventor nomeado pelo ministério da educação permaneceu no cargo, pouco se importando com a justiça. Ou melhor, o MEC seguiu afrontando a justiça. Além dessa afronta, o desmatamento da Amazônia atingiu recorde em abril de 2020 e o Ministro do meio ambiente exonerou o diretor de proteção ambiental do IBAMA e ao mesmo tempo anulou multas de madeireiros e concedeu anistia aos desmatadores da mata atlântica. E estamos apenas no vigésimo segundo dia da quarentena e o “inominável” que ocupa a cadeira de presidente nomeia um novo diretor da polícia federal, que ao assumir interfere na direção da polícia federal no estado do Rio de Janeiro. Inúmeras questões poderiam ser levantadas aqui. Então uma rápida reflexão.

Não concordo com a ideia de que o atual governo é um desgoverno. Para mim, esse governo administra a pandemia a seu favor. Ao incentivar as pessoas a saírem das suas casas, ao pedir a reabertura da economia e ao promover aglomerações, ele contribui para consolidar a sua fala inicial sobre a COVID ("é uma gripezinha"). Com isso a quarentena cai, o vírus agradece, e a contaminação continuará. Portanto, não haverá pico e nem achatamento da contaminação como nos demais países da comunidade europeia. E ele, o inominável, sabe que aqueles que fazem oposição ao seu governo, estão de quarentena e isso torna as ações das oposições limitadas as redes sociais.

Outra ação desse governo foi eliminar o rastreamento de armas e não preciso dizer quem isso favorece. Voltando ao Ministério da educação, eu só tenho a lamentar que o Sr. Ministro tenha resolvido pela manutenção da data do ENEM, mesmo sabendo da paralisação

das escolas que seguem a quarentena conforme as orientações sanitárias. Mas o ministro sabe que isso afetará as cotas raciais e sociais. Por isso, que para mim, o atual governo administra a crise sanitária incentivando, implicitamente, as pessoas a saírem, embora alguns membros do seu governo digam o contrário. Ao mesmo tempo leio artigos e comentários que refletem sobre um possível fim do capitalismo.

Talvez essa seja uma aposta ou previsão um tanto arriscada. A pandemia demonstrou ou descortinou as graves contradições do capitalismo, que muitos na academia já sabiam, mas que não tenho certeza se a massa trabalhadora tem está mesma percepção, mesmo com a pandemia mostrando e revelando essas contradições. Podemos dizer que o capitalismo está balançando, que o muro capitalista está abalado sim, mas quem dará o empurrão que fará desabar esse muro. No caso do Brasil o projeto que esse governo representa está se aprofundando e ao mesmo tempo me parece "possível" que ele consiga construir um estado extremamente repressor (e esse é o seu desejo).

O que vou dizer não é uma ironia, não é uma crítica e reconheço que o medo é o sentimento que nos mantém vivos, que nos permite a realização dos nossos projetos individuais e coletivos. Todos temos medo e isso é algo inegável. Mas as revoluções que ocorreram na História, seja ela a francesa, a russa, a chinesa, a cubana, os homens que participaram não temeram a morte. Talvez não existam mais românticos revolucionários. Quero dizer que os românticos foram altruístas e não temeram a proximidade da morte.

Hoje, quem não teme a morte são alguns fascistas que se aglomeram, treinam, reverenciam o "presidente", agridem enfermeiras, fazem passeatas, fazem carreatas e ajudam esse governo a dar continuidade ao seu projeto de destruição do Estado e das conquistas sociais. Por outro lado, existem aqueles que desejam a queda desse governo e do modelo que ele está impondo. E esses que deveriam estar nas ruas manifestando sua indignação e insatisfação com esse governo, temem um inimigo invisível que é real e muito letal. Nem falarei dos negacio-

nistas que fazem parte da base social de apoio desse governo. Esses seguem e seguirão negando a ciência e a esfericidade do planeta.

Terminarei essa reflexão dizendo que nesse vigésimo segundo dia de quarentena eu confesso que tenho medo, que compartilho do medo de todos que seguem de quarentena. Acredito que nesse momento o medo seja o único sentimento que deve ser socializado e talvez seja a única "coisa" a ser socializada por enquanto, não sei. Não tenho intuito de criticar o confinamento, porque aposto nele, mas percebo que estamos diante de uma biopolítica de viés extremamente fascistóide e neoliberal, e nossas armas são limitadas. Só me resta escrever lamentando a destruição das conquistas sociais, da Amazônia, da Mata Atlântica, do Cerrado, dos povos nativos, do sistema de saúde e das Universidades Públicas.

Desejo e clamo para que continuem de quarentena, enquanto eu sigo me recusando a acreditar que tudo isso passará logo e que seremos diferentes, e isso quer dizer que a espécie será menos egoísta e menos voraz. São dias de angústia e saudade. Saudade!!!!!! Palavra imortalizada pelos portugueses que se lançaram as grandes navegações sem a certeza da volta. Tenho muita saudade, mas não sou português e sou teimoso, então, espero os muitos reencontros. Desejo que se cuidem. Então até amanhã com o vigésimo terceiro dia dessa quarentena que salvará vidas.

A VIDA SOB A PANDEMIA: VIVENDO E APRENDENDO A JOGAR; NEM SEMPRE GANHANDO[*]

Afrânio Mendes Catani

Os versos voaram longe
como escrever à morta
sem endereço certo
ou número de porta?
Vilma Arêas. *Um beijo por mês* (2018)

é só uma impressão:
antes de uma tragédia
tem sempre alguém tossindo
Jan./95
Sérgio Muniz. *En San Antonio y São Paulo...* (1997)

Dia 13 de março de 2020, sexta-feira, iniciei meu isolamento social, com receio de que a pandemia do coronavírus me carregasse para o beleléu - ainda não tenho plena certeza de que para lá não vou… Encontro-me no grupo de risco em razão de minha idade. Além disso, depois que me separei, moro com mamãe, que completará 99 anos em setembro próximo. Um dia antes, exatamente em 12 de março, almocei com pessoa das mais interessantes e, no dia seguinte, internação doméstica! Grande frustração… Depois, encontros virtuais, conversas telefônicas que duram horas e horas, e-mails, whatsapps etc. Enquanto isso, escrevo esse texto, estando há mais de 80 dias em uma geografia residencial limitada.

Passo, a partir de agora, a falar sobre minha vida sob a pandemia, sobre o que o que estou enfrentando, por onde caminha o meu pensamento.

[*]DOI – 10.29388/978-65-86678-07-9-0-f.35-52

ॐ

Os bares precisam reabrir
pra gente beber menos.
WhatsApp recebido em 25/04/2020

O sol nas bancas de revista
Me enche de alegria e preguiça
Quem lê tanta notícia?
Caetano Veloso, "Alegria, Alegria"

Tudo bem que vai ter problema.
Vai ter. Quem é idoso e está com problema ou deficiência. Mas não é isso tudo que dizem. Acho que na China já está praticamente acabando.
Jair Bolsonaro, presidente, sobre a pandemia de Covid-19, no dia 16 de março de 2020, quando morreu a primeira vítima da doença no país; a morte foi confirmada no dia seguinte.

Partindo da epígrafe que acaba de ser citada, extraída da canção de Caetano Veloso, a pergunta continua válida: "Quem lê tanta notícia?". Bem, eu leio, ao menos em parte. Começo pela *Folha de S. Paulo* (*FSP*) diariamente, no formato papel, além de passar os olhos em outros informativos que um amigo me envia pelo WhatsApp (*O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *Valor Econômico*, *Carta Capital*, *Público*, *Le Monde*, *L'Humanité*, *The New York Times*, *The Guardian*, *La Repubblica*, *Corriere della Sera*, *El País*). Entretanto, vou trabalhar aqui apenas com a *FSP*, uma vez que esse órgão de imprensa dá conta de arrimar os argumentos que desenvolverei no presente capítulo.

As notícias angustiam a todos. Comecei fazendo anotações e reunindo matérias, durante cerca de um mês. Agora que estou a escrever, jogo muita coisa fora, pois fazem pouco sentido, superadas que foram pelos acontecimentos. Lembro-me de Montaigne, de pequeno trecho de um de seus ensaios: "O mundo não é mais que um perene movimento. Nele todas as coisas se movem sem cessar" (Montaigne, Livro III, p 2). O dinamismo da pandemia, em especial no Brasil, bem

como o noticiário a respeito, atropela a tudo e a todos. Tal dinâmica desestrutura nossas certezas, traz novas possibilidades de enfrentamento da realidade e, ao mesmo tempo infunde pânico: sobreviveremos? Se OK, ficaremos com sequelas?

Everton Lopes Batista, na *FSP* (18/05/2020), detalha que a Covid-19 tem efeitos que vão muito além da infecção no pulmão e que podem deixar sequelas depois da fase aguda por tempo indeterminado. Rosana Richtmann, infectologista do Instituto Emílio Ribas, declarou que "é uma doença multissistêmica. Nenhum órgão vai escapar. Há a ação direta e indireta do vírus, e ainda há os efeitos dos medicamentos, necessários para salvar o paciente". Os pulmões são os mais prejudicados, mas o parasita pode ser instalar e causar danos a outros órgãos: "O vírus se conecta com as células do corpo através de um receptor específico, o ECA-2. Além do sistema respiratório, células do intestino, rins e vasos sanguíneos possuem os mesmos receptores podem ser infectados pelo parasita"- a matéria detalha os prejuízos que podem ser causados aos olhos, nariz, coração e vasos sanguíneos, fígado, pele, cérebro, rins, intestino.

Professor aposentado na USP, ainda vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Faculdade de Educação, desde setembro de 2019 fui contratado como professor visitante junto ao PPGE da Universidade Federal Fluminense. Dei aulas até dezembro do ano passado e, quando faltavam poucos dias para iniciar o ano letivo de 2020, a pandemia atacou e nada foi adiante. Assim, posso dizer que sou privilegiado: continuo recebendo meus proventos, tendo a liberdade de trabalhar em casa, segundo o meu ritmo, escrevendo, estudando, participando de reuniões virtuais.

Dia 1º de maio, sexta-feira, feriado. Por volta das 9h30 abro a janela da área de serviço do apartamento e vejo um homem uniformizado, com capacete e máscara, provavelmente funcionário que veio fazer manutenção hidráulica, elétrica ou do gás, caminhando pelo corredor. Sorrindo, berra pelo celular: "Olá! Bom feriado para quem estudou!". Colhido de surpresa, me espanto com o bom humor e a dureza

da frase. Penso como integro parcela ínfima da população brasileira, que possui grande autonomia relativa e só consegue se manter em isolamento social graças ao trabalho que executam pessoas como esse funcionário, correndo o risco de ser contaminado pela Covid-19.

Leio o depoimento do casal Severino (*FSP*, 17/05/2020) e encontro várias semelhanças em nossos respectivos cotidianos, envolvendo a realização das atividades no interior do apartamento.

Não tenho rotina de trabalho fixa, mas de segunda a sexta acordo por volta das 9h00; às vezes perto das 10. Estamos apenas mamãe e eu em casa. Raramente saio e, quando o faço, tenho roupa e sapato especiais, coloco máscara, vou à banca de revistas, pago semanalmente pelo jornal impresso deixado em minha porta, entrego a lista de compras ao armazém daqui da frente e, a cada dez dias, passo na padaria e trago alguns pratos congelados. Mas em boa parte das vezes, telefonemas resolvem o que vem da panificadora e das raras compras da farmácia. Tudo se localiza num raio de até 150 metros. Minha filha caçula fica comigo nos fins de semana a cada 15 dias; não a maltrato com o labor resultante da culinária que desenvolvo com frequência: peço boa comida de restaurantes, sistema *delivery*, via aplicativos ou pelo telefone. Uma vez por mês ida aos dois bancos com que opero, conferindo extratos, depositando, transferindo, pagando contas que não foram saldadas pelos aplicativos, sacando dinheiro para fazer frente ao salário da cuidadora de dona Maria José (ela está licenciada, recebendo seus proventos integrais), retornando rapidamente.

Na maioria dos dias, em que não coloco o focinho mascarado fora dos domínios do lar, após me levantar higienizo tudo, dou uma varrida geral na casa, recolho parte de roupas menores e coloco o conjunto na máquina, tomo sol na varanda por poucos minutos, vou ao banho e começo a ver o que se vai comer. Geralmente faço arroz, improviso um risoto (exagero: tem queijo ralado, sal, pimenta, azeite, sardinha, ervilha, pedaços de carne, tomate, verdura, queijo, aspargos, ovos, palmito), preparo salada, ovos mexidos, omelete e … não muito mais. Não temos forno por aqui. Lavo toda a louça, uma vez por sema-

na passo um aspirador antigo, que pesa uns 15 quilos, por todos os cantos da casa e começo a fazer o que gosto: recebo e mando zaps, olho os e-mails, leio jornais (papel e virtual) e, depois do almoço, começo a escrever e as leituras. Isso vai até às 18h30, quando ajudo mamãe a preparar o jantar dela - eu janto depois, leio mais jornais, assisto aos telejornais e, se não desmaio de sono na sala, me arrasto até o leito e leio um pouco de literatura - romances, poesias, biografias. Ah, ia me esquecendo: acompanho lives que me interessam e, com três ou quatro amigxs, falo diariamente ao telefone e trocamos longas mensagens. Bertha, 14, filha querida, recebe duas chamadas minhas, além de beijo presencial diário. Algumas vezes por semana ligo para as duas outras filhas, Bárbara e Júlia, também queridas, além de trocas de mensagens.

Ou seja, como se pode observar, não é lá uma vida muito emocionante. Entretanto, também não é entediante. O isolamento é meio triste, às vezes questiono o sentido de estar completamente fora de qualquer atividade que não seja virtual, de me abster de participar de possíveis compromissos que poderiam ser prazerosos, de me exercitar ao ar livre etc. Mas...não há outro jeito! É ficar aqui dentro. Há várias matérias e depoimentos que narram pessoas e modos de agir nesse período de quarentena, como por exemplo as de Laura Mattos, sobre educação; Flávia G. Pinho, acerca das dificuldades dos moradores se cansarem da casa em que residem; Walter Porto, falando dos cinemas; Mônica Bergamo, entrevistando a atriz Taís Araújo, isolada com a família; a reportagem sobre a nova rotina de se viver no edifício Copan, em São Paulo; a quarentena de uma colega, Maria Orlanda Pinassi; o tom pícaro de Ruy Castro; a reportagem de Cláudio Leal contendo 19 breves relatos de brasileiros que narram suas rotinas em tempos de confinamento etc.

Talvez sejam exemplares os escritos de Susana Bragatto e seus 77 relatos até 29/05/2020, intitulados genericamente de "Diário de Confinamento"- em 31/05/2020 saiu o relato 'Lições da cólera em tempos de busca por vacina para Covid-19', datado do dia anterior. Cito, por exemplo, o "Diário" de 01/05/2020, em que a autora aborda di-

mensão que caminha em direção distinta à maioria dos depoimentos que li. Susana afirmou o seguinte:

> Desde o começo da quarentena, posso contar nos quatro dedos de uma mão as sessões de vídeo chamadas de que participei. Nesse tempo todo vi zero lives de qualquer coisa. O *lockdown* me deu mais vontade ainda de me autoconfinar dentro do confinamento. Numa boa. Claro, confraternizo em casa em doses homeopáticas. E mantenho contato com amigos, família. Sou humana, um bicho social. Mas o frenesi súbito dos mil inputs e conversas agendadas e happy hours virtuais me agonia. E faltam desculpas pra driblar um convite de vídeochat. Que que eu vou dizer? Olha, tô em casa o dia inteiro, mas não tô a fim?.

Volta-me a ideia do movimento, mencionada alguns parágrafos antes. Antonio Gramsci (2007, p. 342) disse que prever significa ver o presente e o passado como movimento. As manchetes de jornais passam em alta velocidade, dia após dia, deixando-me atordoado. Não é para menos. Olhem só o que foi sendo notícia:

"Em menos de cinco meses, vírus escreve biografia em 180 países"; "Brasil passa marca de mil mortes por coronavírus registradas em 24 horas"; "Médicos do Rio continuam sem salário em meio a pandemia"; "2 meses após 1ª morte por Covid-19, Brasil é cenário de pesadelos"; "Rio restringe circulação em bairros mais aglomerados"; "Para profissionais da saúde no Pacaembu, 'a guerra chegou'"; "Estamos em uma guerra e na guerra você enterra - Entrevista: Arthur Virgílio Neto"; "Quarentena causada pelo vírus bagunça e piora o sono"; "Hospital de luxo é um sonho de consumo diante do colapso da rede pública nacional"; "Governo federal entrega só 6% dos respiradores"; "Não quero pessoas infectando nosso povo, diz líder dos EUA [Trump]"; "Após pressão de Bolsonaro Ministério da Saúde amplia o uso de cloroquina"; "Entidades médicas vão à Justiça contra uso da droga"; "Litoral de SP tenta conter invasão em feriadão"; "Entrevistadores do Ibope que coletaram testes de Covid-19 se contaminaram"; "Médicos te-

mem ser pressionados a prescrever a cloroquina"; "Einstein e Sírio Libanês [hospitais] fazem corte de salários"; "Só 47% dos alunos da rede estadual de SP assistem aula"; "A cada dez dias, coronavírus chega a mais 630 municípios"; "Cerca de 70 milhões têm acesso precário à internet na pandemia"; "Passageiro do avião terá que pedir para ir ao banheiro"; "'Não tire sua máscara' substitui o 'aperte o cinto' (Depoimento)"; "Lotado, vôo BH-SP tem desrespeito a regras de distância".

Durante o período da chamada quarentena - que poderá durar, talvez, 120 dias, ou mais - é possível acompanhar, ainda, alguns debates envolvendo a paralisação das atividades escolares em universidades públicas e, também, a polêmica acerca do adiamento ou não do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), onde se argumenta que a manutenção da prova na data originalmente prevista beneficiaria os alunos de escolas privadas de elite, em detrimento daqueles das escolas públicas, pois estes últimos teriam menos tempo e condições para se preparar. Há matérias que discutem tais aspectos, ressaltando o difícil acesso à internet de parcelas significativas da população, bem como o fato de as instituições privadas de educação praticamente não haverem interrompido as aulas, ministradas virtualmente - ver a respeito, dentre outros, sobre tais temas: Bergamo (2020 a); Fini (2020); Paixão (2020); Pinho (2020 a); Lopes (2020); Soprana (2020); Thompson (2020); Oliveira (2020).

Mas uma das dimensões que chamou atenção em toda essa crise foi a interferência do presidente no Ministério da Saúde, sendo que em menos de um mês três distintos ministros ocuparam a pasta. O último interino, é um militar, general do Exército, tendo nomeado outros 17 militares de qualificação ignorada. "É o que o humorista José Simão chamou de 'Milistério'" (cf. Saúde Militarizada).

A insegurança quanto ao futuro volta a nos rondar. Há, por exemplo, intelectuais otimistas, que entendem que uma sociedade mais solidária poderá surgir (Martins, 2020), enquanto outros vaticinam que mais desigualdade e conflito deverão dar o tom (Faversani, 2020). O neurocientista Sidarta Ribeiro fala do capitalismo predatório,

Ailton Krenak, em *O amanhã não está à venda*, critica a "renormalização", da vida na pós-pandemia: "Tomara que não voltemos à anormalidade, pois se voltarmos, é porque não valeu nada a morte de milhares de pessoas no mundo inteiro. Depois disso tudo, as pessoas não vão querer disputar de novo o seu oxigênio com dezenas de colegas num espaço pequeno de trabalho. As mudanças já estão gestação. […] Não podemos voltar àquele ritmo, ligar todos os carros, todas as máquinas ao mesmo tempo" (KRENAK, 2020, p. 14).

Por outro lado, Mário Sérgio Conti, transcrevendo matéria do jornal *O Globo* (16/4/2020), diz que o "cervejeiro" Jorge Paulo Lemann, "que está amando de paixão a mortandade" provocada pela pandemia, declarou: "O que gosto mais é que toda crise é cheia de oportunidades" (CONTI, 2020). Para a elite, a doença é um detalhe. Citando Guilherme Benchimol, "o especulador classudo", Conti nos mostra a pouca inclinação de parte desse setor para qualquer forma de compromisso social: "O pico da doença já passou quando a gente analisa a classe média alta". Em outro artigo, o colunista escreveu que o desenvolvimento tecnológico criou uma situação em que há trabalhadores demais e empregos de menos: "o trabalhador perde valor; é demitido; terceirizado; desregulamentado; precarizado. O empresariado não quer muita gente assalariada. Quer uma sociedade de manobristas e entregadores de pizza" (CONTI, 2020 a).

No que se refere à Covid-19, lembra que na pandemia, os políticos que representam os valores descritos no parágrafo anterior "são os de crueldade gélida e abúlica. Bolsonaro disputa com Trump a vanguarda macabra. Ele é sincero quando desconsidera a morte de milhares e pergunta: e daí? Desde que o corona não pegue a prole miliciana, tudo bem. Para ele, quem morre na peste são trastes que abrirão vagas. Por isso é aplaudido por Abílio Diniz e Joseph Safra, pelos bancos e pela Bolsa, por Edir Macedo e Silvio Santos (CONTI, 2020 a).

Paulo Guedes, operador econômico da nova ordem que aí está, apelou a prefeitos, governadores e, em especial, ao Congresso Nacional, para que não haja reajuste do salário do funcionalismo público.

"Ele disse que se valer do momento de crise para elevar custos é fazer palanque político em cima de cadáveres" (FERNANDES, 2020). Admite que o auxílio emergencial poderia ser prolongado por mais um ou dois meses, mas que o mesmo não deveria ser superior a R$200,00, pois o benefício não poderia superar o Bolsa Família (PUPO, 2020). Em conversa com empresários, o ministro da Economia chegou a afirmar que se o valor do auxílio fosse maior, "aí ninguém trabalha. Ninguém sai de casa e o isolamento vai ser de oito anos, porque a vida está boa, está tudo tranquilo" (BOGHOSSIAN, 2020). O editorialista completa: "As declarações do ministro mostram que o governo não tem ideia de como contornar a devastação de empregos e renda causada pela crise". Guedes dá um fecho de ouro ao seu pensamento quando, na reunião de Bolsonaro com seu ministério, em 22 de abril de 2020, defende a privatização do Banco do Brasil: "É um caso pronto, e a gente não tá dando esse passo. Senhor já notou que o BNDES e a Caixa, que são nossos, públicos, a gente faz o que a gente quer. Banco do Brasil a gente não consegue fazer nada e tem um liberal lá. Então tem que vender essa porra logo". Bolsonaro responde defendendo que isso deve ser deixado para "depois de 2022" (*FSP*, 23/05/2020, p. A 21).

O professor Armando Alcántara Santuario, da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) problematiza, em perspectiva comparada, a relação entre educação superior e a Covid-19 que, lembra, até 30 de março de 2020 havia fechado escolas e instituições de educação superior em 166 países, afetando 87% da população estudantil, 1.520 milhões de alunos e 63 milhões de professores (ALCÁNTARA SANTUARIO, 2020, p. 76). Quase tudo foi suspenso no que se refere às viagens internacionais, programas de intercâmbio, congressos, atividades de pesquisa (p. 77). Grande parte dessas atividades foram realizadas sob a forma virtual, requerendo sistemas efetivos de gestão de aprendizagem, instalações de videoconferências e pessoal acadêmico com experiência em educação à distância (p. 76-77). A Universidade de Buenos Aires não deu aulas remotas, a principal universidade do Zimbabwe fechou as portas até novo aviso, na Malásia tudo foi sus-

penso, na Tunísia houve boicotes dos estudantes com relação às atividades digitais. No Reino Unido, mais de 200 mil alunos assinaram petição exigindo reembolsos de seus pagamentos de matrículas, alegando que não haviam pago por educação pela internet (p. 77).

Alunos pertencentes aos grupos mais vulneráveis foram, evidentemente, os mais afetados - nos Estados Unidos, por exemplo, muitos estudantes, com o fechamento das universidades, acabam ficando sem residência, sem alimentação e sem assistência médica (p. 78). Acrescente-se a isso a crise aeroviária, o acesso reduzido à internet de parte dos discentes (em especial os que habitam as zonas rurais dos países em desenvolvimento) e as distintas situações financeiras experimentadas pelos integrantes desse segmento (p. 78).

O pesquisador mexicano levanta hipóteses segundo a qual, talvez "milhões de alunos abandonem por completo seus estudos ou busquem estudar em instituições mais acessíveis" (p. 79). Sugere, ainda, que as IES privadas deverão sofrer mais (pois vivem fundamentalmente da cobrança de taxas e mensalidades) que as IES públicas - estas terão que fazer mais com menos recursos (p. 79-80). E conclui escrevendo que um dos maiores desafios decorrentes da pandemia Covid-19 é reconhecer a necessidade de se "obter a equidade na educação superior para os grupos vulneráveis da sociedade" (p. 80).

Acredito que nesse período de isolamento social, a crítica mais aguda que li se encontra na coluna do jornalista Elio Gaspari que, após ouvir o médico sanitarista Gonzalo Vecina Neto, ex-diretor da Agência de Vigilância Sanitária e ex-superintendente do Hospital Sírio Libanês, escreveu que o mesmo "[…] defendeu a instituição de uma fila única para atendimento de pacientes de Covid-19 em hospitais públicos e privados. Nas suas palavras: 'Dói, mas tem que fazer. Porque se não brasileiros pobres vão morrer e brasileiros ricos vão se salvar. Não tem cabimento isso'. Acrescenta Gaspari: "a fila única não é uma ideia só dele. Foi proposta no início de abril por grupos de estudo das universidades de São Paulo e Federal do Rio" (GASPARI, 2020).

ॐ

E um homem? Não é triste um homem?
Se vive há muito em solidão,
Se acha que o tempo terminou,
Um homem também é coisa triste.
Primo Levi, "Segunda-feira"

As palavras são metade de quem fala e metade de quem as ouve.
Montaigne, *Ensaios*. (Livro III, p.13)

O que dizer como palavras finais nesse período de crise? Mônica Bergamo (2020 b) revela que o Instituto Ipsos realizou pesquisa, entre 7 e 10 de maio de 2020, e 68% dos entrevistados "não desejam voltar aos seus locais de trabalho nas próximas semanas, seja por opção ou por desconforto com a ideia de sair de casa". Com certeza, na pós-pandemia, vários empregos ou atividades presenciais desaparecerão ou serão drasticamente reduzidos.

Hoje é 05 de junho de 2020, primeiras horas da manhã. Brasileiros morrem às centenas diariamente, vítimas do coronavírus. O presidente do país praticamente ignora o que está acontecendo. Falou que era uma gripezinha, que lamentava, mas várias pessoas vão morrer mesmo, geralmente idosos, e por aí afora. Há cerca de vinte dias temos como ministro interino da Saúde um general que não dá qualquer entrevista sobre o que está acontecendo. Não são poucas as pessoas que dizem que somos governados por um idiota. Eu concordo plenamente. Isso me lembra frase célebre de Apparício Torelly (1895-1971), humorista, conhecido como Barão de Itararé, uma espécie de Karl Kraus (1874-1936) menos filosófico, mas igualmente cáustico (BELÉM, 2020): "Se há um idiota no poder, é porque os que o elegeram estão bem representados".

Mas vou além: o atual presidente, de ultra-direita, fascista e reacionário, tem pensamento governado pelo ódio. Daniel Verdú (2020) realizou excelente entrevista com o escritor italiano Antonio Scurati que, em poucas palavras, caracterizou a forma de agir dos atuais ocu-

pantes do poder no Brasil, quando declarou: "Não espere a chegada do fascista, o soberanista já está em sua casa. Não precisam suprimir as instituições democráticas, as esvaziarão de dentro. E já está acontecendo".

O que fazer diante de um quadro desfavorável igual a esse, ao menos para aqueles que lutam por uma sociedade menos desigual? Como resistir, como tentar reverter tal situação? Enquanto cidadão, devemos nos informar pela imprensa, pelas redes sociais, ler o mais que puder e que o tempo permitir; dialogar, inclusive com quem pensa de forma distinta, procurando reafirmar nossos pontos de vista. Enquanto intelectual, docente de universidade pública há mais de quatro décadas, escrevo, falo, publico e coloco em evidência as contradições das regras que estão nos regendo - isto é, um cidadão dotado, talvez, de um poder simbólico mais efetivo. Gosto da imagem utilizada pelo escritor britânico Graham Greene (1904-1991) que, em *Os farsantes* (1966), sobre a ditadura de François Duvalier (Papa Doc) no Haiti, escreveu que uma caneta, assim como uma bala de prata, também consegue verter sangue. Aposto nisso.

Mas em momentos de grandes incertezas, é importante não ensarrilhar as armas da crítica, mas se deve rever certezas, reformular ideias, criar saídas sociais viáveis. Termino com bela passagem da escritora Lillian Hellman (1905-1984) que, no início de seu livro *Pentimento*, fala dessas idas e vindas, próprias de nosso *métier* como cidadão e como intelectual:

> À medida que o tempo passa, a tinta velha em uma tela muitas vezes se torna transparente. Quando isso acontece, é possível ver, em alguns quadros, as linhas originais: através de um vestido de mulher surge uma árvore, uma criança dá lugar a um cachorro e um grande barco não está mais em mar aberto. Isso se chama *pentimento*, porque o pintor se arrependeu, mudou de ideia. Talvez se pudesse dizer que a antiga concepção, substituída por uma imagem ulterior, é uma forma de ver, e ver de novo, mais tarde.

Referências

ALBUQUERQUE, Ana Luiza; GARCIA, Diego. Rio restringe circulação em bairros mais aglomerados. **Folha de São Paulo,** "Saúde coronavírus", 13/05/2020, p. B1.

ALCANTÁRA SANTUARIO, Armando. Educación superior y Covid-19: una perspectiva comparada. In: **IISUE. Educación y pandemia. Una visión académica.** México: UNAM, p. 75-82. <http://www.iisue.unam.iisue/covid/educacion.y.pandemia>, consultado em: 25 maio 2020.

ALVES, Gabriel; MACHADO, Renato. Brasil passa de mil mortes por coronavírus registrado em 24 horas. **Folha de São Paulo**, "Saúde Coronavírus", 20/05/2020, p. B1.

ARÊAS, Vilma. **Um beijo por mês**. São Paulo: Luna Parque, 2018 (2ª reimp. 2019).

BARBON, Julia. Médicos do Rio continuam sem salário em meio a pandemia. **Folha de São Paulo,** "Saúde Coronavírus", 13/05/2020, p. B3.

BATISTA, Everton Lopes. Sobreviventes da Covid-19 podem ter de insuficiência renal a perda cognitiva. **Folha de São Paulo**, "Saúde Coronavírus", 18/05/2020, p. B8.

BELÉM, Euler de França. 40 frases impagáveis do Barão de Itararé. *Revista Bula* <https://www.revistabula.com/1557-40-frases-impagaveis-barao-de-itarare/>. Consulta em: 23 maio 2020.

BERGAMO, Mônica. Taís Araújo. Basta um peteleco para seu castelo de cartas cair. **Folha de São Paulo**, "Coronavírus Ilustrada", 26/04/2020, p. B 13.

_____. Mal necessário. **Folha de São Paulo**, "Coronavírus Ilustrada", 15/05/2020 a, p. B 12.

_____. Eu não. Eu não 2. **Folha de São Paulo**, "Coronavírus Ilustrada", 27/05/2020 b, p. B9.

BOGHOSSIAN, Bruno. A vida boa de Guedes e Bolsonaro. **Folha de São Paulo**, "Opinião", 22/05/2020, p. A2.

BRAGATTO, Susana. Diário de confinamento - Nos dias que nos esperam, teremos motivos, muitos, para sofrer e desfrutar. **Folha de São Paulo**, "Mundo Coronavírus", 01/05/2020, p. A14.

CANCIAN, Natália; PINTO, Ana Estela de Souza. Após pressão de Bolsonaro, Ministério da Saúde amplia o uso de cloroquina. **Folha de São Paulo**, "Saúde e Corona", 21/05/2020, p. B3.

CANZIAN, Fernando. Entidades médicas vão à Justiça contra uso da droga. **Folha de São Paulo**, "Saúde Coronavírus", 21/05/2020, p. B3.

_____. Médicos temem ser pressionados a prescrever cloroquina. **Folha de São Paulo**, " "Saúde Coronavírus", 19/05/2020, p. B3.

_____. Pandemia aumentará a desigualdade em hora muito infeliz para o Brasil - Walter Scheidel (Entrevista). **Folha de São Paulo**, "Mundo Coronavírus", 19/05/2020 a, p. A11.

CASTRO, Ruy. Talentos no confinamento. **Folha de São Paulo**, "Opinião", 29/05/2020, p. A2.

COLUCCI, Claudia. Einstein e Sírio Libanês fazem cortes de salários. **Folha de São Paulo**, "Saúde Coronavírus ", 19/05/2020, p. B5.

CONTI, Mário Sérgio. Mãos lavadas com sangue. **Folha de São Paulo**, "Ilustrada Coronavírus, 9/05/2020, p. B14.

_____. O massacre dos inocentes. **Folha de São Paulo**, "Ilustrada Coronavírus", 23/05/2020 a, p. B11.

DIAS, Marina; BENEVIDES, Bruno. Não quero pessoas infectando nosso povo, diz líder dos EUA {Trump}. **Folha de São Paulo,** "Coronavírus Mundo", 20/05/2020, p. A17.

DUCROQUET, Simon; FARIA, Flávia; GARCIA, Guilherme. A cada dez dias, coronavírus chega a mais de 630 municípios. **Folha de São Paulo**, "Saúde Coronavírus", 22/05/2020, p. B3.

FAVERSANI, Fábio. Mais desigualdade e conflito. **Folha de São Paulo**, "Tendências e Debates – Opinião", 25/04/2020, p. A3.

FELINTO, Marilene. Hospital de luxo é um sonho de consumo diante do colapso da rede pública nacional. **Folha de São Paulo**, "Coronavírus Opinião", 24/05/2020, p. B9.

FERNANDES, Talita. Dar reajuste é usar cadáver como palanque, diz Guedes. **Folha de São Paulo**, "Mercado Coronavírus", 16/05/2020, p. A20.

FINI, Maria Inês. A escola faz falta para todos. **Folha de São Paulo**, "Tendências e Debates – Opinião", 16/05/2020, p. A3.

GARCIA, Diego; PUPO, Reginaldo; TRINDADE, Luciano. Litoral de SP tenta conter invasão em Feriadão. **Folha de São Paulo**, "Saúde Coronavírus", 20/05/2020, p. B3.

GASPARI, Elio. A fila única para a Covid-19 está na mesa. **Folha de São Paulo**, "Poder Coronavírus", 03/05/2020, p. A10.

GRAMSCI, Antonio. Sobre o conceito de previsão ou perspectiva. **Cadernos do cárcere,** vol. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HELMAN, Lillian. **Pentimento**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

JUNG, Nádia. Quarentena causada pelo vírus bagunça e piora o sono. **Folha de São Paulo**, "Coronavírus Saúde, 26/04/2020, p. B7.

KRENAK, Ailton. **O amanhã não está à venda.** São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LEAL, Cláudio. Vidas em quarentena. **Folha de São Paulo**, "Ilustríssima", 07/06/2020, p. B12.

LEMOS, Amanda. Lotado, vôo BH-SP tem desrespeito a regras de distância. **Folha de São Paulo,** 17/05/2020, p. A23.

LOPES, Alexandre. Entre a peste e a pandemia. **Folha de São Paulo**, "Tendências e Debates – Opinião", 16/05/2020, p. A3.

MAISONNAVE, Fabiano. Estamos em uma guerra, e na guerra você enterra - Entrevista: Arthur Virgílio Neto. **Folha de São Paulo**, "Saúde Coronavírus", 13/05/2020, p. B3.

MARTINS, Paulo. Entre a peste e a pandemia. **Folha de São Paulo**, "Tendências e Debates – Opinião", 25/04/2020, P. A3.

MATTOS, Laura. Quarentena trouxe lições para a educação que depois não deveriam cair no limbo. **Folha de São Paulo**, "Cotidiano", 15/05/2020, p. B16.

MONTAIGNE, Michael de. **Ensaios** (trad. Rosemary Costhek Abílio). São Paulo: Martins Fontes, 2001 (Livro III).

MUNIZ, Sérgio. **En San Antonio y São Paulo…(A paciente construção ou Timbiriche, Tocayo y Marabu)**. São Paulo: Oficina de Textos, 1997.

NOVA rotina no icônico edifício Copan retrata o desafio de viver na pandemia. **Folha de São Paulo**, "Mercado Coronavírus", 31/05/2020, p. A20.

OLIVEIRA, Joana. Em meio à rotina de aulas remotas, professores reclamam ansiedade e sobrecarga de trabalho. *El País*. <www.brasil.elpais.com/brasil/2020-05-21/em-meio-a-rotina-de-aulas-remotas-professores-relatam-ansiedade-e-sobrecarga-de-trabalho.html/#?sma=newsletter>. Consulta em: 23 maio 2020.

PAIXÃO, André. Só 6 das 69 universidades federais adotaram ensino à distância após a paralisação por causa da Covid-19. **O Globo,** 14/05/2020, p.7.

PASSOS, Paulo. 'Não tire sua máscara' substitui o 'aperte o cinto' (Depoimento). **Folha de São Paulo**, "Saúde Coronavírus", 17/05/2020, p. A23.

PINHO, Flávia G. Só 47% dos alunos da rede estadual de SP assistem aula. **Folha de São Paulo**, "Saúde Coronavírus", 14/5/2020 a, p. B1.

_____. Flávia G. Confinados, moradores se cansam da própria casa e procuram reformas. **Folha de São Paulo**, "Sobremorar Coronavírus", 02/05/2020, p. B17.

PINASSI, Maria Orlanda. **Eu e a pandemia - impressões da quarentena.** <https://correiodacidadania.com.br>, consultado em: 26 abr. 2020.

PINTO, Ana Estela de Souza. Passageiro de avião terá que pedir para ir ao banheiro. **Folha de São Paulo**, "Coronavírus Mercado", 17/05/2020, p. A23.

PITOMBO, João Pedro. Entrevistadores do Ibope que coletaram testes de Covid-19 se contaminaram. **Folha de São Paulo**, "Saúde Coronavírus", 20/05/2020, p. B4.

PORTO, Walter. Fechamento dos cinemas, sem previsão de reabertura. **Folha de São Paulo**, "Ilustrada", 24/04/2020, p. B10.

PUPO, Fábio. Guedes admite dar auxílio emergencial por mais 1 ou 2 meses, mas de R$200,00. **Folha de São Paulo**, "Mercado Coronavírus", 21/05/2020, p. A13.

RIBEIRO, Sidarta. Navegação de capotagem. **Folha de São Paulo**, "Ilustríssima Coronavírus", 17/05/2020, p. B14.

RODRIGUES, Artur; ALMEIDA, Lalo de; GOULART, Mariana. Para profissionais da saúde no Pacaembu, 'a guerra chegou'. **Folha de São Paulo**, "Saúde Coronavírus", 13/05/2020, p. B6.

SALDAÑA, Paulo; COLETTA, Ricardo Della. Governo federal entrega só 6% dos respiradores. **Folha de São Paulo,** "Saúde Coronavírus", 19/05/2020, p. B4.

SANT'ANNA, Emílio. 2 meses após a 1ª morte por Covid-19, Brasil é cenário de pesadelos. **Folha de São Paulo**, "Saúde Coronavírus", 16/05/2020, p. B6.

SAÚDE militarizada. **Folha de São Paulo**, "Editoriais – Opinião", 21/05/2020, p. A2.

SEVERINO, Eleonora; SEVERINO, Ariel. Casal conta como é sua rotina após dois meses sem pisar nas ruas (Depoimento). **Folha de São Paulo**, "Saúde Coronavírus", 17/5/2020, p. B6.

SOPRANA, Paula. Cerca de 70 milhões têm acesso precário à internet na pandemia. **Folha de São Paulo**, "Mercado Coronavírus", 17/05/2020, p. A19.

'TEM que vender essa porra logo', diz Guedes sobre o Banco do Brasil. **Folha de São Paulo,** "Mercado", 23/05/2020, p. A21.

THOMPSON, Miguel. Pandemia amplia abismo entre escolas públicas e privadas. **Folha de São Paulo**, "Vestibular no meio do ano", 31/05/2020, p. 5.

VERDÚ, Daniel. Antonio Scurati: Ridicularizamos Trump por seu físico e Salvini por ser vulgar, e assim ganham eleitores que pensam que imbecis somos nós" (Entrevista). <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/12/30/eps/157770 5627_59 3341.html>. Acesso em: 23 maio 2020.

COVID-19 NO PIOR DOS MUNDOS: BRASIL: 2020*

Sérgio Paulo Morais

Início este texto com a previsão de que ocorrerá mais de 5.000 mortes decorrentes da Covid-19 nos primeiros 15 dias do mês de maio[1]. Caso isso se confirme, o Brasil se tornará, em conjunto com os Estados Unidos da América, o epicentro mundial do novo Corona Vírus. Vale registrar a inexistência, até o momento, de testagem sistemática e maciça da população. Portanto, as subnotificações ocultam a autêntica situação da crise sanitária. Talvez, nunca saibamos o número real de mortos pela doença.

O comportamento do Presidente do país agrava a dramaticidade da situação. Jair Messias Bolsonaro, até o momento, negou a existência da pandemia ["uma gripezinha"], disse não ser "coveiro" e manifestou-se gestualmente com um "recolher de ombros" ["E daí? Lamento, quer que eu faça o quê?"] em razão de 474 falecimentos[2].

Contrapondo-se às indicativas da Organização Mundial da Saúde (OMS) e não se valendo da experiência de diversos países [China, Itália, Espanha, Portugal e outros], o Presidente coloca-se contrário ao isolamento social da população. Em seu modo de ver, somente os mais vulneráveis [idosos e pessoas com comorbidades] deveriam ficar em casa e a população economicamente ativa continuaria atuando na normalidade das relações sociais. A tal ponto de vista adiciona-se a

*DOI – 10.29388/978-65-86678-07-9-0-f.53-64

[1] Cf. https://mrc-ide.github.io/covid19-short-term-forecasts/index.html, Acesso em: 30 de abr. de 2020.

[2] Cf. https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-recorde-de-mortos-por-coronavirus.shtml, Acesso em: 30 de abr. de 2020. Os documentos de impressa serão aqui utilizados como meros dados informativos. No futuro as ciências humanas e sociais, com o destaque para a área de História, certamente, lidarão com os interesses e com as perspectivas desses diferentes órgãos de informação.

defesa da hidroxicloroquina,[3] medicamento utilizado no tratamento de Malária, Lúpus, Artrite e outros, que tem se mostrado não muito eficaz, e por vezes prejudicial, no tratamento da Covid-19[4].

Contestando as vontades do Presidente, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que as ações de isolamento ficariam a cargo de governadores e prefeitos[5]. Em tal contexto, os estados têm agido de modo independente [ou mesmo coordenado, como no caso de estados do Nordeste][6], por exemplo, ao importar respiradores e utensílios hospitalares[7] ou ao contratar apoio médico por conta própria[8].

A saúde pública em perspectivas privadas.

A "saúde", tida como um patrimônio privado, adquirida por meio de planos ou pelo pagamento em espécie a hospitais, demonstrou, por razão da crise, ser uma mercadoria de parco valor de uso quando os centros de emergência privados não conseguem receber mais pacientes.

Por outro lado, a Covid-19 revela o estrago que o atendimento público, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), sofreu com os sequentes cortes orçamentários. Desde a "Emenda do Congelamento"[9],

---

[3] Cf. https://www.bulas.med.br/p/bulas-de-medicamentos/bula/7229/reuquinol.htm, Acesso em: 30 de abr. de 2020.

[4] Retornarei à questão do isolamento social em um segundo momento deste texto.

[5]Cf. https://exame.abril.com.br/brasil/para-maioria-do-stf-governadores-e-prefeitos-podem-decretar-quarentena/ Acesso em: 30 de abr. de 2020.

[6]Ver "Consórcio Nordeste", entre outros, em: https://www.redebrasilatual.com.br/saude-e-ciencia/2020/03/governadores-nordeste-coronavirus-comite-cientifico/, Acesso em: 02 de mai. de 2020.

[7]Cf. https://exame.abril.com.br/brasil/a-operacao-de-guerra-no-maranhao-para-driblar-a-receita-e-ter-respiradores/, Acesso em: 30 de abr. de 2020. Vale registrar que no caso do Maranhão, o governo federal tentou intervir, por meio da Receita Federal, para obter para si os instrumentos adquiridos pelo Estado.

[8] Tal como ocorreu com a contratação de médicos cubanos feita pelo estado do Pará. Cf. https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,para-contrata-86-medicos-cubanos-para-auxiliar-no-combate-a-pandemia,70003284710, Acesso em: 02 de mai. de 2020.

[9] Trato da Emenda Constitucional 95/2016, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm, Acesso em: 02 de mai. de 2020.

o setor não consegue ampliar número de leitos e tem presenciado o drama de pessoas que, mesmo sob a atuação constante dos trabalhadores na área, falecem nos corredores e sofrem pela ausência de remédios distribuídos pelo Governo[10].

Antes da pandemia, a medicina curativa era regra geral no mercado, pois o "capital de saúde", como desdobramento da noção de "Capital Humano" (BIHR, 2020), permitia destaque e mais eficiente concorrência nas disputas pelos postos de trabalho. O Corona, ao fazer com que a saúde fosse retida [mesmo que de modo parcial] do panteão sacrossanto patrimonial, por meio da intervenção direta do Estado, ou de estados e municípios brasileiros, tem desnudado a ética, a lógica e o discurso neoliberal.

Para além das situações relativas ao contágio, encontra-se no país um território de disparidade nas ações para contenção do vírus[11]. Além disso, a atuação claudicante do Presidente em relação à Covid-19 tem se beneficiado da radicalidade de conjunturas econômicas e sociais que se desdobraram após o *impeachment* de Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, em 2016.

A reforma trabalhista[12] e o congelamento de gastos sociais, frutos do Governo Michel Temer, partidário do Movimento Democrático Brasileiro, compõem uma "tempestade perfeita" que articula a desorganização de direitos sociais e o novo Coronavírus. Por meio da radicalidade neoliberal, que as ações políticas desencadearam, o atual quadro da pandemia liberta "normas surdas"[13] e revela a crueldade da

---

[10]Cf. https://istoe.com.br/correcao-saude-suspende-contratos-para-18-remedios-de-distribuicao-gratuita/, Acesso em: 02 de mai. de 2020.

[11] Registra-se também a demissão do Ministro da Saúde durante a crise epidêmica. Na avaliação da imprensa, a ocorrência de discordâncias, por parte de Jair Bolsonaro, em relação à defesa do ministério em relação ao isolamento social e a avaliação sobre o saldo eleitoral que Luiz Henrique Mandetta poderia obter nas eleições presidenciais de 2020 foram cruciais para tal exoneração. Entre outros, https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-04-16/mandetta-e-demitido-por-bolsonaro.html, Acesso em: 02 de mai. de 2020.

[12]Cf.http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm, Acesso em: 02 de mai. de 2020.

mercantilização da saúde e da exploração do trabalho, enquanto mercadorias capitalistas.

O trabalho em crise em meio à Covid-19.

O desemprego, que em fevereiro deste ano atingia cerca de 11,3% da população ativa, algo em torno de 12,3 milhões de pessoas,[14] além da limitação do consumo, reforçou as aparências meritocráticas da sociedade capitalista por meio das noções de empreendedorismo[15]. No momento, a falta de emprego torna-se radicalmente estrutural, em meio ao "apagão de informações" oficiais, estima-se um índice superior a 16%, tornando-se o mais elevado da história[16]. As perspectivas para a pós-pandemia são mais sombrias e apontam para a duplicação dos atuais números[17]. Elevando o quadro para algo ainda não experimentado [ou mesmo imaginado] pelos economicamente ativos [por ora] empregados.

Aqueles que viveram o pós-1929, também, não enfrentaram o cenário que os trabalhadores, principalmente os mais jovens, encontrarão no alvorecer dos próximos meses. Naquele período, medidas de apoio financeiro foram radicalmente preparadas para os setores produtivos e para a nascente indústria brasileira (CANO, 2015). Além dis-

[13] "Geralmente, um modo de descobrir normas surdas é examinar um episódio ou uma situação atípicos" [...] "Um motim ilumina as normas dos anos de tranquilidade, e uma repentina quebra de deferência nos permite entender melhor os hábitos de consideração que foram quebrados. Isso pode valer tanto para a conduta pública e social quanto para atitudes mais intimas e domésticas". (Thompson, 2001, p. 235).

[14]Cf.https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/03/31/desemprego-fica-em-116percent-em-fevereiro-e-atinge-123-milhoes-diz-ibge.ghtml, Acesso em: 02 de mai. de 2020.

[15]Cf.https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2019/05/26/internas_economia,1056699/conheca-pessoas-que-driblaram-o-desemprego-com-o-empreendedorismo.shtml, Acesso em: 01 de mai. de 2020.

[16]Cf.https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/04/05/internas_economia,842458/5-milhoes-podem-entrar-na-fila-do-desemprego-em-apenas-tres-meses.shtml, Acesso em: 01 de mai. de 2020.

[17]Cf.https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/04/estudo-aponta-que-pandemia-pode-ate-dobrar-o-desemprego.shtml, Acesso em: 01 de mai. de 2020.

so, frentes de emprego foram oportunizadas pelo investimento estatal e a institucionalização de uma ampla gama de direitos trabalhistas, arduamente reivindicados, que foram incorporados à relação de compra e venda da força de trabalho (LUZ, SANTIN, 2010)[18].

A situação atual é totalmente diferente. A equipe econômica do governo privilegiará [algo distinto de "socorrerá"] o setor bancário e os investidores financeiros, por intermédio de medidas fiscais que adicionarão algo em torno de 1,2 trilhões, "quase 10 vezes maior do que o movimentado na crise de 2008",[19] sem nenhuma contrapartida dos bancos. O imposto sobre grandes fortunas, ao que parece, não sairá do papel ["sob o risco de fuga de dinheiro do país"][20] e o auxílio emergencial aos autônomos, informais e desempregados, elaborado pelo governo Jair Bolsonaro, foi quantificado em apenas R$ 200,00[21] [valor abaixo de 40 dólares][22].

O Congresso elevou o valor para R$ 600,00 [com o adendo que as famílias poderiam receber até R$ 1.200,00][23]. O Presidente, por sua vez, restringiu e adiou a assinatura oficial do auxílio[24] provocando desinformações e ampliando o desespero daqueles que não têm como se sustentar. O retardo na entrega do benefício, entretanto, não deve ser compreendido como uma demora processual ou burocrática. Mas,

[18] Indico esses aspectos no interior de discussões amplas para ressaltar comparativamente as conjunturas 1929-2020, mas, como sabem, as questões sobre a industrialização, direitos trabalhistas e sindicalismo entre 1929-1950 são longas e árduas. Assim, muitos destaques não caberiam ao artigo e não seriam uteis na atual situação.

[19]Cf.https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/03/24/internas_economia,836224/pacote-anunciado-pelo-governo-deve-liberar-r-1-2-trilhao-aos-bancos.shtml, Acesso em: 01 de mai. de 2020.

[20]Cf.https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,huck-se-tributar-grandes-fortunas-acho-que-o-dinheiro-escapa-do-pais,70003285075, Acesso em: 01 de mai. de 2020.

[21]Cf.https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/03/18/governo-anuncia-r-200-mensais-para-autonomos-de-baixa-renda.ghtml, Acesso em: 01 de mai. de 2020.

[22] Cf. https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/04/23/dolar.ghtml, Acesso em: 01 de mai. de 2020. Na data da reportagem o dólar atingiu: R$ 5,5285.

[23]Cf.https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/03/30/coronavirus-senado-aprova-auxilio-emergencial-de-r-600, Acesso em: 01 de mai. de 2020.

[24]Cf.https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/governo-vetara-tres-pontos-do-auxilio-emergencial-de-r-60000/, Acesso em: 01 de mai. de 2020.

sim, como uma ação política em prol do restabelecimento das rotinas de vida, por meio do enfraquecimento do isolamento social.

No Brasil, os empregos com carteira assinada são parte de uma totalidade complexa de ocupações trabalhistas. Os autônomos e os trabalhadores por conta própria representam uma significativa parcela nesse conjunto. Em setembro de 2019, havia mais de 40% de trabalhadores sem carteira assinada[25] e no início de 2020 a informalidade superava 50% da força de trabalho em diversos estados[26] Em meio a pandemia, certamente, esse percentual está atingindo um número bastante expressivo, principalmente por razão dos recentes desempregados.

As vozes sonantes.

O Presidente e o Ministério da Economia ao retardarem o pagamento aos beneficiários jogam com circunstâncias políticas obscuras, pois forçam a saída de milhões de trabalhadores às ruas, lançando-os à Uberização (SLEE, 2017), ao comércio de rua, à produção e venda de produtos alimentares e outros. Alargam a crise sanitária e projetam uma contaminação em massa, para, na visão dos mesmos, fazer criar anticorpos e restringir a ação do vírus [às custas de milhares de vidas] à "curto prazo". Paradoxalmente, Jair Bolsonaro tenta parecer favorável aos trabalhadores que precisam sobreviver e, ao mesmo tempo, faz referências a perseguições e "forças ocultas" que buscam a implosão do governo por meio do "colapso da economia"[27].

Além de debelar revelações e inquéritos que podem atingir sua própria família,[28] o Presidente apoia-se em uma posição negacionista da ciência e da própria lógica do funcionamento capitalista. Enquanto

[25] Cf. https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/quase-40-milhoes-de-trabalhadores-estao-na-informalidade-diz-ibge.shtml, Acesso em: 02 de mai. de 2020.
[26]Cf.https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/02/informalidade-atinge-recorde-em-19-estados-e-no-df-diz-ibge.shtml, Acesso em: 02 de mai. de 2020.
[27] Cf. https://www.nexojornal.com.br/podcast/2020/03/25/Bolsonaro-contra-governadores-ataques-rompimento-e-c%C3%A1lculo, Acesso em: 03 de mai. de 2020.
[28] Cf. https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50810066,
Acesso em: 03 de mai. de 2020.

os representantes do capital industrial e financeiro expressam suas preocupações econômicas em meio a tais circunstâncias "ideológicas".

Alguns intelectuais orgânicos do Capital voltam-se aos empoeirados livros Keynesianos e passam a expressar a necessidade de intervenção do Estado na recomposição da economia e, em particular, das taxas de lucros[29]. Por outro lado, as movimentações políticas que ora ocorrem demostram nas ruas, sob o risco de ampliação de contágio, uma defesa oblíqua do Presidente e contradizem até mesmo as mudanças profundas que ora articulam as forças econômicas.

Os "camisas amarelas da CBF",[30] embasados por uma nostalgia fascista, pedem intervenção militar e nova edição do Ato Institucional número 5[31]. Instados pelo protestantismo neopentecostal, esses boçais opõem-se à ciência, agridem profissionais de saúde e desdenham do isolamento social. O terraplanismo que anima os cordões de automóveis e as claques que se aglomeram em torno do Presidente da República, causam as mais absurdas manifestações contra a vida humana, em meio a calamidade que nos aflige.

Em nome do "queremos trabalhar", uma classe média com carros luxuosos, impõem aos que concretamente se vendem pelo salário o risco de perderem suas vidas. Em particular, a cena registrada em Campina Grande, estado da Paraíba, no dia 27 de abril, torna-se representativa do quadro dantesco que os subalternos se encontram. Naquela cidade, comerciários, como se fossem objetos de seus senhores, foram postos ajoelhados nas calçadas pelo empresariado local. A intenção era a de pressionar o prefeito pela abertura das lojas, armazéns, shoppings entre outros[32].

Até então, essa burguesia "escravocrata" se dizia defensora do Liberalismo Econômico e das liberdades individuais. No campo parla-

[29]Cf.https://forbes.com.br/negocios/2020/03/entenda-as-diferencas-entre-plano-marshall-e-o-new-deal/, Acesso em: 03 de mai. de 2020.
[30] Confederação Brasileira de Futebol.
[31] Cf. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm, Acesso em: 03 de mai. de 2020.
[32]Cf. https://paraibaonline.com.br/2020/04/veja-imagens-do-protesto-dos-empresarios-em-campina-grande/Acesso em: 03 de mai. de 2020.

mentar, a acessão política de tais ideias se deu por meio do Partido Social Liberal (PSL) e do Partido NOVO. O primeiro, tomou consistência após a eleição do chefe do Executivo e de significativa bancada bolsonarista no legislativo, adicionando ao liberalismo tupiniquim um terceiro elemento nefasto: o "conservadorismo nos costumes"[33].

A pandemia revelou, no entanto, que a corrente filosófica que anima tais partidos e grupo social aproxima-se mais de Malthus do que de Smith ou Mises. Os "bolsonaristas de rua" horrorizam-se com o auxílio emergencial tal como se colocam contrários ao Programa Bolsa Família. Pois entendem tratar-se de um caminho para ampliação do número de filhos [reprodução social] e um meio de apaziguar a vontade de trabalhar (Ver: MALTHUS, 1983 [1789]). Debocham abertamente contra a vida e, ao defenderem a quebra da quarentena, contam com a Covid-19 para fazer diminuir [por meio da morte] a classe trabalhadora[34].´

Muito provavelmente, os que ora necessitam de trabalho e neste instante se aglomeram nas filas das Caixas Econômicas Federais, que, por isso, não contam com a prática do isolamento, observem a situação de modo distinto daqueles que criticam tais ações. Mas é ainda difícil compreender como as ações do Presidente e as pressões reacionárias estejam atingido suas consciências e quais reações ocorrerão daqui para frente.

Os votantes de Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores, no segundo turno das eleições, muito provavelmente continuam em mesmos campos políticos [ou pelo menos, sejam contrários ao "Bolsonarismo"][35]. Mas como, de modo prudente, não demarcam es-

---

[33] Fórmula de isolamento e de diminuição de direitos sociais de diversas minorias. Cf.https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/12/27/interna_politica,816731/pauta-conservadora-guiou-estrategia-politica-de-bolsonaro-no-primeiro.shtml, Acesso em: 03 de mai. de 2020.

[34] Neste momento, a doença se alastra pelas periferias, bairros periféricos e favelas. Cf.https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2020/04/periferia-lidera-numero-de-mortos-por-covid-19-na-cidade-de-sao-paulo.shtml, Acesso em: 03 de mai. de 2020.

[35]Cf.https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-hora-e-a-vez-de-os-democratas-agirem/4/47296, Acesso em: 06 de mai. de 2020.

paços nas ruas e nas manifestações coletivas, parecem inexistentes.

O país encontra-se, então, em um quadro econômico terrível [compartilhados com várias outras nações do planeta] e, em meio a uma peculiaridade política, torna-se o "pior dos mundos" para os que tentam sobreviver ao Coronavírus.

Haverá a pós-pandemia?

Neste momento, qualquer elaboração sobre a pós-epidemia corre o risco de se tornar hiperbolizada ou diminuta frente ao que se aproxima. Tanto no quesito sanitário, quanto nas dimensões econômicas. Porém, na atual conjuntura, alguns pontos parecem se desenhar com alguma nitidez. Esses tornar-se-ão pautas [ou, ao menos, variáveis inexoráveis] nas pesquisas sociais por conta de suas dimensões políticas.

É cedo para avaliar a continuidade do "bolsonarismo", mais isso torna-se em meio ao contexto político uma possibilidade real. Já que a burguesia necessitará de um poder centralizado para recuperar as perdas, por meio da exploração apaziguada dos trabalhadores que se encontrarão fragilizados[36]. Isso somente ocorrerá por meio de um golpe ou de [outras] eleições manobradas.

O trabalho e os estudos a distância, que se sofisticaram em pouquíssimas semanas, não serão dissolvidos com facilidade. Isso, ao acarretar novas formas de educação e de atividades laborais, transformará os modos de ensino, de aprendizagem e de opressão social. Caso não ocorram fortes oposições sindicais e estudantis contrárias à virtualidade de tais dimensões, que acabam por criar desigualdades,[37] o futu-

[36] A tentativa de votarem a Medida Provisória da carteira de trabalho "verde e amarela" em meio a pandemia pode indicar uma sinalização do que está por vir. Cf. https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/04/20/governistas-querem-votacao-da-mp-do-contrato-verde-e-amarelo-davi-pede-reedicao, Acesso em: 09 de mai. de 2020.

[37] A insistência do Ministério da Educação em manter a data do Exame Nacional do Ensino Médio [Enem], com as escolas públicas em quarentena, traça indícios de tais desigualdades. Cf. https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/

ro providenciará isolamentos que pulverizarão as manifestações e atos coletivos em conjunto com os que não possuem acesso à internet.

O SUS, que nasceu de movimentos sociais,[38] precisará ser recuperado na dimensão efetiva de "um direito universal e gratuito". Em mesmo contexto, a devastação do meio ambiente e a enxurrada de agrotóxicos recentemente liberados no país deverão ser encarados como problemas de saúde pública[39]. Caso isso não ocorra, os débitos sociais [adoecimentos, internações e mortes] aumentarão de modo exponencial.

Tal como as campanhas pela alfabetização, a difusão da saúde sanitária e preventiva passará a ser uma necessidade comum a trabalhadores, classe média e burguesia[40]. As intervenções pós-pandêmicas "de cima para baixo", por parte dos empresários e banqueiros, não serão dissociadas de ideias e justificativas que contradigam as ações liberais que estavam em voga antes da pandemia. Em suma, as atitudes para assegurar o funcionamento do capitalismo serão breves e estarão distanciadas de quaisquer significados progressistas.

No momento, os movimentos sociais[41] e muitos que habitam periferias estão agindo sob valores comunitários e solidários, indicando modos de organização e de oposição ao que Jair Bolsonaro e seus colaboradores está propondo[42]. No futuro, entretanto, caberá à Classe

---

enem/2020/05/04/interna-enem-2019,851269/ubes-e-une-lancam-campanha-para-adiamento-do-enem-2020.shtml, Acesso em: 09 de mai. de 2020.

[38] Essa memória precisa ser reconstituída para não ser normalizada como dádiva dos que governam. Cf. https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/05/04/conheca-3-mulheres-mulheres-da-zona-leste-de-sp-que-ajudaram-a-criar-o-sus.htm, Acesso em: 06 de mai. de 2020.

[39] Vale indicar que os sindicatos, os partidos de esquerda, os acadêmicos [com raras exceções] não trabalhavam com hipóteses de pandemias quando elaboravam políticas e relatórios de pesquisas.

[40] Com isso não quero dizer que a medicina curativa e estética deixará de existir.

[41] Tal como tem agido o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Cf. https://mst.org.br/2020/05/07/enquanto-bolsonaro-minimiza-covid-19-assentados-alimentam-pobres-e-ajudam-doentes/, Acesso em: 07 de mai. de 2020.

[42]Cf. https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/03/movimentos-populares-elaboram-20-propostas-contra-a-pandemia-de-covid-19/, Acesso em: 07 de mai. de 2020.

Trabalhadora [em sentido amplo], apoiada em valores contrários às perspectivas neoliberais, construir contra-hegemonias (WILLIAMS, 1979) para conter [ou derrotar] o mundo malthusiano que se aproxima.

Caso isso não ocorra, estaremos sujeitos à pandemias recorrentes.

Referências

BIHR, A. França: pela socialização do aparato de saúde. DAVIS, Mike, et al. **Coronavírus e a luta de classes**. Editora Terra sem Amos. Parnaíba, 2020.

CANO, W. Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 35, n. 3, 2015, pp. 444-460.

LUZ, A. F. da; SANTIN, J. R. As relações de trabalho e sua regulamentação no Brasil a partir da revolução de 1930. **Revista História**, Franca, v. 29, n. 2, 2010, pp. 268-278.

MALTHUS, T. R. Ensaio sobre a população (1789). São Paulo. **Abril Cultural**, 1983.

SLEE, T. **Uberização:** a nova onda do trabalho precarizado. São Paulo. Ed Elefante, 2017

THOMPSON, E. P. Folclore, Antropologia e história social. In: NEGRO, A. L; SILVA, S. (Org). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas. Ed. Unicamp, 2001.

WILLIAMS, R. **Marxismo e literatura**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

IMIGRAÇÃO: AS VERDADES REVELADAS PELA PANDEMIA E OS GARGALOS ESTRUTURAIS DE ACESSO A DIREITOS NA CIDADE DE SÃO PAULO*

Patrícia Villen
Sávia Cordeiro

Introdução

Sayad nos lembra que são os momentos de crise, marcados pelo desemprego e pelo acirramento de conflitos sociais, que fazem a "verdade da imigração" emergir, evidenciando a "condição de provisoriedade permanente" do imigrante. Essa condição é reafirmada quando os Estados provocam o refluxo desses imigrantes e, sobretudo, quando operam a ainda mais acentuada espoliação de seus direitos durante as crises. Isso, porque para os Estados o imigrante só tem sentido de existir quando as vantagens da sua presença superam os custos. A condição de trabalhador tolerado a título provisório coloca-nos, portanto, a essência da condição do imigrante: uma força de trabalho "provisória", "temporária", "em trânsito", "revogável a qualquer momento" (SAYAD, 1998: 54). Como nos ensina o autor, "exportam-se ou importam-se exclusivamente trabalhadores, mas nunca cidadãos atuais ou futuros. Essa é a condição necessária para que existam emigração e imigração. É uma exigência da ordem simbólica" (SAYAD, 1998: 55).

Tinha razão Sayad. O contexto da pandemia causada pelo novo Coronavírus é revelador de muitas verdades sobre a imigração. Essas verdades nos ajudam a entender por que cenas e situações parecidas – em geral muito problemáticas, para não dizer trágicas – se repetem em diferentes partes do globo para imigrantes e refugiados[1].

*DOI – 10.29388/978-65-86678-07-9-0-f.65-82

Na imbricação de uma crise sanitária com uma econômica, a supramencionada condição de provisoriedade está se revelando, em nível mundial, sem nenhum pudor em relação ao imigrante. Para os Estados, na pandemia, quando a força de trabalho do imigrante deixa de ter utilidade, parece que o melhor a ser feito é expeli-lo o quanto antes. Mas, quando isso não é possível, basta situá-lo no sonhado lugar da inferioridade material, simbólica e jurídica, que acompanha a expectativa de submissão incondicional do imigrante a essa condição, lembrando-o de ser um estrangeiro e não ter os mesmos direitos dos nacionais.

As verdades da imigração reveladas pela pandemia

Uma das verdades reveladas pela atual crise diz respeito à gestão da força de trabalho do imigrante pelos Estados a partir da premissa da temporalidade. Trata-se do sistema de migração temporário, também chamado de *circular migration* (CONSTANT *et al.,* 2011), que mobiliza milhares de trabalhadores sazonais ao redor do mundo. Estes são contratados em regime temporário, na condição de hóspedes no país de destino – recebendo diferentes denominações para ressaltar esse caráter provisório, *como, por exemplo, gastarbeiter* ou *bird of passage.* Esses trabalhadores temporários, ao entenderem que não po-

[1] Para os refugiados, pessoas que deixam seus países por se encontrarem em situação de risco, portanto que têm uma necessidade extrema de serem acolhidos por outro Estado, a COVID-19 serviu como grande álibi para a suspensão do direito de refúgio, que nas últimas décadas já tem sido extremamente negligenciado. É como se essas pessoas pudessem esperar para pedir seu direito de refúgio. Assim, foram suspendidos os serviços de socorro aos conhecidos barcos lotados de homens, mulheres e crianças que tentam atravessar o Mediterrâneo para chegar à Europa. Para os refugiados que vivem nos campos de refúgio ou em abrigos para refugiados, a solução encontrada foi a de reforçar as fronteiras dessas localidades, impedindo a circulação dessas pessoas nas cidades, ou seja, impondo o isolamento já operante, porém de forma ainda mais violenta e restrita. A verdade é que por serem refugiados, não têm o direito de frequentar os hospitais como os outros cidadãos e, sobretudo, em nenhuma hipótese devem circular para além das fronteiras de seus campos ou abrigos para evitar o contágio dos cidadãos (leia-se, dos nacionais). Para a situação dos refugiados, ver Villen (2020).

deriam mais trabalhar e que ficariam, portanto, sem renda, como seria de se esperar, desejaram voltar para casa. Todavia, esse desejo não pôde ser realizado para muitos deles, que ficaram dias bloqueados nos aeroportos de diferentes cidades do mundo sem ter o que comer, nem onde dormir, como foi o caso dos trabalhadores colombianos em Cumbica, Guarulhos-SP (MONTOVANI; FRAISSAT, 2020).

Para os imigrantes sazonais sem acesso aos aeroportos, o tratamento recebido foi ainda pior, como é o caso de duzentos chilenos que foram detidos em um campo militar na Bolívia, ficando impedidos de se locomoverem (VILLARREAL, 2020). No Oriente Médio, os números de trabalhadores imigrantes sazonais enclausurados em campos são ainda mais impressionantes. No Kwait, por exemplo, mais de vinte mil imigrantes ficaram presos em campos de detenção em condições precárias e altamente propícias à propagação do Coronavírus (ULLAH, 2020). Nesse quadro, os abusos dos empresários das fronteiras, explorando o desespero do imigrante, também estão plenamente ativos, como foi o caso dos marroquinos que pagaram cerca de R$ 33.000 para conseguirem voltar para seu país, que havia fechado suas fronteiras para os próprios nacionais (MARTIN, 2020).

A quantidade exorbitante de trabalhadores imigrantes e refugiados que vive em *situação indocumentada* foi outra verdade revelada pela pandemia. Muitos Estados aproveitaram o regime de emergência da pandemia para expulsar os imigrantes indocumentados, como é o caso dos Estados Unidos de Trump, do México e do Peru, que rapidamente aprovou uma lei permitindo essas deportações em massa. Em particular, o que mais pareceu conveniente para os Estados foi a determinação de que a situação irregular *impede o acesso a direitos sociais*, sejam de tratamento de saúde, sejam de assistência social[2]. Países como a Itália – que possui uma expressiva população de emigrantes e também de imigrantes – se encontrou diante do dilema de não querer beneficiar os imigrantes indocumentados, porém, ao mesmo tempo,

[2] O caso de Portugal que optou excepcionalmente pela regularização das milhares de imigrantes indocumentados que vivem naquele país, para que pudessem ser identificados e tratados adequadamente no contexto da pandemia, representa uma exceção.

cobrar dos outros Estados – onde sua população emigrante reside – um suporte ao conacionais que se encontraram do dia para a noite sem emprego e renda. Conforme explicam Lanza *et al.* (2018), a nova lei de migração nº 13.445/2017, assegurada pela Constituição Federal (1988) em vigor, não permite a discriminação dos imigrantes (documentados e indocumentados) e dos refugiados (dos solicitantes de refúgio ou dos refugiados reconhecidos) para o acesso aos serviços públicos de educação e saúde, à assistência social e aos direitos sociais – ou seja, no Brasil a legislação reconhece aos estrangeiros os mesmos direitos dos brasileiros. No entanto, conforme destacam as autoras, essa garantia formal já apresentava muitas barreiras para ser efetivada na prática. No contexto da pandemia, como será evidenciado em seguida, essas barreiras também se fazem presente com efeitos muito graves para esse grupo social.

Essa aberração humanitária de negar ajuda aos indocumentados provocou muitas campanhas, com a bandeira "regularize já", de movimentos sociais e de entidades representantes dos imigrantes. Tais campanhas se disseminaram em diversos países, mostrando que apenas o reconhecimento da presença dessas pessoas invisíveis poderia significar uma medida eficaz para impedir as mazelas da pandemia.

No Brasil, diversas organizações, pesquisadores e ativistas já demonstraram apoio a essa campanha, que, como já mencionado se trata de uma demanda política presente em diferentes países, já que, nos últimos anos, houve uma explosão do número de imigrantes /refugiados que vivem em situação indocumentada, devido às políticas e leis restritivas da imigração, o aumento do controle e militarização das fronteiras. Segundo Basso e Perocco (2003: 22 e 23), trata-se de uma "produção global da clandestinidade'" que "é tudo menos involuntária" por parte dos Estados e instituições.

Essa reivindicação também se mostra pertinente no Brasil, tendo em vista os efeitos práticos nocivos, no trabalho e na vida cotidiana, que a situação indocumentada provoca para muitos imigrantes e refugiados que vivem no nosso país. No que se refere ao atual contexto de

pandemia, essa demanda também responde a uma pressão dos imigrantes em meio à suspensão das atividades da Polícia Federal, no que tange à regularização migratória. Entretanto, do ponto de vista normativo, é importante ressaltar que a construção jurídica da nova lei de migração brasileira possui um horizonte de alcance mais ambicioso, qual seja, o acesso a serviços públicos e a garantia dos direitos da população imigrante, independente da condição migratória.

Não poderíamos nos esquecer de outra importante verdade revelada – associada às anteriores –, a vulnerabilidade socioeconômica do imigrante. "Diante da crise de COVID-19, todos somos vulneráveis. O vírus mostrou que não discrimina – mas muitos refugiados, deslocados à força, apátridas e migrantes estão em maior risco." Este comunicado feito no dia 31 de março de 2020, pelo Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), pela Organização Internacional para as Migrações (OIM), pela Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS), chama atenção para maior vulnerabilidade da população imigrante aos efeitos da pandemia do coronavírus, em razão da discriminação, da falta de acesso a serviços públicos e pela dificuldade de integração econômica, o que os coloca em condições de trabalho altamente precarizadas.

Como essas pessoas são por excelência as candidatas aos piores empregos, em regimes precários, flexíveis, temporários, intermitentes – que Basso (2013) chamou de protótipo do trabalhador flexível – elas também ficaram rapidamente expostas às diversas imposições do sistema para quem depende absolutamente do trabalho ou de uma pequena renda para sobreviver. Essas pressões já são difíceis de se suportar em tempos econômicos normais e ficaram ainda mais pesadas por causa da paralisação das atividades, em função da pandemia. Casos de desemprego, de fome, de despejos indiscriminados, de situação de rua, de maior exposição a exploração e abusos, de tráfico de humanos se multiplicaram para esse grupo social, em diferentes partes do globo. Países que são particularmente marcados pela emigração, como Bir-

mânia, Indonésia, Bangladesh, Vietnam, Myanmar se deparam com a emergência de verem sua população obrigada a retornar por se encontrar sem trabalho, sem proteção social e sem rede de apoio nos países de destino, quando não sendo expulsa desses lugares. O futuro que essas populações encontrarão em seus países, sobretudo devido à crise econômica, também é bastante incerto. A indústria global da moda, que opera há anos nessa região, lucrando em cima desses trabalhadores, se recusa a continuar pagando o conhecido salário de fome para seus funcionários, grande parte deles trabalhadores imigrantes.

Do mesmo modo, se multiplicaram casos de violência (física e psicológica), racismo e xenofobia contra esse grupo social. Trata-se, como nos ensina Basso (2010), de um Racismo de Estado, que é fomentado "por cima" e que nas últimas décadas vem se caracterizando por um "salto de qualidade". O ataque às Torres Gêmeas, em 11 de setembro de 2001, significou um marco histórico para entendermos esse salto de qualidade na atuação do racismo de Estado. A atual pandemia, indubitavelmente, significará outro. Trata-se de uma arma antiga dos Estados, mas que nos contextos de crise se torna um instrumento imprescindível de governo, colocando os "estrangeiros" como bodes expiatórios dos problemas enfrentados pelos nacionais. Por esse motivo, na pandemia, uma das primeiras providências tomadas pelos Estados foi o "fechamento" (seletivo) das fronteiras e sua ainda mais acentuada militarização. Longe de os Estados procurarem uma cooperação global contra a pandemia, as fronteiras foram se fechando seletivamente como pretensa solução para pandemia.

Concomitantemente, serve também aos Estados a arma do nacionalismo – e seu veneno – para dividir as populações, particularmente a classe trabalhadora. Mesmo no Brasil, que tem uma porcentagem baixíssima de imigrantes em relação aos países do Norte Global, o Racismo de Estado serve de álibi ao governo. São conhecidas as manifestações do presidente Bolsonaro em relação aos imigrantes e refugiados, segundo ele, "a escória do mundo" (AZEVEDO, 2015). Ora, a primeira fronteira fechada no Brasil foi com a Venezuela, junto com as

embaixadas em ambos os países. Isso quer dizer que os emigrantes brasileiros ficaram sem ter onde recorrer na Venezuela e igualmente os milhares de venezuelanos que estão no Brasil. Não por acaso, os venezuelanos, além de serem a nacionalidade mais afetada em relação a questões socioeconômicas na América Latina, têm sido vítima, no Brasil, de diferentes ataques de extrema violência, sobretudo no Norte do país, pela população brasileira que se sente "ameaçada". Mais grave, a verdade é que esses casos de violência contra imigrantes são generalizados no país inteiro – atingindo principalmente os imigrantes e refugiados negros de origem africana ou haitiana. Se já estavam ocorrendo no contexto de crise econômica, particularmente após 2014, agora tendem a se multiplicar.

No entanto, em meio a essas verdades, há uma mais latente, escondida, que é a necessidade estrutural, portanto contínua, mesmo na pandemia, de trabalhadores imigrantes. A presença do trabalho imigrante nos diferentes países, sobretudo do Norte Global, é vital para permitir o funcionamento da economia, em especial para alguns setores como o trabalho doméstico e de cuidado, limpeza, construção civil, agricultura, serviços em geral. Essa verdade gerou uma grande polêmica, por exemplo, na Itália, que se deparou – após ter aprovado a lei draconiana contra imigrantes e refugiados chamada Lei Segurança e Imigração (2018) – com a necessidade de decidir o que fazer para que as plantações agrícolas e as famílias que utilizam o trabalho de cuidado das mulheres imigrantes pudessem continuar contando com essa força de trabalho, em grande parte indocumentada. Esse mesmo dilema se repetiu nos diferentes cantos do globo para evitar que diversos setores ficassem sem funcionar devido à falta de trabalhadores imigrantes. De outro lado, é preciso lembrar que a tentativa de entrar no Norte Global pelos imigrantes indocumentados não para nem mesmo durante a pandemia (Martin, 2020).

Há também a trágica verdade sobre a indiferença em relação à morte das populações deslocadas ou em deslocamento. O caso dos refugiados é certamente o mais alarmante, já que os campos de refúgio

que abrigam milhares de pessoas proibidas de circularem fora dessa zona, além de terem grande densidade populacional, não possuem hospitais com estrutura para tratar os contagiados pela COVID-19. Para aqueles que se encontram em trânsito, o drama é ainda maior, pois agora os Estados têm mais um motivo para se recusarem a receber ou prestar ajuda, como é o caso dos navios cheios de refugiados que atravessam cotidianamente o Mediterrâneo e, durante a pandemia, ficaram sem nenhum sistema de socorro. A proibição da solidariedade e de iniciativas de ajuda a esses refugiados agora está legitimada no contexto da pandemia. Em algumas regiões com mais imigrantes e refugiados, como nas cidades com maior concentração de hispânicos e brasileiros dos EUA, há 30% mais mortes pela COVID-19 do que em outros lugares (SANCHES, 2020).

Por fim, a divisão internacional do trabalho e a correlata hierarquia das nações e das nacionalidades, característica de funcionamento do sistema de imigração (SAYAD, 1998), também merecem destaque enquanto verdade da imigração revelada pela pandemia. A maior parte da população deslocada hoje é proveniente de países periféricos. Se antes da COVID-19, o retorno para casa já era algo problemático, para não dizer inviável para muitos desses imigrantes e refugiados, agora, com a crise econômica que se acirra na pandemia, seus países de origem serão ainda mais assolados pelos diferentes tipos de devastação econômica. Isso quer dizer que ainda mais pessoas serão obrigadas a migrar no futuro para sobreviverem, fugirem dos problemas estruturais típicos da periferia do capitalismo, buscando melhorar suas condições de vida.

Embora esses países sejam predominantemente produtores de emigrantes, é preciso lembrar que também são territórios de trânsito e de imigração. Sem dúvida alguma, será ainda maior o choque para os imigrantes periféricos – os periféricos na periferia – que migram para países da periferia do sistema (a chamada migração Sul-Sul), sonhando em deixar para trás esses problemas (trabalho, falta de acesso a direitos sociais, racismo, falta de moradia, entre outros). A desilusão de

se encontrar novamente em um país que se mostra também marcado por esses problemas estruturais agora será ainda mais perversa. Essa desilusão passa pela compreensão de que os próprios nacionais, ou seja, a classe trabalhadora desses países também está sendo duramente atingida por esses problemas.

O Brasil é um dos países da periferia do capitalismo onde essa desilusão, se já não existia, certamente se colocará a esse grupo social, que sente na pele o que é estar em terras estrangeiras em um contexto de grave crise sanitária, econômica, política e também civilizacional. A dificuldade que o Estado brasileiro tem de reconhecer[3] a "nova" imigração proveniente do Sul global – os "invisíveis globais" (VILLEN, 2018) – como parte da sua história da imigração e como parte da sua população permanente, como será analisado a seguir, a partir do caso da cidade de São Paulo, se revela nos "gargalos estruturais" para garantia de acesso a direitos para essa população com efeitos agravados pela pandemia.

A cidade de São Paulo, território com maior concentração de imigrantes e refugiados do Brasil e também área de atuação do Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI/SP) é um espaço privilegiado para entendermos as demandas e os impactos para população imigrante da Covid-19 e também os desafios colocados a nossa sociedade e instituições para garantir o acesso a direitos para esse grupo social.

[3] Essa invisibilidade desejada ficou escancarada na não inclusão do item *nacionalidade* nos formulários sobre a Covid-19 e SRAG, que impede a contabilização de "estrangeiros" contaminados e mortos pelo coronavírus Por esse motivo, a Rede de Cuidados em Saúde para Imigrantes iniciou uma campanha para "combater a invisibilidade de imigrantes e refugiados" como "medida urgente para garantir o direito à saúde" desse grupo social.

Demandas da população imigrante e os gargalos estruturais para garantia de acesso a direitos

No cenário nacional, destacam-se algumas normativas principais que afetaram a população imigrante no início da pandemia. Em primeiro lugar, está a Lei 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento de emergência de saúde pública, em razão do surto de coronavírus. Além disso, ressalta-se a medida provisória nº 926 de 20 de março de 2020, que permite a restrição excepcional e temporária de entrada e saída do país por rodovias, portos e aeroportos. Em decorrência, a Polícia Federal, por meio de normativa interna, suspendeu todos os atendimentos de regularização migratória assim como os prazos correspondentes a partir de 16 de março de 2020. Considerou também prorrogados os prazos de vencimento de protocolos, carteiras e outros documentos relativos às atividades de regularização migratória, incluindo certidões para instruir os procedimentos. Por fim, salienta-se o decreto 10.312, de 7 de abril de 2020, que apresenta as medidas de proteção social, incluindo o auxílio emergencial.

Cada Estado e município tem tomado suas próprias providências em relação às medidas de combate ao coronavírus a partir de uma combinação preocupante de ideologias políticas, recomendações científicas e pressões econômicas. Neste artigo, são apresentadas as ações feitas pelo município de São Paulo, por ser a área de atuação do Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI/SP). Em virtude do decreto federal 10.282/2020, que dispõe sobre os serviços essenciais que devem permanecer abertos durante a pandemia, a Prefeitura de São Paulo declarou, por meio do decreto 59.283 de 16 de março de 2020, a situação de emergência no município de São Paulo. Em decorrência, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania considerou que o serviço especializado de atendimento à população imigrante (CRAI/SP) se enquadraria dentro da categoria de serviços essenciais, com o objetivo de orientar e prestar apoio a essa população

sobre as medidas de prevenção ao coronavírus e para garantir o acesso aos serviços públicos municipais no período de pandemia.

Outra orientação importante foi a nota técnica nº 01/SMADS/2020 da Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Social. Voltada aos serviços da rede socioassistencial, esta orientação foi bastante aguardada pela rede de atenção ao migrante, em razão, principalmente, do funcionamento dos centros de acolhida específicos para imigrantes no município e para esclarecimento do fluxo de atendimento para conviventes que apresentassem sintomas de COVID-19. Em face de um cenário prévio de desmonte de políticas sociais, que tem afetado diretamente a oferta de serviços socioassistenciais na rede municipal, em especial na região central da cidade, a preocupação sobre uma possível sobrecarga dos serviços de acolhimento no período de pandemia e a falta de oferta de vagas para a população imigrante se mostra completamente pertinente.

No período de 19 de março a 28 de abril de 2020, o CRAI/SP realizou 365 atendimentos. Foram 39 nacionalidades atendidas, com um número mais expressivo de imigrantes venezuelanos. Houve um leve aumento na faixa etária do público atendido, por número maior de atendimento a pessoas idosas. Por outro lado, permaneceu inalterada a maior proporção de atendidos do gênero masculino do que feminino.

Destacam-se três principais demandas nesse período por parte da população imigrante. Em primeiro lugar, a demanda de acolhimento foi expressiva nas primeiras semanas de isolamento social. O processo de interiorização da comunidade venezuelana continua em meio à pandemia, e verifica-se uma constância no número de famílias recém-chegadas a São Paulo, provenientes de Estados do norte do país. Além disso, houve um aumento de solicitações de Consulados que buscam apoio aos seus nacionais desabrigados.

Com o início do cadastramento para auxílio emergencial, aumentaram as demandas relacionadas à inscrição ou alteração cadastral do CPF, com o objetivo de regularizá-lo para solicitação de auxílio. No

momento, o atendimento na Receita Federal se dá apenas de forma online, por email. Isso dificulta o acesso de populações vulneráveis, entre elas, os imigrantes. O CRAI/SP serviu de apoio e encaminhou solicitações de inscrição e alteração cadastral, porém, em muitos casos, o tempo de resposta se mostra irrazoável, levando dias ou até semanas.

Para além disso, o procedimento para solicitação de auxílio emergencial por si só tem sido uma demanda constante. O acesso por meio do celular ou por site exclui uma grande parcela da população em situação de vulnerabilidade. Para os imigrantes, acrescenta-se também a barreira linguística e a própria falta de compreensão sobre a política de proteção social no Brasil e seus benefícios sociais, como o bolsa família, e a forma de acessá-los pelo Cadastro Único. Houve também demanda por atendimento jurídico para imigrantes que tiveram êxito na solicitação do auxílio, porém foram impedidos de retirar o recurso nas agências da Caixa Econômica Federal, por conta de não possuírem documentação brasileira, ou seja, carteira nacional de registro migratório (CRNM), ou pelo menos, o documento provisório de registro migratório (conhecido como protocolo).

Apesar de tais demandas representarem um recorte da situação da população imigrante dentro do cenário nacional, por ser deduzido a partir do atendimento aos imigrantes residentes em São Paulo, verificam-se dois gargalos estruturais nessa análise dos impactos da pandemia para a garantia de acesso a direitos e serviços públicos pela população imigrante. O primeiro deles é a falta de adaptação e investimento da política de proteção social para as especificidades da população imigrante. Apesar da lei de migração, publicada em 2017, deixar expresso no seu art. 4º, VIII, a garantia de acesso à população imigrante aos serviços de assistência social, a situação atual ainda está longe do ideal. No município de São Paulo, a quantidade de centros de acolhida para a população imigrante, por exemplo, é insuficiente para o número de imigrantes que chegam à cidade diariamente em busca de melhores condições de vida. Além disso, a dificuldade de integração econômica e social faz com que muitos imigrantes demorem até atingir

autonomia financeira para buscar uma moradia autônoma, ou seja, os centros de acolhida servem de apoio não apenas para os recém-chegados[4].

Outro gargalo estrutural envolve todo ato referente ao processo de bancarização. A recusa em aceitar documentos válidos do país de origem como documentos de identidade ou até mesmo de não reconhecer o documento provisório de registro migratório (apesar da carta circular nº 3.183/2017, expedida pelo Banco Central) demonstra a resistência e a falta de alinhamento por parte das instituições financeiras em oferecer os mesmos serviços ofertados aos brasileiros à população imigrante. Antes da pandemia, já era comum a dificuldade enfrentada pelos imigrantes em executar trâmites bancários básicos, como a simples abertura de conta.

Diante desse atual cenário de pandemia, diversos desafios se impõem na garantia de direitos da população imigrante no país. Porém, é importante não perder de vista quais problemas surgem em decorrência da pandemia e, por outro lado, quais problemas já existentes tomaram proporções maiores em razão do coronavírus. Os gargalos destacados nesse texto demonstram que dificuldades enfrentadas pelos imigrantes neste atual período de pandemia já estavam presentes no momento anterior, como obstáculos à integração social dessa população.

De qualquer forma, é inquestionável que a pandemia do coronavírus será um divisor de águas e impactará profundamente não apenas nossos hábitos sanitários e a forma de se relacionar uns com os outros, mas principalmente a economia e o mundo do trabalho. E, nesse sentido, é importante se discutir como os imigrantes irão se inserir

[4]Para aprofundamento da discussão sobre assistência, moradia e migração, ver: CORDEIRO, S.; DEFENDI, C. CRAI Ocupa: trabalho social com imigrantes em ocupações. In: III Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos, UEL, 2019, Londrina Disponível em:: https://www.congressoservicosocialuel.com.br/trabalhos2019/assets/4604-227894-35393-2019-03-18-defendi%2C-c--cordeiro%2C-s._trabalho_eixo_-fluxos-migrat%C3%B3rios-e-pol%C3%ADticas-sociais-(uel).pdf

nessa nova conjuntura dos próximos meses (e talvez anos), considerando que antes já eram sujeitos à extrema precarização laboral.

Mais do que nunca, os esforços exercidos por organizações da sociedade civil, coletivos de imigrantes, pesquisadores e atores públicos, em defesa da garantia dos direitos da população imigrante se farão necessários, não apenas para prover atendimento a essa população, mas para incidir politicamente em pautas relacionadas à pandemia e na implementação de medidas governamentais que levem em consideração as especificidades da população imigrante.

Considerações finais

A partir da identificação da situação enfrentada por imigrantes e refugiados no contexto internacional e no Brasil – particularmente no município de São Paulo –, foram tratadas, neste artigo, algumas "verdades da imigração" que se revelam no âmbito da crise provocada pela Covid-19. Além de evidenciarmos como há situações muito parecidas em diferentes partes do globo, que nos ajudam a entender tendências gerais colocadas aos imigrantes e refugiados – em especial ao trabalhador imigrante –, também oferecemos um registro histórico das demandas desse grupo social na cidade de São Paulo e uma análise dos gargalos estruturais para responder às urgências dessa população, acentuadas pelo atual contexto.

Para concluir, é preciso lembrar que mesmo em meio a dificuldades extremas, há espaço – no Brasil e em diversas outras partes do globo – para a reação dessa população, que busca permanentemente transformar sua realidade. Os imigrantes e refugiados lutam, apesar das dificuldades extremas ligadas à pandemia, para contrastar a invisibilidade, acessar direitos e sobreviver.

Se pensarmos o caso do Brasil, vale destacar a mobilização da rede de atenção ao imigrante, formada por diferentes atores como organizações da sociedade civil (Missão Paz, Sefras, ITTC, CDHIC, África do Coração, Presença da América Latina, Bibliaspa, entre outras) , coletivos (Sí, yo puedo, Base Warmis, Conviva Diferente etc) e o Po-

der Público (como a Coordenação de Políticas para Imigrantes, o CRAI/SP e a Defensoria Pública da União). De forma articulada, buscam respostas para garantir o acesso dos imigrantes a direitos, combater a discriminação e a xenofobia e socorrer as necessidades urgentes (situação laboral, ajuda alimentar, reunião familiar, situação no isolamento, acesso aos benefícios sociais, impossibilidade de pagar aluguel, regularização dos indocumentados para receberem os auxílios). Nesse sentido, podemos citar o "tuitazo" pela regularização de imigrantes e refugiados; a distribuição pelo MST de marmitas solidárias e pães para imigrantes desempregados com produtos produzidos nos assentamentos; a tradução de materiais com informações sobre a Covid-19; a assistência jurídica da DPU; a campanha da Rede de Cuidados em Saúde para Imigrantes, dentre tantas outras iniciativas institucionais e de pessoas que atuam na linha de frente para socorrer a população imigrante neste contexto, mesmo com o alto risco de contraírem o vírus.

Há, portanto, muitas iniciativas sendo empreendidas em particular para mostrar que as medidas contra o coronavírus não devem ter distinção de nacionalidade ou situação migratória. Esse enfrentamento das barreiras nacionais, mesmo no contexto atual do mundo e do Brasil em que estas fronteiras são agressivamente reafirmadas, é um fenômeno que ganha importância vital nas lutas sociais sensíveis ao que Antunes (2018) defende: a necessidade de "se criar um novo modo de vida".

Referências

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**. São Paulo: Boitempo, 2018.

AZEVEDO, R. Bolsonaro chama refugiados de "escória do mundo", **Exame**, 22 set. 2015.

BASSO, P. Imigração na Europa. *In*: ANTUNES, R. (Org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**, São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. L'ascesa del razzismo nella crisi globale. In: BASSO, Pietro (Org.). **Razzismo di stato***:* Stati Uniti, Europa, Italia. Milano: Franco-Angeli, 2010. BASSO, Pietro; PEROCCO, Fabio (Orgs.). Gli immigrati in Europa: Diseguaglianze, razzismo, lotte. Milano: FrancoAngeli, 2003.

BASSO, P.; PEROCCO, F. (Orgs.) **Gli immigrati in Europa:** Diseguaglianze, razzismo, lotte. Milano: FrancoAngeli, 2003.

CONSTANT, A. F.; NOTTMEYER, O.; ZIMMERMANN, K. F. The economics of circular migration. *In:* CONSTANT, A. F.; ZIMMERMANN, K. F. (Eds.) **International handbook on the Economics of Migration.** Cheltenkam/Northampton: Edward Elgar Publishing, 2011.

CORDEIRO, S.; DEFENDI, C. CRAI Ocupa: trabalho social com imigrantes em ocupações. In: III Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos, 2019, **Anais Eletrônicos...** UEL, 2019, Londrina Disponível em:: <https://www.congresso-servicosocialuel.com.br/trabalhos2019/assets/4604-227894-35393-2019-03-18-defendi%2C-c—cordeiro%2C-s._trabalho_eixo_-fluxos-migrat%C3%B3rios-e-pol%C3%Adticas-sociais-(uel).pdf>. Acesso em 23 maio 2020

LANZA, L. M. *et al.* Imigrantes nos territórios: problematizações sobre intervenções profissionais nas políticas de seguridade social. **Katál.**, v. 21, n. 2, maio/ago, 2018, 271-280.

MARTIN, M. Mais de 30.000 reais para escapar da Espanha de barco, **El País**, 25/04/2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-04-25/mais-de-30000-reais-para-escapar-da-espanha-de-barco.html.> Acesso em 23 maio 2020.

MONTOVANI, F.; FRAISSAT, Z. Colombianos dormem há dias no aeroporto de Guarulhos à espera de repatriação. **Folha de São Paulo**, 12/05/2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/05/colombianos-dormem-ha-dias-no-aeroporto-de-guarulhos-a-espera-de-repatriacao.shtml>. Acesso em 23 maio 2020.

SANCHES, M. **Coronavírus:** nos EUA, cidades com migrantes brasileiros e hispânicos têm 30% mais mortes por covid-19, BBC NEWS, 19/05/2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52333349>. Acesso em 23 maio 2020.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade.** São Paulo: Edusp, 1998.

ULLAH, A. Like sardines: Migrant workers suffering in Kuwait's desert detention camps. **Middle East Eye**, 15/05/2020. Disponível em <https://www.middleeasteye.net/news/coronavirus-kuwait-migrant-workers-bangladesh-detention-camps>. Acesso em 23 maio 2020.

VILLARREAL, M. Migrações na América Latina em tempo de coronavírus, **Folha de São Paulo**, 17/04/2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/04/migracoes-na-america-latina-em-tempo-de-coronavirus.shtml>. Acesso em 23 maio 2020.

VILLEN, P. Direito ou concessão dos Estados? O debate sobre o fim do direito de refúgio. **Comciência**, *Dossiê 216,* 9 abr. 2020.

_____. **(In)visíveis globais:** imigração e trabalho no Brasil. São Paulo: Alameda, 2018.

CAPITALISMO, COVID-19 E A CRISE ECONÔMICA: RUÍNA OU REVOLUÇÃO*

Fábio Coltro

Introdução

Apenas quatro meses atrás, ninguém tinha ouvido falar do vírus chamado covid19, o mundo funcionava dentro dos parâmetros usuais e os cidadãos viviam com a segurança produzida pela miragem do Capitalismo.

A construção do meio ambiente como um terreno exógeno e objetificável vem de longe, lançando as bases para numerosas teorias do desenvolvimento, com base no progresso humano apoiado no conhecimento científico e no controle e domínio da natureza. O dualismo Sociedade vs Natureza viria a ser a percepção segundo a qual os seres humanos representam a civilização, enquanto a natureza estaria em outro campo diferenciado, na natureza, onde outros deveriam ser estendidos sobre os indomáveis. (GERBEAU; AVALLONE, 2020)

O dualismo cartesiano não se limitou a permear o inconsciente coletivo das sociedades modernas, mas implicou que os vários ramos da ciência orientassem suas investigações com base nessa perspectiva. E qual foi o resultado? Um dos movimentos geopolíticos mais óbvios (e devastadores) apoiados por essa percepção o colonialismo. As mensagens civilizadoras legitimaram o controle das colônias na América, África, Ásia ou Oceania, afirmando estas como ambientes selvagens (incluindo suas populações) cujo controle permitiria o acesso desses territórios conquistados ao progresso, desde que se submetessem ao serviço das civilizações "desenvolvidas", que por sua vez, progrediram no cumprimento de uma determinada missão histórica. (GERBEAU; AVALLONE, 2020)

*DOI – 10.29388/978-65-86678-07-9-0-f.83-96

O colonialismo não foi um movimento específico, limitado a um período histórico específico, mas um avanço na conquista da fronteira capitalista, abrangendo mais territórios e sujeitando mais populações ao processo de acumulação liderado pelas zonas centrais do sistema mundial. E aqui está a razão de ser do dualismo cartesiano: a construção da natureza como um campo separado dos seres humanos legitima sua exploração indispensável para garantir a acumulação capitalista. (GERBEAU; AVALLONE, 2020)

Para o antropólogo Viveiros de Castro, nunca foi possível separar a humanidade de ambiente, como não se trata de colocar um dentro e um fora, um ambientado e um "ambientante". Trata-se se dois modos – ao falar em Gaia e em humanidade, ou de qualquer outro avatar do sujeito – de começar um percurso; você pode começar por Gaia, ou pelo antropos, pelo húmus, humanus… E chegar-se ao outro lado sem o mínimo de descontinuidade, porque é um lado só, isso não quer dizer que não haja uma dobra, uma torção nessa figura de um lado só. (VIVEIROS DE CASTRO, 2014)

O problema do antropoceno é a aceleração do tempo, a transposição da cronotopia humana para a escala geológica. O antropoceno produz um descompasso, entre as subjetivações coletivas clássicas (a classe, a multidão, o povo, a nação) e a objetivação da espécie. A primeira crise – a crise do capitalismo tardio –, vem despertando, desde a virada do século, uma sequência de reações intermitentes e dispersas contra a mundialização neoliberal, contra o capitalismo financeiro e assim por diante e fez proliferar essas insurreições, todo um novo entusiasmo em relação à política coletiva de tipo minoritária insurrecional extraparlamentar, de massa, etc. A segunda crise – a crise da aceleração das mudanças ambientais –, que pôs em primeiro plano os efeitos deletérios dos fluxos materiais ou reais decorrentes do processo de acumulação do capital. Em certa medida a primeira manifestação é contra o neoliberalismo como máquina de financeirização do sistema, e a segunda é uma crise da produção real de CO2, de venenos e etc, e

não uma crise do mercado. Ainda que nós saibamos que é a financeirização que puxa a segunda crise. (VIVEIROS DE CASTRO, 2014)

O processo de civilização envolveu sujeitar e localizar mais territórios e mais comunidades dentro da divisão global do trabalho, em um movimento indispensável para o sistema capitalista mundial, que exige a garantia de fluxos constantes de matérias-primas baratas, energia, comida e trabalho para manter processos de acumulação. Mas colocar os seres humanos para trabalhar a fim de explorar os vários recursos naturais não é "*natural*", é capitalismo, pois o objetivo final é obter mais-valia para garantir a acumulação dos atores que possuem os meios de produção. (GERBEAU; AVALLONE, 2020)

A teoria do colapso metabólico de Marx é uma maneira de olhar para as relações ecológicas ou metabólicas. Em particular, as complexas relações interdependentes da natureza e da sociedade, a partir de uma abordagem sistêmica muito antes do desenvolvimento da ecologia moderna e que de fato emergiram em bases semelhantes. (FOSTER, 2000)

Os processos de uso dos recursos naturais se intensificaram com a produção e a acumulação capitalistas, gerando rupturas na troca de seres humanos com a natureza, que Marx chamou de "o metabolismo universal da natureza". (FOSTER, 2005)

O ponto de vista da "ruptura metabólica" é na verdade um ponto de vista ecológico radical em relação às relações sociais capitalistas e é fundamental para entender a atual pandemia de coronavírus. (FOSTER, 2020)

Marx definiu o trabalho como uma mediação do intercâmbio metabólico entre seres humanos e natureza e analisou como diferentes "formas" históricas de trabalho alteraram todo o metabolismo social e natural. A teoria do metabolismo de Marx lidava com o problema da "ruptura metabólica"[1] no capitalismo , inspirado por Justus von Liebig,

[1] A ruptura metabólica é a noção de Karl Marx da ruptura irreparável no processo interdependente do metabolismo social, isto é, a concepção chave de Marx das tendências da crise ecológica no capitalismo. Marx teorizou uma ruptura na interação metabólica entre a humanidade e o resto da natureza que emana da produção capita-

levando-o a se dedicar mais às ciências naturais a partir de 1868. - o conceito de metabolismo de Marx abordava diferentes maneiras de organizar o metabolismo trans-histórico[2] entre a humanidade e a natureza. Ele reconheceu que vários sistemas de trabalho e propriedade em sociedades não europeias e pré-capitalistas empregaram processos distintos de metabolismo entre seres humanos e natureza. Além da brecha metabólica no sentido de Liebig, a perturbação do metabolismo social e natural também ocorreu sob a radical "transição" das comunidades tradicionais das aldeias após seu confronto com o capitalismo. (SAITO, 2017)

Marx reconheceu criticamente o poder destrutivo do capital e argumentou que as rupturas no metabolismo universal da natureza inevitavelmente minam as condições materiais para o desenvolvimento humano livre e sustentável. O caráter de roubo inerente ao desenvolvimento capitalista das forças produtivas não gera progresso que não leve a qualquer sociedade futura. (SAITO, 2016)

Para o sistema-mundo capitalista, é essencial explorar o que conhecemos como "natureza" e os seres humanos, pois ambos contribuem com o excedente ecológico, ou com mais valor, à espinha dorsal da acumulação. (MOORE, 2015)

Aqui devemos pensar nas diferenças entre o Antropoceno e o Capitaloceno. O Antropoceno proposto por Crutzen e aceito por grande parte da comunidade científica leva em consideração apenas o fato das mudanças geológicas atuais sem se questionar sobre sua ori-

---

lista e da crescente divisão entre cidade e o campo.

Segundo John Bellamy Foster, que cunhou o termo, a ruptura metabólica é o desenvolvimento do trabalho anterior de Marx nos Manuscritos Econômicos e Filosóficos sobre o ser das espécies e a relação entre os seres humanos e a natureza. O metabolismo é a análise madura de Marx da alienação da natureza e apresenta uma maneira mais sólida - e científica - de descrever o complexo e dinâmico intercâmbio entre seres humanos e natureza, resultante do trabalho humano.

[2]A ideia de trans-histórico é a qualidade de manter-se ao longo da história da humanidade, não apenas dentro do quadro de referência de uma forma particular da sociedade em um estágio particular do desenvolvimento histórico. Uma entidade ou conceito que possui trans-historicidade é considerado trans-histórico.(JAMESON, 2013.)

gem e responsabilizando a humanidade enquanto espécie e apostando na solução tecnológica. Já o Capitaloceno, uma forma de crítica ao Antropoceno, data e aponta os responsáveis por essas mudanças no globo. A abordagem do capitaloceno aponta para o surgimento do capitalismo e suas nefastas consequências como a origem e a responsabilidade são daqueles 1% da população que são sempre beneficiados com o Capitalismo.

Então, somos realmente seres exógenos à natureza? A teoria da ecologia-mundo sustenta que os seres humanos fazem parte da natureza tanto quanto o campo ou os animais, de modo que o correto seria falar sobre naturezas humanas e extra-humanas. Se não marcarmos essa separação arbitrária tanto em nossos pensamentos quanto em nossas investigações, podemos deduzir, então, por exemplo, que não estamos na era do antropoceno, pois os seres humanos não são igualmente culpados pelas mudanças climáticas. Estamos na era do capitaloceno, um momento histórico em que o capitalismo transformou completamente as naturezas, apropriando-as em busca da produção infinita e onde o aumento da temperatura global é causado por seu modelo e por aqueles que o apoiam, não para as comunidades humanas como um todo, uma vez que a grande maioria desempenha nele um papel sistêmico subordinado. (GERBEAU; AVALLONE, 2020)

O covid-19 nos coloca diante do espelho, ensinando-nos a falácia do dualismo cartesiano, porque somos mais uma parte da natureza e, portanto, somos vulneráveis aos patógenos que existem lá, mas também nos ensina que nosso cuidado é contrário à lógica do sistema capitalista, porque para nos proteger, devemos nos limitar e parar a produção, o trabalho, priorizando a vida. É hora de (re)construir a comunidade, privilegiar uma geração de valor não mercantil, com base no que é útil para o progresso e o cuidado da vida humana, mas também de natureza extra-humana. Os aplausos diários que dedicamos de nossos os terraços para o pessoal de saúde nos mostram que, ao parar as máquinas de produção, somos capazes de perceber o que tem valor real: solidariedade, atendimento, público. Em outras palavras, o que

nos une. É muito cedo para conhecer as consequências globais que essa pandemia terá, mas, comparado à década anterior, marcada por austeridade e cortes, fica cada vez mais claro que isso exigirá uma mudança de paradigma, entendendo que o sistema que até agora tem governou o planeta, é contrário à vida que abriga. (GERBEAU; AVALLONE, 2020)

Mas quem é responsável pela crise sanitária atual?

Para todas as pessoas que não são negadoras do clima, há uma resposta fácil para essa pergunta: a humanidade. Quem, em sã consciência, poderia questionar a ideia de que a mudança climática é antropogênica (feita pelo homem). Não vivíamos no Antropoceno: a era do homem como força geológica? (MOORE, 2015)

Capitaloceno, pode parecer estranho quando dito. Isso, no entanto, tem pouco a ver com a palavra - é porque, sob a hegemonia burguesa, somos ensinados a olhar com suspeita para qualquer linguagem que dê nome ao sistema. Mas nomear o sistema, as formas de opressão e a lógica da exploração é o que os movimentos sociais emancipatórios sempre fazem. Os movimentos da justiça se desdobram através de novas ideias e novas linguagens. O poder de nomear uma injustiça canaliza pensamento e estratégia, algo dramaticamente subvalorizado pelos movimentos trabalhistas, anticoloniais e feministas ao longo do século XX.(MOORE, 2019)

Sabemos - historicamente e na atual crise - quem é o responsável. Eles têm nomes e endereços, começando pelos oito homens mais ricos do mundo, com mais riqueza do que os 3,6 bilhões de seres humanos na parte inferior. (MOORE, 2015)

É uma maneira de entender o capitalismo como um sistema histórico, geograficamente conectivo e padronizado. Nesta visão, o **Capitaloceno** é uma geopoética para entender o capitalismo como um mundo ecológico de poder e reprodução na rede da vida. (MOORE, 2019)

Humanidade e **Natureza** não são apenas palavras, mas abstrações que foram tomadas como reais pelos impérios, estados modernizadores e capitalistas, com o objetivo de criar naturezas humanas e extra-humanas baratas de todos os tipos. Historicamente, a maioria dos humanos foi excluída em termos práticos da afiliação à Humanidade. Na história do capitalismo, em ***Antropos***, há pouco espaço para quem não seja branco, masculino e burguês. Desde 1492, os super-ricos e seus aliados imperiais despojaram pessoas de cor, povos indígenas e praticamente todas as mulheres de sua humanidade, e os designaram para a natureza - assim, eles poderiam ser melhor transformados em oportunidades para gerar lucro. O resultado é que a cosmologia do homem e da natureza no antropoceno popular não é apenas analiticamente defeituosa, mas está implicada em histórias práticas de dominação. Quando o Antropoceno Popular se recusa a nomear as mudanças climáticas capitalogênicas, deixa de perceber que o problema não é o Homem e a Natureza, mas certos homens envolvidos na lucrativa dominação e destruição da maioria dos seres humanos e do resto da natureza. (MOORE, 2015)

Certamente, o capitalismo é um sistema de acumulação infinita de capital. Mas a tese do Capitaloceno aponta que, para entender a crise planetária hoje, precisamos considerar o capitalismo como um mundo ecológico de poder, produção e reprodução. Nessa perspectiva, os momentos "sociais" da dominação de classe moderna, da supremacia branca e do patriarcado estão intimamente ligados a projetos ambientais voltados à acumulação incessante de capital. Essencialmente, a grande inovação do capitalismo, desde suas origens após 1492, foi inventar a prática de apropriação da natureza. Que a natureza não era apenas uma ideia, mas uma realidade territorial e cultural que trancava e vigiava as mulheres, colonizava os povos e as redes de vida extra-humana. Como as redes da vida resistem à padronização, aceleração e homogeneização da maximização do lucro capitalista, o capitalismo nunca foi meramente econômico: a dominação cultural e a força po-

lítica tornaram possível a devastação capitalogênica das naturezas humanas e extra, sempre humano. (MOORE, 2015)

Esses instantâneos da história do capitalismo nos dizem que esse sistema peculiar sempre dependeu das fronteiras das naturezas baratas - naturezas não comercializadas cujo trabalho pode ser apropriado de forma gratuita ou a baixo custo por meio de violência, dominação cultural e mercados. Essas fronteiras sempre foram cruciais porque o capitalismo é o sistema mais prodigiosamente inútil já criado. Isso explica a extraordinária extroversão do capitalismo. Para sobreviver, ela teve que cercar o planeta simultaneamente como uma fonte da **Natureza Barata** e como um depósito de lixo planetário. Ambas as fronteiras, que permitem uma redução radical dos custos e, portanto, a maximização dos lucros, estão agora se fechando. Por um lado, o Barato é um relacionamento sujeito à exaustão - trabalhadores e camponeses se rebelam e resistem, as minas estão esgotadas, a fertilidade do solo é corroída. Por outro lado, a cobertura do capitalismo da atmosfera planetária e de outros bens comuns por seus detritos ultrapassou um limiar crítico. A mudança climática de época é a expressão mais dramática desse ponto de virada, onde descobrimos que a crescente toxificação global está desestabilizando cada vez mais as realizações de época do capitalismo e, acima de tudo, de seu regime de comida barata. Essas duas estratégias, Natureza Barata e Lixo Barato, estão cada vez mais esgotadas, à medida que a geografia da produção e do lucro da vida entra em uma fase mórbida. A pandemia do coronavirus mudando tudo. A ecologia-mundo do capitalismo está passando por uma inversão de época - ou melhor, uma implosão - já que as naturezas não são mais baratas e começam a montar uma resistência cada vez mais eficaz. As redes da vida em todos os lugares estão desafiando estratégias de redução de custos de capital e se tornando uma realidade maximizadora de custos para o capital.(MOORE, 2019)

Podemos pensar que o futuro nos reserva, de forma otimista, o que Marx passou a reconhecer a "vitalidade natural" das comunas pré-capitalistas existentes que poderiam servir como uma base social para

revoluções futuras. As contradições do capitalismo se manifestam mais claramente quando as forças violentas do desenvolvimento econômico confrontam a vitalidade natural de outras formações sociais fora do capitalismo. (SAITO, 2016)

O capital pode lucrar mesmo com desastres ambientais.

Marx percebeu que o desenvolvimento tecnológico é organizado como "forças produtivas do capital", que levam à realização plena de aspectos negativos das tecnologias, de modo que não podem funcionar como fundamento material para a sociedade socialista.(SAITO, 2017)o capital pode continuar a lucrar com a atual crise ecológica ao inventar novas oportunidades de negócios, como geoengenharia, OGM e, claro, a pandemia de coronavirus[3]. Assim, os limites naturais não levam ao colapso do sistema capitalista. (SAITO, 2017)

o capitalismo é muito mais elástico, pois é provável que este sistema social sobreviva e continue a acumular capital, mesmo que a atual crise ecológica se aprofunde para destruir o planeta inteiro e produzir um proletariado ambiental de massa em todo o mundo.(SAITO, 2017)

A luta pela vida durante a pandemia de coronavirus inclui claramente um componente da luta de classes. (SAITO, 2020). As pessoas ricas provavelmente sobreviveriam, enquanto os pobres são muito mais vulneráveis ao covid-19, embora sejam muito menos responsáveis pela crise do que os ricos. Os pobres não possuem meios tecnológicos e financeiros eficazes para se protegerem das consequências catastróficas dessa pandemia. É por isso que um compromisso sério com a questão ambiental exige simultaneamente uma luta consciente contra o capitalismo.

Rob Wallace (et al, 2020) explicou que a origem do CONVID-19 e outros vírus recentes tem sido a penetração mais intensa do agronegócio nos sistemas naturais, o que criou fissuras nos ecossistemas e

[3] Ver: https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-04-30/bolsonaro-sob-a-lupa.html

entre as espécies, causando o surgimento de pandemias globais. Em "Notas sobre um novo coronavírus", Wallace argumenta que a solução estrutural é a construção de "um ecossocialismo que atenua a lacuna metabólica entre ecologia e economia, entre urbano, rural e selvagem. Evitando assim o surgimento de patógenos piores desse tipo".(WALLACE et al, 2020)

Mais de um século atrás, o zoólogo Ray Lankester, escreveu que num esforço ambicioso para produzir um grande número de animais e plantas, o homem acumulou um grande número de espécies de maneira não natural em campos e fazendas e também concentrou multidões não naturais nas cidades. O resultado é o crescimento de novas doenças associadas a parasitas, vírus e bactérias Para Lankester, um crítico agudo do capital, o problema estáestava nos "mercados" e nos "comerciantes de finanças cosmopolitas".(LANKESTER, 1905)

Hoje, no Capitaloceno, não há dúvida de que o capitalismo está criando fissuras antropogênicas nas espécies, nos ecossistemas e na atmosfera, gerando uma crise socioecológica, que em última instância se deve às contradições do sistema de acumulação. O regime capitalista cria grandes disparidades de classe e imperiais, causando perigos ambientais aos mais pobres e vulneráveis, enquanto os ricos são relativamente seguros.(FOSTER, 2020)

Seria um erro grave NÃO entender que a crise ecológica planetária e a crise da economia capitalista global são elementos dialeticamente interconectados de uma crise estrutural de capital que define nosso tempo.(FOSTER, 2020)

Que trabalho os capitais querem?

Para o sociólogo Ricardo Antunes, estamos a beira de um colapso social profundo, o que não é novidade. No Brasil, o neoliberalismo é devastador e as empresas não vão pagar os trabalhadores que não trabalharem, os aplicativos todos não vão pagar porque os trabalhadores são prestadores de serviço. A previdência estará fechada para eles e

a saúde pública vai depender dos atendimentos e dos leitos existentes na precária situação da saúde pública que foi destruída pelos governos neoliberais do Brasil.(ANTUNES, 2020)

Antunes afirma que: "Chega uma hora que a saída é ao modo do Bacurau, entende? Não estou antecipando nada. Mas eu duvido que uma sociedade pode destroçar tanto assim, ilimitadamente e eternamente" (ANTUNES, 2020).

Como vimos a pandemia do coronavírus não é um elemento desconectado do sistema de metabolismo antissocial do capital de caráter profundamente destrutivo, assim, o capital só pode se ampliar destruindo e é por isso que ele destrói a força humana de trabalho em proporções monumentais, destrói a natureza de modo visceral. (ANTUNES, 2020)

Há um agravamento disto tudo no contexto da pandemia, que não é um efeito "*natural*" sem conexões com o sistema de metabolismo social do capital. O coronavírus é a expressão clara desta tragédia de um sistema que é letal em relação ao trabalho, à natureza, à liberdade substantiva entre os gêneros, as raças, as etnias e tantas outras dimensões. (ANTUNES, 2020)

Que trabalho os capitais querem? Um trabalho cada vez mais desprovido de direitos, mais informal, funcionando como um apêndice de uma máquina que domina o mundo. Por isso a situação pandêmica é trágica. Ao mesmo tempo que os trabalhadores e trabalhadoras, como todo cidadão com o mínimo de dignidade, deveriam ficar em isolamento social para evitar a letalidade do capitalismo pandêmico, se ficarem em casa estão condenados a morrerem de fome. Então vão trabalhar onde é possível trabalhar.(ANTUNES, 2020)

A questão da natureza é outra coisa importante: "A destruição nos coloca, como István Mészáros disse anos atrás, lembrando Rosa Luxemburgo, que o futuro imediato nos coloca a questão do socialismo ou barbárie, se tivermos sorte. Esta adição de Mészáros é espetacularmente atual: corremos o risco de não termos nem barbárie porque estamos num patamar mais profundo, que está num degrau inferior e

mais abaixo do que a barbárie. A questão da natureza evidencia isso". (ANTUNES, 2020) Para mim, barbárie é o agora. Não corremos o risco de cair na barbárie porque já estamos nela, olha o tanto de negro e pobre que morre no Brasil todo dia.

Portanto, é necessário que reinventemos outro sistema de metabolismo social contrário aos imperativos destrutivos do sistema de capital. Isso vale para quando pensamos na questão da liberdade substantiva, da emancipação efetiva entre os gêneros. Isso é vital quando se pensa na luta contra o racismo, contra a xenofobia, contra a homofobia, contra o sexicismo, contra a cultura visceral e indigente da ignorância. (ANTUNES, 2020)

Afirma Antunes (2020):

> Temos hoje o mundo dos ignorantes; é como se cultuar a ignorância fosse o top. Isso mostra a indigência do mundo em que estamos. Só sairemos disso através das lutas das periferias, das comunidades indígenas, da classe trabalhadora masculina, feminina, branca, negra, indígena, da juventude, do movimento dos negros, da revolução feminista - há uma revolução feminista em curso e é vital que ela adira, como muitos dos seus setores vêm fazendo, a uma luta contra a opressão masculina, contra a opressão de gênero e contra as formas de opressão e dominação do capital. Estamos num momento em que o imperativo é reinventar outro modo de vida e a questão vital do nosso tempo é: temos que lutar pela vida e não pelo lucro.

De fato, é vital que a luta contra o capital adira as pautas do movimento feminista, indígena, LGBTTQ ... tem que inverter essa ordem, não é o feminismo que tem q aderir à luta de classe, a luta de classe é que tem que aderir as pautas feministas. A revolução, de fato, será feminista, ou não será!!!

Ficar tudo como sempre ("***Bussiness as usual***") - com sistemas de dominância de classe e produção e tudo o mais - é algo que nunca sobrevive a grandes perturbações dessa pandemia.(MOORE, 2019)

O sistema capitalista falhou (ou será que não?). Uma ruptura revolucionária será necessária não apenas com o capitalismo em sentido estrito, mas também com toda a estrutura do imperialismo colonizatório, que é o campo em que a acumulação opera hoje. A sociedade terá que ser reconstituída em uma base radicalmente nova. A escolha diante de nós é gritante**: ruína ou revolução**.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **1º de maio em tempos de pandemia:** a mutação do capitalismo e a degradação do trabalho. Entrevistas especiais com Ricardo Antunes, Clemente Lúcio e José Dari Krein. Instituto Humanitas Unisinos - IHU, 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/598528-1-de-maio-em-tempos-de-pandemia-a-mutacao-do-capitalismo-e-a-degradacao-do-trabalho-entrevistas-especiais-com-ricardo-antunes-clemente-lucio-e-dari-krein>. Acesso em: 11 maio 2020

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Editora Record, 2005.

_____. Catastrophe capitalism: climate change, COVID-19, and economic crisis. **Monthly Review online.** Disponível em: <https://mronline.org/2020/04/01/catastrophe-capitalism-climate-change-covid-19-and-economic-crisis/>. Acesso em: 11 maio 2020

_____. E. Ray Lankester, Ecological Materialist: An Introduction to Lankester's "The Effacement of Nature by Man". **Organization & Environment**, v. 13, n. 2, p. 233-235, 2000.

_____. The Return of Nature: Socialism and Ecology. **Monthly Review Press**, 2020.

GERBEAU, Yoan Molinero; AVALLONE, Gennaro. Ecología-mundo, un nuevo paradigma para el estudio de las migraciones internaciona-

les. **Empiria**: Revista de metodología de ciencias sociales, n. 46, p. 23-44, 2020.

JAMESON, Fredric. **The political unconscious: Narrative as a socially symbolic act**. Routledge, 2013.

LANKESTER, Edwin Ray. **Nature and man**. Clarendon Press, 1905.

MOORE, Jason W. **Capitalism in the Web of Life**: Ecology and the Accumulation of Capital. Verso Books, 2015.

_____. World-ecology: a global conversation. **Sociologia urbana e rurale**, 2019.

SAITO, Kohei. **Karl Marx's ecosocialism**: Capital, nature, and the unfinished critique of political economy. NYU Press, 2017.

_____. Karl Marx's Ecosocialism: Capital, Nature, and the Unfinished Critique of Political Economy. **Monthly Review**, v. 72, 2020.

_____. Marx's ecological notebooks. **Monthly Review**, v. 67, n. 9, p. 25-42, 2016.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A revolução faz o bom tempo. In: **Conferência no Colóquio Os Mil Nomes de Gaia**. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa. 2014.

WALLACE, Rob et al. COVID-19 and Circuits of Capital**. Monthly Review**, v. 72, 2020.

"HERÓIS" POR NECESSIDADE: ENTREGADORES POR APLICATIVOS EM TEMPOS DE COVID-19*

Marco Gonsales
Felipe Moda
André Accorsi

Introdução

O presente capítulo é uma apresentação parcial dos resultados de uma pesquisa realizada com entregadores e entregadoras por aplicativos sobre as condições do trabalho, por eles e elas exercidos, em tempos de pandemia e consequente isolamento social. Até o momento, aplicamos, presencialmente e remotamente, um questionário composto por 10 perguntas fechadas em escala Likert com 36 entregadores e entregadoras por aplicativos da cidade de São Paulo, entre os dias 8 e 23 de abril (18 dias após o Estado de São Paulo entrar em quarentena). A amostra não é representativa do universo dos entregadores e entregadoras por aplicativos, mas é importante para indicar tendências e abrir caminhos para pesquisas mais robustas. Os resultados aqui apresentados são parciais e fazem parte de uma pesquisa comparativa sobre as condições de trabalho dos entregadores e entregadoras da cidade de São Paulo e da Cidade do México. No entanto, entendemos, por bem, antecipar alguns resultados dada a urgência que o tema requer.

A pandemia causada pela disseminação global do novo coronavírus, colocou milhões de pessoas em isolamento em suas casas, com o objetivo de retardar a velocidade de transmissão entre a população e, consequentemente, não colapsar os sistemas de saúde de cada país. Ainda é cedo para mapearmos as consequências sociais, políticas e ambientais, imediatas e de longo prazo, causadas por esta pandemia. Entretanto, existe um grande consenso da aproximação de uma enor-

*DOI – 10.29388/978-65-86678-07-9-0-f.97-110

me recessão econômica mundial, provavelmente mais severa do que a crise de 2008.

Neste cenário de catástrofe sanitária global e consequente isolamento social, os entregadores e entregadoras por aplicativos que atuam para empresas como Uber Eats, 99 Food, Ifood, Rappy, Loggi, dentre outras, são alçados, por governantes, de João Doria a Boris Johnson, e por parte da população, como uma das soluções para enfrentarmos as dificuldades do isolamento social e por contribuírem à manutenção de algumas atividades econômicas.

Como sabemos, essas empresas operam como "máquinas" de produzir e reproduzir trabalho uberizado - sinônimo de trabalho precário, informal e intermitente (ANTUNES, 2018). Em outras palavras, estamos colocando trabalhadores e trabalhadoras informais para trabalharem em plena pandemia, e não satisfeitos, estamos os elegendo como parte da solução. Outrora invisíveis, agora, são chamados de "heróis" e "heroínas", pois assumem os riscos de contaminação e seguem nas ruas entregando pedidos para que os demais fiquem em suas casas.

O grande crescimento da demanda pelos serviços de delivery é evidente nas declarações públicas das principais empresas do setor. A Loggi, por exemplo, afirmou estar pronta para atender até três vezes mais o seu volume médio de entregas. Outra importante empresa do setor, a colombiana Rappi, comunicou que seus pedidos cresceram 30%, em toda a América Latina, nos dois primeiros meses de 2020, em comparação com os dois últimos de 2019 (LARA, BRAGA, RIBEIRO, 2020).

O grande crescimento do número de pedidos é acompanhado também pelo aumento de trabalhadores e trabalhadoras cadastradas nas plataformas e disponíveis para atuarem paras as empresas de delivery. Somente a brasileira Ifood recebeu, em março de 2020, 175 mil inscrições de candidatos e candidatas para atuarem como entregadores, o dobro dos interessados e interessadas de fevereiro de 2020 (G1, 2020). Este dado demonstra como, em uma situação de crescimento

das taxas de desemprego, para uma camada expressiva da população, trabalhar para essas empresas está se tornando a única alternativa de sobrevivência.

Esse fenômeno ocorre, porque como sabemos, umas das principais características da uberização ou da plataformização do trabalho é a quase ausência do processo de seleção. Trabalhadores e trabalhadoras são contratados e contratadas quase que instantaneamente pelas empresas de delivery. Em tempos de coronavírus e consequente crise econômica radicalizada, ser um trabalhador ou trabalhadora por aplicativo tornar-se efetivamente a única opção para muitos.

Apesar de se autointitularem como meras responsáveis pela manutenção de uma plataforma digital que possibilita o encontro entre consumidores e prestadores de serviços autônomos, em nossa opinião, as empresas-aplicativo consolidam uma nova forma de gerenciamento, organização e controle da força de trabalho, constituindo uma relação capital-trabalho característica ao capitalismo - uma relação desfavorável ao trabalhador, mas lhe concede renda e produz valor ao capital (AMORIM; MODA, 2020; HUWS, 2017). Ao se conectarem às empresas através dos aplicativos, os trabalhadores e trabalhadoras são gerenciados, de maneira subordinada, por uma autoridade digital que determina as tarefas a serem realizadas e como realizá-las, monitora o desempenho em tempo real, estabelece o preço e também o valor da força de trabalho, além de determinar gratificações ou punições (FRANCO, FERRAZ, 2019; MORAES, OLIVEIRA, ACCORSI, 2019; FILGUEIRAS, ANTUNES, 2020).

Uma das principais características do trabalho por aplicativo é o estabelecimento de uma forma de assalariamento camuflada, baseada no salário por peça/tarefa. No caso dos entregadores e entregadoras, os salários são calculados com base única e exclusivamente nas entregas realizadas, com os trabalhadores e trabalhadoras recebendo um percentual do total pago pelos usuários às empresas pela prestação do serviço. Nenhum outro valor é garantido e tão pouco seguros são oferecidos. O salário vinculado exclusivamente à produtividade e o baixo

valor pago pelas corridas, dentre outras estratégias, fazem com que os entregadores e entregadoras tenham que realizar jornadas extensivas para sobreviverem. Por estas características, para esses trabalhadores e trabalhadoras "ficar em casa" significa não ter renda, levando-os e as a enfrentarem um terrível dilema: ou cuidam da sua saúde ou vão para as ruas em busca de um troco, uma perversão do capitalismo contemporâneo.

Como elucida Virgínia Fontes: "Os estados capitalistas realizaram um duplo movimento: reduziram sua intervenção na reprodução da força de trabalho empregada, ampliando a contenção da massa crescente de trabalhadores desempregados, preparando-os para a subordinação direta ao capital" (FONTES, 2017, p. 49). Fruto da subordinação direta do trabalho ao capital, esses trabalhadores e trabalhadoras são denominados de *just in time* (ABÍLIO, 2020; DE STEFANO, 2016; OLIVEIRA, 2000). Uma multidão de empreendedores de si mesmo, responsáveis diretos pelos trabalhos que realizam ao capital, disponíveis e acionados em tempo real pelos aplicativos, os mesmos que permitem às empresas utilizarem apenas o tempo necessário da força de trabalho que demandam, evitando gastos "desnecessários" com o capital variável.

As condições de trabalho durante a pandemia

Dividimos o questionário aplicado em dois grandes temas envolvendo as condições pelas quais o trabalho dos entregadores e entregadoras por aplicativo estão sendo desempenhados durante a atual pandemia, sendo eles: os impactos da quarentena sobre a jornada de trabalho e a renda desses trabalhadores e trabalhadoras, e as medidas de prevenção ao contágio que estão sendo tomadas pelas empresas-aplicativo, visto que este trabalho envolve diretamente o contato social dos trabalhadores com um grande número de pessoas.

Os resultados indicam que, aproximadamente, 92% dos entregadores e entregadoras trabalharam, durante o isolamento social, mais

de cinco dias na semana, sendo que 75% deles e delas trabalharam entre 6 a 7 dias. A jornada diária superou 8 horas para 78% dos entrevistados e entrevistadas, com 56% deles e delas trabalhando mais de 10 horas a cada dia (tabela 1). A jornada semanal de 6 a sete 7 ocorreu para a totalidade dos entregadores que estavam na atividade entre um a dois anos e para 73% daqueles que a fazem há mais de dois anos. A jornada diária de trabalho superou 10 horas para 63% dos respondentes.

Tabela 1: Caracterização dos entregadores por aplicativo

Tempo na função	Menos de 1 mês	2,8%
	De 1 a 3 meses	16,7%
	De 3 a 12 meses	27,8%
	De 12 a 24 meses	22,2%
	Mais de 24 meses	30,5%
Jornada Semanal	3 dias da semana	5,6%
	4 dias da semana	2,8%
	5 dias da semana	16,7%
	6 dias da semana	33,3%
	Todos os dias	41,6%
Jornada diária	De 4 a 8 horas/dia	22,2%
	De 8 a 10 horas/dia	22,2%
	De 10 a 12 horas/dia	33,3%
	Mais de 12 horas/dia	22,3%

Fonte: Autores

Tabela 2: Efeitos da pandemia na jornada de trabalho e na renda dos entregadores

	Jornada de trabalho	Renda
Diminuiu consideravelmente	25,0%	22,20%
Diminuiu	27,8%	55,60%
Continua a mesma	27,8%	16,70%
Aumentou	19,4%	5,50%

Fonte: Autores

Os efeitos do isolamento social sobre a jornada de trabalho dos entregadores e entregadoras não foram conclusivos. Para 47,20% dos respondentes, a jornada se manteve ou aumentou, e para 52,80% a jornada diminuiu consideravelmente. No entanto, 78% disseram que suas receitas decresceram (tabela 2). Este dado sobre redução dos ganhos dos trabalhadores durante a pandemia está em consonância com os resultados encontrados pela pesquisa, de abrangência nacional, realizada pelos pesquisadores da Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar da Reforma Trabalhista (REMIR, 2020).

Uma das explicações para tal resultado esteja vinculado a recorrente reclamação realizada pelos entregadores e entregadoras que afirmam que mesmo com o aumento da demanda pelos deliveries, estão recebendo poucas chamadas, aumentando o tempo de espera (não remunerado) entre cada pedido e as taxas pagas pelas empresas aos trabalhadores seguem sendo reduzidas, já que quanto maior a força de trabalho disponível menor o valor pago por ela. Por fim, 83% dos entregadores e entregadoras disseram que estariam mais tranquilos caso fossem trabalhadores formais celetistas e não autônomos.

Em relação às medidas protetivas, em nossa pesquisa, 22,2% dos entregadores e entregadoras respondentes disseram não ter recebido nenhum tipo de apoio das empresas, sejam informações, ajuda financeira ou equipamentos de proteção. Apenas 30% dos respondentes disseram ter recebido, das empresas, álcool gel, enquanto apenas 13% ganharam máscaras e luvas. A medida de proteção mais adotada, com peso de 38%, foi a possibilidade de realizar a entrega sem contato com o cliente, o que não traz nenhum ônus para a empresa de aplicativos e tão pouco é uma opção do trabalhador ou trabalhadora e sim apenas do cliente (tabela 3).

Tabela 3: Medidas preventivas tomadas pelas empresas de entregas por aplicativos

Empresa não tomou nenhuma medida	22,2%
Empresa ofereceu opção de entrega sem contato com o cliente	38,3%
Empresa distribuiu álcool gel	29,8%
Empresa distribuiu máscaras e luvas	12,8%
Empresa ofereceu ajuda financeira no caso de adoecimento	10,6%
Empresa ministrou treinamento específico	6,4%
Empresa forneceu informação sobre o novo coronavírus	2,1%

Fonte: Autores

No entanto, 47% dos entrevistados e entrevistadas se declaram satisfeitos e satisfeitas com as medidas preventivas oferecidas pelas empresas de aplicativos, 20% são indiferentes e os 33% restantes estão insatisfeitos e insatisfeitas. Há uma clara divisão no quesito. A questão indica que os investimentos realizados pelas empresas ficaram aquém do necessário para dar conta de atender todos os entregadores e todas as entregadoras.

Pelo lado das empresas, a 99 Food anunciou, no dia 20 de março de 2020, que vai pagar pelo menos 300 reais para entregadores e entregadoras que se adoentarem com o vírus. A Uber Eat segue na mesma linha da 99 e diz que vai remunerar os motoristas e motociclistas em quarentena ou diagnosticados com o vírus, com base na média dos rendimentos dos últimos seis meses. A Ifood anunciou a criação de um fundo de 1 milhão de reais para atender os entregadores afastados, mas não anunciou valores (LARA, BRAGA, RIBEIRO, 2020).

Por outro lado, a ajuda das empresas está condicionada à realização de testes para comprovar o adoecimento pelo COVID-19 e são inúmeras as reclamações, em todo o mundo, de descaso, falta ou insuficiência de apoio por partes das empresas de delivery por aplicativo

aos seus entregadores e entregadoras. Algumas empresas disponibilizaram, com atraso de algumas semanas, um "vale compras" para os trabalhadores e trabalhadoras adquirirem equipamentos individuais básicos de proteção para tempos de pandemia, no entanto, a verba disponibilizada é baixa em relação ao que é gasto para a aquisição desses produtos. Em suma, esses trabalhadores e trabalhadoras, além de terem suas rendas reduzidas, durante o período de isolamento social, estão tendo que arcar com novos gastos para desempenharem as suas atividades profissionais.

Dos entregadores e entregadoras entrevistados, expressivos 92% se consideraram bem informados sobre como proceder para preservar sua saúde durante a pandemia. É uma informação importante se recordarmos que as medidas de proteção adotadas pelas empresas de aplicativos atendem apenas parcialmente os entregadores. Apenas 6,4% disseram ter recebido das empresas plataformas treinamentos específicos e meros 2,1% disseram ter recebido informações específicas sobre as principais precauções a serem tomadas. Portanto, são os próprios entregadores e entregadoras que buscaram informações sobre as medidas necessárias de precauções a COVID-19. Por fim, 89% dos entrevistados concordam que preferiam estar isolados em casa se pudessem optar, evidenciando que a disposição desses trabalhadores e trabalhadoras para serem heróis ou heroínas advém da necessidade que própria sobrevivência lhes impõe.

Considerações finais

As empresas que produzem e reproduzem o trabalho por aplicativo, como já mencionado, se posicionam como sendo meras fornecedoras de tecnologia para profissionais autônomos e consumidores se conectarem. No entanto, são inúmeros os sindicatos e associações que lutam por melhores condições à categoria. Também são diversas as manifestações, paralisações e greves realizadas por entregadores e entregadoras em todo mundo, desmistificando o discurso das empresas

sobre a não existência de uma relação de subordinação entre elas seus trabalhadores e trabalhadoras, sendo que tais mobilizações já conquistaram importantes vitórias em outros países, no âmbito da legislação do trabalho. Sob o contexto da pandemia, que acarreta redução da remuneração e maior nível de insegurança, como demonstramos com nossos dados, a luta dos entregadores e entregadoras por aplicativos ganha uma nova dimensão.

Menos de um mês após o decreto de isolamento social emitido pelo governador do Estado de São Paulo, na segunda feira dia 20 de abril de 2020, entregadores paulistanos realizaram um buzinaço por importantes avenidas da cidade reivindicando melhor remuneração e a garantia de equipamentos de proteção individual por parte das empresas. Outras importantes cidades, como Campinas-SP, Jundiaí-SP, Niterói-RJ, Brasília-DF, e Vitória-ES, também registraram buzinaços de entregadores e entregadoras indignados com a atual situação (LOUCO, 2020).

Como não poderia ser diferente, não são apenas os entregadores e as entregadoras brasileiros e brasileiras que estão insatisfeitos com as empresas de delivery por aplicativos. No dia 22 de abril de 2020, os "repartidores" da Argentina, Peru, Equador, Guatemala, Costa Rica e Espanha, anunciaram a formação de uma frente única internacional de luta e paralisaram suas atividades por 24 horas em protesto para reivindicar um aumento de 100% no pagamento pelos serviços prestados e denunciar a insegurança do setor agravada pela crise do coronavírus. A convocatória para a paralisação nas redes sociais foi promovida como #22ANoReparto (TELAM, 2020). Assim como esse, são diversos os exemplos, pelo mundo afora, de indignação, organização e luta desses trabalhadores e trabalhadoras.

No Brasil, são aproximadamente 4 milhões de trabalhadores e trabalhadoras intermediados e intermediadas por aplicativos (IBGE, 2019), parte expressiva das 38,4 milhões (41,1% da população ocupada) de pessoas que atuam na informalidade (NERY, 2020), sem direitos e proteções sociais. Essa população não pode se dar ao luxo de pa-

rar de trabalhar ou trabalhar remotamente das suas casas. As principais precauções para evitar o contágio ao novo coronavírus não são compatíveis com as atividades e nem com as condições de vida que podem levar.

A impossibilidade do isolamento social para estes trabalhadores não deveria iniciar o debate se devemos ou não permanecermos em nossas casas, já que todo o embasamento científico existente é consensual sobre essa necessidade, porém é um ponto de partida para iniciarmos um debate sobre os rumos que as relações de trabalho estão tomando em nosso país. Rumos que aprofundam a informalidade histórica, a qual é submetida grande parcela da classe trabalhadora brasileira. Novos desempregados e possivelmente novas pandemias surgirão, passaremos pelos mesmos problemas de geração de renda para boa parte da população? Outros e outras tantas terão que escolher entre a saúde ou o trabalho?

Assim, em vez de taxarmos de "heróis" e "heroínas" aqueles e aquelas que não podem se dar ao luxo de pararem de trabalhar, deveríamos estar colaborando para ajudá-los e ajudá-las na organização da classe e na conquista dos seus direitos trabalhistas. Rever esta lógica de funcionamento, onde cada um é lançado à sua própria sorte, é a única forma de não repetirmos o problema atual no futuro. Enquanto seguir sendo aprovada medidas que visam desregulamentar o mercado de trabalho, teremos cada vez mais pessoas tendo que escolher entre a saúde ou a renda para sua subsistência.

Referência

ABÍLIO, L. C. **Uberização do trabalho:** A subsunção real da viração. Site Passapalavra/ Blog da Boitempo, 2017.

_____. Uberização: a era do trabalhador just-in-time?. **Estud. Av.**, São Paulo, v. 34, n. 98, p. 111-126, 2020

LOUCO A. C. Dá para fazer greve no aplicativo? Discussão das lutas dos motoboys. **Passa Palavra**, 2020. Disponível em: <https://passapalavra.info/2020/03/130241/> Acesso em: 19 abr. 2020.

AMORIM, H.; MODA, F. B.. Trabalho por aplicativo: gerenciamento algorítmico e condições de trabalho dos motoristas da Uber. **Fronteiras - estudos midiáticos**, v. 22, n. 1, 2020.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

CAMPBELL, A. F. **California just passed a landmark law to regulate Uber and Lyf**t. Vox. 2019. Disponível em: <https://www.vox.com/2019/9/11/20850878/california-passes-ab5-bill-uber-lyft>. Acesso em: 05 out. 2019.

DE STEFANO, V. The rise of the "just-in-time workforce": On-demand work, crowdwork and labour protection in the "gig-economy". **Conditions of Work and Employment Series**, Geneva, n.71, 2016.

Goeking, W.; Lewgoy, J. Desemprego vai explodir no Brasil com coronavírus. A dúvida é o tamanho da bomba. **Valor Investe**, 2020. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2020/03/27/desemprego-vai-explodir-no-brasil-com-coronavirus-a-duvida-e-o-tamanho-da-bomba.ghtml>. Acesso em: 06 abr. 2020

TÉLAN. **Trabajadores de reparto hacen paro internacional en reclamo salarial y por precariedad**. Política. Disponível em: <https://www.telam.com.ar/notas/202004/454464-trabajadores-de-reparto-hacen-paro-internacional-en-reclamo-salarial-y-por-precariedad.html>. Acesso em: 25 abr. 2020.

GURLEY, K. G. **Gig Workers Are Forming the World's First Food Delivery App Unions**. Vice. 9 out. 2019. Disponível em: <https://www.vice.com/en_us/article/59nk8d/gig-workers-are-forming-the-worlds-first-food-delivery-app-unions> Acesso: 16 mar. 2020.

HUWS, U. **A formação do cibertariado. Trabalho virtual em um mundo real.** Tradução: Murillo van der Laan - Campinas, SP: Editora Unicamp, 2017.

FILGUEIRAS, V.; ANTUNES, R. **Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo**. Contratempo, Trabalho de Plataforma, v. 39, nº 1, 2020.

FONTES, V. **Capitalismo em tempos de uberização:** do emprego ao trabalho. Marx e o

Marxismo. **Revista do NIEP-Marx**, v. 5, n. 8. 2017.

FRANCO, D. S.; FERRAZ, D. L. S. Uberização do trabalho e acumulação capitalista. **Cad. EBAPE.BR, v. 17**, Edição Especial, Rio de Janeiro, Nov. 2019.

G1. **Candidatos a entregador de aplicativo mais que dobram após isolamento causado pelo coronavirus**. Tecnologia. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2020/04/01/candidatos-a-entregador-de-aplicativo-mais-que-dobram-apos-isolamento-causado-pelo-coronavirus.ghtml> Acesso em: 2 abr. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) - **PNAD Contínua:** mercado de trabalho brasileiro - 1º trimestre de 2019 e 16 de maio de 2019. Brasília: IBGE, 2019. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2019/05/Pnad-continua-ibge-desemprego.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2019.

LARA, B.; BRAGA, N.; RIBEIRO, P. V. Parceria de risco. **The Intercept Brasil.** 23 mar. 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/03/23/coronavirus-aplicativos-entrega-comida-ifood-uber-log-gi/?fbclid=IwAR328opwTXoB5roTmogLD0LLnUKQXwfNL-poVC12FNODTFc-Xtz9MmTPMJ7Q> Acesso em: 23 mar. 2020.

MORAES, R. B. S.; OLIVEIRA, M. A. G.; ACCORSI, A. Uberização do trabalho: a percepção dos motoristas de transporte particular por apli-

cativo. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais.** v. 6, n. 3, p. 647-681, 2019.

NERY, C. Desemprego cai para 11,9% na média de 2019; informalidade é a maior em 4 anos. Estatísticas Sociais. **Agência IBGE Notícias**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26741-desemprego-cai-para-11-9-na-media-de-2019-informalidade-e-a-maior-em-4-anos>. Acesso em: 23 mar. 2020.

OLIVEIRA, F. Passagem na neblina. In: STEDILE, J.; GENOÍNO, J. (Org.) **Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

REMIR. ABÍLIO, Ludmila. C.; ALMEIDA, Paula. F.; AMORIM, Henrique; CARDOSO, Ana. C. M.; FONSECA, Vanessa. P.; KALIL, Renan. B.; MACHADO, Sidnei. **Condições de trabalho em empresas de plataforma digital:** os entregadores por aplicativo durante a Covid-19. São Paulo: REMIR, 2020.

A TRAGÉDIA NOSSA DE CADA DIA: A CRISE SANITÁRIA E SEUS SIMBOLISMOS*

Luci Praun

Introdução

Na última semana de fevereiro o primeiro caso de Covid-19 foi identificado no Brasil. Em 16 de março o primeiro óbito foi oficialmente reconhecido. De lá para cá fomos tentando digerir e interpretar uma sucessão de imagens da vida sob a crise sanitária. De seu centro periférico à sua periferia da periferia, o contágio, como uma espécie de tornado foi rumando para o interior do país. Foi se espalhando e, com ele, a tragédia nossa de cada dia viu-se renovada e intensificada, assumindo contornos ainda mais dramáticos que aqueles que já conhecíamos.

Agora, estamos caminhando para o fim de maio. No momento em que escrevo este texto, no Brasil, ultrapassamos a marca, oficialmente reconhecida, de 18 mil óbitos por Covid-19. Segundo cálculos oficiais, já nos descolamos da alta marca dos 270 mil casos de contaminação pelo vírus. A curva está em plena ascensão. Os sepultamentos explodem no país, indicando o quanto os números divulgados pelas instituições governamentais encontram-se distantes da realidade.

Se esse quadro não fosse por si só dramático, seguimos diariamente sob um governo que aposta no contágio massivo e, naturalmente, na explosão de mortes. As mortes, conforme o ocupante do Planalto, devem ser entendias como mero efeito colateral. "Infelizmente, algumas mortes terão, paciência, acontece, e vamos tocar o barco", afirmou Bolsonaro, em 28 de março, ao referir-se aos mais velhos. Mas não parou por aí. "Outras gripes mataram muito mais que essa", disse em 11 de março. Questionado por jornalistas sobre o aumento dos

*DOI – 10.29388/978-65-86678-07-9-0-f.111-122

óbitos, respondeu, em 20 de março: "Eu não sou coveiro, tá?". Oito dias depois reiterou: "E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?".

As ações do atual governo não se limitam à violência das declarações cotidianas do chefe do executivo. Bolsonaro convoca insistentemente a volta de todos ao trabalho. Essa foi sua mensagem aos trabalhadores e trabalhadoras no último 1º de maio. E para atingir parte de seus objetivos, promove, cotidianamente, por meio de inúmeras medidas, ataques às medidas propostas por estados e municípios, inviabilizando qualquer possibilidade de política pública nacionalmente articulada e minimamente capaz de conter o avanço da pandemia e minimizar suas repercussões deletérias sobre a população, sobretudo sobre a parcela mais pobre.

Sem a pretensão de tratar sobre o conjunto de questões e dimensões implicadas na disseminação da COVID-19 no Brasil, este texto destaca cinco imagens que, ao tratarem sobre o avanço da pandemia e ou sobre medidas a ela relacionadas, assumiram posição de destaque. Todas têm em comum o fato de remeter a situações divulgadas amplamente pelos meios de comunicação de massa. Representativas do atual contexto, permitem também a transposição entre o antes e o depois da pandemia. Falam não somente da crise sanitária em si, mas da nossa trajetória histórica e dos desafios que temos pela frente.

As imagens escolhidas, portanto, não são necessariamente fotografias, mas acontecimentos que, por sua força, converteram-se capazes de se manterem de forma viva e inquietante em nossas mentes. No texto constituem-se em pontos de apoio para as reflexões propostas. A exposição não é cronológica, mas a escolha das imagens, tal como anunciado, foi intencional. O texto se organiza a partir delas.

Cleonice

A morte da trabalhadora doméstica Cleonice Gonçalves, aos 63 anos, por Covid-19, é como uma trinca sobre um vidro transparente que insistentemente se pretende ocultado. Durante o alastramento do

SARS-COV-2, muito se disse sobre o caráter democrático das pandemias, capazes de alcançar a todos sem distinções de classe, gênero, raça, idade etc. O fato de a contaminação ter ocorrido inicialmente entre pessoas do segmento mais abastado da sociedade certamente serviu para reforçar essa repetida ideia. Mas a doença e a morte não igualam a todos e todas, ainda que todos e todas possam adoecer e devam um dia morrer. Sendo a morte uma certeza imposta pela vida, esta pode ser longeva para uns e um tanto mais breve para outros. Em regra, não há acaso nos diferentes destinos.

Cleonice trabalhou a vida toda, afirmou um sobrinho seu à imprensa. Durante duas décadas, exerceu suas atividades profissionais para a mesma família, no Leblon, bairro de classe média do Rio de Janeiro. Lá, distante de sua casa, dormia de segunda à sábado. Ainda no trabalho, sentiu-se mal. Era diabética e hipertensa. Pertencia, assim como sua patroa, de 62 anos, ao chamado "grupo de risco". Expôs-se ao vírus no trabalho, mas sem saber. Sua patroa, ciente de sua própria contaminação e dos riscos do contágio, mantinha-se reclusa em casa após o diagnóstico, mas não dispensou a doméstica de seu trabalho. Quando Cleonice tomou conhecimento da situação, já estava doente. Morreu de Covid-19, mas a patroa conseguiu curar-se. A doença e a morte não concederam à Cleonice as mesmas oportunidades que as vivenciadas por sua empregadora. É que a vida toda outras diferenças, estruturais e enraizadas, as separaram, fazendo que, de forma explicita ou não, sua saúde e sua vida gozassem de menor legitimidade social que a de sua empregadora.

No Brasil, em 2018, 6,2 milhões de pessoas, tal como Cleonice, exerciam atividade doméstica remunerada, sendo que somente 28,6% delas tinham a carteira assinada. Deste contingente, 92% eram mulheres. Entre essas mulheres, 3,9 milhões eram negras. O trabalho doméstico remunerado constitui-se, sobretudo em contextos de maior desemprego, conforme o IPEA (2019), na principal via de acesso de mulheres com baixa escolaridade ao mercado de trabalho. É também a profunda desigualdade social que favorece a uma parcela minoritária

de mulheres, com maior poder aquisitivo, terceirizar as atividades domésticas que lhes são atribuídas, fruto dos traços patriarcais que marcam a vida social, repassando-as a outras mulheres, da base da pirâmide social.

Trata-se de trabalho historicamente precário que comporta, por suas formas de reprodução, um conjunto de características que transita entre a baixa remuneração[1] e a alta informalidade (72,53% em 2020)[2]. Ocupação laboral que priva e retroalimenta o diminuto acesso destas trabalhadoras a direitos elementares.

Pela convergência de diferentes fatores, é atividade marcada por estigmas associados ao baixo prestígio social. Trabalho tido como "braçal", feminino, típico do espaço privado. Parte da herança deixada pela nossa trajetória escravocrata.

Esse conjunto de condições e situações do viver colocaram Cleonice e sua patroa em lugares distintos da hierarquia social, permitindo que seu direito à saúde e à vida fossem admitidos como menos relevantes que os de sua patroa. A morte de Cleonice é emblemática. Traz à tona, de forma trágica, a relação simbiótica entre as desigualdades sociais, as discriminações de gênero, os preconceitos raciais, com os adoecimentos e mortes. Em regra, vale repetir, não há acaso nos diferentes destinos que a vida vai traçando.

Cruzes azuis

À medida que o contágio foi se convertendo em comunitário, o contingente de pessoas sob tratamento por Covid-19, inicialmente composto essencialmente por egressos de viagens ao exterior e a um restrito círculo de contatos, passou, em curto espaço de tempo, a ser velozmente alimentado por moradores das periferias dos grandes cen-

[1] Conforme o IPEA (2019), a média de renda mensal das empregadas domésticas em 2018 foi de R$877,00 abaixo, portanto, do salário mínimo à época, que equivalia a R$954,00.

[2] Conforme dados da Pnad-C, janeiro-março-abril de 2020.

tros urbanos. O número de óbitos saltou e, para muitos, o medo e a insegurança ganharam forma na morte de alguém próximo.

Passamos, desde então, a conhecer nacionalmente as cruzes azuis do cemitério público de Manaus, com suas valas grandes e coletivas. Vimos também estampadas em jornais locais e de outros países as imagens aéreas das covas abertas no cemitério, também público, de Vila Formosa, em São Paulo. Com essas imagens, fomos tomando contato com o sentimento difuso dos sepultadores.

Também historicamente estigmatizados pela atividade profissional de baixo prestígio social, em meio à pandemia, os sepultadores passaram a vivenciar tanto o atributo da essencialidade como a sensação de terem se convertido em ameaça à saúde dos outros. Seguem assim, dia após dia, em seu duro e desgastante trabalho: lidar com a dor humana no momento mais difícil, o de despedir-se de quem se ama.

A morte, que em sociedades como a nossa tende a ser tratada com reserva, viu-se também, de repente, publicizada. Há mais de dois meses contamos mortos publicamente. Com ela, o medo, a dor e a interdição do luto também tornaram-se expostas. Afinal, mais que o fim de uma vida, para os que ficam, a morte leva cada um de nós a transitar entre as exigências da racionalidade dos encaminhamentos instituídos e institucionalizados, junto à intensidade da experiência subjetiva provocada pela perda.

Norbert Elias (2001), em *A solidão dos moribundos*, salienta que tanto as ideias da morte como seus rituais correspondentes compõem dimensões importantes e necessárias da socialização humana, operando, quando comuns a um grupo, como tendências integradoras. O potencial do contágio, a força da disseminação da Covid-19, agravada pela pobreza, entretanto, revolveram as convicções culturais e as práticas correntes diante da morte. Instaurou-se uma espécie de suspensão da vida, do luto, da despedida, associada a um medo recorrente diante da possibilidade do contágio. O caminho para a ampliação do sofrimento psíquico decorrente da perda alargou-se.

Não temos o direito de menosprezar a dor da perda, seja de quem for a dor. Mas é preciso dizer que o destino do corpo que morre não é o mesmo para todos. E que esse destino diferenciado, que tem a marca da desigualdade social, também acarreta sofrimento. A racionalidade fúnebre que se instituiu, ao menos para os mais pobres, é a da cova coletiva. Para muitos, a experiência da morte de um familiar ou de pessoa afetivamente próxima tem se realizado diante de um caixão lacrado, da impossibilidade de realização de um velório, de um corpo ensacado, encaminhado sem cortejo, para a cova comum, junto a tantos outros corpos. A privacidade e o respeito à singularidade da despedida já não são possíveis.

Em Manaus, assistimos durante o mês de abril à lógica do enterro otimizado (e desumanizado). Sob o protesto dos familiares, a ideia de empilhar caixões nas covas coletivas foi enfim abandonada. Postos lado a lado na grande cova, os corpos seguem, como se o cemitério tivesse se convertido numa grande obra, cercados de tratores. São as máquinas, não a gente, que cobrem de terra os corpos marcados pela pobreza. "Quanta desumanidade!", declarou uma jovem à imprensa. Outro, impedido de enterrar o familiar, fez uma promessa: voltar depois de tudo passar para uma despedida digna da vida de seu pai. De fato, nem a doença e nem a morte iguala a todos e todas, ainda que todos e todas possam adoecer e devam um dia morrer. Ainda que a morte desencadeie sofrimento entre os que ficam.

Com quanto de sofrimento e dor precisaremos lidar quando a epidemia atenuar? Quais outras tragédias sociais haveremos de enfrentar? Seguimos tentando driblar a doença e a própria morte submetidos à criminosa ação do governo federal.

Brasilândia

Ao analisar os dados sobre o espraiamento da epidemia em São Paulo, Estado que contabiliza os maiores índices de contágio e óbitos, Silva (2020) nos alerta sobre as armadilhas de uma leitura apressada

dos números. Conforme a autora, "os registros oficiais de casos da doença se concentram nas regiões mais ricas e centrais da cidade", onde mora parcela da população que consegue pagar pelos testes. Entretanto, é na periferia que os casos assumem maior gravidade.

Brasilândia[3] é um distrito da cidade de São Paulo que abriga mais de 300 mil habitantes. Em 2017, uma parcela significativa de seus moradores, 29,62%, tinha acesso a um rendimento mensal de até 2 salários mínimos. Outro grupo, composto por 48,42% da população local, recebia até 4 salários mínimos. Trabalhadores sem carteira assinada e autônomos somavam, na localidade, 41,4%. Entre os ocupados, quando questionados sobre a condição das atividades que desenvolviam, 8,92% afirmaram viver de "bicos".

Brasilândia é uma região de periferia, um território atravessado pela pobreza. É também o lugar na cidade de São Paulo onde, em termos absolutos, mais óbitos, entre suspeitos e confirmados, foram registrados. Até o fim da primeira quinzena de maio, 156 pessoas da localidade morreram, um número que equivale a uma "média de 53,5 mortes para cada 100 mil habitantes" (RIBEIRO, 2020).

Regiões como Brasilândia são espaços onde a vida pulsa em meio a todas as contradições de um país marcado por abismos. Locais onde a desigualdade transcende os dados relativos à inserção no mercado de trabalho e à renda, ainda que estes sejam fatores preponderantes para sua manutenção. A vida se desenrola entre vielas e construções projetadas em direção ao céu, que revelam a busca pelo aproveitamento máximo do pouco espaço para muita gente. Tal como afirma a música dos Racionais Mc's, "a vida é um desafio" que impõe a esses homens e mulheres a luta diária pelo acesso à água, à luz, à comida, ao direito de estudar e de viver sem ser acossado pela polícia pelo simples fato de ali estar.

[3] Conforme dados sistematizados pela Rede Brasilândia Solidária. Brasilândia: condições socioeconômicas e disseminação do coronavírus. Estudo realizado pelo Observatório Social Metrópoles. Elaborado por Manoel Victor Figueiredo, com colaboração da Dra. Maria Maeno, mestre e doutora em Saúde Pública pela USP.

Quem conhece as periferias das grandes cidades entende facilmente por que nelas as vielas e as ruas estão sempre cheias de crianças correndo e brincando, de gente acelerando o passo para viver e fazer a vida. É no espaço público que a vida, em grande medida, se desenvolve. Nele se desenlaçam os inúmeros pequenos negócios. É aí também que se dá vasão a parte considerável das demandas tratadas pela classe média como privadas. É onde a vida pode respirar mais livre, burlando o espaço exíguo das casas e barracos.

Por essas e tantas outras razões, na periferia, o isolamento social encontra inúmeras barreiras para se efetivar. Todas, certamente, bem distantes das descritas por leituras reducionistas, que atribuem não efetividade da política de isolamento à deliberada desconsideração, por parte dos mais pobres, quanto aos riscos da contaminação, do adoecimento e do óbito, ainda que esse conjunto de situações tenha se tornado parte do cotidiano dessas comunidades.

Ter que optar, em meio a expansão do contágio, entre ficar nos domicílios (e proteger-se) e ir em busca de meios de sobrevivência material, pondo em risco a própria vida, definitivamente não é uma opção. A pandemia trouxe à tona nossas tragédias sociais enraizadas. Pôs em evidência os milhões de homens e mulheres que compõem o exército de desempregados, de pessoas driblam a fome fazendo "bicos", trabalhando na informalidade, submersos na precariedade do trabalho, muitas vezes maquiada pela denominação de "autônomo", "pequeno empreendedor" etc.

Parte da política criminosa de Bolsonaro e seus cúmplices, vale destacar, expressa-se nas inúmeras formas encontradas pelo seu governo para dificultar o acesso dessa camada de trabalhadores, posta à mercê da contaminação, ao já bastante reduzido auxílio emergencial. O desrespeito e o ultraje àqueles que enfrentam diariamente o desafio de viver é a marca desse governo.

O que o futuro reserva?

Entre as artimanhas do capital encontra-se a de transformar momentos de crise em grandes oportunidades para os negócios. Nas crises, nem todos perdem, ainda que para aqueles e aquelas que compõem a maioria, as perdas sejam sempre grandes.

A pandemia converteu-se, para o capital, em um oportuno *laboratório de precarização do trabalho*. Em paralelo ao crescente fluxo de adoecidos aos hospitais e à contagem dos óbitos, o crescem o desemprego e os milhões de acordos de suspensão do contrato de trabalho e ou redução salarial. Desenham-se e estruturam-se medidas que tendem a, pós pandemia, arrancar ainda mais direitos e fechar milhares de empregos.

É de maio de 2020 um documento da Confederação Nacional da Indústria (CNI) dirigido ao Congresso Nacional que solicita, entre outras demandas, novas alterações na legislação trabalhista. A entidade pleiteia, entre outras questões, a autorização do "trabalho aos domingos e feriados para todos os setores e atividades", o que incidirá fortemente no tempo dedicado ao descanso do trabalho, assim como nas formas de convívio social e familiar. Pede a isenção "de incidência de contribuição previdenciária [sobre] o aviso prévio, terço de férias", assim como sobre "capacitações e treinamentos pagos pelo empregador;", diminuindo ainda mais os recolhimentos à previdência pública. Solicita ainda a ampliação das "hipóteses de dupla visita orientativa da fiscalização do trabalho", o que tende a incentivar ainda mais o desrespeito à legislação trabalhista (CNI, 2020, p. 8).

Foi também durante o mesmo mês que tomamos conhecimento, por meio de uma reportagem assinada por Thiago Domenici, que o Grupo Laureate se vale de robôs para a correção das atividades dos milhares de estudantes matriculados nos cursos que oferece no sistema EAD. A corporação, conforme anuncia em sua página, possui "mais de 875 mil alunos matriculados em cerca de 25 instituições, em aproxi-

madamente 150 campi e programas on-line"[4]. Sua presença ostensiva (e ofensiva) no setor da educação não a impediu de demitir, em meio a pandemia e após a denúncia, mais de 90 professores.

Apoiadas no discurso de proteção à vida, empresas de diferentes ramos vão de forma ofensiva, valendo-se de recursos tecnológicos para eliminar trabalho humano. Parte delas, a exemplo da companhia de eletricidade que opera em São Paulo, encontra na pandemia a oportunidade para transferir aos consumidores o trabalho até então desenvolvido por seus trabalhadores, convertendo, portanto, trabalho pago em trabalho não pago.

Essas ações, aparentemente desarticuladas, convergem para a última imagem selecionada para este texto: a da caravana ao Supremo Tribunal Federal (STF). A marcha do grupo aconteceu em 7 de maio. Acompanhado do ministro da economia, Paulo Guedes, e de um grupo de empresários, Bolsonaro foi ao Supremo pressionar pela suspensão das medidas de isolamento social adotadas por Estados e municípios. Ali estava a caravana da morte, da vida banalizada, do uso insolente de termos médicos para referir-se à "saúde" das empresas e do mercado, da violência que marca cada ação do governo.

O que torna admissível que um presidente da república trate a vida das pessoas com tamanho descaso e desrespeito? Nada. Resta-nos, portanto, agir para que a crescente e estruturada base de sustentação deste governo não vá além do que já foi.

Referências

CNI. **Propostas ao congresso nacional para a retomada do crescimento.** Maio 2020.

DOMENICI, Thiago. Após uso de robôs, Laureate agora demite professores de EAD. **Agência Pública**. Disponível em: <https://apublica.org/2020/05/apos-uso-de-robos-laureate-agora-demite-professores-de-ead/> Acesso em: 10 maio 2020.

[4] O Grupo mantém página no endereço: <https://www.laureate.net/pt/nossa-rede/>

ELIAS, Norbert. **A Solidão dos Moribundos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

IPEA. **Texto para discussão 2528.** Brasília, novembro de 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2528.pdf> Acesso em: 10maio2020.

REDE BRASILÂNDIA SOLIDÁRIA. **Brasilândia:** condições socioeconômicas e disseminação do coronavirus. Estudo realizado pelo Observatório Social Metrópoles. Elaborado por Manoel Victor Figueiredo, com colaboração da Dra. Maria Maeno, mestre e doutora em Saúde Pública pela USP.

RIBEIRO, Tayguara. Recordista de mortes por Covid em SP, Brasilândia ganha limpeza das ruas. **Agora São Paulo**, 18 maio 2020. Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2020/05/recordista-de-mortes-por-covid-em-sp-brasilandia-ganha-limpeza-das-ruas.shtml>. Acesso em: 18 mai 2020.

SILVA, Fernanda Pinheiro da. Covid-19 no município de São Paulo: dados e Desigualdades. CAAF / UNIFESP. Mortos e mortes da Covid-19: saberes, instituições e regulações. **Boletim extraordinário CAAF / Unifesp de enfrentamento da Covid**-*19*, nº2, 2020, p. 4-7.

TRABALHO E EDUCAÇÃO SOB O CORONA VÍRUS NO BRASIL[*]

Fabiane Santana Previtali
Cílson César Fagiani

> *Conseguir realizar o despotismo graças ao sufrágio universal! O miserável deu um golpe de Estado autoritário recorrendo à obediência bovina do povo! Está nos mostrando como será a democracia amanhã.*
>
> *Umberto Eco, O Cemitério de Praga.*

Introdução

Covid-19 é o nome científico da nova doença viral, causada pelo Coronavirus, cujo nome se deve ao seu aspecto de coroa. A doença assemelha-se à gripe e seus sintomas como tosse e febre pode afetar drasticamente o sistema respiratório, principalmente o pulmão, dificultando a respiração, sobrecarregando os músculos envolvidos nesta e levando ao óbito caso a pessoa não seja rapidamente colocada sob um respirador mecânico, em uma UTI hospitalar.

A forma de contágio é "simples" como qualquer outro vírus gripal e se espalha de forma exponencial. A principal forma de contágio da doença é o contato com uma pessoa infectada, que transmite o vírus por meio de tosse e espirros. Ele também se propaga quando a pessoa toca em uma superfície ou objeto contaminado. Uma vez que ainda não há tratamento medicamentoso ou vacina disponíveis, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou estado de pandemia, isto é, situação em que uma doença infecciosa afeta um grande número de pessoas espalhadas pelo mundo e recomenda que os governos das na-

[*]DOI – 10.29388/978-65-86678-07-9-0-f.123-136

ções adotem medidas de contenção, dentre elas, a mais importante, a do isolamento social.

No mundo, os governantes mais compromissados com as vidas humanas sob sua responsabilidade têm levado a sério essas recomendações. Boris Johnson, primeiro-ministro do Reino Unido, pertencente ao Partido Conservador, que considerava desnecessárias as medidas de isolamento, após ser acometido pela doença e ter sido tratado pelo sistema de saúde público, o "National Health System" (NHS), reconsiderou sua fala anterior e ainda, começou a rever sua política de sucateamento do NHS. A Suécia também não fez nada e paga o preço do aumento das mortes da população. O mesmo caminho é seguido por Donald Trump nos Estados Unidos.

O Brasil, onde o primeiro caso registado foi em 25 de fevereiro de 2020, é agora, o país que tem o maior número de casos e mortes por Covid-19 na América Latina (105 222 infecções e 7288 casos, respectivamente, registrados no dia 5 de maio, números muito provavelmente subestimados (CARTA MAIOR, 08/05/2020) e está em sexto lugar em casos no mundo. Os maiores focos são as cidades grandes como São Paulo e Rio de Janeiro, mas já há sinais de que a infecção está se deslocando para o interior dos estados, onde estão localizadas cidades menores.

O grande problema é que as pessoas precisam ser hospitalizadas e o Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro não dispõe de provisões adequadas de leitos com cuidados intensivos e ventiladores, em grande medida, porque vem sofrendo cada vez mais um recrudescimento com medidas neoliberais, com redução de investimentos técnicos e também de pessoal especializado de carreira além do sucateamento de sua estrutura. A gestão just-in-time na esfera pública impõe ao serviço de saúde uma rede de trabalhadores/as terceirizados/as, sob contratos temporários e em condições precárias, sendo expostos/as à contaminação por falta de equipamentos adequados, ao mesmo tempo em que planos de saúde privados aumentam seus lucros.

Ante esse quadro, o presidente Jair Bolsonaro, nosso "Crapulinski" (ANTUNES, 2020), desconsidera a importância das medidas de isolamento, chegando a chamar a doença de "gripezinha" e afirmando, em pronunciamento nacional, que as pessoas saíssem do isolamento e fossem trabalhar. Em mais de uma vez ele passeou pelas ruas de Brasília, causando aglomerações, cumprimentando a população e expondo-as ao perigo do contágio. Quando questionado por jornalistas sobre o número crescente de mortes, ele respondeu: "E daí? Lamento, quer que eu faça o quê?"[1].

É sabido que a doença não escolhe quem atacar, sendo nesse aspecto muito democrática. Por isso é comum a expressão: "estamos todos no mesmo barco". Bem, mas é preciso considerar que os barcos são bem diferentes, indo desde canoinhas até transatlânticos. Isso significa dizer que algumas pessoas são muito mais vulneráveis a pegar o vírus que outras, não porque o vírus as escolheu, mas porque, deliberadamente, foram deixadas em suas barquinhas à deriva, ao lado dos transatlânticos que, no movimento das ondas do mar, as afunda. Nos vem à mente o filme "Titanic"[2], que conta a história do naufrágio de um grande navio saindo da Inglaterra para os Estados Unidos quando muitos passageiros, de três diferentes classes[3] a bordo, morreram. Mas, os que estavam na terceira classe, composta majoritariamente por tra-

[1] Carta Maior. *Revista Lancet: Brasil precisa dar uma resposta clara ao "E daí?" de seu presidente*. 08/05/2020. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Revista-Lancet-Brasil-precisa-dar-uma-resposta-clara-ao-E-dai-de-seu-presidente/4/47436>. Acesso em: 08 de maio. de 2020.

[2] Filme estadunidense produzido em 1997, que conta a história do naufrágio do transatlântico *Titanic* em 1912. A direção foi de James Cameron, tendo com atores principais Kate Winslet e Leonardo DiCaprio. 194 mim.

[3] Os passageiros do Titanic estavam divididos em três classes separadas, determinado não só pelo preço de seu bilhete, mas pela riqueza e classe social: os que viajavam em primeira classe, a maioria deles os passageiros mais ricos a bordo, incluíam membros proeminentes da classe alta, empresários, políticos, militares de alto escalão, industriais, banqueiros, artistas, socialites e atletas profissionais. Os passageiros da segunda classe eram viajantes da classe média e incluíam professores, autores, clérigos e turistas. Os passageiros da terceira classe eram principalmente imigrantes. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Passageiros_do_RMS_Titanic#Terceira_classe>. Acesso em: 08 de maio. de 2020.

balhadores/as imigrantes morreram mais porque seus compartimentos ficavam trancados para que não se misturassem com as classes mais abastadas. Foram impedidos de subir para o convés.

Sob a pandemia, os números e as imagens mostram que as pessoas pertencentes à classe trabalhadora, em seus extratos mais precarizados estão morrendo mais. Não porque têm menos sorte ou porque "Deus quer", mas porque homens poderosos e endinheirados assim o desejam. Como já disse Engels (2008), as epidemias servem para destruir o excesso de trabalho.

Mundialmente, aproximadamente 2,7 bilhões de trabalhadores/as, representando cerca de 81% da força de trabalho do mundo estão sendo atingidos pela pandemia (ILO, 2020), sendo os mais afetados os/as trabalhadores/as informais, com empregos mal remunerados, de baixa qualificação e baixa proteção social. A informalidade atinge 20,9% da classe trabalhadora na Europa e Ásia Central e 36,1% nas Américas (ILO, 2020). Com relação ao trabalho em tempo integral, o órgão estima uma redução de 6,7% das horas de trabalho no segundo trimestre de 2020 no mercado de trabalho global, o equivalente a 195 milhões de trabalhadores/as.

No Brasil, segundo Sayuri (2020), cerca de 72% da classe trabalhadora teme perder renda por causa dos impactos econômicos da pandemia, num contexto de 11,9 milhões de desempregados e 38,4 milhões de trabalhadores/as informais. A autora observa ainda que as mulheres são a maioria nos trabalhos informais, como manicures, cuidadoras, vendedoras de produtos na rua, trabalhadoras domésticas sem direitos trabalhistas e diaristas. Esse novo cenário sócio-econômico-político lança luzes sobre as enormes discrepâncias sociais, a concentração da renda e o concomitante aumento da pobreza da classe trabalhadora e o escarnio com que essas questões são tratadas no âmbito do neoliberalismo.

O relatório da ILO/Monitor de 29 de abril de 2020, apresenta uma classificação dos setores econômicos mais vulneráveis ao impacto da pandemia, quais sejam: o comércio por atacado e varejo, conserto

de veículos e motocicletas, manufatura, hospedagem e serviços de alimentação, imóveis, atividades comerciais e administrativas, totalizando aproximadamente 47 milhões de empregadores, representando cerca de 54% de todos os empregadores no mundo.

No Brasil, esses setores correspondem a uma parcela significativa das micro, pequenas e médias empresas[4], muitas delas na informalidade, totalizando 47% em 2019 (SEBRAE, 2020). Destaca-se que as micro e pequenas empresas (MPEs) responderam por 30% da economia do país e foram responsáveis pela criação de cerca de 13,5 milhões de empregos em 2019 (SEBRAE, 2020). É aqui que estão os trabalhadores/as que se transmutam em empreendedores, como os motoristas e entregadores, utilizando carros, motos e bicicletas e prestadores de serviços em geral, como as empregadas domésticas, as manicures, as massagistas, todos/as vinculados/as a plataformas digitais (apps), sem vínculos empregatícios ou assistência social. São empregadores/as de si mesmos, expostos às vicissitudes de mercado e deixados à deriva, em seus barquinhos, na tempestade causada pelo Covid-19. São esses trabalhadores/as que estão nas filas da Caixa Econômica Federal (CEF), tentando obter, por direito, o auxílio emergencial de R$600,00, mas que não conseguem por "erro de cadastro" ou "inconsistência de dados" conforme mensagem recebida do banco, via app, em seus celulares.

Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED, 2019), das 644.079 vagas de trabalho formal criadas em 2019, 21,63% a mais que em 2018, 16,5% (106 mil) foram nas modalidades de *trabalho intermitente ou de regime de tempo parcial*, sendo que das 106 mil vagas, 85.716 vagas foram relativas ao trabalho intermitente (CAGED, 2020). Ainda, e acordo com o CAGED (2019), o se-

[4] Seguimos a classificação das empresas por critério de pessoas ocupadas por setor econômico, sendo as microempresas com até 9 pessoas ocupadas (serviços) e 19 pessoas ocupadas (indústria); pequenas empresas de 10 a 49 pessoas ocupadas (serviços) e 20 a 49 pessoas ocupadas (indústria); médias empresas de 50 a 99 pessoas ocupadas (serviços) e 100 a 999 (indústria); grandes empresas, a partir de 100 pessoas ocupadas (serviços) e a partir de 500 pessoas ocupadas (indústria). Consultar SEBRAE (2020).

tor que mais gerou empregos em 2019 foi o de serviços, que teve 6.966.824 admissões e 6.584.299 desligamentos, implicando saldo de 382.525 postos de trabalho e crescimento de 2,22% sobre o ano anterior. Em contrapartida, o setor que menos apresentou crescimento do emprego foi a administração pública, totalizando 822 empregos e aumento de 0,10% em relação ao ano anterior. Chama à atenção o recrudescimento do setor público, resultado, em grande medida, da redução drástica dos investimentos por parte dos governos estaduais e federal, especialmente em setores como a saúde e a educação.

A área da educação está entre os setores menos atingidos economicamente pela pandemia no mundo (ILO/MONITOR, 2020), dado que se encontra, especialmente a educação básica, vinculada à administração pública e os estudantes ainda não se encontram em idade ativa para o trabalho ou não trabalham. No entanto, o impacto estritamente econômico é apenas a ponta de um iceberg, considerando-se a estrutura social e as relações sociais que a consubstanciam. Segundo Jouli e Zambroni (2020), há mais de 1.500 milhões de estudantes atingidos pelo fechamento das escolas em 191 países, correspondendo a 90% da população estudantil mundial. Os autores atentam ainda que aproximadamente 826 milhões de estudantes no mundo não possuem acesso a um computador em suas casas e cerca de 706 milhões não têm internet em suas casas. Mesmo diante desse quadro, para solucionar a questão, os governos mundiais estão buscando desenvolver plataformas de ensino virtuais.

O impacto aqui, portanto, é de outra natureza e está relacionado ao avanço das tecnologias digitais na educação no contexto da pandemia, de forma aligeirada, sem um debate mais aprofundado acerca de seu alcance e de sua eficácia no ensino e aprendizagem e, majoritariamente, com interesses econômicos, pois estamos falando de empresas educacionais privadas a vender plataformas e conteúdos. Como afirmam Jouli e Zambroni (2020, p. 7), "la pandemia Covid-19 nos muestra que el mundo ya no considera imprescindible la presencia

física de los docentes em un aula para que los niños, niñas, jóvenes y adultos se formen o eduquen"[5].

No Brasil o sistema educacional, segundo Lehr (2020) congrega aproximadamente 60 milhões de estudantes da educação básica, profissional e superior, envolvendo ainda cerca de 2.4 milhões de professores/as, sem contar um importante contingente de profissionais afins. No país, a forma virtual encontrada para a contenção da pandemia, concomitantemente à manutenção do funcionamento das instituições educacionais, públicas ou privadas, traz consigo uma perversidade explícita que aprofunda as desigualdades sociais e educacionais já existentes na sociedade, deixando os mais pobres totalmente excluídos e desamparados.

No ensino superior, o MEC, através do Comitê Operativo de Emergência, teve como uma de suas primeiras decisões, em 18 de março de 2020, a flexibilização das aulas presenciais em forma de EAD, medida válida por 30 dias e prorrogável de acordo com orientações do Ministério da Saúde, neste caso foi prorrogado por mais 30 a partir de 15 de maio de 2020. A medida contempla o sistema federal de ensino, composto pelas universidades federais, pelos institutos federais, pelo Colégio Pedro II, pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), Instituto Benjamin Constant (IBC), e pelas universidades e faculdades privadas, com a necessidade de informar a opção ao MEC em até 15 dias. No sistema federal de ensino há uma grande resistência a esta implementação na graduação e na pós-graduação, já nas instituições particulares é algo que vem sendo recorrente.

Quanto à educação básica, esta tem seu funcionamento definido pelas prefeituras e pelos estados e em todo o Brasil foram suspensas as aulas presenciais, tanto na rede pública quanto na privada, sendo substituídas por atividades virtuais, ou seja, EAD. Neste interim o governo federal publicou em 1 de abril de 2020, em edição extra do Diário Oficial da União, medida provisória que promove ajustes no calen-

[5] Tradução livre: A pandemia do Covid-19 nos mostra que o mundo já não considera imprescindível a presença física dos docentes em uma aula para que os meninos e meninas, jovens e adultos se formem ou se eduquem.

dário escolar de 2020 (MP 934/2020). A medida vale para a educação básica e para a superior. A medida dispensa, em caráter excepcional, as escolas de educação básica da obrigatoriedade de observar o mínimo de 200 dias letivos de efetivo trabalho escolar e determina que a carga horária mínima de oitocentas horas deve ser cumprida, nos termos das normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino.

No estado de Minas Gerais, localizado na região Sudeste do pais[6], a Secretaria Estadual de Educação (SEE) elaborou um Regime de Estudo não Presencial, ou seja, uma EAD, composto por um Plano de Estudo Tutorado (PET) e programa de TV em parceria com a Rede Minas, com apostilas mensais de orientação de estudo e atividades por ano de escolaridade (1º ao 9º ano do ensino fundamental e 1º ao 3º ano do ensino médio). A distribuição das apostilas feita prioritariamente por meios virtuais (site da SEE, e-mail e WhatsApp dos pais cadastrados nas escolas, entre outros) com início marcado para o dia 4 de maio de 2020 (AGÊNCIA MINAS GERAIS, 16/04/2020).

O programa de TV, "Se Liga na Educação", é transmitido de segunda a sexta-feira, sempre das 7h30 às 12h30 pela Rede Minas. Nele, são apresentados conteúdos em que, geralmente, os estudantes têm mais dificuldades, além de debates específicos sobre o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). São quatro horas de aulas gravadas (das 7h30 às 11h30), e uma hora (11h30 às 12h30) ao vivo, período no qual os/as estudantes poderm interagir com os professores/as no estúdio, por meio das redes sociais, WhatsApp e telefone (AGÊNCIA MINAS GERAIS, 16/04/2020).

Só para lembrar, as crianças no primeiro ciclo do ensino fundamental tem entre 6 e 10 anos de idade, esse talvez o nível mais crítico, pois são totalmente dependentes das orientações de um adulto, as quais devem ser qualificadas, voltadas para o ensino e aprendizagem de conteúdos específicos em momentos específicos, com metodologias adequadas, que não devem ser padronizadas, considerando-se as pecu-

[6] A região sudeste é composta ainda pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

liaridades de cada criança. Esse conjunto de atividades deve ser desenvolvido pelo/a profissional docente, formado/a para isso, e que é suprimido no caso do EAD. Assim, em todos os níveis de ensino, confunde-se a formação escolar com a quantidade de informação adquirida, deixando-se de lado aspectos importantíssimos para a real formação, isto é, humana, crítica e consciente, dos sujeitos sociais.

Cumpre ressaltar que contexto socioeconômico e estrutural das famílias já proporcionava, muito antes da pandemia, dificuldades no acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem das crianças e adolescentes pelas famílias, incluindo a segunda fase do ensino fundamental e ensino médio. Agora temos o agravo da situação, principalmente para a grande maioria das famílias que não tem preparo psicopedagógico e condição econômica para acompanhar a vida escolar de seus filhos/as, não que sejam culpados por isso, mas como consequência de uma estrutura histórica, econômica e social de abandono, exclusão e discriminação. E, para piorar, temos um (des)governo, tanto a nível federal como estadual, no caso Minas Gerais, que tem seus objetivos muito bem claros quanto ao valor que "não" dá para a educação pública, incluindo-se nesta os jovens trabalhadores/as em formação e também os profissionais da educação[7]. A estes, o governador do estado informou, em março, que não tinha previsão de pagamento dos seus salários, em plena pandemia.

Dados do IBGE (2020), através da pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua de 2018 aponta que 53,7% e 55,9% dos domicílios particulares não tem computadores no estado de Minas Gerais e no Brasil, respectivamente. Ainda: não utilizam internet 20,7% e 20,9%, não utilizam internet pelo microcomputador ou tablet 48,2% e 49,5%, não utilizam a internet por telefone móvel celular 0,8% e 0,8% e não possuem televisão 3,0% e 3,6% respectivamente no estado de Mi-

[7] Vale dizer ainda que os docentes da educação básica estadual se encontravam em greve desde o início do ano letivo pelo pagamento do Piso Nacional da Educação, pagamento do 13° salário de 2019 e isonomia salarial com outras categorias profissionais quando teve início a pandemia. Consultar Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (SIND-UTE). Disponível em: http://sindutemg.org.br/estamos-juntos-na-luta/. Acesso em 12 de març. 2020.

nas Gerais e no Brasil (Tabela 1). Vale lembrar que os professores/professoras da educação básica estão incluídos nesse quadro. Como sempre, ou seja, desde antes da pandemia "resta" a televisão para "educar" o povo, pois o principal meio de acesso à internet, o telefone móvel celular, é utilizado, pela sua praticidade, nos aplicativos de carros e taxis (para o trabalho uberizado), de filmes e séries (para o entretenimento) e pedido de comida. Ademais, essa ferramenta é no mínimo, muito inapropriada para leitura de textos didáticos e realização de tarefas escolares.

Tabela 1- Características dos domicílios do estado de Minas Gerais e do Brasil quanto a posse de equipamentos e meios de acesso à Internet.

Características dos domicílios particulares	Estado de Minas Gerais	Brasil
Possui microcomputador ou tablet	46,3	44,1
Utilizam Internet	79,3	79,1
Utilizam Internet somente por microcomputador ou tablet	51,8	50,5
Utilizam Internet somente por telefone móvel celular	99,2	99,2
Possui televisão	97,0	96,4

Fonte: IBGE (2020)

Convém destacar que16 estados do país planejam considerar as atividades virtuais como oficiais para contagem da carga horária letiva equivalente às aulas presenciais, incluindo o estado de Minas Gerais (G1/EDUCAÇÃO, 17/05/2020). Nesse contexto, o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (SIND-UTE) declarou que as escolas públicas estaduais não tiveram investimentos adequados para o uso dessa ferramenta de ensino que requer planejamen-

to, acompanhamento e avaliação processual das atividades e enfatizou a necessidade do poder público garantir a educação escolar com padrão de qualidade universal, conforme a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Base (LDB), sendo o lema "Nenhuma Criança Fora da Escola" válido para qualquer situação de oferta escolar (presencial ou remota).

Quanto aos/as docentes, estes são constrangidos/as e se "reiventar" para as aulas virtuais, a partir de seus próprios esforços e equipamentos enquanto os empregadores de empresas educacionais, especialmente no ensino superior, amparados, pela MP 936, promovem suspensão de contratos e cortes salariais. No caso da educação básica pública, prefeitos e governadores, também se valendo das novas regras laborais sob a pandemia, estão reduzindo salários de servidores em até 70% e encerrando contratos de trabalho de terceirizados. Um exemplo é o caso de aproximadamente 150 profissionais da educação básica, incluindo-se docentes, monitores e secretários, na cidade de Lagoa Formosa, Minas Gerais, que tiveram seus contratos de trabalho rescindidos no mês de abril pela Secretaria Municipal de Educação, numa comunicação por WhatsApp, em virtude da suspensão das aulas (MOTA, 2020).

Nesse contexto de pandemia, tudo é motivo para precarizar ainda mais a educação, lembrando que quando foi votada a Emenda Constitucional N.º 95, que limita os gastos do governo por durante 20 anos, não existia a pandemia. Ademais, os/as professores/as da rede pública têm tido seus rendimentos fragmentados e diminuídos desde muito antes da pandemia.

Considerações Finais

A pandemia atual foi considerada pela ONU como a pior crise de saúde pública mundial desde a II Guerra Mundial e coloca em questão a difusão desenfreada do neoliberalismo e da globalização com exploração dos recursos naturais e trabalho humano a custos bai-

xos para a produção de mercadorias lucrativas. Nesse contexto, pesquisas importantes na área da saúde humana deixam de ser realizadas porque demandam investimentos custosos e em longo prazo. O Estado neoliberal não se desresponsabiliza em realizá-las e as transfere para laboratórios privados que, por sua vez, preferem investir em pesquisas de maior e mais rápido retorno financeiro, como *skincare*.

Podemos perceber agora o quanto é importante do ponto de vista da vida humana a presença de um Estado socialmente referenciado e que regule a ordem econômica quanto aquilo que é de interesse público e o é de interesse privado, não deixando este último avançar sobre as necessidades fundamentais da vida humana em seu metabolismo com o meio natural, pois dessa maneira continuaremos a ver que quem tem dinheiro tem saúde, habitação, educação, lazer e quem não tem dinheiro, morre. E continuaremos escutando: "E daí? ". E serão muitos mais "E daís" ainda. A questão que se coloca é: Até quando? O que mais será necessário para, em vez de "E dai? ", tenhamos ações políticas que salvem as vidas em toda sua condição humana?

Referencias

ANTUNES, R. O delírio de Crapulinski. **Blog da Boitempo**. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/04/24/ricardo-antunes-o-delirio-de-crapulinski/.> Acesso em: 24 abr. 2020.

AGÊNCIA MINAS GERAIS. Educação. **Rede estadual de ensino terá regime de estudo não presencial.** 16 de abril de 2020. Disponível em: <http://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/rede-estadual-de-ensino-tera-regime-de-estudo-nao-presencial.> Acesso em: 16 de abr. 2020.

CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS (CAGED). **Sumário Executivo**. Janeiro-Dezembro de 2019. 2019. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/images/Noticias/Jan-2020/Caged_Dezembro.pdf>. Acesso em: 10 de fev. de 2020.

CARTA MAIOR. **Revista Lancet**. Brasil precisa dar uma resposta clara ao "E daí?" de seu presidente. 08 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Revista-Lancet-Brasil-precisa-dar-uma-resposta-clara-ao-E-dai-de-seu-presidente/4/47436>. Acesso em: 09 maio. 2020.

ENGELS, F. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo. 2008.

G1. EDUCAÇÃO. **Estudantes, pais e professores narram 'apagão' do ensino público na pandemia; em 7 estados e no DF, atividade remota não vai contar para o ano letivo**. 21 de maio de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/05/21/estudantes-pais-e-professores-narram-apagao-do-ensino-publico-na-pandemia-em-7-estados-e-no-df-atividade-remota-nao-vai-contar-para-o-ano-letivo.ghtml>. Acesso em: 21 maio. 2020.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). **ILO Monitor 2nd edition: COVID-19 and the world of work Updated estimates and analysis.** Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms_740877.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). **World Employment and Social Outlook:** Trends 2019. Geneva, 2019. Disponível em: <https://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso/2019/WCMS_670542/lang--en/index.htm>. Acesso em 18 de mar. de 2020.

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades. Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/pesquisa/10070/64506?ano=2018&localidade1=0>. Acesso em: 10 de maio. 2020.

JOULI, L.; ZAMBRONI, P. La digitalización de la vida y sus impactos en el sistema educativo. **Carta Maior**. Educação. 3 de maio de 2020.

Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br>. Acesso em: 4 maio 2020.

LEHR, R. Em virtude da pandemia é necessário discutir o planejamento do sistema educacional. **Carta Maior/Educação**. 04/05/2020. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Educacao/Em-virtude-da-pandemia-e-necessario-discutir-o-planejamento-do-sistema-educacional/54/47389>. Acesso em: 06 de maio. 2020.

MOTA, P. Professores da rede municipal de Lagoa Formosa têm contrato rescindido por causa do coronavirus. **PatosJá**. 16/04/2020. Disponível em: <https://patosja.com.br/busca/educacao>. Acesso em: 18 abr. 2020.

SAYURI, J. Nada disso é normal: como a Covid-19 escancara velhas anomalias do Brasil. **TAB.OUL**. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/04/05/nada-disso-e-normal-como-a-covid-19-escancara-velhas-anomalias-do-brasil.htm>. Acesso em: 5 abr. 2020.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. **Atualização de estudo sobre participação de micro e pequenas empresas na economia nacional.** Março de 2020. Disponível em: <www.sebrae.com.br>. Acesso em: 10 maio 2020.

SINDICATO ÚNICO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS – SIND-UTE. **Nota Pública da CNTE - O currículo escolar em tempos de pandemia do coronavírus**. 27/03/2020. Disponível em: <http://sindutemg.org.br/noticias/nota-publica-da-cnte-o-curriculo-escolar-em-tempos-de-pandemia-do-coronavirus/>. Acesso em: 28 mar. 2020.

ENTRE PARASITAS E HERÓIS: O CONGELAMENTO SALARIAL, DAS PROMOÇÕES E CONTRATAÇÕES NO SERVIÇO PÚBLICO BRASILEIRO SOB A PANDEMIA DE COVID-19*

Geraldo Augusto Pinto

Parasitas

No dia seguinte à comemoração do Primeiro de Maio de 2020, o Dia Mundial do Trabalhador e da Trabalhadora, o Senado brasileiro, como parte das medidas de combate à pandemia de covid-19 no país, aprovou um pacote de auxílio financeiro da União aos estados e municípios. Esse auxílio foi pago pela classe trabalhadora; aliás, por uma parcela dela: os/as trabalhadores/as do serviço público, que, três meses antes haviam sido solenemente taxados pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, de parasitas.

Na ocasião, o Ministro afirmou: "O funcionalismo teve aumento de 50% acima da inflação acima da inflação, tem estabilidade de emprego, tem aposentadoria generosa, tem tudo. O hospedeiro está morrendo. O cara virou um parasita, o dinheiro não chega no povo e ele quer aumento automático" (CARTA, 2020). Pouco se aprofundou na exigência de provas a essas afirmações. Bastou uma nota do Ministério da Economia, invertendo as coisas e pondo como vítima quem proferiu tais impropérios, usando para isso o artifício de acusar os receptores da mensagem de desviarem o foco do assunto – o qual seria, então, a reforma administrativa (REUTERS, 2020).

Nada mais foi apurado e a sociedade ficou com essas informações absurdas em mente. Ora, cabe perguntar: o aumento salarial citado e a dita generosa aposentadoria se aplicam a todos/as os/as servidores/as? Diz respeito aos/às concursados/as ou aos/às nomeados/as po-

*DOI – 10.29388/978-65-86678-07-9-0-f.137-158

liticamente? Decorreu tal aumento de ato discricionário de chefias, ou foi direito adquirido pelo/a assalariado/a por ter se qualificado e galgado o plano de carreira, como em qualquer empresa? Se os salários dos/as servidores/as impedem (como também afirmou o Ministro) que o dinheiro público chegue ao povo, caberia a este o dilema de decidir pelo livro e excluir o/a professor/a, pelo remédio no lugar do/a médico/a etc.? E quanto ao tal aumento automático dos salários? Meses antes o STF havia decidido que prefeitos, governadores e União podiam "deixar de repor a inflação do funcionalismo desde que apresentem uma justificativa técnica", ou seja, "não precisam indenizar servidores por descumprimento da data-base" (SENGE, 2019). O Supremo foi chamado a se manifestar sobre o desrespeito da correção da inflação no pagamento dos/as servidores/as públicos/as e, ao final, oficializou o "calote em data-base" (Id. Ibid.).

Basta o esforço de buscar demonstrar que afirmações como aquelas do Ministro da Economia não se sustentam? Ao fim e ao cabo, o efeito avassalador da difusão dessas imposturas no imaginário social é irreversível. Uma coisa, no entanto, é válida: ao contrário do que pensa Guedes e seus/suas asseclas, disparar embustes bombásticos não desvia, mas esclarece o foco da questão – neste caso, traz à lume a essência da reforma administrativa do Estado proposta pelo governo Bolsonaro.

Tal reforma, que dá sequência a outras ações – como a emenda constitucional do teto de gastos, a terceirização total e a reforma da Previdência – tem como objetivo atacar, fragilizar e implodir a estrutura pública brasileira, e entregar os seus serviços à iniciativa privada. É o pacote de enfrentamento neoliberal sem peias, proposto como saída ao baixo crescimento da economia e ao crônico desemprego no país, e que, apesar da nulidade de seus resultados, permanece como o único movimento nítido deste governo e que lhe garante – malgrado a inexpressividade (e o caos) de todas as demais frentes – o apoio de um empresariado e de camadas médias no Brasil cujo horizonte é curto, raso e estreito.

As infâmias do Ministro da Economia desvendam, pelo lado concreto da questão, os passos sensíveis de uma agenda de reforma do Estado cuja ponta de lança é o rebaixamento das condições de trabalho dos/as servidores/as, o corte de salários, a redução e estancamento de vagas, assim como a extirpação (para o gozo do capital e de frações ignaras da própria classe trabalhadora) da impossível demissão sem justa causa, a tão incompreendida e difamada estabilidade, que equivocamente é entendida por muitos/as como se todos/as os/as servidores/as tivessem empregos vitalícios (como os/as magistrados/as) ou fossem isentos/as de avaliações de desempenho e de probidade.

A pandemia de covid-19 como pretexto para a precarização do trabalho no Estado

A crise causada pela pandemia de covid-19 provocou adaptações na agenda acima, mas o governo em nenhum momento desviou o seu foco. E em que pesem atritos aqui e ali com o parlamento – sempre bem cultivados pela grande mídia, com a sua conhecida superficialidade de análise) – o Executivo tem obtido apoio no Senado e também na Câmara, levando adiante essa abjeta força-tarefa de destruição dos direitos sociais e da soberania do país.

Ainda em novembro de 2019 o Ministério da Economia havia colocado diante do Senado, como parte do Plano Mais Brasil (GOVERNO..., s/d), três propostas de emenda à Constituição. Uma delas visa extinguir 248 fundos públicos do país (PEC 187/2019). Na última revisão que sofreu, ao ser aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, mantiveram-se apenas nove fundos. Se aprovada em plenário, os recursos bilionários dos fundos extintos, antes com destinação específica, serão canalizados unicamente à quitação da dívida pública (PEC DA EXTINÇÃO..., 2020).

Outra é a do Pacto Federativo (PEC 188/2020), que altera a relação entre a União, estados e municípios no tocante à autonomia que dispõem sob a responsabilidade fiscal. Criticada por permitir rebaixar

os pisos de investimento em educação e saúde (RABELLO, 2020; CARVALHO, OUVERNEY, 2020) e restringir – ao contrário do que ventila – a autonomia dos entes federados e municipais frente à União (GALDINO, 2019; TCESP, 2020), a PEC 188/2020 teve sua aprovação embaraçada pela crise da pandemia de covid-19 e encontrava-se, até o momento da redação deste texto, estacionada na CCJ.

Deve-se, contudo, observar que a Pacto Federativo já previa "[...] a redução temporária da jornada de trabalho de servidores públicos como medida para reduzir despesas com pessoal [...]" (PEC 188/2019). Trata-se, pois, de tema presente no terceiro pilar do Plano Mais Brasil, a chamada PEC Emergencial (PEC 186/2019), que, destinada a impor limitações de despesas e medidas de ajuste fiscal, propõe entre outras coisas a redução de até 25% dos salários e da jornada de trabalho dos/as servidores/as públicos/as, proibição de aumento salarial, de promoção na carreira funcional e a própria vedação de concursos públicos (AMARAL, 2020a; ROUBICEK, 2020). Portanto, as PECs do Pacto Federativo e Emergencial têm como objetivo comum atacar os/as trabalhadores/as do Estado.

Igualmente devido à pausa das atividades da CCJ pela pandemia de covid-19, a PEC Emergencial ficou estacionada, ao menos até o momento em que este texto era redigido, nessa instância. O seu relator, Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR), tentou empurrá-la adiante como um *corpus* possível de ser adaptado pela União na forma de um plano em face da crise pandêmica, mas não conseguiu. A própria presidenta da CCJ, senadora Simone Tebet (MDB-MS) – que em 2016 votara pela emenda constitucional do teto dos gastos e em 2017 pela reforma trabalhista que despedaçou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) –, considerou que a PEC Emergencial, se aprovada durante a pandemia, seria um "veneno que mata o paciente", dado o imenso impacto na economia decorrente do corte de salários dos/as servidores/as públicos/as (AMARAL, 2020b).

Certamente não compartilharia da mesma opinião o relator Oriovisto Guimarães. Em seu primeiro mandato como senador, ele é

um dos fundadores do Grupo Positivo. Com patrimônio de R$ 239 milhões declarado à época de sua eleição em 2018 (tendo sido o senador mais votado do Paraná), ele afirma não acreditar em tributação de grandes fortunas como fonte de receita pública no Brasil, mas acredita na simplificação tributária ao capital. Algo coerente vindo de alguém que se fez milionário vendendo a educação como mercadoria e que na campanha de 2018 destacou-se, dentre os/as candidatos/as, por ser o maior devedor como pessoa física da União: "pelos dados da Justiça Eleitoral, o candidato injetou 3,25 milhões de reais na própria campanha e doou 1,75 milhão de reais ao presidenciável Álvaro Dias [PODEMOS-PR], do seu partido. Somados, os valores são próximos ao que deve à União [R$ 5,5 milhões]" (DOZE..., 2018).

Indagado sobre a redução dos salários dos/as servidores/as públicos/as na PEC Emergencial, Oriovisto Guimarães respondeu à jornalista Amaral (2020b) com outra pergunta: por que resguardar a essa fração da classe trabalhadora os seus direitos se o governo conseguiu aprovar uma medida provisória (MP 936/2020) que permite reduzir em até 70% a jornada e os salários dos/as assalariados/as da iniciativa privada?

Melhor ainda seria atentar para outra manifestação, dada na mesma ocasião, por esse insuspeito relator da PEC Emergencial: seria aceitável, segundo ele, neste momento de pandemia do covid-19 e de prováveis eleições de prefeitos e vereadores em 2020, um relaxamento sobre as contas públicas; mas, logo depois, os cortes devem vir e, sem dúvida alguma, a PEC Emergencial será retomada em 2021.

Mas, por que deixar para depois algo que se pode iniciar agora, no caos de desespero da classe trabalhadora numa situação de calamidade pública e em meio à impossibilidade de manifestações nas ruas? Por que não empurrar já algumas medidas para garantir ainda mais folga ao governo Bolsonaro no propósito de desmantelar o Estado no pós-pandemia?

O PLP 39/2020 e a Lei Complementar n. 173 de 2020: uma cortesia com chapéu alheio (e um movimento importante na reforma e desmonte do Estado)

Dando concretude à tese acima, o plenário do Senado sancionou no pós-feriado do Dia do Trabalhador e da Trabalhadora em 2020, o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus (PLP 39/2020). O objetivo é mitigar os efeitos da queda de arrecadação dos estados e municípios em face da retração da economia causada pelo isolamento social, além de conceder recursos para serem especialmente destinados à saúde. Aprovado como texto do relator e presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), o PLP 39/2020 substituiu outro projeto, o PLP 149/2019 (apelidado de Plano Mansueto), que veio aprovado pela Câmara dos Deputados e majorava a austeridade da Lei de Responsabilidade Fiscal, por conta de estados e municípios em débito com a União (compondo, assim, parte da arquitetura de ajuste fiscal do Plano Mais Brasil do governo Bolsonaro) (AGÊNCIA..., 2020a).

O PLP 39/2020 do Senado arquivou o Plano Mansueto, mas assimilou dele – como da PEC Emergencial e da PEC do Pacto Federativo – o núcleo genético: toda ajuda da União aos estados e municípios deve ter uma clara contrapartida desses entes, e, acima de tudo, deve ser viabilizada por medidas fiscais que aliviem os cofres públicos e não toquem na iniciativa privada – como, por exemplo, uma reforma tributária que sobretaxe fortunas, ou execute dívidas das grandes empresas com o erário público.

Assim, o PLP 39/2020 concede um auxílio de R$ 125 bilhões a estados e municípios no combate à pandemia da covid-19. Mas, como contrapartida e primordial fonte dos recursos, estabeleceu o congelamento dos salários dos/as servidores/as públicos/as em todos os níveis por 18 meses (com exceção dos setores da saúde, da segurança pública e das Forças Armadas). E de quem foi a autoria da emenda ao projeto de lei que previu tais medidas? De ninguém menos que o relator da

PEC Emergencial, o próprio Oriovisto Guimarães (EMENDA..., 2020), que se gaba da proba façanha em sua página pessoal (SENADO..., 2020).

O presidente do Senado, por seu turno, comemorou a aprovação. Segundo a agência de notícias da casa, "Davi [como o chamam na matéria] atuou para garantir os recursos sem a necessidade de corte salarial em 25%, que era a proposta inicial do Executivo" (SENADO..., 2020b). Obteve 79 votos favoráveis e apenas um em contrário. "Aceitei o desafio e confiei que poderíamos chegar hoje e fazer uma votação histórica", disse Alcolumbre, que também não resistiu em vangloriar-se e julgou, de si e por si, sem a menor modéstia, a proposta como "a mais importante do ano" (BATISTA, 2020).

O PLP 39/2020 seguiu para a Câmara dos Deputados. Uma vez aprovado, União, estados e municípios estarão vetados até 31 de dezembro de 2021 de realizar qualquer reajuste de salários, reestruturação das carreiras, contratação de pessoal (com exceção para reposição de vagas abertas) e conceder progressões a servidores. Segundo a matéria da agência do Senado citada acima, "a economia estimada é de cerca de R$ 130 bilhões, sendo R$ 69 bilhões para os estados e o Distrito Federal e R$ 61 bilhões para os municípios, até o final de 2021" (SENADO..., 2020b).

Não é demais notar que foram excluídos do congelamento os/as servidores/as dos setores da saúde, da segurança pública e das Forças Armadas, após emendas ao projeto feitas por senadores/as do Cidadania, Rede, Podemos, Pros, PSL e sugeridas ao relator por um membro do MBD. "Eu queria agradecer a todos os senadores e senadoras que se manifestaram em relação a nós excetuarmos [esses servidores] deste projeto e protegermos aqueles que estão na ponta, salvando e preservando a vida e a segurança dos brasileiros – disse Davi" (SENADO..., 2020b).

Pela lógica do governo, quem tem que pagar pelos estragos da pandemia de covid-19 não é o capital, mas a classe trabalhadora. E nela, há uma fração parasitária: os/as servidores/as públicos. Do salá-

rio deles/as é que se deve extrair os recursos orçamentários das políticas sociais de auxílio da União aos estados e municípios. Mas, não de todos/as: que se preservem temporariamente (e ao menos) os salários daqueles/as que vão combater na linha de frente com a assolação viral – são parasitas essenciais esses/as servidores/as. Até a batalha acabar. Depois, são parasitas *tutti quanti*, como já pressagiou o impudico e conspícuo fintador da *res publica*, o respeitabilíssimo relator da PEC Emergencial: é uma questão de tempo colocar esta proposta em votação.

Assim que recebeu a notícia da aprovação do PLP 39/2020 e seu encaminhamento à Câmara dos Deputados, o presidente da casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ) declarou, indagado sobre as possibilidades de aprovação do projeto: "Esse pingue-pongue não interessa à sociedade: não devemos ter conflito entre Câmara e Senado. Devemos votar o texto dos senadores e pedir ao presidente [Bolsonaro] que sancione a matéria. A Câmara sinalizou o volume necessário, e o Senado concorda. A forma de distribuição que é diferente" (XAVIER, 2020).

Por "distribuição" Maia se refere às diferentes concepções de cálculo para a envio dos recursos aos estados e municípios, estabelecidos pelo antigo PLP 149/2020 (que havia sido elaborado pela Câmara) e o atual PLP 39/2020 (que assimilou aquele), aprovado e encaminhado pelo Senado. Nem uma palavra Rodrigo Maia proferiu sobre a origem dos recursos. Aliás, sua maior preocupação – eis o essencial de sua atuação como presidente da Câmara dos Deputados – é apontar o banzé causado pelo poder Executivo (por Bolsonaro e equipe) à tão ponderada e laboriosa ação dos/as deputados/as e senadores/as em prol da sociedade brasileira, que, indefesa diante de tantos arrancarabos alheios, não merece quedar vítima de um "pingue-pongue" entre essas instâncias.

Não é para menos. Na Câmara, os/as deputados/as somente aprovaram o projeto – relatado por Pedro Paulo (MDB-RJ), o mesmo relator do Plano Mansueto – depois de alterarem bastante a proposta inicial, levando a que o projeto retornasse, novamente, para o Senado.

Dados os objetivos deste texto, serão destacadas aqui as que afetam o trabalho no serviço público. Primeiro, houve inclusão de um destaque no projeto que garantiu o prazo de validade de concursos públicos homologados durante a vigência do decreto de estado de calamidade pública (RIBEIRO, DI CUNTO, 2020). O mais impactante, todavia, foi o alargamento do grupo de servidores/as que ficarão de fora do congelamento salarial e de contratações, pois foram também incluídos "[...] entre outros, trabalhadores da educação, da assistência social e na limpeza pública; policiais legislativos; técnicos e peritos criminais; e agentes socioeducativos" (MACHADO, MIRANDA, 2020).

O presidente da casa, Rodrigo Maia, achou "um absurdo" e completou: "pelo jeito, não estávamos falando sério do congelamento [salarial]" (MACHADO, MIRANDA, 2020). Como soltou o verbo no plural, expôs quão fértil é a Câmara de Deputados à futura semeadura da PEC Emergencial, pois regras de congelamento salarial e de contratações de servidores/as públicos/as já estavam sendo levadas a sério nos debates em torno do Plano Mansueto. Maia, por outro lado, escancarou despudoradamente sua posição contra a classe trabalhadora, pois mostrou que abraça – assim, gratuitamente – essa pauta espúria do governo Bolsonaro, mesmo que com ele mantenha uma ambiciosa contenda por protagonismo político em quase tudo, chegando por isso a ser ameaçado por movimentos de rua apoiados pelo Presidente da República.

Ao lado da indignação do presidente da Câmara dos Deputados pela retirada de mais servidores/as públicos/as do congelamento, a honrosa casa legislativa teve a chance de presenciar o próprio líder do governo, deputado Vitor Hugo (PSL-GO), defender a retirada de mais categorias do congelamento salarial, alegando atender com isso a um chamado pessoal de Bolsonaro (HESSEL, 2020). São camadas e camadas de chorume que se sobrepõem de baixo a cima e de cima a baixo, num universo onde todos/as são iguais, porque apresentam-se como diferentes, mas aparentam ser diferentes só porque no fundo são, de fato, todos/as iguais.

Reencaminhado ao Senado, o PLP 39/2020 foi aprovado por unanimidade. Houve rejeição de regras de distribuição dos recursos entre estados e municípios propostas pela Câmara; mas, no tocante aos demais pontos, todos foram mantidos: desde a validade dos concursos públicos homologados até o decreto do estado de calamidade, até a retirada do regime de congelamento salarial dos/as servidores/as públicos/as da educação, dos/as agentes socioeducativos/as, dos/as peritos/as, dos membros da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e das guardas municipais, assim como os servidores/as da limpeza urbana, dos serviços funerários e da assistência social (SENADO..., 2020c). Alcolumbre, pouco antes da votação, "[...] tinha decidido incluir os professores no congelamento. No entanto, após fortes reclamações de líderes partidários, Davi retirou a categoria da suspensão de promoções" (SAID, POMPEU, 2020).

Sem *quid pro quo*, Maia e Alcolumbre, despidos dos simulacros de autonomia que encenam na Câmara e no Senado, são uma extensão de Guedes e Bolsonaro quando o assunto é agredir a classe trabalhadora. E aprofundar ainda mais a superexploração de sua força de trabalho, uma vez que os salários no capitalismo dependente (como é o caso do Brasil) podem facilmente cair abaixo dos níveis mínimos à reprodução daqueles/as que trabalham, sem afetar a acumulação, que se realiza em grande parte fora do país, como já havia apontado Marini (2008a, 2008b, 2012). Os poderes Executivo e Legislativo decretarem, unidos, o congelamento salarial dos/as trabalhadores/as em meio a uma calamidade pública forçosa e tardiamente decretada (e inacreditavelmente ignorada pelo próprio governo) é uma das muitas facetas mais grotescas da elite economicamente dependente e intelectualmente decrépita do Brasil – que, não sem motivo, se tornou um país internacionalmente usado como contraexemplo no combate à pandemia de covid-19 e, por isso mesmo, um perigo mundial em potencial (BARRUCHO, 2020).

O Ministro da Economia, Guedes, tão logo o Senado aprovou o PLP 39/2020, acionou imediatamente o Presidente da República e lhe

recomendou que vetasse (entre outros pontos) o dispositivo do PL 39/2020 que retira as categorias de servidores/as públicos da área de Educação e Segurança Pública do projeto, afirmando que isso inviabilizaria a vaquinha que estão fazendo com o salário do funcionalismo para bancar a ajuda da União aos estados e municípios. Bolsonaro – que desde a campanha eleitoral se acostumou a não responder por temas da área de economia do governo – deu respostas vazias de sentido quando indagado sobre isso: "o servidor público", disse em entrevista, "grande maioria é consciente, sabe que se a economia não se recuperar, não vai ter dinheiro para pagá-los" (OTTA, SIMÃO, 2020).

Bolsonaro demonstra ver a folha de pagamento do quadro de servidores/as estatais concursados/as como algo tão simples e flexível como a de uma loja de departamentos como a Havan. Isso causa indignação em quem o escuta. No entanto, por trás dessa falta de tato há um sóbrio e sinistro cálculo político. Em reportagem sobre o assunto, Ventura e Ribeiro (2020) ouviram uma fonte da área econômica do governo (que não foi revelada na matéria) ter afirmado que o agrupamento de várias categorias dentro de um grupo de exceção ao congelamento foi algo providencial e que facilitaria o veto presidencial.

Em outros termos, Bolsonaro estava muito lúcido ao pedir a Vitor Hugo, líder governista na Câmara dos Deputados, que defendesse a retirada de mais servidores/as públicos/as do pacote de congelamento: "o projeto aprovado no Congresso, com aval inicial do próprio presidente, autoriza aumento para funcionários da saúde, da segurança e professores, entre outros. Todos foram agrupados em um só parágrafo do projeto de lei. Ao vetar, Bolsonaro cortará o reajuste para todas as categorias, o que evitará, segundo assessores, um desgaste do presidente com profissões específicas (VENTURA, RIBEIRO, 2020).

Dito e feito. Sob sua caneta, Bolsonaro sancionou o projeto com diversos vetos, entre os quais "[...] o dispositivo que permitia a concessão de reajuste a servidores públicos até 2021" (AGÊNCIA, 2020d). Ou seja, pela Lei Complementar n. 173 – decretada em 27 de maio de 2020 e que estabelece o Programa Federativo de Enfrenta-

mento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19) – "União, estados, Distrito Federal e municípios ficam proibidos de conceder vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a membros de Poder ou de órgão e servidores e empregados públicos e militares", sendo que "a vedação também vale para o Ministério Público e a Defensoria Pública" (AGÊNCIA, 2020d).

Portanto, todos/as os/as servidores/as públicos/as, sem exceção, acabaram incluídos no congelamento salarial, fossem parasitas (como o Ministro da Economia os/as nomeou) essenciais ou ordinários/as. A suspensão dos prazos de validade dos concursos realizados até o decreto de calamidade pública também foi vetada, com o argumento de que a União infringiria com isso a autonomia de gestão dos estados e municípios. O texto final passou a considerar "[...] nulo qualquer ato que provoque aumento da despesa com pessoal nos 180 dias anteriores ao final do mandato de cada chefe de Poder [...]", como também "[...] nulo o ato que aumente despesas com pessoal e preveja parcelas a serem pagas depois do mandato do chefe de Poder", e, por fim, proibitiva "[...] a aprovação de lei que promova reajuste ou reestruture carreiras no setor público, assim como a nomeação de candidatos aprovados em concurso quando isso acarretar aumento da despesa com pessoal" (AGÊNCIA, 2020d).

Bolsonaro, portanto, seguiu rigorosamente as determinações de Guedes, que, em evento sobre os 500 dias do governo Bolsonaro, chamara os/as servidores/as públicos/as – sim, os/as parasitas/as – a um "[...] sacrifício para o Brasil nesta hora", afinal, "nossos heróis não são mercenários. Que história é essa de pedir aumento de salário porque um policial vai exercer sua função? Ou porque um médico vai à rua exercer a sua função. Se ele trabalhar mais por causa do coronavírus, ótimo. Ele recebe hora extra. Mas dar medalhas antes da batalha? As medalhas vêm depois da guerra" (MÁXIMO, 2020).

Como se não bastasse o absurdo de comparar aumento salarial (que envolve direitos básicos como avanço nos planos de carreira, recomposição por perdas inflacionárias etc.) com o mérito e o dever da

função (e com de horas extras!), mas, talvez ainda pior, como se de um Ministro da Economia fosse aceitável defender a tese de que cortar o que resta de demanda garantida no mercado ter-se-ia uma reversão do déficit de arrecadação por queda de consumo, enfim, como se tudo isso não fosse disparatado e aborrecível o bastante, Guedes ainda lançou essa, na mesma ocasião: "são centenas de bilhões que seriam transferidos para rentistas. O dinheiro continua tranquilo, mas pode ser empregado para investimentos em saneamento, por exemplo. O Brasil virará uma força movida pelo empreendedorismo" (MÁXIMO, 2020).

Considerações finais

O PLP 39/2020, que resultou na Lei Complementar n. 173 de 2020, apropria-se e lança adiante os fundamentos do Plano Mais Brasil: apertar o torniquete do ajuste fiscal, escoar os fundos públicos para o mercado financeiro e entregar o que resta de serviço público à iniciativa privada. A ponta de lança dessa agenda é a violação os direitos dos/as trabalhadores/as do Estado, ao lado de todas as demais frações da classe trabalhadora, aproveitando-se para isso, criminosamente, de um momento em que, por circunstâncias sanitárias, as manifestações de massa estão reprimidas.

O fato de que Guedes tenha definido em um discurso – com a crônica dubiedade de caráter que lhe estampa a índole – os/as servidores/as públicos/as como "heróis" que "não são mercenários", deixa claro que o governo não reconhece essa enorme dívida econômica, política e social contraída com os/as servidores/as públicos/as. A imprensa segue esse mesmo tom: as manchetes informam tepidamente que Câmara e Senado aprovaram auxílio da União a estados e municípios, ou que o governo sancionou um congelamento de salários dos/as servidores/as públicos/as como parte de um pacote de reação à crise causada pela pandemia. Pouco ou nada vai-se além disso.

É evidente que esse processo foi desenhado ao modo de propaganda mirabolante, que confunde a população. Colocar-se um projeto de auxílio da União a estados e municípios no combate a uma pandemia viral, como uma política social desenhada e aprovada pelo Legislativo, tem por efeito emitir a fantasiosa imagem de um reforço da estrutura pública e de um procedimento democrático, sendo que, por detrás desse teatro, subjaz e opera a essência da reforma administrativa do governo Bolsonaro, que tem como horizonte minar e aniquilar a capacidade do Estado de prover os serviços públicos e os direitos garantidos pela Carta Magna de 1988.

A atitude dos/as diversos senadores/as, deputados/as e quadros técnicos nomeados (como o Ministro Guedes), de abordar os/as servidores/as públicos/as como um setor homogêneo com condições de trabalho que devem ser atacadas horizontalmente, é sem dúvida fruto da ostentação que esses cargos garantem a esses indivíduos, lhes ofuscando a visão para além dos corredores de Brasília. Mas é – acima de tudo – a manifestação mais concreta e determinada da função social que cumprem: defender os interesses da classe dominante. Se dela procedem diretamente, ou dela aceitam vultosos recursos nas campanhas eleitorais (os quais devem, depois, honrar em projetos e votos em bloco), o fato é que, nas estruturas de governo no capitalismo, o agrupamento que constitui o "[...] executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa" (MARX, ENGELS, 2007, p. 42).

Eis que se pode indagar, enfim: quem são, de fato, os/as parasitas?

É importante observar que, ao se desnudar um alinhamento entre o poder Executivo e a maioria dos/as deputados/as e senadores/as (em alguns casos, até mesmo o Judiciário e poderes paralelos) com o projeto de desmontar o Estado, não se está apontando para uma dilapidação dessa estrutura de comando, mas para uma adulteração na oferta pública de serviços que se dispõem à sociedade com base em uma propriedade que é constituída a partir de tributos e que não se

presta imediatamente, em seu funcionamento, a interesses particulares. Para que tal venha a ocorrer, o aparelhamento dos três poderes (em vez de sua dissipação) é, via de regra, um passo necessário, e a sangria do orçamento público no devir desse processo é algo que, para permanecer sob controle, deve ser cuidadosamente mediada entre as partes, evitando-se pôr em risco a operação como um todo.

Voltando à análise deste texto, os ataques aos/as servidores/as públicos/as no Brasil por meio da precarização dos salários, das condições de trabalho, e, se possível, pela derrubada da garantia de não-demissão sem justa causa, constituem tarefas sensíveis a uma privatização. A difamação do emprego no serviço público como algo inerentemente "estável", ao modo de um privilégio inacessível à maioria da sociedade, é extremamente útil nessa empreitada e leva a resultados trágicos.

Ela franqueia aos/às legisladores/as, sem maiores questionamentos, medidas como congelamento de salários, de contratações e de progressões nos planos de carreira, inclusive se apoiando na exceção de uma calamidade pública. Afinal – assim alardeiam – que caiba aos/às privilegiados/as a maior fatura, e a narrativa é a de que estes/as são os/as servidores/as públicos/as *tout court*, independente da grande diversidade de que é composto o serviço público – o fato é que todos/as, assim supõem-se, têm estabilidade. As grandes empresas privadas, que têm total liberdade para demitir sem justa causa, os oligopólios financeiros etc., nenhuma dessas corporações e seus/suas proprietários/as, acionistas etc. são vistos/as como detentores de posições privilegiadas.

Mas, a difamação sobre a suposta estabilidade no emprego do/a servidor/a público/a encobre outro elemento fundamental. A essência da administração pública é a impessoalidade e a comprovação de conhecimento técnico dos/as servidores/as, desde a sua contratação até o desempenho das funções. Essa é a realidade dos postos de trabalho e das atividades exercidas pelos/as servidores/as públicos/as concursados/as, que por sua vez forma a espinha dorsal das empresas e instituições estatais, embora cargos de alto escalão sejam ainda passíveis de

nomeação direta por políticos/as em seus mandatos. É o quadro permanente de servidores/as públicos/as concursado/as e qualificados/as que se conserva no atendimento à população; os governos passam, mas esses/as trabalhadores/as permanecem desempenhando o serviço público sob leis e sanções rígidas.

Um Estado cuja estrutura de serviços se baseie na ameaça de demissões de seus/as assalariados/as por motivos alheios ao pleno exercício de suas funções, um Estado composto por instituições e empresas públicas cujos quadros são ordenados por meio de indicações e nomeações governamentais, não é, ao contrário do que muitos/as propalam, um Estado mínimo, ágil e menos custoso à população. É um Estado totalmente aberto à corrupção, à troca de favores e ao desvio dos recursos públicos.

Referências

AGÊNCIA Senado. **Aprovado congelamento de salários do setor público; saúde e segurança ficam de fora**. 03 maio 2020b. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/05/03/aprovado-congelamento-de-salario-do-setor-publico-saude-e-seguranca-ficam-de-fora>. Acesso em: 03 jun. 2020.

AGÊNCIA Senado. **Sancionada ajuda de R$ 125 bilhões para estados e municípios com veto a reajuste**. 28 maio 2020d. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/05/28/sancionada-ajuda-de-r-125-bilhoes-para-estados-e-municipios-com-veto-a-reajuste>. Acesso em: 03 jun. 2020.

AGÊNCIA Senado. **Senado aprova auxílio de R$ 125 bilhões para estados e municípios**. 04 maio 2020a. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/05/02/senado-aprova-auxilio-de-r-125-bilhoes-para-estados-e-municipios>. Acesso em: 03 jun. 2020.

AGÊNCIA Senado. **Socorro emergencial a estados e municípios vai a sanção**. 06 maio 2020c. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/

noticias/materias/2020/05/06/socorro-emergencial-a-estados-e-municipios-vai-a-sancao>. Acesso em: 03 jun. 2020.

AMARAL, Luciana. É hora de aumentar déficit, corte só depois, diz relator da PEC emergencial. **UOL**, Brasília, 06 abr. 2020b. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/04/06/e-hora-de-aumentar-deficit-corte-so-depois-diz-relator-da-pec-emergencial.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 03 jun. 2020.

AMARAL, Luciana. Senadores resistem a PECs de Guedes por impopularidade e "conflito textual". **UOL**, Brasília, 09 mar. 2020a. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/09/senadores-resistem-a-pecs-de-guedes-por-impopularidade-e-conflito-textual.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 03 jun. 2020.

BARRUCHO, Luis. Brasil: o novo epicentro da pandemia de coronavírus? **BBC News Brasil**, 20 maio 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52732620>. Acesso em: 03 jun. 2020.

BATISTA, Rodrigo. Ajuda aos estados: Davi pede apoio dos senadores a "proposta possível". **Agência Senado**, 02 maio 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/05/02/ajuda-aos-estados-davi-pede-apoio-dos-senadores-a-proposta-possivel>.. Acesso em: 03 jun. 2020.

CARTA Capital. **Paulo Guedes diz que servidor público é "parasita" do governo**. 07 fev. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/paulo-guedes-diz-que-servidor-publico-e-parasita-do-governo/>. Acesso em: 03 jun. 2020.

CARVALHO, André Bonifácio de; OUVERNEY, Assis Mafort. PECs, piso unificado de Saúde e Educação e o pacto contra a cidadania. **Análise de conjuntura**, Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz (CEE/FIOCRUZ), 17 jan. 2020. Disponível em: <http://www.cee.fiocruz.br/?q=node/1104>.. Acesso em: 03 jun. 2020.

DOZE senadores eleitos devem R$ 65 milhões à União. **Estadão Conteúdo**, 20 out 2018. Acesso em: <https://veja.abril.com.br/politica/uniao-cobra-r-65-milhoes-de-novos-senadores/>. Disponível em 03 jun. 2020.

EMENDA Nº - [em branco no original] (ao PLP nº 149, de 2019). Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8097826&disposition=inline>.. Acesso em: 03 jun. 2020.

GALDINO, Manoel. [Coluna 15] PEC (188) do Pacto Federativo: uma análise. **Transparência Brasil**, 08 nov. 2019. Disponível em: <https://www.transparencia.org.br/blog/coluna-15-pec-188-do-pacto-federativo-uma-analise/>. Acesso em: 03 jun. 2020.

GOVERNO Federal. Ministério da Economia. **Plano mais Brasil**: a transformação do Estado. S. l.: s. n., s/d. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/plano-mais-brasil>. Acesso em: 03 jun. 2020.

HESSEL, Rosana. Bolsonaro vai decidir nesta quarta sobre veto a reajuste de servidores. **Estado de Minas** [Política], 12 maio 2020. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/05/12/interna_politica,1146468/bolsonaro-vai-decidir-nesta-quarta-sobre-veto-a-reajuste-de-servidores.shtml>. Acesso em: 03 jun. 2020.

MACHADO, Ralph; MIRANDA, Tiago. Câmara aprova ajuda de R$ 125 bilhões a estados e municípios durante a pandemia. **Agência Câmara de Notícias**, Câmara dos Deputados, 05 maio 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/659307-camara-aprova-ajuda-de-r-125-bilhoes-a-estados-e-municipios-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 03 jun. 2020.

MARINI, Ruy Mauro. Dialéctica de la dependencia. In: _____. **América Latina, dependencia y globalización**: fundamentos conceptuales – Ruy Mauro Marini. Antología y presentación: Carlos Eduardo Martins. Bogotá: Siglo del Hombre - CLACSO, 2008a. p. 107-150.

MARINI, Ruy Mauro. En torno a Dialéctica de la dependencia (*postscriptum*). In: _____. **América Latina, dependencia y globalización**: fundamentos conceptuales – Ruy Mauro Marini. Bogotá: Siglo del Hombre – Clacso, 2008b. p. 151-164.

MARINI, Ruy Mauro. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; LUCE, Mathias (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012. p. 21-35.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MÁXIMO, Wellton. Guedes pede contribuição de servidores públicos para superar crise. Agência Brasil [Política], Brasília, 15 maio 2020. Acesso em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-05/guedes-pede-contribuicao-de-servidores-publicos-para-superar-crise>. Disponível em: 03 jun. 2020.

MP 936/2020. **Medida Provisória nº 936, de 1º abril de 2020** [institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares...]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv936.htm>. Acesso em: 04 maio 2020.

OTTA, Lu Aiko; SIMÃO, Edna. Ministério da Economia recomenda dois vetos ao projeto de socorro aos Estados. **Valor**, Brasília, 14 maio 2020. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:2WCyjmO39G0J:https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/05/14/ministerio-da-economia-recomenda-dois-vetos-ao-projeto-de-socorro-aos-estados.ghtml+&cd=12&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 03 jun. 2020.

PEC 186/2019. **Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019**. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/139702>. Acesso em: 03 jun. 2020.

PEC 187/2019. **Proposta de Emenda à Constituição nº 187, de 2019**. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/139703>. Acesso em: 03 jun. 2020.

PEC 188/2019. **Proposta de Emenda à Constituição nº 188, de 2019**. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/139704>. Acesso em: 03 jun. 2020.

PEC DA EXTINÇÃO de fundos públicos é prioridade para governo. **Senado Notícias**, 20 mar. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/03/20/pec-da-extincao-de-fundos-publicos-e-prioridade-para-governo>. Acesso em: 03 jun. 2020.

PLP 149/2019. **Projeto de Lei Complementar n. 149, de 2019**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2206395>. Acesso em: 03 jun. 2020.

PLP 39/2020. **Projeto de Lei Complementar nº 39, de 2020**. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/141188>. Acesso em: 03 jun. 2020.

RABELLO, Nestor. Relator da PEC do pacto federativo quer extinguir piso para saúde e educação. **Poder 360**, 15 jan. 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/relator-da-pec-do-pacto-federativo-quer-extinguir-piso-para-saude-e-educacao/>. Acesso em: 03 jun. 2020.

REUTERS. **Guedes se desculpa por associação de servidor público com "parasita"**. 10 fev. 2020. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/economia/guedes-se-desculpa-por-associacao-de-servidor-publico-com-parasita/>. Acesso em: 18 abr. 2020.

RIBEIRO, Marcelo; DI CUNTO, Raphael. Câmara aprova projeto de socorro aos estados e municípios; texto volta ao Senado. **Valor** [Política], Brasília, 05 maio 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/05/05/camara-aprova-texto-base-de-projeto-de-socorro-aos-estados-e-municipios.ghtml+&cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 03 jun. 2020.

ROUBICEK, Marcelo. Os efeitos da PEC Emergencial no PIB, segundo este estudo. **Nexo**, 11 mar. 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/Os-efeitos-da-PEC-Emergencial-no-PIB-segundo-este-estudo>. Acesso em: 03 jun. 2020.

SAID, Flávia; POMPEU, Lauriberto. Senado aprova projeto de ajuda a estados e municípios e texto vai à sanção. **UOL** [Congresso em Foco], 06 maio 2020. Disponível em: https://congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/ao-vivo-senado-vota-projeto-de-ajuda-a-estados-e-municipios-na-pandemia/. Acesso em: 03 jun. 2020.

SENADOR Oriovisto Guimarães. **Senador Oriovisto apresenta emenda ao Projeto de socorro emergencial para estados e municípios**. 27 abr. 2020. Disponível em: <http://oriovistoguimaraes.com.br/senador-oriovisto-apresenta-emenda-ao-projeto-de-socorro-emergencial-para-estados-e-municipios/>. Acesso em: 03 jun. 2020.

SENGE – PR – Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná. **STF "legaliza" calote em data-base de funcionalismo**. 27 set. 2019. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/stf-legaliza-calote-em-data-base-de-funcionalismo/>. Acesso em: 03 jun. 2020.

TCESP – Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. **Presidente do TCESP critica emenda do Pacto Federativo**. 04 mar. 2020. Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/6524-presidente-tcesp-critica-emenda-pacto-federativo>. Acesso em 03 jun. 2020.

VENTURA, Manoel; RIBEIRO, Marcelo. "Vamos atender 100% o Guedes", diz Bolsonaro sobre veto a reajuste de salário de servidores. **Valor [Economia],** 11 maio 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/vamos-atender-100-guedes-diz-bolsonaro-sobre-veto-reajuste-de-salario-de-servidores-24421594+&cd=3&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 03 jun. 2020.

XAVIER, Luiz Gustavo. Maia diz que Câmara deve aprovar texto do Senado de ajuda de R$ 125 bi a estados e municípios. **Câmara dos Deputados** [Política e Administração Pública], 04 maio 2020. Disponível

em: <https://www.camara.leg.br/noticias/658753-maia-diz-que-camara-deve-aprovar-texto-do-senado-de-ajuda-de-r-125-bi-a-estados-e-municipios/>. Acesso em: 03 jun. 2020.

A NATURALIZAÇÃO DA PRECARIZAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA BRASILEIRA: DE EMERGÊNCIA NA PANDEMIA[*]

Robson Luiz de França

Introdução

Este capítulo busca de forma sintética apresentar a naturalização da precarização e flexibilização da legislação trabalhista brasileira no contexto da Pandemia da Covid-19.

Parte-se do princípio que a Pandemia da Covid-19 no Brasil foi apenas o legitimador para o aprofundamento das reformas trabalhistas em um contexto de diversos atos de desregulamentação, flexibilização e desmonte tanto da estrutura geral de proteção ao trabalhador como também de diversos direitos sociais a partir de uma agenda neoliberal que teve seu início marcadamente em 2016.

Diversas formulações e reformulações de 2016 para o atual momento demonstram os retrocessos iniciando-se com a ampla e geral reforma da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT por meio da Lei nº 13.467/2017, trazendo no seu bojo profunda desregulamentação de direitos trabalhistas bem como flexibilizando-os.

Outra mudança veio por meio da Lei nº 13.429/2017, que permitiu dentre outras alterações a terceirização de serviços inclusive das atividades fim da empresa.

Mais recente a Medida Provisória nº 881/2019, denominada de Medida Provisória da Liberdade Econômica e posteriormente transformada na Lei nº 13.874/2019 que dentre outros pontos permitiu:

- Controle de Jornada de Trabalho para os estabelecimentos com mais de 20 empregados, anteriormente a exigência do

[*]DOI – 10.29388/978-65-86678-07-9-0-f.159-174

controle de jornada por meio de registro de ponto era a partir de 10 empregados.

- Possibilidade de registro pré-constituído do período de repouso no Controle de Jornada.
- Possibilidade de expediente bancário aos sábados.
- Possibilidade do Controle de Jornada por Exceção – registro apenas do trabalho em horas extras, sendo necessário acordo individual escrito, acordo ou convenção coletiva.
- Em casos de execução trabalhista a desconsideração da Personalidade Jurídica só será possível em situação de comprovação de Confusão Patrimonial e Desvio de Finalidade.
- Carteira de Trabalho (CTPS) Eletrônica – Prazo de 05 Dias para anotação (e não mais de 48 Horas). Fim da multa em caso de retenção do documento pela empresa.
- Possibilidade de Arquivamento de Documentos Trabalhistas de Forma Eletrônica.

Aponta-se ainda outras iniciativas de redução de direitos sociais como é o caso da MP nº 905/2019 que se refere ao Contrato Verde e Amarelo, já aprovada pela Câmara dos Deputados, porém foi revogada e retorna na pauta do congresso no contexto da Pandemia.

Nesse sentido a partir do Decreto Legislativo nº 6 em que o Congresso nacional em 06 de Março de 2020 reconhece a ocorrência da calamidade pública causada pela Pandemia do Covid-19 e se inicia no Brasil diversas medidas de caráter da redução dos direitos trabalhistas e de forma inaugural temos a Medida Provisória 927 em 22 de Março de 2020 que **flexibilizam** as regras trabalhistas além de prevê vários acordos entre empresas e trabalhadores sob a égide de manutenção dos empregos e da renda, desta feita impacta a rotina de milhares de trabalhadores brasileiros, constando nessa MP **ações** que a ser adotadas pelos **empregadores para "manter o emprego dos trabalhadores"** durante o período de calamidade.

Vale salientar que a MP 927/2020 prevê o uso de banco e horas, utilização do teletrabalho ou *home office*, a antecipação de feriados e

férias individuais ou coletivas, redução da jornada de trabalho e proporcionalmente de salário.

A MP 927/2020 caducou e em seu lugar foi apresentada outra Medida Provisória 936 foi publicada no dia 01 de abril de 2020 que prorroga os efeitos da MP 927/2020 para mais 04 meses e permite:

> **Redução proporcional de salário e jornada fincando** permitida a **redução dos salários** de forma proporcional, com redução em até **25%, 50% ou 70%** ou seja, caso o trabalhador labore normalmente **40 horas semanais** e passa a trabalhar **20 horas**, a redução da jornada foi em **50%**, então o mesmo deve se aplicar ao salário, redução portanto de 50%.
> Vale lembrar que a redução proporcional dos salários e do tempo de trabalho em prazo máximo de até 90 dias;
> **A MP 936/2020 permite a suspensão do contrato de trabalho por até 60 dias**, podendo ser dividido em dois períodos de 30 dias.

Como se percebe ocorreu no contexto da Pandemia sob o argumento da preservação dos empregos e das empresas, discurso recorrente o mais radical desprezo aos princípios historicamente construídos pela sociedade e apostos no texto constitucional que de certa medida busca a valorização da dignidade da pessoa humana e valorização do trabalho.

Os direitos fundamentais devem ser caracterizados baseando-se na sua essencial (Canotilho, 1993), ou seja, considerar-se de fato os aspectos da liberdade, da igualdade e da dignidade da pessoa humana a partir dos fundamentos sociais e legais da sociedade e do Estado.

A Constituição Federal de 1988 do Brasil apresenta uma unidade de sentido aos direitos fundamentais, uma vez que repousa na dignidade da pessoa humana, na concepção que faz da pessoa fundamento e fim da sociedade e do Estado. Os ensinamentos de Miranda são de clara aplicação no sistema brasileiro, em que o princípio do respeito à dignidade humana norteia a compreensão dos direitos fundamentais.

A Constituição de 1988 evidencia a cidadania e a dignidade da pessoa humana como pilares do estado democrático de direito.

No Art. 5º da Constituição, os direitos e garantias fundamentais foram consagrados em nada menos que 77 incisos. Os direitos e garantias fundamentais ganharam caráter pétreo na Constituição (Art. 60, § 4º), não podendo ser modificados, a não ser que uma nova Assembléia Nacional Constituinte o faça.

A Constituição (§ 1º do Art. 5º) prevê a imediata aplicabilidade das normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais, evidencia-se aqui a importância legal dada por aqueles que elaboraram a Constituição Brasileira de 1988. Segundo Sarlet,:

> O que se percebe em última análise, é que onde não houver respeito pela vida e pela integridade física do ser humano, onde as condições mínimas para uma existência digna não forem asseguradas, onde a intimidade e identidade do indivíduo forem objeto de ingerências indevidas, onde sua igualdade relativamente aos demais não for garantida, bem como onde não houver limitação do poder, não haverá espaço para a dignidade da pessoa humana, e esta não passará de mero objeto de arbítrio e injustiças. A concepção do homem objeto, como visto, constitui justamente a antítese da noção da dignidade da pessoa humana (SARLET, 1995, p.105).

O princípio da dignidade da pessoa humana compõe uma norma com função de legitimar a ordem estatal, isto é, as ações do Estado devem estar fundamentadas na incessante busca de viabilizar os direitos básicos dos cidadãos, preservando a dignidade existente ou criando mecanismos para o seu exercício. É com esse desse princípio que se entende a concepção da cidadania como um processo político, social e histórico, que se constroem a partir de ambas as dimensões – individual e coletiva.

Apesar de toda a construção legal da Constituição Federal de 1988 e da ampliação do atendimento social dos anos 90 até os dias atuais, parece-nos que o princípio da dignidade da pessoa humana ainda

está muito longe de ser plenamente alcançado, tendo em vista a atual situação de desigualdade e instabilidade social em que está mergulhada a sociedade brasileira. Na verdade, a maior parte da população do Brasil está à margem da pobreza, e o desemprego instala-se de forma inexorável. No entanto, o viver digno deve estar para TODOS os cidadãos brasileiros conforme preceitua a Constituição Federal e o rol dos Direitos e Garantias Fundamentais elencados, que devem ser concretizados independentes da situação social em que se encontra o ser humano.

A preservação e a garantia dos Direitos Fundamentais dos Cidadãos, dentre eles as oportunidades de trabalho e escolarização, fazem parte do Estado Democrático cuja diretriz e ideal são: a) a supremacia da vontade popular; b) a preservação da liberdade; e c) a igualdade de direitos, entendida como a igual capacidade de gozo de direitos, inclusive de poder fazer parte do governo independente de condições econômicas e culturais. No entanto, esse bem estar social não fora alcançado.

> O modelo jurídico positivista, naquela ocasião, propugnava pela não imiscuição do Estado na relação capital-trabalho. Foi o século dos códigos e dos direitos individuais de cunho egoístico. Era a burguesia que, com o poder, impôs este sistema jurídico, legitimador de sua condição superior e aniquiladora (DALLEGRAVE 1996, p. 80).

O trabalho como valor fundamental de liberdade e igualdade fora apresentado como um valor e não como um direito. Nesse sentido é que vemos aprofundar a crise do esvaziamento do sentido do trabalho para a sociedade e para o indivíduo. Sua existência consiste apenas no plano formal por isso evidencia a distância entre ricos e pobres, tornando quase que impossível o acesso aos bens produzidos pela sociedade igualmente a todos.

Percebe-se que a política liberal (denominada de neoliberal), implementada nos últimos anos, tem criado "oportunidades" de acumulação de riquezas para grupos reduzidos da população brasileira,

em detrimento de uma horizontalização da pobreza camuflada pelo acesso aos bens de consumo barateados pela redução do custo da produção e com forte estímulo da competitividade.

Os trabalhadores, principalmente os assalariados com emprego caracterizado pela subordinação enfrentam, ao mesmo tempo, as facetas da exploração e dominação do capital sobre o trabalho, endividamento crescente que compromete a própria sobrevivência do trabalhador e que, por sua vez, a exploração se efetiva no campo da flexibilização das relações de trabalho, precisamente no campo dos direitos trabalhistas, captando e enfrentando as expressões da chamada "questão social", que se convertem, por meio de múltiplas mediações, numa diversidade de demandas para as diversas profissões.

Nesta linha, Previtali, França, Fagiani, Omena e Lima (2012) afirmam que,

> Os elementos que caracterizam o sistema de mediações do capital são:
> (a) separação e alienação do trabalhador com relação aos meios de produção;
> (b) imposição dessas condições para os trabalhadores;
> (c) personificação do capital nos capitalistas para atender aos seus imperativos expansionistas;
> (d) personificação do trabalho nos operários, reduzindo a identidade desse sujeito às suas funções reprodutivas fragmentárias. (PREVITALI, FRANÇA, FAGIANI, OMENA e LIMA, 2012, p. 172)

Portanto consideram que não se pode negar que o sistema que consolidou o capitalismo implicou na pressão por aumento de produtividade bem como no barateamento da mercadoria e do trabalho do trabalhador apesar da rápida e expressiva expansão do capital.

É dessa forma que ocorreram também as mudanças no mundo do trabalho e na educação apresentando a necessidade de estabelecer novas relações entre o trabalho e o capital, além da relação entre o Estado e os mercados, provocando uma nova forma de conceber o traba-

lho e o trabalhador, negando o sentido e o significado do trabalho como categoria central na vida do trabalhador.

As modificações das relações de trabalho no contexto atual teriam segundo algumas teses, levado o trabalho a perder a característica de estruturação das relações sociais. No entanto, parece que as modificações no mundo do trabalho não significam transformações profundas nas relações sociais, especialmente nas relações sociais de produção (ANTUNES, 1995).

Ocorre que, na sociedade capitalista, o trabalho (atividade vital, essencial) é explorado (comprado por um preço sempre menor do que produz) definindo assim um processo de alienação (expropriação da atividade essencial em sua plenitude). Se o trabalho, como atividade essencial e vital traz a possibilidade de realização plena do homem como tal (humanização), na exploração do trabalho, os homens tornam-se menos homens e há uma quebra na possibilidade de, pelo trabalho, promover a humanização desses.

Diante disso, torna-se necessário retomar o conceito de trabalho alienado. A discussão da relação trabalho e educação são compreendidas nos seguintes termos:

> [...] o que constitui a alienação do trabalho é, primeiramente o fato de o trabalho externo ao trabalhador não fazer parte de sua natureza e, por conseguinte, o fato de o trabalhador não se realizar em seu trabalho, mas negar a si mesmo enquanto sujeito. (SOUZA, 1998, p. 21).

A articulação entre trabalho e educação deve ser colocada em questão, principalmente no que se refere à preparação para o trabalho, visto que este é o alvo da ação educativa no modelo educacional atual.

Considerações finais

Sabe-se que o sistema social de produção capitalista se reproduz a partir de um processo de conservação e ruptura, constituindo-se

como um processo histórico. Assim, há a reorganização produtiva de redefinição de produção.

Paralelo a estes processos, entre o avanço do patamar científico e tecnológico no mundo do trabalho e a maior socialização da política mundial, existe a necessidade do modelo de desenvolvimento transformar-se, afirmando, assim, a política neoliberal como doutrina teórico-política da reação burguesa em busca da regularidade do sistema capitalista.

Outro aspecto fundamental é a introdução de novas modalidades de produção por meio do desenvolvimento de novas tecnologias flexibilizando o processo produtivo propiciando uma maior capacidade de adaptação às demandas do mercado.

No contexto do processo de reestruturação produtiva do capitalismo, há alguns pontos importantes a serem destacados como uma significativa desproletarização do trabalho industrial: a expansão do assalariamento no setor de serviços, a crescente incorporação do contingente feminino e uma subproletarização intensificada, configurando o desemprego estrutural em escala mundial.

Desta maneira, nos deparamos com outra questão fundamental, a necessidade da luta pela reconstrução da dignidade humana e pela reinserção dos apenados na sociedade de forma real e não apenas ideológica, tendo tal intuito, não podemos deixar de lado o papel da educação como instrumento de duplo potencial, pois ao mesmo tempo em que esta pode atuar como promotora de uma cidadania mais crítica, pode também servir como ferramenta de alienação.

O trabalho, entendido como "condição básica e fundamental de toda a vida humana", (ENGELS, 2004, p. 13) pode ser considerado, ao longo da história, instrumento de busca contínua na luta pela sobrevivência, pela conquista da humanidade, dignidade, felicidade social, sem o qual a "vida cotidiana não se reproduziria" (ANTUNES, 2004).

Entretanto, o trabalho pode-se tornar um elemento que aflige o ser humano quando sua vida se converte exclusivamente nele, que

pode aprisioná-lo e alienná-lo. É possível, então, observar um duplo sentido: de um lado existe a necessidade do trabalho humano e de seu potencial emancipador; de outro, rejeitar o trabalho que explora, avilta, aliena o ser social. Nessa dupla dimensão no processo de trabalho, que cria, mas subordina, emancipa e aliena, humaniza e degrada, libera e escraviza, é que consiste o cerne decisivo da discussão aqui proposta, entendida como substantivo primordial na construção em dotar de significado a dialética entre educação profissional, trabalho e tecnologia.

Assim, "é a partir do trabalho, em sua realização cotidiana, que o ser social se distingue de todas as formas pré-humanas" (ANTUNES, 2004, p. 7). Diferentemente do animal, que vem regulado, programado por sua natureza e por isso não projeta sua existência, não a modifica, mas se adapta e responde instintivamente ao meio, os seres humanos criam e recriam pela ação consciente do trabalho a própria existência (LUKÁCS apud FRIGOTTO, 2001, p. 73). Por meio do trabalho, homens e mulheres distinguiram-se dos animais, porque são dotados de consciência (têm a concepção prévia do desenho e da forma que querem utilizar em seu objeto de trabalho). Essa é a distinção, apontada por Marx, entre o "pior arquiteto e a melhor abelha": o primeiro cria mentalmente, antes, o trabalho que vai realizar, enquanto a abelha labora instintivamente. Frigotto (2001) relata que Marx, a partir dessas constatações, averiguou a dupla centralidade do trabalho, quando concebido como valor de uso, criador e mantenedor da vida humana em suas múltiplas e históricas necessidades e, nesse aspecto, como princípio educativo:

> O trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem, – quaisquer que sejam as formas de sociedade – é necessidade natural e terna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana (MARX apud FRIGOTTO, 2001, p. 73).

Frigotto (2001, p. 73) argumenta que o conceito ontológico de propriedade, entendido como o direito do ser humano, em relação e de acordo solidário com os demais seres humanos, de apropriar-se da natureza e dos bens que produz, para produzir e reproduzir a sua existência, primeiramente física e biológica e, em um segundo momento, cultural, social, simbólica e afetiva, que por sua vez compreende-se como intercâmbio material entre o ser humano e a natureza, mantenedor da vida humana, encontra-se implícito na concepção do conceito ontológico.

Nesse sentido, para Marx, o trabalho assume duas dimensões distintas e sempre articuladas: trabalho como mundo da necessidade e trabalho como mundo da liberdade. O primeiro está subordinado à resposta das necessidades imperativas do ser humano na condição de um ser histórico-natural. É a partir da resposta a essas necessidades imperativas que o ser humano pode fruir do trabalho propriamente humano – criativo e livre.

A segunda dimensão, da centralidade, – o princípio educativo de trabalho – deriva dessa sua especificidade de ser uma atividade necessária desde sempre a todos os seres humanos. O trabalho constitui-se por ser elemento criador da vida humana, em dever e em direito. Um dever a ser aprendido, socializado desde a infância. Mas é também um direito, pois é por ele que se pode recriar, reproduzir permanentemente a existência humana.

A tecnologia, inserida nesse contexto, quando tomada como valor de uso, na tarefa de melhoria de condições de vida e possibilidade de dilatar o tempo livre, adquire sensível relevância, pois compõe extensão dos sentidos e membros dos seres humanos. O tear, a máquina de escrever, a energia elétrica e até as máquinas informatizadas da era da eletrônica, ciência e tecnologia podem constituir-se como meios de melhoria da vida humana. Mas, sob as relações sociais capitalistas, transformam-se, para a maioria, em uma força mutiladora: superexploração do trabalho e geradoras de desemprego (FRIGOTTO, 2001, p. 74).

Nos últimos três séculos o trabalho esteve regulado pelas relações sociais capitalistas. Em contraposição ao modo de produção feudal, o capitalismo, que se vem estruturando desde o século XI, é caracterizado pela emergência da acumulação de capital. Mediante essa acumulação, deriva o aparecimento da propriedade privada dos meios e instrumentos de produção. Para se estabelecer, o capitalismo necessitava da abolição da escravidão, pois era fundamental dispor de trabalhadores duplamente livres (não-proprietários de meios e instrumento de produção e também não-propriedade de senhores ou donos). Essas duas prerrogativas os tornavam proletários que necessitavam vender sua força de trabalho. Dessa relação social assimétrica foram formadas as classes sociais fundamentais: proprietários privados dos meios e instrumentos de produção e os não-proprietários – trabalhadores que necessitam vender sua força de trabalho para sobreviverem. Surgiu, portanto, o emprego, o trabalho assalariado. Tanto a propriedade quanto o trabalho, a ciência e a tecnologia, sob o capitalismo, deixaram de ter centralidade com valores de uso, resposta às necessidades vitais de todos os seres humanos. Sua centralidade fundamental transformou-se em valor de troca, com o objetivo de gerar mais lucro ou mais capital. Desse modo, a distinção do trabalho e da propriedade e tecnologia, como valores de uso e de troca é fundamental para a compreensão aos desafios propostos à humanidade em tempos atuais (FRIGOTTO, 2001, p. 75).

Entendemos que a naturalização da precarização das relações de trabalho no contexto da Pandemia do Covid 19 evidencia as verdadeiras faces das contradições do modo de produção capitalista em que pese o discurso da manutenção do emprego, garantia da renda e respeito ao trabalhador o que se vê são crescentes elevação das taxas de desemprego e a clara constatação da informalidade.

Por outro lado, a naturalização da suspensão dos contratos de trabalho, redução de salários e jornadas de trabalho sem garantia de qualquer estabilidade ou segurança claramente apostas na MP nº 936, de 01 de abril de 2020 demonstra também a naturalização da

precarização e flexibilização das leis de proteção ao trabalho e ao trabalhador.

Além desses aspectos não é possível olvidar ainda da fragilização das negociações coletivas diante da permissão dos acordos individuais sem a participação ou anuência sindical.

Inaugura-se como inevitável e que mudará o conceito de trabalho com a ampliação do trabalho remoto ou home office ou ainda trabalho domiciliar como meio inexorável moderno de produção.

Nesse sentido é fundamental um projeto de resistência para garantir que o processo de destruição dos direitos seja interrompido de forma imediata.

Referências

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BASTOS, J. A. S. L. A. Educação e tecnologia. **Educação & Tecnologia**, Curitiba, ano I, n. 1, p. 4-29, abr. 1997.

BELLONI, Maria Luiza. Ensaio sobre a Educação a Distância no Brasil. **Educação & Sociedade,** ano XXIII, nº 78, abril, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação tecnológica**: legislação básica. Brasília: MEC-SEMTEC, 1994.

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação.

_____. Ministério da Educação. **Decreto nº 2.208**, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o §2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 16**, de 5 de outubro de 1999. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Parecer nº 436**, de 2 de abril de 2001. Estabelece orientações sobre os Cursos Superiores de Tecnologia – Formação de Tecnólogo.

_____. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução nº 3**, de 18 de dezembro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos Cursos Superiores de Tecnologia.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Parecer nº 29**, de 3 de dezembro de 2002. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico.

_____. Ministério da Educação. **Decreto nº 5.154**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o §2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. MEC-SETEC. **Políticas públicas para a educação profissional e tecnológica**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/>. Acesso em: jan. 2008.

BRYAN, 1990, Newton A.P. **Inovação curricular e organização do trabalho:** o uso do conceito de operações unitárias na elaboração dos currículos de tecnologia química. Campinas: Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

DELUIZ, N. **A globalização econômica e os desafios à formação profissional**. Disponível em: <http://www.senac.br/informativo/BTS/303/boltec303f.htm>. Acesso em: 26 abr. 2006.

DI MAURO, J. **A revolução técnico-científica**. 2000. Disponível em: <http://www.painet.com.br/joubert/artigos.html>. Acesso em: jan. 2008.

ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, R. (Org.). **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FRIGOTTO, G. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 71-87, jan./jun. 2001.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. N. A gênese do decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. **Trabalho Necessário**, ano 3, n. 3, 2005. Disponível em: <http://www.uff.br/trabalhonecessario/MMGTN3.htm>. Acesso em: 22 jan. 2007.

GENTILI, Pablo (Org.): **Pedagogia da Exclusão**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1995.

GRINSPUN, M. P. S. Z. Educação Tecnológica. In: _____ (Org.). **Educação tecnológica**. São Paulo: Cortez, 1999. Disponível em: <http://www.faced.ufba.br/~edc287/t01/textos_doc/03_educacao_tecnologica.doc>. Acesso em: abr. 2006.

KUENZER, A. Z. Educação profissional: categorias para uma nova pedagogia do trabalho. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, maio/ago. 1999. Disponível em: <http://www.senac.br/informativo//BTS/252/boltec252b.htm>. Acesso em: 19 fev. 2007.

_____. Pedagogia do trabalho na acumulação flexível: os processos de "exclusão includente" e "inclusão excludente" como uma nova forma de dualidade estrutural. Entrevista por Neise Deluiz. **Boletim Técnico do Senac,** v. 31, n. 1, jan./abr. 2005. Disponível em:<http://www.senac.br/informativo//BTS/252/boltec252b.htm>. Acesso em: 19 fev.2007.

LIMA FILHO, D. L. Formação de tecnólogos: lições da experiência, tendências atuais e perspectivas. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, set./dez. 1999. Disponível em: <http://www.senac.br/informativo/BTS/>. Acesso em: abril/2007.

MARX, Karl; Friedrich, Engels. **A ideologia alemã** . Lisboa: Editorial Presença, 1980. p. 32.

MARX, K. **El capital**. México, D.F.: Siglo XXI, 1978. Libro 1, cap. 6 (inédito).

_____. **Elementos fundamentales para la critica de la economia política (Grundrisse)**: 1857/1858. 11ª ed., Madrid: Siglo XXI, 1978.

_____. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. v.1.

_____. K. **Manifesto do partido comunista**. Lisboa: [s.n.], 1975.

_____. **Manuscritos económico-filosóficos**. Lisboa: Ed. 70, 1993

MÉSZÁROS, I. **Marx**: a teoria da alienação. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

PREVITALI, F. S. Dinâmica do progresso técnico e relações de classe no capitalismo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE TECNOLOGIA E SOCIEDADE, 2005, Curitiba, **Anais...**, Curitiba, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Programa de Pós-Graduação em Tecnologia (PPGTE). 2005

PREVITALI F. S., FRANÇA R. L. , FAGIANI. C. C, OMENA A. C. LIMA. A. B. Trabalho, Educação e Reestruturação Produtiva no Século XXI. In.: **Trabalho e educação no século XXI:** experiências internacionais - Carlos Lucena e João dos Reis Silva Júnior (Organizadores). – 1. Ed. São Paulo: Xamã, 2012. V. 1. 232 p .

PIRES, H. F. . As "metamorfoses" tecnológicas do capitalismo no período atual. **Revista Terra Livre**, São Paulo, n. 9, p.57-89, 1992. Disponível em: <http://www.cibergeo.org/artigos/>. Acesso em: 14 jan. 2008.

SOUZA, Carlos Mathias. **Direito Autoral**. Brasília, Editora Brasília Jurídica, 1998, p. 47.

NOTAS PRELIMINARES SOBRE O TERRAPLANISMO E O COVID-19*

Carlos Lucena
Lurdes Lucena

Introdução

O "Show de Truman" dirigido por Peter Weir lançado em 1998 pela Paramount Pictures retrata a vida de um corretor de seguros - Truman Burbank - brilhantemente interpretado por Jim Carrey. O filme tem início a partir do episódio número 10.909 quando do trigésimo aniversário do personagem em questão. Em um universo controlado, o corretor é acompanhado por milhares de câmeras de televisão que transmitem o cotidiano de sua vida ao vivo para todo o mundo desde o seu nascimento.

A sua convivência social é marcada pelas relações familiares, vizinhos e amigos em um universo repetitivo que se apresenta nos trinta anos de reprodução ininterrupta do programa. O maior estúdio cinematográfico do mundo é utilizado para o desenvolvimento da programação, construído como uma espécie de bolha onde se limitam as relações sociais.

Na estória, todos os personagens, à exceção de Truman, são atores contratados. Como a transmissão é contínua, as propagandas são feitas no próprio desenrolar da programação. Ali, tudo está à venda, desde produtos de alimentação, tendências da moda, imóveis, entre outros. Truman vive em um mundo fake news. Imagina que controla da sua vida, quando na realidade é uma experiência de laboratório.

O processo de descoberta de sua condição social é comovente. O personagem passa por uma metamorfose processual que redefine

*DOI – 10.29388/978-65-86678-07-9-0-f.175-188

sua percepção sobre o mundo. Seu despertar processual propicia a construção gradativa de um ato de percepção que denuncia a sua própria condição manifestando-o como uma coisa que atende a interesses que não são os seus. A sua reação é a negação dessa condição, o direito de transcender de uma coisa para um ser humano. O diálogo expresso na cena final do filme exemplifica esta afirmação.

> Truman – *Quem sou eu?*
> Diretor – *O astro*
> Truman - *Nada é real*
> Diretor - *Vc é real. Não existem mais verdades lá fora do que o mundo que eu criei para vc. Lá fora tem trapaças, mas no meu mundo vc não tem nada a temer.*
> Diretor – *Eu conheço vc desde que nasceu. Vc não pode ir embora. Diz alguma coisa. Vc está na televisão, ao vivo, para o mundo inteiro.*
> Truman - *Se por acaso não nos vimos, bom dia, boa tarde, boa noite, risos*
> E se despede aos olhos de milhares de telespectadores.

O cenário de ficção apresentado no filme "O Show de Truman" retrata o complexo processo social presente na sociedade. As falas dos personagens exemplificadas entre o "nada é real" e o "vc é real" apresentam formas de interpretação movidas por subjetividades distintas que visam construir o mundo a sua própria imagem. Esses elementos têm como pressuposto a negação da realidade como ela o é, construindo um mundo imaginativo como pretensão do real. Tendo como referência que a imaginação é facultativa à subjetividade individual, seus desdobramentos e percepções dispensam qualquer afirmação científica. Em outras palavras, a imaginação e as emoções se apresentam como o real simplesmente por que se imagina que elas sejam.

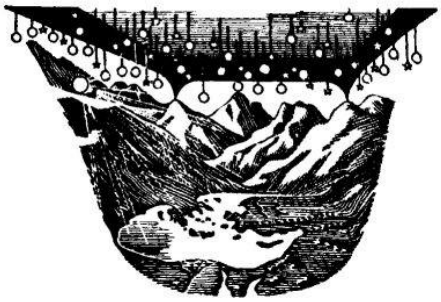
A percepção das fantasias como expressão da realidade expressam uma espécie de idealismo vulgar que não teorizaremos nestas notas preliminares. Talvez possa ser exagerado estabelecer qualquer com-

paração à história do idealismo no pensamento filosófico, pois a amplitude das análises carece de qualquer comparação infundada. O que se vê, isso sim, é a tentativa, não tão nova assim, de estabelecer materialidade ao universo da ficção, das emoções e dos ressentimentos.

Alguns pressupostos do Terraplanismo

As indagações sobre o formato da Terra não são tão novos assim. Os povos babilônicos assentados na ideia cultural da existência de um submundo sobrenatural afirmavam que a terra era oca. Já os egípcios a entendiam como sendo quadrada.

Figura 1- Cosmogonia Egípcia



Fonte: https://www.lockhaven.edu/~dsimanek/flat/flateart.htm

O terraplanismo se sustenta a partir dos seguintes elementos: a Antártida é uma parede de gelo que represa a água dos mares e oceanos. O horizonte é atua como uma neblina que limita a visão dos seres humanos. A gravidade é uma ilusão. Existe isso sim uma força desconhecida na ordem de 9,8 m/s² que prende todos os sólidos no chão. A Lua está a 5 mil km da Terra e seu raio é de 51,5 km. O Sol possui tamanho e distância similar à da Lua. Ele possui órbitas diferentes que garantem a existência do dia e da noite, e as diferentes estações do ano. O centro da terra plana é o Polo Norte. O seu interior magnetizado mantém a órbita do Sol e da Lua em torno da Terra e atrai os ponteiros das bússolas. O planeta Terra é separado do universo por um

domo. As estrelas são fontes luminosas que existem próximas à Terra. O equador é mais quente por estar abaixo do Sol.

Estas afirmações se sustentam a partir das reflexões de um conjunto de autores aos quais elucidamos a seguir. Em 1881, Samuel Rowbotham publicou o livro "Zetetic Astronomiy: Earth not a globe"[1], ao qual afirmou que o sol não era um astro gigante, mas uma pequena estrela de fogo próxima à terra.

> "Um homem de fé não pode deixar de ver, e não demorará a admitir, que todas as teorias nas quais filósofos aventureiros mergulham, não são nem um pouco melhores do que areias movediças traiçoeiras, nas quais muitos dos mais profundos pensadores têm sido engolidos e provavelmente se perdido completamente. Através desse processo mental de concatenação muitas mentes altamente inteligentes têm sido levadas a renunciar e desertar dos rankings do ateísmo e filosofia especulativa, e se juntar a lista do exército de devotos cristãos. Muitos têm se alegrado, quase além da conta, porque a questão do verdadeiro formato e posição da terra lhes foi apresentado novamente, e, sem sombra de dúvidas, muitos ainda serão conduzidos novamente à plenitude dessa verdade." Samuel B. Rowbotham[2].

Wilbur Glenn Voliva (1870-1942) em concordância com Rowbotham, apontou que o sol possuía no máximo 32 milhas de diâmetro e sua distância não ultrapassava 3.000 milhas do planeta Terra. Centrado em fundamentos teológicos, afirmou que o sol foi uma criação de Deus para aquecer e iluminar a Terra, não fazendo qualquer sentido estar distante do planeta[3].

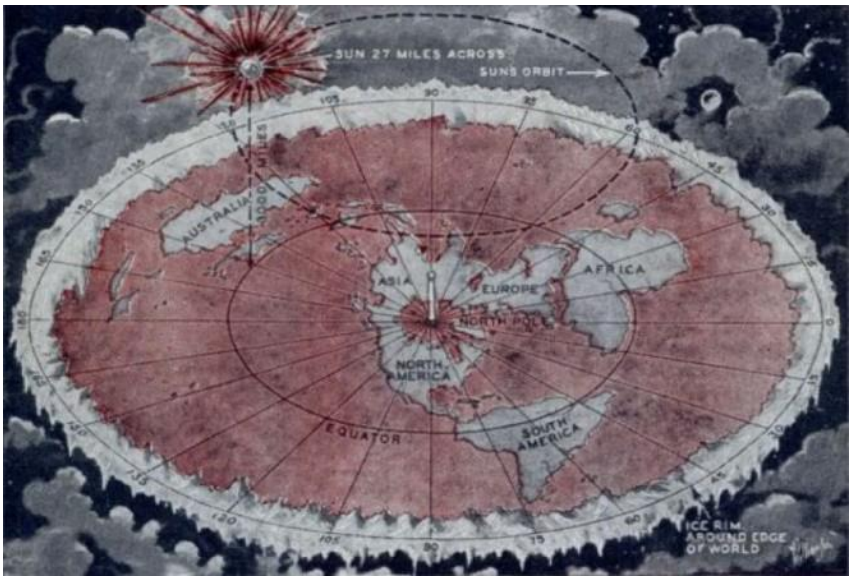
---

[1] Samuel Rowbotham. Zetetic Astronomiy: Earth not a globe. Simpkin, Marshall, and CO, 1881.

[2] Fonte: https://clubedeautores.com.br/livro/astronomia-zetetica

[3] Fonte: <https://wiki.tfes.org/Wilbur_Glenn_Voliva.>

Figura 1 – Mapa da Terra Plana de Voliva



Fonte: https://www.lockhaven.edu/~dsimanek/flat/flateart.htm

A astronomia era alvo de severas críticas, sendo os astrônomos entendidos como ignorantes.

> Embora seja verdade que a evolução matou milhares, é igualmente verdade que a astronomia moderna matou dezenas de milhares! Multidões de cristãos até então professos, incapazes de conciliar as teorias da Astronomia Moderna com as claras declarações da Bíblia, aceitaram essas teorias e rejeitaram a Bíblia, para que se possa dizer com sinceridade que a fé de milhões em Deus, em Jesus Cristo, e na Bíblia como a Palavra Inspirada de Deus, foi arrancada e completamente destruída. [...] A astronomia moderna, a evolução e as críticas mais altas são uma trindade de males - a astronomia moderna não é de modo algum o menor dos três - que são doutrinas de sedução de demônios, originadas e ensinadas com o objetivo de destruir, nas mentes, corações e vidas do povo, sua aceitação da Bíblia

como a Palavra Inspirada de Deus e sua crença e prática na religião cristã[4].

A afirmação de a Terra ser plana se justificava em um entendimento teológico sobre o formato do planeta.

> Os chamados fundamentalistas das igrejas, em oposição ao modernismo, esticam o mosquito da evolução e engolem o camelo da astronomia moderna. Todos os principais modernistas declaram que a Bíblia ensina que a Terra é um plano estacionário. Nessa declaração, eles estão certos, apesar de rejeitarem a Bíblia e aceitarem os ensinamentos da Astronomia Moderna. Os fundamentalistas que professam acreditar que a Bíblia é a Palavra de Deus inspirada e que, diante dessa profissão, aceitam as teorias astronômicas que são ensinadas nas escolas, mentem sua profissão [...] A Bíblia ensina claramente que a terra é um plano. A astronomia moderna ensina que a terra é um globo. Ambos não podem ser verdadeiros. Uma das duas posições deve ser falsa. Qual você, como cristão professo, aceitará - o ensino claro da Bíblia, a Palavra inspirada de Deus ou as especulações selvagens e contidas dos astrônomos infiéis?

Em 1966, Samuel Shenton (1903-1971)[5] publicou um panfleto intitulado "Plano da Verdade". Sua afirmação foi que a corrida espacial e a astronomia moderna eram uma ofensa Deus, cuja arrogância da humanidade seria passível de punição no futuro[6].

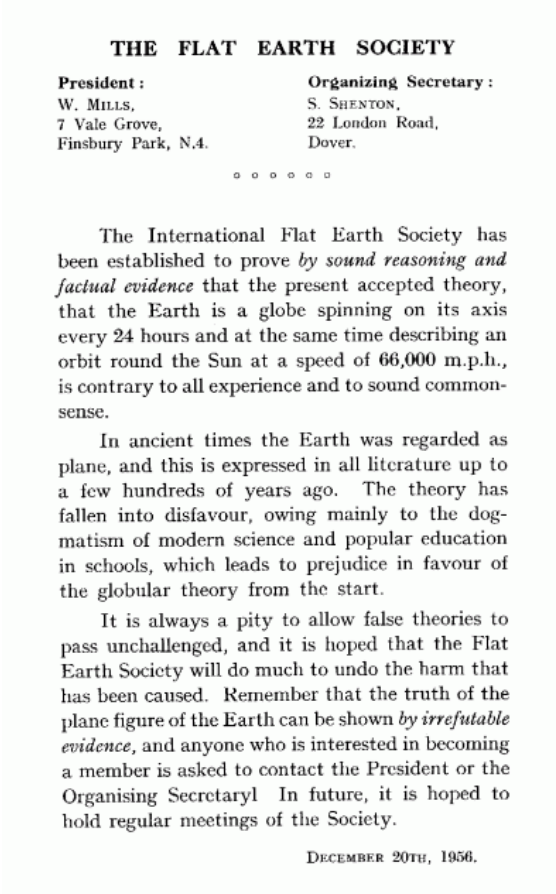
---

[4]Fonte: <https://www.cantab.net/users/michael.behrend/ebooks/PlaneTruth/pages/Chapter_08.html>

[5] Samuel Shenton conseguiu conquistar muitos seguidores e permaneceu o presidente da sociedade até sua morte em 1971. Quando as primeiras fotografias da Terra foram publicadas nos primeiros anos dos voos espaciais, Shenton as descartou como uma ilusão de ótica causada por uma ampla lentes de ângulo que faziam a Terra parecer curva quando não estava. Mais tarde, ele descartaria todas as fotos como falsas, juntamente com todo o programa espacial.
Fonte: https://www.lockhaven.edu/~dsimanek/flat/flateart.htm

[6] Donald E. Simanek. A Terra Plana. Disponível em: https://www.lockhaven.edu/~dsimanek/flat/flateart.htm

Figura 2 – Brochura da Sociedade da Terra Plana



THE FLAT EARTH SOCIETY

President :
W. MILLS,
7 Vale Grove,
Finsbury Park, N.4.

Organizing Secretary :
S. SHENTON,
22 London Road,
Dover.

The International Flat Earth Society has been established to prove *by sound reasoning and factual evidence* that the present accepted theory, that the Earth is a globe spinning on its axis every 24 hours and at the same time describing an orbit round the Sun at a speed of 66,000 m.p.h., is contrary to all experience and to sound commonsense.

In ancient times the Earth was regarded as plane, and this is expressed in all literature up to a few hundreds of years ago. The theory has fallen into disfavour, owing mainly to the dogmatism of modern science and popular education in schools, which leads to prejudice in favour of the globular theory from the start.

It is always a pity to allow false theories to pass unchallenged, and it is hoped that the Flat Earth Society will do much to undo the harm that has been caused. Remember that the truth of the plane figure of the Earth can be shown *by irrefutable evidence*, and anyone who is interested in becoming a member is asked to contact the President or the Organising Secretaryl In future, it is hoped to hold regular meetings of the Society.

DECEMBER 20TH, 1956.

Fonte: https://www.lockhaven.edu/~dsimanek/flat/flateart.htm

A Sociedade Internacional da Terra Plana foi estabelecida para provar, *com um bom raciocínio e evidências factuais,* que o presente aceita a teoria de que a Terra é um globo girando em seu eixo a cada 24 horas e, ao mesmo tempo, descrevendo uma órbita ao redor do Sol a uma velocidade de 66.000 mph, é contrário a toda experiência e parece bom senso.

Nos tempos antigos, o Earh era considerado plano, e isso é expresso em toda a literatura até algumas centenas de anos atrás. A teoria caiu em desagrado, devido principalmente ao dogmatismo da ciência moderna e da educação popular nas es-

> colas, o que leva ao preconceito a favor da teoria globular desde o início.
> É sempre uma pena permitir que falsas teorias passem incontestadas, e espera-se que a Sociedade da Terra Plana faça muito para desfazer os danos causados. Lembre-se de que a verdade da figura plana da Terra pode ser demonstrada *por evidências irrefutáveis*, e qualquer pessoa interessada em se tornar membro deve entrar em contato com o Presidente ou o Secretário Organizador. No futuro, espera-se realizar reuniões regulares da Sociedade.
> 20 de dezembro th de 1956.

Charles K. Johnson (1924-2001) foi presidente da Sociedade Internacional de Terra Plana afirmou que a ideia da terra redonda consistia em uma conspiração para iludir a humanidade. As viagens à órbita da terra e ao espaço eram farsas, visto que em seu entendimento, era impossível orbitar a Terra. Os programas espaciais tinham como objetivo sustentar o que denominava como "mito moribundo", ou seja, a afirmação da Terra ser redonda. Seus argumentos são de cunho teológico e sem qualquer base de sustentação científica. Atenta-se a versículos tanto do Antigo como do Novo Testamento. "Ele baseou suas próprias ideias nas referências do Antigo Testamento a uma terra plana e no Novo Testamento dizendo que Jesus subiu ao céu. 'Se a Terra girasse uma bola no espaço, não haveria para cima ou para baixo'", disse ele à revista Newsweek em 1984[7].

A tentativa da teoria copernicana de refutar a existência de Jesus é utilizada como justificativa para suas afirmações. Entendia que apenas os crentes na Bíblia concebem a Terra como plana. Os cientistas eram entendidos como feiticeiros responsáveis por construir uma farsa generalizada para eleger a supremacia da ciência em detrimento da religião.

[7] Fonte: https://www.nytimes.com/2001/03/25/us/charles-johnson-76-proponent-of-flat-earth.html

> Afirmamos que o que hoje é chamado de 'Ciência' e 'cientistas' consiste na mesma velha gangue de feiticeiros, feiticeiros, contadores de histórias, os 'Sacerdotes-Entertainers' para as pessoas comuns. "Ciência" consiste em uma mistura oculta e esquisita da teologia da teoria da bobagem não relacionada ao mundo real de fatos, tecnologia e invenções, edifícios altos e carros velozes, aviões e outras coisas reais e boas da vida; a tecnologia não tem nenhuma relação com a teia da teoria científica idiota. Todos os inventores foram anti-ciência. Os irmãos Wright disseram: "A teoria da ciência nos sustentou por anos. Quando jogamos fora toda a ciência, partindo de experimentos e experiências, inventamos o avião". [...] A ciência 'prova' a terra de uma 'bola' com palavras de 'escritura'. PROVAMOS a Terra plana por experiência, demonstrado e demonstrável. A Terra Plana é um Fato, não uma "teoria"! A ciência é uma religião falsa, o ópio das massas. Eu mesmo considero isso como um começo de Sanidade confessar 'a criação prova que havia um Criador' e que existe um Deus ou Criador [...] Existe. [...] O fato de a Terra ser plana não é minha opinião, é um fato comprovado. Não há razão terrena para que um membro íntegro e honesto dos humanos eleitos de elite o assine. Também um fato, hoje a elite da terra vive no mundo plano. Somente o "rebanho" ilógico e irracional prefere a estranha teologia oculta e estranha da velha superstição grega, que transforma uma bola em rotação[8]!

Eric Dubay[9] também se assenta na tese conspiratória voltada a doutrinar milhares de seres humanos, seja através de livros, propaganda e universidades. Para ele, a NASA e a Maçonaria são os grandes propagandistas do que denomina como farsa da Terra Redonda. Ao

---

[8] Fonte: <https://www.nytimes.com/2001/03/25/us/charles-johnson-76-proponent-of-flat-earth.html>

[9] Eric Dubay. **200 Proofs Earth Is Not a Spinning Ball. New York:** Createspace Independent Publishing Platform, **2018.**

_____. The Atlantean Conspiracy. New York: Createspace Independent Publishing Platform**, 2013**

_____. The Earth Plane. New York: Createspace Independent Publishing Platform **2018**

_____. The flat-earth Conspiracy. New York: Createspace Independent Publishing Platform **2014**

contrário das explicações teológicas apresentadas anteriormente, Dubay, acredita que Jesus Cristo nunca existiu.

A Influência do terraplanismo na interpretação dos efeitos do covid-19

O terraplanismo não possui nenhuma comprovação científica, sustentada em universo repetitivo de afirmações sobre sua veracidade potencializado pelas redes sociais. Nesse sentido, a negação científica de seus pressupostos colocam a ciência e seus resultados em um universo conspirativo sem qualquer embasamento.

A sensação de não pertencimento das pessoas somada ao elevado índice de estranhamento do trabalho potencializam afirmações que as colocam como sujeitos em um mundo ao qual não o são. Este movimento potencializa análises simplistas em que emergem *os novos tolos* que regozijam uma pretensa verdade que só existe em sua imaginação. Contudo, a construção destes absurdos transcendem os pressupostos do terraplanismo.

A ausência de bases científicas materializa discursos políticos que visam reinventar a realidade a seus interesses. O crescimento do populismo de extrema-direita potencializa esta afirmação. Suas afirmações, de início, satirizadas e não levadas a sério, tomaram uma dimensão maior do que se imaginava. O palco estava colocado e o universo de tolos para confirmá-las era maior do que se imaginava, até porque essas idiotices iam de acordo ao que muitos queriam ouvir e acreditar.

A conquista das emoções humanas somadas à negação científica elegem como verdade aquilo que se pretende ser. A estratégia se sustenta em desqualificar todo e qualquer agente que defenda pressupostos diferentes dos seus. O uso de uma linguagem repleta de símbolos e apelo à emoções se apresenta como o interlocutor dos incultos. O ódio toma um fim em si mesmo, tanto daqueles que o afirmam como os que o negam.

O prolongamento da crise econômica em âmbito mundial fortalece esta estratégia. De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde até o início de agosto tinham 18.614.177 casos de covid-19 e 702.642 mortos no planeta. Os dados mundiais referentes ao covid-19 são alarmantes, tal qual demonstra o quadro a seguir.

Quadro 1 – Número de infectados e mortes pelo covid-19 até o final de julho de 2020 em alguns países do mundo

País	Número de Infectados	Mortes
Estados Unidos	4582742	154534
Brasil	2065281	91807
Índia	1632305	35736
Rússia	839974	13971
África do Sul	482486	7737

Fonte: https://dadoscoronavirus.dasa.com.br/

O quadro 1 demonstra que os Estados Unidos e o Brasil apresentam o maior número de casos. No Brasil, a região sudeste e nela o estado de São Paulo são os que possuem o maior número de infectados e mortes, tal qual demonstra os quadros 2 e 3.

Quadro 2 – Número de infectados e mortes pelo covid-19 até 06 de agosto de 2020 no Brasil

Região	Número de Infectados	Mortes
Sudeste	1.004.105	44.360
Nordeste	922.461	30.145
Norte	434.067	12.205

Centro-Oeste	286.839	5.971
Sul	264.740	5.812

Fonte: Painel Coronavirus Brasil - https://covid.saude.gov.br/

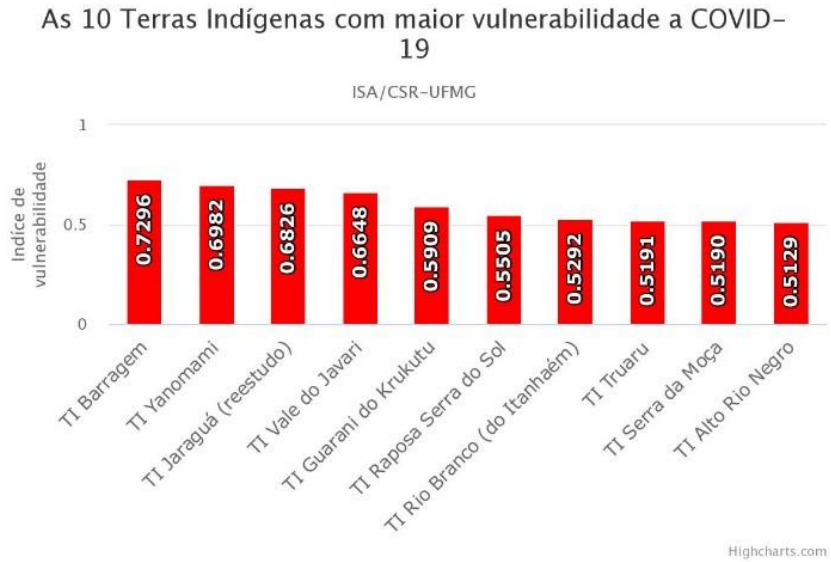
Quadro 3 – Número de infectados e mortes pelo covid-19 até o final de julho de 2020 no Brasil

Estado	**Número de Infectados**	**Mortes**
São Paulo	540740	23102
Ceará	172594	7673
Rio de Janeiro	163655	13363
Bahia	161355	3372
Pará	153513	5694

Fonte: O tempo - https://www.otempo.com.br/coronavirus

O trato com os dados apresentados nos quadros 1 e 2 se justifica pela adoção de princípios do terraplanismo. O negacionismo científico utilizado como estratégia de negar os efeitos do covid-19 toma dimensões similares às interpretações terraplanistas sobre o formato da terra. A ciência, suas pesquisas e resultados são apresentados como Fake News … e muitos acreditam nisso.

Os povos indígenas correm grande risco no Brasil. De acordo com dados da Articulação de Povos Indígenas no Brasil, em 06 de agosto de 2020 existiam 22656 casos confirmados, 639 mortos e 148 povos afetados pelo covid-19.



Fonte: Articulação de Povos Indígenas no Brasil

Tendo como referência as necessidades imediatas de parcela considerável da população, tanto os Estados Unidos como o Brasil negaram os impactos do covid-19, tendo como resultado o maior índice de infectados e mortos do planeta.

O apelo ao coronavírus como uma teoria da conspiração que visava desestabilizar o governo federal brasileiro, a constante negação presidencial sobre a importância do isolamento social e o entendimento da pandemia como um fenômeno de menor importância potencializaram o fracasso nacional no enfrentamento do covid-19. As análises fictícias oriundas do terraplanismo foram utilizadas como forma de negar os apelos científicos pelo isolamento social.

O resultado, infelizmente, foi a morte de milhares de seres humanos, cujos desdobramentos finais ainda são inconcebíveis de se prever...

Referências

Brochura da Sociedade da Terra Plana. Disponível em: <https://www.-lockhaven.edu/~dsimanek/flat/flateart.htm> Acesso em: 06 ago. 2020

DUBAY Eric. **200 Proofs Earth Is Not a Spinning Ball. New York:** Createspace Independent Publishing Platform, **2018.**

_____. The Atlantean Conspiracy. New York: Createspace Independent Publishing Platform**, 2013**

_____. The Earth Plane. New York: Createspace Independent Publishing Platform **2018**

_____. The flat-earth Conspiracy. New York: Createspace Independent Publishing Platform **2014**

The New York Times. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2001/03/25/us/charles-johnson-76-proponent-of-flat-earth.html> Acesso em 06 ago. 2020

SIMANEK, Donald E.. **A Terra Plana**. Disponível em: <https://www.-lockhaven.edu/~dsimanek/flat/flateart.htm> Acesso em 06 ago. 2020

ROWBOTHAM, Samuel**. Zetetic Astronomiy:** Earth not a globe. Simpkin, Marshall, and CO, 1881.

PARTE II

O Covid-19 na América Latina e Europa

CONTRA EL "ENEMIGO INVISIBLE": ¿QUEDARSE EN CASA? ¿Y DESPUÉS?[*1]

Soledad Nión Celio
Agustín Juncal Pérez

Introducción

Para contextualizar la situación institucional del Uruguay al momento de la confirmación de los primeros casos de coronavirus conviene repasar brevemente el proceso de transición de gobierno. Unos meses antes, el 24 de noviembre de 2019, Luis Lacalle Pou del Partido Nacional -en coalición con otros cinco partidos políticos- se impuso en segunda vuelta en las elecciones nacionales a Daniel Martínez del Frente Amplio. Con ello se ponía fin a quince años de "era progresista" en Uruguay con las administraciones de Tabaré Vázquez (2005-2010 y 2015-2020) y José Mujica (2010-2015). De ese modo, entre el 25 de noviembre de 2019 y el 1 de marzo de 2020 se inició un proceso de transición pautado por tres cuestiones: primero, un cambio de orientación política que apunta a un modelo económico notoriamente neo-liberal; segundo, escaso diálogo entre autoridades salientes y entrantes; y tercero, la difusión del contenido de un proyecto de Ley de Urgente Consideración (LUC) que Lacalle Pou manifestaba enviaría los primeros días de marzo cuando asumiera su gobierno[2]. Cuando

[*]DOI – 10.29388/978-65-86678-07-9-0-f.191-202

[1] El uso de un lenguaje que no discrimine ni marque diferencias entre hombres y mujeres es una preocupación quienes escribieron el artículo, no obstante, no hay acuerdo entre lingüistas sobre la manera de cómo hacerlo en nuestro idioma. En tal sentido y con el fin de evitar la sobrecarga que supondría utilizar en español o/a para marcar la existencia de ambos sexos, se optó por emplear el masculino genérico clásico, en el entendido de que todas las menciones representan tanto a varones como mujeres.

[2] El procedimiento de una ley de urgente consideración está regulado por el artículo 168 de la Constitución de la República. A grandes rasgos, se reducen los plazos para el debate parlamentario (90 días en total) y se exige una mayoría especial para dejar

la pandemia llegó la sociedad uruguaya debatía abiertamente el anteproyecto de LUC, cuyo contenido se difundió en diversos medios de prensa a fines de enero.

Con casi 500 artículos la LUC propone la modificación de una amplia cantidad de temas: seguridad pública, inteligencia, educación, economía y empresas públicas, eficiencia del Estado, sector agropecuario, relaciones laborales y seguridad social, desarrollo social y salud, vivienda, modificaciones al código civil y otras disposiciones[3]. Por otra parte, el Frente Amplio y el PIT-CNT[4] consideraron inaceptable la denominada "Ley ómnibus" que, en tiempos extraordinarios, intenta modificar importantes aspectos económicos y sociales del país. De igual modo, muchos actores sociales y la propia Universidad de la República (Udelar) se han manifestado en contra de tratar la LUC en tiempos de pandemia, donde la protesta y las emergencias correrían por otros caminos[5]. Luego de modificaciones en su redacción que incluye desgloses e incorporaciones que continúan actualmente, el proyecto ingresó al Parlamento nacional el 28 de abril bajo acusaciones de "inconstitucionalidad" por parte de la oposición. En tal sentido, el presente artículo pretende analizar los impactos del Covid-19 en las dimensiones educativa, laboral, productiva y social tomando en cuenta este contexto particular de cambio de autoridades políticas y conflictividad social en Uruguay.

---

sin efecto su carácter urgente (3/5 de los integrantes de cada cámara). Transcurridos 90 días y de no alcanzarse los votos contrarios al proyecto (o a determinados artículos) el texto queda aprobado.

[3] Fue conocida el 22 de enero de 2020. Ver: https://www.subrayado.com.uy/acceda-aqui-al-texto-completo-la-ley-urgente-consideracion-del-gobierno-entrante-n591869 (17-5-2020)

[4] Es la central sindical de Uruguay cuya sigla refiere a Plenario Intersindical de Trabajadores Convención Nacional de Trabajadores (PIT-CNT).

[5] Ver por ejemplo manifestaciones del rector de la Universidad Pública del Uruguay, http://udelar.edu.uy/rector/2020/04/14/las-urgencias-en-tiempos-de-pandemia/ (18-5-2020)

Educación por plataformas virtuales

A diferencia del vecino rioplatense, el gobierno uruguayo no tomó la resolución de volcarse hacia el confinamiento obligatorio como medida sanitaria y apeló a la "responsabilidad de la ciudadanía", actitud que mantiene hasta hoy. Sin embargo, luego de la confirmación de los primeros casos sintomáticos de Covid-19 el gobierno y las autoridades de la educación pública resolvieron rápidamente realizar el tránsito de clases presenciales a clases virtuales en todos los niveles de enseñanza. Así, alrededor de 800 mil estudiantes de educación primaria, secundaria y terciaria pasaron a formatos virtuales de aprendizaje[6].

A grandes rasgos puede mencionarse que la educación privada primaria y secundaria -con algunas salvedades según los casos- realizó un pasaje de clases presenciales a clases virtuales. En la educación pública es importante separar las decisiones de la Administración Nacional de Educación Pública (ANEP) que rigen la educación pública primaria, secundaria y terciaria no universitaria respecto a la Universidad de la República (Udelar) y la Universidad Tecnológica (UTEC). En el caso de ANEP la posibilidad de garantizar la "continuidad educativa" de forma virtual (en particular, en el ciclo de primaria) se debe a la política pública implementada por el Plan Ceibal desde 2007 que se basa en que cada niño o niña tenga una computadora y la cobertura de internet en el 100% de las escuelas públicas de primaria. De igual modo está desarrollada la plataforma Crea que permite a docentes gestionar la educación a distancia[7].

Ahora bien, el nuevo contexto de coronavirus presenta algunas diferencias que merecen ser señaladas. En primer lugar, que a pesar de los altos niveles de conectividad y penetración de internet en los hoga-

[6] Ver: Failache, E; Katzkowicz, N: y Machado, A. (2020) *La educación en tiempos de pandemia. Y el día después*. Disponible en: http://fcea.edu.uy/images/dto_economia/Blog/La_educaci%C3%B3n_en_tiempos_de_pandemia._Y_el_d%C3%ADa_despu%C3%A9s.pdf

[7] Ver https://www.ceibal.edu.uy/es/crea

res uruguayos se identifican notorias desigualdades según territorios y estratos sociales[8]. Esto plantea diferentes escenarios del vínculo educativo entre docentes y estudiantes debido a las posibilidades de conexión a internet que se vinculan notoriamente a los recursos económicos de los hogares. Por ejemplo, situaciones tanto en estudiantes como en docentes con acceso a plataformas y condiciones materiales respecto a otros que no cuentan con dicho acceso para el proceso educativo virtual (Ver: Failache, Katzkowicz y Machado, 2020). También el escenario de educación virtual planteado desconoce la situación de niños y niñas en términos de sus condiciones materiales y familiares (situación socioeconómica y/o nivel de hacinamiento por mencionar dos) que propicien o no el aprendizaje significativo. Esta virtualización permite en el mejor de los casos suplir los contenidos curriculares, pero no permite llevar adelante otras funciones como por ejemplo de alimentación, tan significativa para muchos niños, niñas y adolescentes de contextos desfavorables.

En segundo lugar, desde el 22 de abril se fijaron excepciones a estas medidas hacia las escuelas rurales[9] con el anuncio del gobierno para el retorno a clases presenciales con "asistencia voluntaria", bajo el cuestionamiento tanto del sindicato de magisterios (FUMTEP) como de educación secundaria (ADES). De las 543 escuelas rurales que habían retomado actividades, algunas presentaron inconvenientes y volvieron a suspender las aulas presenciales. En tercer lugar, destacar las desigualdades que en términos de tareas de cuidados se presentan en los hogares a medida que la actividad económica se va reanudando por parte de los adultos con el retorno a sus trabajos mientras las clases continúan en modo virtual. En todos estos casos, maestras y docentes son convocados en nombre de su compromiso educativo, sin mencionarse sus propias dificultades personales, materiales y/o profesionales para garantizar la continuidad de la labor.

[8] Según datos de Uruguay XXI. Ver: https://www.uruguayxxi.gub.uy/es/noticias/articulo/uruguay-una-revolucion-tecnologica-en-poco-mas-de-una-decada/ (Consultado el 17 de mayo de 2020).

[9] Salvo las de Montevideo, Canelones y parte de las de Maldonado.

Por otra parte, el principal centro de enseñanza, investigación y extensión universitaria del país, la Udelar, ajustó sus actividades a las medidas sanitarias y el 31 de marzo decidió pasar todas sus actividades a modo virtual durante el resto del semestre lectivo. Asimismo, muchos investigadores y algunos fondos de financiación se volcaron a la generación de conocimiento relacionado al Covid-19. En lo que particularmente refiere a la enseñanza universitaria, se adecuaron todos los cursos para realizarse en plataformas virtuales (Zoom o Webex) y la utilización del entorno virtual de aprendizaje (Eva). Luego de un relevamiento realizado entre los estudiantes, la Udelar intentó garantizar la continuidad educativa por medio de la asignación de becas (computadoras y conexión a internet) destinadas a estudiantes de menos recursos. La contracara de este fenómeno se encuentra en la docencia que permite visualizar varias desigualdades en la carrera académica. En efecto, además de incrementar las cargas docentes en el traslado del trabajo del aula al hogar, permite hacer visibles diferencias de género respecto a determinados roles en la sociedad, por ejemplo, en el cuidado de personas dependientes.

Trabajo y sectores productivos

La situación laboral a partir de las medidas sanitarias presenta por lo menos cuatro situaciones diferentes. En primer lugar, existe una magnitud importante de trabajadores que han perdido sus fuentes de ingreso, ya sea por ser trabajadores informales o cuentapropistas. Dentro de esta categoría se incluyen tanto aquellos trabajadores más clásicamente vulnerables, que vivían de las "changas", como trabajadores que han sido impactados por las medidas de distanciamiento social y el cese de actividades que concentren público (músicos, actores, entre otros). Este tipo de situaciones inmediatamente ven interrumpidos sus ingresos y deben hacer frente a la situación, muchas veces apelando a las medidas sociales estatales de emergencia, pero también a la solida-

ridad comunitaria (por ejemplo, las ollas populares, canastas de alimentos, etc.).

En este grupo de trabajadores, tiene un lugar especial el trabajo doméstico (cuya formalidad fue reconocida por la Ley 18.065 de 2006) donde se registran casos de empleadores que dejaron de pagar remuneraciones (jornal, semanal y/o mensual) por causa de que las trabajadoras no concurrían a su lugar de trabajo. Sin embargo, con ello se incumple un convenio laboral firmado por el sector empleador y el Sindicato Único de Empleadas Domésticas (SUTD) en 2010 que establece que el empleador debía remunerar a sus trabajadoras toda vez que, por diferentes razones, decidan no convocarlos/as a trabajar en los días acordados[10].

En segundo lugar, las cifras sobre trabajadores en seguro de paro alcanzan unas 150 mil personas. Parte de las medidas del gobierno ante la epidemia fueron generar un subsidio por desempleo especial (más flexible) para alcanzar a más cantidad de trabajadores[11]. En tercer lugar, se encuentran quienes no han dejado de asistir a sus lugares de trabajo: salud, supermercados, servicios esenciales estatales, policía, personal de cárceles, sector agropecuario (incluso con comienzo de algunas zafras, por ejemplo, soja y caña de azúcar). Vale mencionar que en muchos casos no existen protocolos de prevención adecuados. Por ejemplo, el caso del personal embarcado en la pesca industrial donde las condiciones laborales y de vida se entrecruzan (con graves falencias) que genera un reclamo especial en términos del protocolo de sanidad necesario, sin tener respuestas concretas ni del Ministerio de Salud Pública, ni del Ministerio de Trabajo y Seguridad Social. Por otra parte, un caso particular se encuentra en el sector de la construcción y afines que cuenta con una larga tradición de negociación entre los actores laborales donde se acordó una licencia especial y se detuvieron las actividades en marzo. El 13 de abril, se retomó la actividad

[10] Artículo 11 del convenio diciembre 2010. https://www.bps.gub.uy/bps/file/11799/1/acta_convenio_colectivo_servicio_domestico_17-12-010.pdf - 18-5_2020)

[11] Disponible para su consulta en https://www.bps.gub.uy/bps/file/16875/1/resolucion-163-020.pdf (18-5-2020).

tras varios días de negociación entre el Estado, las cámaras empresariales y el Sindicato Único de la Construcción y Afines (SUNCA) donde se dispusieron una serie de medidas sanitarias obligatorias para trabajadores y dispositivos de control (medición aleatoria de temperatura, distanciamiento, uso de mascarillas, test de Covid-19).

En cuarto lugar, tras los anuncios del 13 de marzo algunos trabajadores y trabajadoras fueron mandatados a realizar trabajo desde casa. En ese sentido, el llamado "teletrabajo" se impone discursivamente como una ventaja para quienes atraviesan esta situación, no obstante, el teletrabajo supone la voluntariedad, las condiciones adecuadas para trabajar y las competencias de comunicación, organización y digitales adecuadas. En el marco del Covid-19 el trabajo remoto netamente no es opción para el trabajador, ya que a cambio de poder seguir con su actividad debe asumir esta nueva forma, utilizando recursos informáticos, energéticos y de tiempo propios para cubrir la misma productividad. Ahora bien, la productividad en si misma podría ser una meta imposible de lograr porque se realiza en contexto de incertidumbre por una pandemia y de aislamiento social, lo que ya de por sí son estresores nuevos. A esto pueden sumarse otras situaciones. Por ejemplo, trabajadores/as con personas dependientes a cargo (niños, adolescentes, adultos mayores, con problemas de salud o con algún tipo de discapacidad) donde el desafío es aún mayor porque debe asumir el mismo trabajo bajo una situación familiar totalmente atípica, de convivencia con otras personas a las que debe cuidar y garantizar la reproducción de la vida doméstica[12].

De igual modo, debe compartir esos recursos informáticos, banda ancha, espacios de trabajo y tiempos con los otros miembros del hogar que estén trabajando también remotamente o asistiendo a la educación virtual. La situación se podría complejizar aún más teniendo en cuenta cuestiones como la cantidad y las edades de las personas en situación de dependencia, los hogares monoparentales, etc. En tal

[12] Una de las recomendaciones no atendidas en estos casos sería renegociar las metas de trabajo adaptadas a la situación actual al mismo tiempo que explicitar los horarios y garantizar el derecho a la desconexión de estas personas.

sentido, pareciera que no hay lugar para la manifestación ante este nuevo contexto de sobrecargas de funciones (dentro y fuera del hogar) porque se impone un discurso de "privilegio de trabajar desde el hogar" ante la crisis sanitaria y socioeconómica. Así, los efectos en la salud (aislamiento, jornadas laborales más largas, estrés, déficit de competencias, desdibujamiento del trabajo y la vida familiar, insomnio, ausencia de espacios ergonómicamente pensados para trabajar, entre otros) se colocan en un segundo plano[13]. En definitiva, estas cuestiones no hacen más que reforzar inequidades de género preexistentes, como muchos estudios y analistas advierten[14].

La "solidaridad" del gobierno y la movilización social

Los primeros días de abril el Poder Ejecutivo envió una propuesta para crear el "Fondo solidario Covid-19" (sancionada como Ley 19.874 promulgada el 8 de abril) con el objetivo de establecer un impuesto a los funcionarios públicos que permita financiar la atención pública de la emergencia sanitaria (artículo 1). Se fijaron cuatro franjas de contribución (artículo 3) según salarios líquidos de los funcionarios públicos a partir de los 80 mil pesos (que equivale a poco más de 1.800 dólares)[15]. Esta norma genera importantes críticas desde la izquierda porque solamente se nutre de impuestos a funcionarios públicos y de donaciones del sector privado, pero sin gravar al capital privado. Por

[13] Los efectos sobre la salud y seguridad de las personas que trabajan (presencial o remotamente) han sido por ejemplo uno de los temas centrales el pasado 28 de abril, día internacional de la seguridad y salud en el trabajo, y recogido en un documento especialmente elaborado por la OIT: https://www.ilo.org/global/topics/safety-and-health-at-work/events-training/events-meetings/world-day-safety-health-at-work/WCMS_741832/lang--es/index.htm (18-5-2020)

[14]Ver: por ejemplo http://www.ine.gub.uy/documents/10181/340523/Uso+del+Tiempo+y+Trabajo+No+Remunerado+2013/5c21b33e-ddde-41cd-a638-4d73e3f75a8d, https://www.hemisferioizquierdo.uy/single-post/2019/06/25/Desigualdades-de-g%C3%A9nero-en-la-ciencia-acad%C3%A9mica-un-tema-molesto, y las elaboraciones recientes https://cienciassociales.edu.uy/noticias/la-romantizacion-del-quedate-en-casa/

[15] Ver detalles en artículo 4 de Ley 19874. Disponible en: https://www.impo.com.uy/bases/leyes/19874-2020

otra parte, se genera en un escenario donde el gobierno ha realizado una apelación a la "solidaridad" pero cuyas acciones parecen apuntar hacia otra dirección. Muestras de ello fueron los "festejos" del ministro de Ganadería, Agricultura y Pesca (Ing. Agr. Carlos María Uriarte) sobre el aumento sostenido del dólar desde la asunción del nuevo gobierno: desde 38,60 pesos (1 de marzo), 41, 60 pesos (10 marzo) 45,87 pesos (20 de marzo) ubicándose en torno a 44 pesos entre abril y mayo[16]; el cambio de actitud sobre las tarifas de empresas públicas (cuando en octubre en plena campaña electoral se prometían a bajar, pero en marzo fueron drásticamente aumentadas por encima de la inflación); y el ya mencionado envío al Parlamento de la LUC.

Además, se han modificado notoriamente las posibilidades de las manifestaciones públicas en un contexto de fuerte conflictividad social. Así, dos movilizaciones emblemáticas tuvieron que cambiar su formato ante las restricciones impuestas por la emergencia sanitaria: el acto del 1 de Mayo convocado por el PIT-CNT y la "marcha del silencio" que se organiza cada 20 de mayo de forma ininterrumpida desde 1996 como símbolo de la lucha por "verdad, justicia, memoria y nunca más" sobre los detenidos-desaparecidos durante la última dictadura civil militar (1973-1985).[17] Vale señalar también que ambas movilizaciones agudizaron un nuevo conflicto con el gobierno al decidir no otorgarles las cadenas de radio y televisión para dichas conmemoraciones.

Por último, el 23 de marzo en conferencia de prensa, ante la pregunta sobre el aumento de femicidios y la situación de aislamiento social recomendada, el Presidente Lacalle Pou mencionó que "lamentablemente son un efecto colateral del confinamiento". A esto se agregan las recientes declaraciones del ministro de Ganadería, Agricultura y Pesca, comparando el número de femicidios con los abigeatos. Esto

[16] Ver: declaraciones del ministro de Ganadería "era lo que ansiábamos". Disponible en: https://ladiaria.com.uy/articulo/2020/3/uriarte-sobre-el-aumento-del-dolar-era-lo-que-ansiabamos/ (Consultado 18-5-2020)

[17] La fecha recuerda los asesinatos de Zelmar Michelini, Héctor Gutiérrez Ruíz, Rosario Barredo y William Whitelaw ocurridos en Buenos Aires (Argentina) el 20 mayo de 1976 en el marco del "Plan Condor".

supuso una movilización en redes sociales y prensa de los movimientos feministas en respuesta a estos dichos, a lo que se sumaron reclamos contra la Vicepresidenta Beatriz Argimón (autodefinida como militante feminista) y por los recortes presupuestales en los programas del Instituto Nacional de las Mujeres (Inmujeres), incluyendo los que refieren a la atención a víctimas por violencia de género[18].

Algunas reflexiones finales

En información divulgada por el Sistema Nacional de Emergencias (SINAE) de Uruguay el 18 de mayo, el país contaba con 737 casos positivos, 569 recuperados, 148 pacientes cursando la enfermedad y 20 fallecidos por Covid-19. Hasta el momento, el país enfrentó la crisis sanitaria a partir del "quédate en casa" y con un escenario que ya permite visualizar el aumento de las desigualdades sociales. En primer término, conviene señalar que no apagar los "motores de la economía" fue y sigue siendo la premisa presidencial para decidir quienes se quedan y quienes no se quedan en casa. Pero también se aprecian otras señales muy claras: realizar la zafra de soja (con un dólar en aumento desde que asumió el nuevo gobierno), la construcción de la nueva planta de celulosa o el tren que garantiza su construcción resultan imprescindibles.

En cambio, no se pone énfasis en garantizar la continuidad de los Consejos de Salarios (negociación tripartita entre Estado, empleadores y sindicatos) que fue una de las principales herramientas de redistribución económica y diálogo social de la sociedad uruguaya durante los últimos 15 años. Pareciera que dentro de los desafíos que el nuevo contexto determina, garantizar tripartitamente las condiciones para que actores laborales den respuestas a los desafíos del futuro del trabajo no está dentro de los planes de atención a la situación de pan-

[18] En la primera quincena de marzo, en un lapso de diez días, hubo cuatro femicidios. Ref: https://feminismos.ladiaria.com.uy/articulo/2020/3/feministas-reaccionan-ante-dichos-de-lacalle-pou-que-califican-los-femicidios-como-un-efecto-colateral-del-aislamiento-social-por-el-coronavirus/ (19-5-2020)

demia[19]. En ese sentido, la LUC intenta cambiar reglas de juego en las medidas de presión disponibles por parte de los trabajadores, más específicamente en las de huelga y ocupación.

En segundo término, la "nueva normalidad", como gusta llamarse desde esferas oficiales y medios de comunicación a la situación actual, supone entonces la naturalización de diferencias, la imposibilidad de la organización y la protesta, la particularización de las situaciones laborales y educativas, y la apelación de la "solidaridad" en detrimento de la falta de atención y sensibilización de otros fenómenos relevantes para la sociedad (por ejemplo, la violencia de género). En ese sentido, desde nuestros lugares académicos se vuelve necesario cuestionar las bases de la "nueva normalidad" y su construcción moral para generar nuevas miradas hacia una sociedad alternativa.

[19] Sobre este punto es interesante las reflexiones del abogado laboralista Hugo Barreto https://ladiaria.com.uy/articulo/2020/5/los-consejos-de-salarios-a-la-deriva-entre-la-confusion-y-la-mendacidad-de-siempre/ (18-5-2020).

ESTUDIANTES, CONFIAMOS EN SU SED DE SABER (¿O NO?)*

Judith Nardof

En tiempos de coronavirus el sistema educativo se ve interpelado por una sociedad que daba por sentado su rol social, con mayor o menor reconocimiento según el lugar que se ocupara en la grieta pedagógica (NAIDORF, CUSCHNIR, 2019).

La escuela ordenaba la vida de las familias que por motivos variados encomendaban a Otros y Otras, mas bien Otres, la transmisión de contenidos, la preparación para la ciudadanía (función política) y o para el mundo del trabajo (función económica).

Con más o menos confianza en la institución la misma se consideró indiscutible desde hace un par de siglos.

La irrupción impensada de la pandemia nos coloca indefectiblemente en el papel de interpelar lo obvio, lo cotidiano, lo que supuestamente siempre fue así. Lo hacemos para "afuera" y para "adentro" del sistema (como si existiera una barrera invisible en ese espacio cerrado que procuró ser la maquinaria escolar).

Respecto de la educación formal y su papel para quienes no tienen como objeto de estudio cotidiano la educación, implica una mirada, mas menos novedosa frente al desafío de los chicos en casa. Respuestas simples a problemas complejos siempre fueron una mala salida.

La copia de estrategias foráneas es una tentación permanente en un modelo educativo y una sociedad que la han convencido de ser casi siempre peor que el resto. Las heridas abiertas por la descomposición académica sufrida y el ataque frontal a la escuela pública, a la universidad como espacio de democratización del saber, a la ciencia como estrategia viable de un modelo que a partir del cuestionamiento procura diseñar futuros menos desiguales están abiertas.

*DOI – 10.29388/978-65-86678-07-9-0-f.203-206

Sin embargo ya no hay de quien copiar y tampoco tenemos tiempo para detenernos a reflexionar sin actuar de inmediato. Nuestro calendario escolar es opuesto al del norte: aquí recién comenzábamos a transitarlo y la virtualidad inmediatamente implementada en un norte que esta a meses del inicio del fin del ciclo no tiene la misma cabida y para el caso de la universidad o los primeros tramos de la escuela secundaria no logra dar contención y acompañamiento ante lo nuevo, inédito, pero viable.

Sin embargo esa viabilidad no sólo necesita respuestas para "fuera" del sistema, para la "sociedad" (como si la escuela o la universidad no fueran parte de ella, lo que sería una operación sociológica incorrecta al decir de Norbert Elias). El mundo de la educación necesita volver a preguntarse por su rol y sus preconcepciones "hacia adentro". ¿Estamos convencidas y convencidos del rol emancipador de la educación, del deseo de saber de estudiantes, de la confianza que nos une y libera? ¿estamos dispuestos a revisar la razón evaluadora al decir de Skliar y Giuliano? ¿vamos a apreciar principalmente el esfuerzo denodado de miles de docentes que además de planificar clases, interactuar el plataformas desconocidas o vamos a principalmente atender a al control de tiempos y movimientos de tareas en contextos anormales?.

Releyendo estos días a Elinor Ostrom rescatacaba con Busaniche, la confianza en el ser humano que se desprenden de sus escritos. ¿Vamos a adscribir a una mirada casi Roussoniana que considera al ser humano eminienmente "bueno" pero corruptible por la sociedad o vamos a partir de la mirada malinterpretada de Durkheim que lo considera tabula rasa y objeto pasivo de inculcación o "concientización"?.

Tenemos Estado, y eso es bastante y en él expertas y expertos con miradas críticas sobre los procesos evaluativos. Estamos por empezar las clases en la UBA, ¿qué opción evaluativa vamos a tomar?. No hay una respuesta única, eso afirmaba incansablemente también Ostrom, la primera mujer premio novel de economía y tampoco los que tenemos como objeto de estudio a la Educación.

Sin embargo una buena pista es partir de la pregunta sobre qué pensamos que vienen a hacer los estudiantes a la universidad, pública, gratuita y para algunos aspirante a popular. Según la respuesta que nos venga a la mente, la respuesta a la pregunta sobre como, para qué y a quien evaluar.

Referencia

NAIDORF, J. ; CUSCHNIR, M. S. La grieta pedagógica: temas de educación del siglo XXI . **Reveduc.** V. 13, n. 3. 2019. P. 813-823. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/3457. http://dx.doi.org/10.14244/19827199345>. Acesso em 10 jun. 2020.

ECUADOR: MODELO EMPRESARIAL Y PANDEMIA[*]

Juan J. Paz-y-Miño Cepeda

Después de una década de dictaduras militares, el 10 de agosto de 1979 el presidente Jaime Roldós Aguilera (1979-1981) inauguró la época más larga de regímenes democrático-constitucionales que ha tenido Ecuador en su historia y que perdura hasta el presente.

En sus momentos iniciales todavía regían sobre la economía los postulados desarrollistas, que atribuían al Estado un papel determinante para el progreso económico y social. Pero conforme avanzaron los años ochenta y particularmente en los noventa, el país se orientó por la ideología neoliberal en auge por América Latina y consolidó un modelo empresarial de desarrollo, que consideró al mercado y a la empresa privada como ejes para la modernización capitalista, disminuyendo las capacidades regulatorias del Estado.

Los desajustes institucionales son evidentes: si durante los primeros 17 años de democracia se sucedieron 5 gobiernos, lo que ocurrió entre 1996 y 2006 es crítico, pues en esa década, en cambio, se sucedieron 7 gobiernos, hubo una dictadura nocturna por horas y los únicos 3 presidentes electos por votación, fueron derrocados por importantes movilizaciones ciudadanas. Entre 1983 y 2003 Ecuador suscribió 16 documentos y cartas de intención con el Fondo Monetario Internacional (FMI), que apuntalaron el modelo neoliberal-empresarial; debió refinanciar su deuda externa en condiciones desventajosas; favoreció a las elites empresariales con la "sucretizacion" y "resucretización" de sus deudas privadas (convertir en sucres, moneda nacional, la deuda privada en dólares que asumió el Estado), los "salvatajes" a los bancos y el feriado bancario, y la dolarización; desmanteló las capacidades económicas del Estado y arruinó los principales servicios públicos; descontroló la evasión tributaria; flexibilizó el trabajo; y, en de-

[*]DOI – 10.29388/978-65-86678-07-9-0-f.207-220

finitiva, tuvo un largo período de descalabro económico, cuyo impacto tuvo tal profundidad que la riqueza se concentró como nunca antes, creció el consumismo y se agravaron las condiciones de vida y de trabajo de la más amplia población. La hegemonía de los intereses privados se impuso al Estado y a la vida social. Ese cuadro de realidades económicas y sociales ha sido ampliamente demostrado por estadísticas, datos y estudios realizados en Ecuador, pero también por entidades internacionales como el mismo FMI y los informes anuales de la Comisión Económica para América Latina (CEPAL).

El modelo económico seguido afianzó a elites que mantuvieron su tradicional visión oligárquica sobre el país. La modernización capitalista llegó sin que Ecuador alcanzara el mejoramiento social que los neoliberales imaginaban. La resistencia, la protesta o las movilizaciones populares, de los trabajadores y del fuerte movimiento indígena no lograron detener el "triunfo del capital", aunque sí frenaron algunas decisiones que parecían inminentes, como la suscripción de un tratado de libre comercio (TLC) con los EEUU. Ese ambiente de privilegios para los ricos, economía empresarial y oligárquica, desatención estatal, afectación a los derechos colectivos, dominio de una clase política socialmente irresponsable, y pésima imagen del Ecuador en el mundo, acumularon la conciencia por el cambio. Y ello explica el triunfo que en 2007 obtuvo el candidato Rafael Correa, el ascenso del movimiento Alianza País, el apoyo a la Revolución Ciudadana y al proceso constituyente que culminó en 2008 con el referéndum que aprobó la nueva Constitución, una Carta que recuperó las capacidades del Estado, reinstitucionalizó al país, sujetó los intereses privados al interés público e innovó la estructura estatal, tanto como los servicios públicos, además de consagrar la plurinacionalidad y otros principios, valores y derechos de vida social, que incluyeron al Sumak Kawsay o Buen Vivir como uno de los pilares del futuro Ecuador.

La década de la Revolución Ciudadana (2007-2017) transformó al Ecuador. Las evaluaciones más contundentes provienen de los organismos internacionales como Banco Mundial (BM), FMI, el PNUD, la

Organización Internacional del Trabajo (OIT) y, sobre todo, la CEPAL. Sus informes comprueban los significativos logros no solo en el campo económico, sino particularmente en el campo social, comunitario y laboral. Fueron superados los planteamientos neoliberales y las consignas empresariales de la época inmediatamente anterior, de modo que resultaron decisivas las inversiones públicas, el fortalecimiento del Estado, el efectivo cobro de impuestos, la renovación y extensión de los servicios, particularmente en salud, seguridad social y educación. Además, el proceso seguido se inscribió en el marco del *progresismo latinoamericano* que, en forma coincidente, despertó en América Latina, a partir del triunfo presidencial de Hugo Chávez en Venezuela, y que involucró a los gobernantes de inicios del siglo XXI en Argentina, Bolivia, Brasil, Paraguay, Uruguay, aunque también suele incluirse a Chile, República Dominicana, Nicaragua, El Salvador, Honduras y, sin duda, a Cuba. En Ecuador, por tanto, se inició un *nuevo ciclo histórico*, que superó las condiciones del desarrollo económico y político mantenidas en casi tres décadas anteriores.

Naturalmente, los cambios que se introdujeron alteraron la correlación de fuerzas políticas y económicas en el país. Así como ocurrió en los otros países latinoamericanos con gobiernos progresistas, los "enemigos" centrales de la Revolución Ciudadana y del proclamado "Socialismo del Siglo XXI" pasaron a ser los altos empresarios vinculados en las cámaras de la producción, los medios de comunicación empresariales igualmente identificados con esos intereses, los partidos de la derecha política, y el imperialismo. Sin embargo, también hay que señalar que, en poco tiempo, rompieron con el gobierno los partidos y movimientos de la izquierda tradicional (la "izquierdosidad") y los principales dirigentes de las confederaciones de trabajadores, así como las dirigencias del movimiento indígena, que se sintieron relegados de las políticas de Estado. Aún así, el gobierno de Correa mantuvo un sólido apoyo ciudadano (sin duda también trabajadores e indígenas de las bases), que respaldó su ejercicio en por lo menos diez procesos electorales, que incluyeron consultas populares para afirmar los cam-

bios. Ese apoyo marcó el contraste con los sectores y movimientos copados por la izquierdosidad de sus dirigentes, cuyos resultados electorales para la presidencia de la república en 2013 y 2017 fueron de apenas el 3.26% y 6.71%, respectivamente. Como puede advertirse, el gobierno de Rafael Correa expresó a una *nueva izquierda*, que ya no se identificaba con los partidos tradicionales o los movimientos, grupos o dirigentes que asumían ser la "verdadera" y hasta "única" izquierda en el país. Es un fenómeno que rebasó los análisis usuales de una serie de sociólogos y politólogos, y particularmente de aquellos que cultivaron un marxismo dogmático.

El proceso ecuatoriano no solo mereció análisis, artículos y libros de académicos e intelectuales del país, entre quienes también hubo serias polémicas interpretativas. Más objetivos y menos pasionistas resultaron varios de los estudios realizados por instituciones y académicos del exterior (Véase: <https://bit.ly/2pfMTh8>; y también, <https://bit.ly/2xBBhd1>). En todo caso, durante el ciclo de la Revolución Ciudadana el Ecuador fue ampliamente conocido en América Latina, pues su singular proyecto no solo llamó la atención, sino que fue un referente para otros países y especialmente entre sectores de izquierda, que lo consideraron esperanzador, junto a los procesos que se vivían en Bolivia y Venezuela, con quienes se compartía una clara visión bolivariana.

Desde luego hubo limitaciones, problemas y contradicciones de distinto género. Sin duda, desde 2014, cuando se sumaron una serie de condiciones que frenaron el crecimiento económico de los años anteriores, se evidenció que el gobierno acudió a ciertas fórmulas que aflojaron anteriores definiciones. Se abrió paso a la megaminería, se acudió a la deuda externa particularmente con China, se introdujeron ciertas flexibilidades laborales, se acordaron las alianzas público-privadas. Ello sirvió para que tuvieran algún fundamento los ataques de quienes vieron un giro "neoliberal" en el gobierno. Se sumaban así las críticas al "hiperpresidencialismo", al autoritarismo, a la "criminalización de la protesta social" o la "destrucción" de las izquierdas, que los

sectores de oposición, particularmente de intelectuales y activistas resentidos con el gobierno, argumentaban para dar efectividad a su propia lucha política.

A pesar de los relativos frenos sobre la economía, los cuestionamientos políticos y los cambios introducidos, el gobierno de Correa concluyó con fuerte aceptación popular, si se atiene a las encuestas que circularon en los principales medios de comunicación del Ecuador. Un informe del Banco Mundial (*Taking on inequality. Poverty and shared prosperity*, 2016) destaca a Ecuador como el país de América Latina con mayor reducción de la brecha entre ricos y pobres, y mayor aumento del ingreso de este sector. Otra nota del mismo BM (abril 2017, (<http://bit.ly/1GoUbEr>), sostiene que entre 2006 y 2014 el PIB del Ecuador creció, en promedio al 4.3%, lo que permitió un mayor gasto público y sobre todo social y de inversiones. Gracias a ello, "la pobreza disminuyó del 37,6% al 22,5% y el coeficiente de desigualdad de Gini se redujo de 0,54 a 0,47 debido a que los ingresos de los segmentos más pobres de la población crecieron más rápido que el ingreso promedio". Pero el mismo BM reconoce que esos logros cayeron bajo riesgo por la baja de precios del petróleo, la apreciación del dólar y el terremoto de abril de 2016 en la Costa norte, de modo que entre 2014 y 2016 "el desempleo urbano aumentó de 4,5% a 6,5% y el subempleo urbano aumentó de 11,7% a 18,8%. En este mismo periodo, la pobreza y el coeficiente de Gini de desigualdad permanecieron básicamente estancados". Pero también reconoce que las medidas que se tomaron por entonces lograron "moderar temporalmente" los efectos recesivos; aunque en el futuro se requerirá fortalecer al sector privado. Y en su visita a Ecuador en noviembre de 2017, Alejandro Werner, Director Departamento del Ministerio Occidental del FMI afirmó (<http://bit.ly/2jy7lHF>), que la situación de la economía ecuatoriana "nos ha sorprendido en el año 2017 de manera favorable, con un crecimiento mayor al que habíamos anticipado". Otro comunicado FMI (<http://bit.ly/2iGVINF>) aclaró que Werner sostuvo: "Es evidente que la economía está recuperándose a buen ritmo tras la recesión de

2016 y que la actividad ha sido más vigorosa de lo que habíamos previsto en nuestras proyecciones más recientes de octubre". Por lo que se ve, la situación económica del Ecuador en 2017 no era un desastre, de modo que el nuevo gobierno heredaba condiciones favorables.

En consecuencia, podía pensarse que la continuidad de la Revolución Ciudadana era posible sin Correa como Presidente, aunque sí con una figura identificada con el proceso en marcha. Por eso, Alianza País propuso, para 2017, la candidatura de Lenín Moreno para la Presidencia y Jorge Glas para la Vicepresidencia, quienes habían coincidido en acompañar a Correa como su vicepresidente en dos momentos distintos de su administración.

El triunfo de ese binomio requirió de la segunda vuelta, en la que Moreno/Glas obtuvo el 51.16% de votos, ganando así, por apenas un pequeño margen, al binomio encabezado por el exbanquero y millonario Guillermo Lasso (48.84% de la votación), candidato de CREO y SUMA, respaldado por elites empresariales, derechas económicas y políticas del país, medios de comunicación privados abiertamente anticorreístas, pero también, paradójicamente, por sectores de la izquierdosidad tradicional y por los "marxistas-probancarios", un fenómeno inédito en la historia contemporánea de América Latina.

El primer gabinete del nuevo gobierno, que incluyó a antiguos partidarios y también a empresarios, provocó los primeros desconciertos, aunque podía entenderse que el tono conciliador de Moreno marcaba un nuevo estilo político. Pero enseguida vinieron las expresiones indirectas: en economía la mesa "no estaba servida" (los datos de los organismos internacionales antes citados prueban todo lo contrario) y se caminaba bajo un "nuevo clima de libertad y democracia". Finalmente, la ruptura fue marcada. La estrategia fue doble: de una parte, el gobierno convocó a un diálogo nacional para un nuevo rumbo del país; de otra, comenzó la "descorreización", para lo cual se utilizaron diversos mecanismos: la Contraloría estableció glosas contra exfuncionarios por el supuesto mal uso de fondos públicos; se revisaron obras e inversiones para detectar irregularidades y con ello se encaminó el

desprestigio de lo que se había realizado en el anterior gobierno; se habló de la existencia de gastos excesivos, obras inconclusas, inversiones cuestionables y una deuda externa gigantesca; comenzaron juicios por escandalosos casos de corrupción, entre los que aparecieron asuntos otrora desconocidos; se impuso el lawfare o judicialización de la política contra el régimen de Correa, incluyendo la permanente labor de los más grandes e influyentes medios de comunicación para reforzar todo aquello que apuntara a desmontar los logros del "correísmo"; pasaron bajo sospecha, investigación o persecución los "correístas", sin faltar la denigración ni el ataque a la honra o prestigio de personas inocentes, o también el despido de servidores públicos para "sanear" las instituciones del Estado. Ecuador ha vivido, durante los recientes años, un ambiente parecido al que ocurrió en Argentina con la "desperonización" de la sociedad, que se implementó a través del famoso decreto-ley 4161, del 5 de marzo de 1956, que declaró fuera de la ley al peronismo, prohibió el uso del nombre del general Perón, de las fotografías, retratos o esculturas relacionados con funcionarios peronistas o sus parientes (fueron destruidas obras de arte y estatuas), el empleo de otras fórmulas relacionadas como "peronismo", "peronista", "justicialismo", o "tercera posición", la prohibición de las fechas exaltadas por el anterior régimen, las composiciones musicales o fragmentos de "Marcha de los muchachos peronistas" o también "Evita Capitana".

La reinstitucionalización fue favorecida con la consulta y el referéndum de febrero de 2018, que permitieron constituir un Consejo de Participación Ciudadana y Control Social de Transición (CPCCS-T), que impuso, por sobre la Constitución de 2008, la reestructuración de los principales aparatos del Estado, incluyendo a la función Judicial.

Está claro que ese ambiente político, jurídico y mediático era necesario para poder realizar el giro económico total, pues el diálogo nacional solo sirvió para privilegiar las voces del alto empresariado, al mismo tiempo que empezó el desmontaje del "modelo correísta" (así se lo calificó) para restituir el modelo empresarial de desarrollo, inspirado en los viejos conceptos del neoliberalismo.

A inicios de su gestión, el gobierno de Moreno creó el Consejo Consultivo Productivo y Tributario, que tuvo efímera vigencia. Para julio (2017) el primer panorama quedaba en claro: dinamizar al sector de la construcción mediante la revisión de la "Ley de Plusvalía"; incentivos a la inversión con ingreso de divisas; impulso al "dinero electrónico"; austeridad en el gasto público y reducción de inversiones. Un mes más tarde se anunciaron otras medidas de austeridad y en octubre se acordó un nuevo paquete, que incluyó la exoneración del Impuesto a la Renta (IR) para ciertos segmentos de emprendedores, proyecto para suprimir el anticipo de ese mismo impuesto a favor de las empresas, eliminación del impuesto a las tierras rurales, y una declarativa "guerra" al contrabando y a la evasión tributaria. Pero solo en abril de 2018 se anunció el esperado "plan económico", que se basaría en 4 ejes: estabilidad y equilibrio fiscal, reestructuración del Estado incluyendo la supresión de algunas empresas públicas, sostenibilidad de la dolarizacion y equilibrio del comercio externo, y reactivación productiva centrada en la revisión tributaria. No hubo claridad sobre las medidas concretas a ejecutarse.

En todo caso, son dos los instrumentos de mayor repercusión para la vida económica del Ecuador: el primero es la "Ley Orgánica para el Fomento Productivo, Atracción de Inversiones, Generación de Empleo, y Estabilidad y Equilibrio Fiscal" (R.O., Año II, No. 309, martes 31/08/2018 - (<https://bit.ly/2A0zezL>), que fue iniciativa del Ejecutivo. Contempló la "remisión" (perdón) del 100% de intereses, multas y recargos sobre obligaciones "tributarias o fiscales", sujetas a recaudación del SRI; otras remisiones especiales; exoneración del Impuesto a la Renta (IR) para las nuevas inversiones productivas, que pueden llegar hasta 20 años. De acuerdo con la Unidad de Análisis y Estudios de Coyuntura del Instituto de Investigaciones Económicas de la Universidad Central (<https://coyunturauceiie.org>), esta ley da beneficios extraordinarios a los empresarios y perjudica los ingresos tributarios del Estado. Además, de acuerdo con el "Observatorio de la Dolarización" (<https://bit.ly/2LBC2at>) y sobre la base de cifras del SRI,

las 500 mayores deudas al fisco suman U$ 1.363,5 millones y las 500 mayores deudas impugnadas U$ 2.937,6 millones. Solo en deudas por impuestos (sin considerar intereses) el sector privado debe al Estado U$ 4.291,1 millones.

El segundo instrumento es el "acuerdo ampliado" o carta suscrito por Ecuador con el Fondo Monetario Internacional en marzo de 2019 (<https://bit.ly/2YnejCi>). En cuanto a las políticas a ser observadas por el país, no hay ninguna diferencia con las otras 16 cartas suscritas entre 1983 y 2003, pues reviven los mismos propósitos ideológicos, las mismas intencionalidades económicas y sociales, los mismos objetivos del modelo empresarial que rigió durante las dos décadas finales del siglo XX y los inicios del XXI. En definitiva, los compromisos se reducen a: achicar el tamaño del Estado y sus capacidades económicas; privatizar bienes y servicios públicos; disminuir la "masa salarial" en el Estado (despedir trabajadores públicos); revisar el sistema tributario a favor del sector empresarial; flexibilizar las relaciones de trabajo; alentar el mercado libre y las inversiones privadas.

Lo que llama la atención es que un extenso documento de 115 páginas del FMI titulado "Staff Report for the 2019 Article IV Consultation and Request for an Extended Arrangement Under the Extended Fund Facility – Pres Release; Staff Report; and Statemene by the Executive Director for Ecuador" (<https://bit.ly/2Wfs97H>), señala, entre otros datos, que en 2019 la economía ecuatoriana decrecería en 0.5% y para 2020 solo crecerá al 0.2%; en tanto la tasa de crecimiento en 2021 será del 2.7%, pero en 2022 del 2.3%; y, además, el desempleo crecerá del 3.75% en 2018 al 4.3% en 2019 y al 4.7% en 2020. (Ver: *El Comercio*, (<https://bit.ly/2Yf59ru>). Es decir, una economía en recesión, de la mano del mismo FMI.

Las reacciones sociales contra el giro económico y las políticas de Estado progresivamente fueron aumentando. Desembocaron en el levantamiento indígena y popular de octubre de 2019, que impidió la subida de los combustibles al menos en forma temporal, amenazando con extenderse y lanzar nuevas protestas. El régimen, al mismo tiempo

que acusó a los "correístas" de haber abanderado la violencia desatada y la destrucción de bienes públicos, también criminalizó esa movilización y varios dirigentes están bajo investigación de la fiscalía y sujetos a la posibilidad de ser enjuiciados.

Pero todas las previsiones han quedado cortas ante la presencia de la pandemia mundial del coronavirus extendida en todo el mundo desde inicios del 2020.

El brote de los primeros contagios ocurrió en Guayaquil, ciudad de la costa ecuatoriana, en la que se evidenció una caótica situación, las insuficiencias en la atención médica y el estado de pobreza generalizado, frente a la opulencia de una poderosa oligarquía que ha controlado el Municipio bajo la hegemonía del Partido Social Cristiano, desde la década de 1990. La extensión de la pandemia obligó al gobierno a decretar, el 12 de marzo, la cuarentena e incluso el toque de queda en varias ciudades.

Pero el país ha puesto en evidencia una serie de condiciones que han impedido atender la emergencia sanitaria en la forma médica y social que la ciudadanía habría anhelado.

Cuenta, ante todo, el camino económico adoptado por el gobierno de Lenín Moreno. Al privilegiar los intereses de las elites empresariales, disminuyeron las capacidades regulatorias del Estado, la eficiencia de sus servicios públicos y particularmente en el área de la salud, se recortaron o suprimieron las inversiones públicas en nuevas infraestructuras hospitalarias o de atención preventiva, incluso disminuyó el presupuesto destinado a salud (<https://bit.ly/30PKUUA>), y desde tiempo atrás se continuó con la reducción del gasto a través de la desvinculación de funcionarios públicos, entre los que se hallan miles de médicos y otros profesionales de la salud. Al estallar la crisis del coronavirus el sistema nacional de atención y las capacidades médicas fueron sobrepasadas, a tal punto que, en los informativos internacionales, la escalada de los contagios y de las muertes han sido destacadas como un ejemplo de cómo no se debe atender la pandemia y Ecuador

ha sido colocado entre los países con mayores índices de víctimas en el contexto de los países latinoamericanos.

Un país que en tres años no ha sabido como solventar estructuralmente el problema de la recesión económica, al confiar exclusivamente en las leyes del mercado, en las virtualidades supuestas de la empresa privada, en las políticas de fomento y competitividad para el sector empresarial, y en los recursos condicionados por el FMI, se encontró, de repente, con la necesidad de liquidez y enormes recursos de los cuales se carecía, incluso porque, en medio de la pandemia, se prefirió cumplir con el pago regular de la deuda externa y negociar con los tenedores de bonos en condiciones favorables para ellos. No hay dinero, en un país dolarizado. Desde hace meses atrás se acumularon deudas con contratistas internos, a quienes no se ha podido cancelar; además, se ha postergado el pago de sueldos en distintas esferas del sector público, ocasionando reacciones y quejas. Al estallar la pandemia, la falta de recursos para investigación científica, para exámenes y otros requerimientos médicos, o para la atención hospitalaria, dio cuenta de la angustiosa estrangulación estatal, incapaz de cubrir una emergencia sanitaria inédita en el país y en el mundo.

Se une a ello el hecho de que, al descontinuarse la construcción de una economía social, para retomar el camino empresarial y neoliberal, evidentemente se incrementó la población desocupada y subocupada, a la que se suman los miles de trabajadores despedidos tanto en el sector público como en el privado. Las estadísticas oficiales del Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (INEC) ha comprobado con sus datos esa situación. En tales circunstancias, imponer una cuarentena obligatoria y radical pudo hacerse solo en ciertos segmentos de las poblaciones urbanas, pero otros sectores rompieron pronto con esa forzada reclusión, debido a que, para sobrevivir, tuvieron que volver a las calles o abrir sus pequeños negocios, pues sin recursos económicos y literalmente encerrados, los pobladores pobres enfrentaron un dilema existencial: o se muere por el contagio, o se muere por la falta de ingresos diarios para el sustento personal y el de la familia. Eso ha servido

para que en las mismas esferas de la autoridad pública se hable de "indisciplina" ciudadana y se inculpe a la población del alarmante contagio ocurrido desde las primeras semanas.

En medio de la pandemia, la presión empresarial para que no se "cierre" la economía, condujo a la aprobación de la "Ley Humanitaria" (<https://bit.ly/3amlwce>) que garantizó la flexibilidad laboral soñada por las cámaras de la producción, aunque consideradas insuficientes por este mismo sector. Abrir la economía a cualquier costo parecía haberse convertido en urgencia por sobre las consideraciones de la vida humana, lo cual obligó a pronunciamientos médicos que cuestionaron las políticas de salud que se han adoptado, como fueron las que realizaron investigadores y académicos de la Pontificia Universidad Católica del Ecuador y la Universidad UTE en Quito.

Tampoco han sido transparentes las estadísticas (<https://bit.ly/3fLAv09>), aunque el gobierno ha sostenido que aquello que circula como cuestionamiento a su labor a través de las redes sociales se debe a "fake news", a los "troles" y a los "correístas". Pero algunos académicos que han seguido el tema dan cuenta que los contagios ya se elevan a unas 100 mil personas y que la mortalidad podría bordear el 10%, lo que haría de Ecuador uno de los países con mayores índices. Ha resultado paradójico que en medio de las acusaciones y la palabrería que le rodea, mientras se sufre una pandemia sin precedentes, la ciudadanía se entere del reparto político de la administración de hospitales públicos y otros caos de corrupción, que involucran a "notables" (<https://bit.ly/3kBtvH1> // <https://bit.ly/31J8JfT>), en una trama digna de cualquier documental sobre "mafias", que tampoco ha podido ocultar aquella prensa comprometida en la defensa y sostenimiento del "morenismo".

A estas alturas resulta imposible que las políticas de Estado y el modelo empresarial y neoliberal, también avalado por el FMI, vayan a cambiar. Inútil pedir que al menos se observen las recomendaciones que permanentemente ha venido realizando la CEPAL, no solo para que se abandonen los modelos tradicionales y se busque la construc-

ción de economías sociales que privilegien la atención a los más necesitados y no a las elites concentradoras de la riqueza. En contraste, de acuerdo con una reciente investigación, la concentración de la riqueza en Ecuador, en plena pandemia, es la mayor de la historia nacional en los últimos 20 años (<https://bit.ly/3lcSKQg>).

En consecuencia, lo que la mayoría de ecuatorianos y ecuatorianas advierte es que las elecciones de febrero del 2021 podrían servir para lograr un gobierno que redefina el poder público y con ello recobre las capacidades del Estado para imponer el interés nacional sobre los intereses privados. En esa perspectiva, Ecuador vive, en estos momentos, un agudo proceso de definición de candidaturas y disputas políticas internas para asegurar las posiciones electorales.

En la sociedad hay un clima de protesta y reacción retenido por la cuarentena y que ha buscado expresarse a través de las redes sociales. Es una especie de bomba de tiempo que no se sabe cómo podrá estallar. Por lo pronto, las elecciones para un nuevo presidente, vicepresidente y asambleístas, acumula fuerzas que se han polarizado: de una parte, las derechas económicas y políticas que pretenden mantener el modelo empresarial-oligárquico restituido durante los últimos tres años y medio; de otra, el amplio sector de la nueva izquierda y el progresismo, que anhela la reversión de semejante camino, para retomar la construccion de la economía social, la reinstitucionalización del Estado, la restauración de la juridicidad y de los derechos individuales y colectivos.

Agosto, 2020

LOS PUEBLOS INDÍGENAS DE LA SIERRA NEVADA DE SANTA MARTA: ENTRE LA PANDEMIA (COVID-19) Y LA PRESENCIA DE LOS GRUPOS ARMADOS ILEGALES, TIPO PARAMILITAR, EN EL DEPARTAMENTO DEL MAGDALENA – COLOMBIA –[*]

Lerber Dimas

Foto: Lerber Dimas. San Andrés de los Koguis, 2020.

Desde antes de iniciar la Pandemia habían surgido algunos debates importantes por los conflictos socioambientales y la función de referente el POTP[1] (Plan de Ordenamiento Territorial Paramilitar) que se venía impulsando a sangre y fuego dentro de los territorios ancestrales. Entendemos por conflictos socioambientales "aquellos ligados al acceso y control de los bienes naturales y el territorio, que suponen, por parte de los actores enfrentados, intereses y valores divergen-

[*]DOI – 10.29388/978-65-86678-07-9-0-f.221-240

[1] El concepto POTP., es una teoría que se viene desarrollando a partir del fenómeno de reconfiguración de los actores armados en la Sierra Nevada de Santa Marta. Se trata pues de una apropiación de los espacios y de los territorios para el control a partir de la fuerza y así multiplicar y sostener el poder y la sujeción a través de los aparatos miliares ilegales.

tes entorno de los mismos, en un contexto de gran asimetría de poder" (Svampa, 2014).

El POTP., busca reapropiarse de las tierras y de los recursos naturales para financiar su aparato delictivo; es lo que se denomina el "Oro Verde[2]" y por supuesto, las comunidades indígenas quedan atrapadas allí en medio de una desbalanceada pugna de poder en el que los violentos se imponen. Desde el 2006, luego de la desmovilización paramilitar en la SNSM., se inició la apertura de espacios para la explotación turística lo que ha modificado las conductas sociales y va en contrapeso de la autonomía de los pueblos indígenas. La salida de los paramilitares del territorio abrió inmensas posibilidades entorno al turismo ecológico. El problema surge en virtud de que los más de 40 años de paramilitarismo sostenido que dejaron a los exparamilitares como dueños absolutos de muchas tierras y un control total del territorio y que las tierras, de mayor fortaleza para el ejercicio de esta explotación a gran escala, están dentro del resguardo Kogui-Malayo-Arhuaco y dentro del área de protección del Parque Nacional Natural Sierra Nevada de Santa Marta.

La importancia y el atractivo singular, en efecto está en su naturaleza. Así lo describe Margarita Serje en un artículo publicado en la revista Antípoda en 2008:

> Para los colombianos, el paisaje ha sido históricamente, uno de los principales atributos con los que identificamos el orgullo nacional. Nuestra "prodigiosa geografía" y la "voluptuosidad de su naturaleza tropical" han sido valoradas en los términos poéticos de la tradición europea pictórica del paisaje que responde a intereses tanto estéticos como instrumentales (Tomas 1983, Berque 1994, Roger 1977). [..] Más recientemente otro expresidente señala que nuestra geografía "brinda a los ojos asombrados del observador una extraordinaria selección de nevados, selvas, ríos, caídas de agua y atardeceres que envidiaría el pincel de los grandes pintores de la historia (Serje, 2008).

[2] El Oro verde es una categoría que da cuenta de todas las formas de explotación de los recursos naturales sin distinción. Un aprovechamiento masivo incluso de áreas protegidas, parques naturales y resguardos.

Desde lo local, se está ausente de los debates que impliquen un estudio riguroso sobre la presencia efectiva del paramilitarismo en el departamento y su afectación a las comunidades indígenas –pese a que estas recibieron una fuerte carga violenta a gran escala- y que, pese a que después de la salida de los grupos tipo paramilitar de sus territorios (postconflicto), lo que implicaba mecanismos de restitución de derechos y estabilización de los territorios, la realidad ha sido contraria. "Entre el 2006 y lo que va corrido del 2020, han pasado 13 Grupos Armados Ilegales y en la actualidad, dos sostienen disputas por el control territorial" (*c.f.* Revista Semana, 2019).

Asimismo, es de lamentar, el pasado reciente en actuaciones que van desde el asesinato de los líderes espirituales como el del pueblo arhuaco: Mamo Mariano Suárez Chaparro, en hechos ocurridos en la cuenca del rio Aracataca (OMCT, 2004); el asesinato del hijo el gobernador Kogui a razón de que su padre, José de los Santos Sauna: "quería diseñar unas políticas públicas indígenas sobre medio ambiente y crecer como guardián de las montañas, la flora y la fauna (ONU, 2004) y las decisiones que tuvo que tomar la Corte Constitucional para amparar y proteger a los pueblos indígenas, "Las cifras de homicidios selectivos dentro de las comunidades indígenas en la última década, son manifiestamente sobrecogedoras. En cada uno de los pueblos estudiados en detalle por la Corte se han presentado" (Corte Constitucional de Colombia, 2009).

El departamento del Magdalena tiene los siguientes asentamientos mayores (Koguis, Arhuacos y Wiwas): Kemakumake, Klabangaga, Mutainz, Koskungena, Wimake, Jiwa, Bunkuímake, Vunkuagueka, Koskungungena, Mamarango, Serankua, Gotsezhi, Tolezhi, Rumangaga, Kankawarwa, Muñimaque, Kuntumsama, Vindiwa, Mañinke y Umake; entre otros y adicional a un centenar de fincas y pequeños sitios donde se han venido ubicando. En lo que corresponde a la zona montañosa. En las planicies, los Chimilas en Ette Buteriya y Naara Kajmanta. En resumen, en el departamento del Magdalena, nos encontramos con los Wiwas, Koguis, Arhuacos, Chimilas y los Kankua-

mos. Esto sin contar con la presencia de otras comunidades que han llegado producto del desplazamiento y otras formas de apropiación del territorio, como lo son los Wayuu, los Yuko Yukpa y los Embera.

> "Aunque la mayor concentración de indígenas en el departamento del Magdalena se encuentra en los municipios alertados, es evidentemente minoritaria. Específicamente en Aracataca, Ciénaga y Santa Marta, se distribuye el resguardo Kogui-Malayo-Arhuaco compartido en el Magdalena por Wiwas o Arzario (483 personas)[39], Arhuacos o Iku (4.063 habitantes)[40] y Koguis o Kággaba (1.565 personas)[41], y en Fundación el Resguardo Arhuaco de la Sierra. También encontramos en el corregimiento de Gaira, en el sector de Puerto Mosquito un asentamiento de 98 indígenas Chimilas, y un número indeterminado de indígenas Wayuu y Yukpa en condiciones de indigencia, provenientes de Venezuela y del departamento del Cesar, desplazados de la Serranía del Perijá a causa del conflicto armado" (SAT, 2019).

Sin embargo, la problemática mayor recae sobre los asentamientos en las montañas del departamento donde se intensifica la presencia de los actores armados que, desde el 2006, buscan reconfigurar el territorio, cambiar la vocación y frenando procesos legítimos de restitución de derechos, expansión y soberanía; lo que se conoce como el "Oro Verde" que hace parte de la estrategia del POTP.

El Oro Verde dentro de una línea estratégica del POTP

La CIDH., ha recibido constantes denuncias que indicarían que: "por motivos vinculados a los intereses de terceros en las tierras y territorios indígenas o tribales, los Estados no estarían cumpliendo con su obligación de reconocer, titular, delimitar, y demarcar estos territorios […] los Estados estarían faltando a su obligación de sanearlos y protegerlos frente a terceros" (CIDH., 2015).

En el caso concreto de la SNSM., estos terceros son los Grupos Armados Ilegales, tipo paramilitar que se vienen reagrupando en el territorio. La Defensoría del Pueblo, a través del Sistema de Alertas Tempranas ubica como escenarios de riesgo esta problemática en dos comunicados: AT 045-18 y AT 044-19 sin que a la fecha exista precisión sobre un reporte de tranquilidad.

El Oro Verde es pues el negocio por el cual se disputa parte del control de la SNSM. "A pesar del potencial económico de la región, una de las principales fuentes de financiación de los grupos armados ilegales así como de las estructuras criminales, tiene que ver con lo que se ha denominado el Oro Verde, es decir la industria del turismo" (SAT, 2018).

En medio de este afán desmedido, quedan las comunidades indígenas que son quienes poseen este tipo riqueza. "Andan preguntando qué cuánto ganamos, qué recursos manejamos y nosotros no tenemos dinero, nuestra misión es conservar y proteger la Sierra Nevada" (Seguimiento, 2019). Solo por enumerar un punto: Parque Arqueológico Teyuna o Ciudad Perdida cuyo control está en manos del paramilitarismo y la zona de la Lengüeta, donde el año pasado fue asesinado un funcionario del Parque Nacional Natural Sierra Nevada de Santa Marta (Parques Nacionales Naturales de Colombia, 2019), dos ambientalistas y en lo conocido como la zona de amortiguación del Parque Nacional Natural Tayrona (*c.f.* El Tiempo, 2019), un defensor de ambiental y de Derechos Humanos (El Espectador, 2020). "A pesar de que sobre varias comunidades indígenas de la Sierra Nevada de Santa Marta pesan medidas especiales de protección, los grupos armados que delinquen en esa región del Caribe colombiano continúan atacando a pueblos como los Kankuamos, Wiwas y Arhuacos" (VerdadAbierta, 2009). Crímenes que siguen sin respuesta y en medio de total impunidad.

Pese a que la situación de vulneración es similar en los tres departamentos, en lo que corresponde al del Magdalena la problemática se agrava por la pluralidad de los actores; es decir, cada año (más o

menos) en esta etapa de postconflicto –a partir de 2006- han existido 13 disputas territoriales con igual número de actores ilegales que han desplazado, asesinado y se han posicionado: "La situación en la Sierra Nevada es más compleja y la comunidad también denunció que se han presentado amenazas en otros lugares del territorio. Señalaron que en enero el pueblo Kogui denunció que el mamo Francisco Gil recibió amenazas por parte de paramilitares que habían llegado a sus territorios; por su parte, la comunidad Wiwa denunció persecución debido a la defensa de sus territorios" (El Espectador, 2017).

De modo que la nueva configuración del POTP., cuya estrategia hace parte de visión territorial de los actores armados ilegales tipo paramilitar, busca, afanosamente, tomar todos los espacios que puedan ser objeto de comercialización turística. En la mitad de este impulso, están las comunidades indígenas y la soberanía que se ve vulnerada con la presión de las armas. Hasta el momento, las laderas de los ríos, las playas y las tierras altas (montañas) así como los sitios de potencial arqueológico, son los que están en la mira, lo que supone un riesgo a los sitios sagrados, la comunicación de los pueblos indígenas y su sistema cultural y de saberes.

> "Ese día venía caminando un indígena con un niño pequeño, como de 7 años. Era de noche y había buena luna para caminar. Yo sentí un ruido y desaseguré el fusil, apenas asomó le disparé y el indígena salió rodando por unos matorrales hasta caer por allá cerca de caño. El niñito se me quedó mirando y se devolvió corriendo. Yo no sé qué pasó con él pero al otro día, con mi comando sacamos al muerto y era Danilo; el indígena. Es que ellos transitan sin pedir permiso" y andan por los caminos como si fueran de ellos. No respetan leyes, ni fronteras, son como animales (García, 2018).

En resumen; el POTP., es un mecanismo de ordenamiento de los paramilitares, para controlar los espacios de interés y potencial turístico y a partir de allí sostener una renta criminal bajo el imperio de la extorsión, la venta de fincas y el control del territorio, sin ninguna

distinción. Esto tiene dos implicaciones importantes: sostener la hegemonía de la violencia que ha imperado desde mediados de los años 70 y fortalecer el dominio de la fuerza y la sujeción a partir del uso de las armas y las implicaciones que trae consigo los modelos totalitarios como el paramilitarismo, dentro de un modelo, que además es cíclico y que se ha venido repartiendo de generación en generación a través de la herencia.

Foto: Lerber Dimas. La Casa de la Montaña, 2020.

El crecimiento y el fortalecimiento de estos grupos armados ilegales –tipo paramilitar- en el Caribe Colombiano, no solo supone una amenaza constante para los pueblos indígenas sino para la población en general debido a la carga violenta que imprimen sus acciones; el referente de su pasado reciente y, las miles de víctimas que hasta la fecha no han sido reparadas por el Estado Colombiano. Los dos actores de mayor importancia son: Las Autodefensas Gaitanistas de Colombia "En la actualidad son el actor armado ilegal con mayor presencia en el Caribe colombiano (todos los departamentos continentales) por medio de alianzas con estructuras locales" (Trejos, 2020). Le siguen las Autodefensas Conquistoras de la Sierra, "en la práctica, las

ACSN (antes Pachencas) funcionan como el brazo armado de la Oficina Caribe, que fue creada por Hernán Giraldo con apoyo de la Oficina de Envigado, meses antes de la desmovilización del Bloque Norte de las AUC" (Trejos, 2020) y otros movimientos violentos que por la composición de la SNSM., (une tres departamentos) no dejan de ser de preocupación como las guerrillas (EPL y ELN); las dicidencias de las FARC-EP.

El sitimiento de los actores supone una amenza para los pueblos indígenas. Su llegada y reacomodamiento hace parte de la realidad. "En el más reciente informe del Centro de Pensamiento UnCaribe de la Universidad del Norte se advierte de la presencia principalmente de tres grupos armados organizados en cuatro departamentos y en el Atlántico a través de la tercerización del accionar, que se han reconfigurado a raíz de la pandemia del COVID-19 (Caracol Radio, 2020).

El Covid-19 y las comunidades indígenas

El 20 de marzo de 2020, el gobierno nacional en cabeza del Presidente de la República, Iván Duque, en alocución, decretó el inicio de la cuarentena en todo el país a partir del 24 de marzo. Hasta ese momento solo se tenía conocimiento de la letalidad de la enfermedad y su propagación, lo que implicó todo un protocolo interno de atención y de protección dentro de las comunidades indígenas. Protocolos que siguen activos, lo que ha permitido, de alguna manera, tener un control sobre la pandemia; sin embargo, entramos ahora al quinto mes y la situación (soberanía alimentaria, economía, enfermedades tratables, etnoeducación y procesos legales de defensa del territorio) se agravan.

En el departamento del Magdalena, lo que corresponde a esta cara de la montaña, -la SNSM- tiene tres caras: una por la Guajira, otra por el Cesar y la del Magdalena-, no se ha registrado, todavía, el primer caso confirmado de Covid-19. Sin embargo, al interior de las mismas comunidades empezaron a surgir debates importantes que van un

poco más allá de la enfermedad: las implicaciones; el manejo de los recursos naturales, el espacio, la soberanía y la cultura. Además del tema alimentario, que implica un nuevo modelo. Las comunidades indígenas basan su soberanía alimentaria en cultivos de siembra tipo circular, lo que implica un constante movimiento dentro de sus territorios. Al tener limitada la movilidad, se empiezan a generar problemas.

> Ellos siembran acá un cultivo y se van, lo dejan ahí y se van para otro extremo y allá siembran otro, después se vienen comiendo y volviendo a sembrar. Un mes están aquí, otro en Siberia y el otro en Fundación y así se la pasan todo el año. Dependen de los cambios climáticos para sembrar ya sean cultivos en tierra fría cultivos en tierras más calientes (Osorio, 2009).

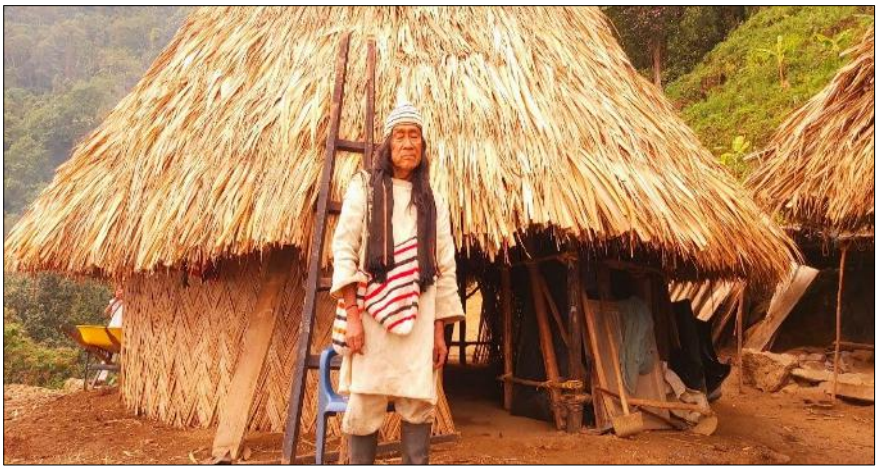
La SNSM., es un triángulo que hacia las partes altas permite la comunicación, a través de caminos de herraduras, entre los tres departamentos. Esto es importante para poblaciones indígenas, no solo por la soberanía alimentaria sino por los sitios sagrados y los sistemas de pagamentos que hacen parte viva de la cultura y del equilibrio. Las fronteras entre los indígenas se pierden cuando el interés comunes los sobres ponen.

> Los espacios o sitios sagrados son zonas interconectadas en las que se encuentran los códigos ancestrales de la Ley de origen de los cuatro pueblos indígenas de la SNSM. El sistema de espacios sagrados corresponde a elementos perceptibles y visibles que se conectan con los principios espirituales mundo y origen de la vida, siendo por ello un elemento esencial la integridad territorial, étnica y cultural de estos cuatro pueblos y que determina así mismo sus normas, su gobierno propio y su ordenamiento tradicional del territorio.
>
> Dichos espacios se constituyen e interrelacionan de distintas maneras dentro del territorio tradicional y ancestral de la Línea Negra –seshizha- y a su vez se encuentran interconectadas con el resto del mundo y del universo. Estos espacios, los Mamas ejercen el cumplimiento de los mandatos de la Ley de Origen, cumplen con los pagamentos, las con-

> sultas ancestrales o la recolección de materiales de uso tradicional. Este sistema se conforma por los espacios sagrados de la Línea Negra que son el tejido de los ecosistemas de mar, río y montaña, junto con sus recursos naturales renovables y no renovables que están asociados al mismo de manera ambiental, cultural y espiritual. Por lo anterior, dicho sistema es en sí mismo el territorio tradicional y ancestral (República de Colombia. MInsiterio del Interior, 2018).

De modo que la principal adversidad está en la movilidad que implica comunicación, que se funda incluso, en el decreto del Ministerio del Interior y que es vital para la armonía y el equilibrio espiritual en que se mantiene la cultura Kogui.

Otro factor determinante es la edad. El Consejo Tradicional de Autoridades Koguis, por ejemplo, son personas con edades superiores a los 90 años, lo que implica un cuidado extremo ante esta enfermedad; asimismo, los mamos, cuyas edades oscilan entre los 80 y los 100 años. Es bien conocido que la enfermedad ataca con mayor fortaleza a los longevos. "Lo que más les preocupa es la salud de los mamos, todos de avanzada edad, quienes son los que tienen un riesgo alto de morir por causa de la covid-19. Perder a uno de estos líderes sabios sería considerado un desastre" (El Tiempo, 2020).



Fuente: Lerber Dimas, 2020.

El 4 de agosto de 2020 se confirmó el primer caso positivo de Covid-19 en el pueblo Kogui: el Cabildo Gobernador del Resguardo indígena Kogui–Malayo–Arhuaco, José de los Santos Sauna limaco, dio positivo y, dos días después, el 6 de agosto, murió a causa de la enfermedad. La primera muerte de una de las máximas autoridades y la representación política del pueblo Kogui. El encargado de todos los temas de gobernanzas; de unir a los pueblos y ser el puente entre las necesidades del pueblo Kogui con los entes administrativos. Una pérdida incalculable para los procesos sociales y la representatividad.

Esta nueva implicación, en el plano de lo convencional, exige medidas de protección de la cultura viva que está representa en el modelo de autoridad del mamo y la espiritualidad del Consejo de Autoridades Tradicionales cuya misión es: "organizar en pensamiento, defender, promover y conservar la vida, la naturaleza, los euzamas, los sitios sagrados y la línea negra, para mantener la unidad colectiva, el orden ancestral del territorio, como fue establecido desde la ley de origen y el gobierno propio" (Semana, 2020). José de los Santos, al momento de ser diagnosticado con la enfermedad, tenía varios días de estar en reuniones con su pueblo lo que indica que se debe activar el cerco epi-

demiológico y hacer pruebas para verificar el posible caso de personas contagiadas.

En su momento, las primeras medidas autónomas que tomaron las comunidades indígenas fue cerrar para blindar su territorio, para ello enviaron una carta al presidente donde pedían de manera explícita:

> "Nos pronunciamos a la población no indígena con el fin de que se restrinjan y controlen la entrada a las comunidades indígenas, (de) las actividades turísticas, migraciones y demás actividades que puedan afectar nuestra salud, dentro del resguardo kogui malayo arhuaco, cuencas de los ríos Ranchería, Tapias, Jerez, Palomino, Garavito, Santa Clara, Rioancho, Buritaca, Guachaca, Mendihuaca, Guatapurí (San José de Maruamake), Tucurinca, Suribaka y río Don Diego, Gaira, Manzanares, Piedra, Toribio, Córdoba, Río Frío, Sevilla, Fundación, Ariguaní y Aracataca" (Semana, 2020).

Fue así como se prohibió el ingreso a zonas donde había presencia de comunidades indígenas, zonas de parques nacionales y se empezó a limitar la comunicación entre los diferentes pueblos indígenas de la parte alta de la SNSM. Este fue el primer paso. Una segunda medida, fue pedir apoyo al gobierno nacional, departamental y municipal, ayudas alimentarias para solventar la crisis. Al no poder movilizarse a otras regiones donde estaban los cultivos, se limitó y se puso en riesgo la soberanía alimentaria. "dada la parálisis de sus actividades y la suspensión de intercambios con la zona urbana, las provisiones que tenían están por terminarse y urgen las ayudas del Estado" (El Tiempo, 2020). Sin embargo, este problema traía a su vez tres problemas adicionales.

La primera de ellas es que algunas comunidades quedaron atrapadas en fincas y pequeños asentamientos. A algunos de estos no llegaron las ayudas puesto que normalmente llegan a pueblos de mayor cantidad de personas y las distancias son enormes; la segunda es la comunicación, que por efecto del invierno en esta zona montañosa, se

dificulta y la tercera, lo que se conoce como priorización o familias priorizadas, que para efecto del Covid-19 se basó en la base de datos del Sisben y parafraseando a William Villa en Violencia política contra los pueblos indígenas en Colombia (1974-2004): "La historia reciente de los pueblos indígenas que habitan en Colombia está determinada por eventos. Uno es el paulatino reconocimiento que la sociedad y el Estado asumen respecto a la condición de estos como sujetos de derecho" (Villa, 2005) lo que implica una visión poco humanista hacia ellos, donde se alude, equivocadamente, que gozan de mejores condiciones.

Pese a todas estas adversidades y preocupaciones los pueblos indígenas de la SNSM., han interpretado la emergencia y la han sobre llevado a partir de sus conocimientos medicinales ancestrales y por su puesto: dar una explicación sobre lo que ocurre.

> "hay un conocimiento ancestral donde comienza todo": Primero se hace una armonización espiritual y pagamentos a los sitios sagrados en todas las comunidades indígenas a lo largo y ancho del país, donde se le pide permiso a la Madre Tierra para manejar el virus y para que llegue la sanación. Luego el uso de plantas propias y de autonomía y soberanía alimentaria cuando se genera un "desequilibrio" en el cuerpo. Las plantas amargas se usan para hacer los rituales, o las plantas dulces para baños y armonizaciones.
>
> Los tratamientos de la medicina tradicional, "que se conjuga con el intercultural" hay un tipo de plantas y medicamentos específicos para cada estadio de la enfermedad.
>
> Por ejemplo, cuando las personas no tienen el virus o son asintomáticas, además de las recomendaciones generales, pueden tomar un té o infusiones de una planta conocida como primavera. O cuando se presentan síntomas leves, se hacen vaporizaciones con eucalipto, hoja de naranjo, limonaria o jengibre en agua panela caliente, que "ayuda a fortalecer el sistema inmunológico".
>
> Luego, ante una "simple gripa o infección respiratoria aguda" se utilizan antibióticos naturales como el ajo, la cebolla, el eucalipto, el orégano, romero, ortiga, equinácea, limón, propóleo o vinagre de manzana.

> Después, cuando las personas empiezan a sentir síntomas del virus, como dificultad respiratoria o dolor de garganta, empieza un tratamiento en el que "se tienen que hacer gárgaras de bicarbonato con limón o limón con ajo, molido en agua, y vaporizaciones con cordoncillo o matico, yerbamala, manzanilla, yerbaluisa, eucalipto" y medicamentos como aspirinetas y naproxeno.
> "Aquí la medida que se toma es el aislamiento preventivo en casa, pero como en nuestras comunidades no hay cuartos separados, sí se debe disponer en una maloka o un sitio apartado y que otra persona le pase los alimentos" (Fondo para el desarrollo de los Pueblos Indígenas de América latina y el Caribe, 2020).

Finalmente, dentro de toda la cosmovisión indígena está el paso más importante: contribuir con el equilibrio natural. Para esto el mamo Arhuaco Gabriel Torrez Mejía indica:

> "Nosotros hicimos una consulta, una consulta propia y es por mucha gente en las guerras y en las guerras hay diferentes pensamientos negativos, envidias, egoísmos y todo eso queda en el aire. Entonces, por el aire, se trasmite el coronavirus. Primero, está llegando muchos cambios climáticos y otros, el nevado se está acabando, madre de aguas, nieve y otro, se están secando las quebradas. No se está defendiendo nuestra madre tierra, nuestra madre aires, nuestra madre de las lluvias, de los árboles, si se defiende eso, un poquito va a calmar el Coronavirus.
> -Ustedes, ¿cómo se están protegiendo?
> Hay que cancelar las cuentas a nuestra madre y el espíritu y el pensamiento, del de uno, del cuerpo. Hay que curar primero, agua, el aire, en la tierra, en las nubes, el sol. Si no se cura eso, nosotros, solamente lavando manos y saludando así, no se va el coronavirus. Los que tienen enfermedad son papas: el sol, la luna, estrellas y comidas y árboles y aguas.
> Nosotros conocemos eso, y lo reconocemos, entonces lo que vamos a hacer, le sirve a todo el mundo.
> Todos, sean blanco, negros, indígenas, ¿con qué viven? Con el sol, el aire, el agua, entonces primero hay que sanar eso, cuidado se muere eso porque nosotros no aguantamos, ahí no vale ni comida ni medici-

na. Nosotros, antes de los viejos sabios vivían, curaban eso, en esa época no había enfermedad. A mí mi papá y mi abuelo, me enseño eso. Entonces yo hice una consulta y bueno, hacer un trabajo espiritual allá para que quede algo, sea para el blanco, para el negro. A todos les sirve ahorita. Entonces ser humanos y la sangre es uno solo.
Mamo, ¿cómo curamos todo?
Eso para mí, yo lo veo por pensamiento y hacer cargas y cancelar las cuentas. Hay que pagar por todo el pensamiento negativo, todo negativo pensamiento, que no es de uno sino de otros, pero todo ese pensamiento tiene que hacer pagamento primero y después llamar a los buenos y darles comida, ayúdame, hay que decir eso. Para vivir más profundo como origen. Hay que compensar a la madre tierra por todos los daños que durante tantos años le hemos hecho" (Torrez, 2020).

Fuente: Lerber Dimas. Mamo Gabriel Torrez, cuenca del río Frío.

A modo de conclusión.

El Covid-19 afecta gradualmente a las poblaciones indígenas porque están en medio de un desafortunado proceso de rearme de los grupos paramilitares. No solo están sitiadas sino que han venido siendo amenazadas y desplazadas de su territorio. De modo que no solo esta situación afecta sino que también la movilidad hacia los sitios sagrados, las zonas de cultivos, la intercomunicación con el mar y por su

puesto la etnoeducación que como lo advierte, Lorenzo Gil en un artículo titulado: ¿Qué está pasando con la etno-educación en los territorios indígenas? Y donde menciona siete problemas que el modelo enfrenta en la actualidad. 1 La poca correspondencia del servicio educativo con la realidad de los pueblos. 2 La inadecuada gestión administrativa. 3 La deficiencia infraestructura y dotación. 4 La no pertinencia de formación y capacitaciones de docentes. 5 La baja cobertura e ineficiencia. 6 La poca coordinación intra e interinstitucional y 7 La dispersión geográfica de la población objeto (Gil, 2018) ahora se suma la inasistencia de los niños a los salones de clases.

Preocupa enormente la posición Estatal en el manejo de las dos situaciones. En ninguna ha hecho lo que corresponde para frenar "la problemática y ayudar a enfrentar la pandemía. A la fechas la Organización Nacional Indígena de Colombia sigue exigiendo la entrega INMEDIATA de los apoyos humanitarios y los kits de bioseguridad a los pueblos y naciones indígenas y garantizar que la población escolar y estudiantil de los pueblos indígenas dentro y fuera de los territorios pueda continuar con sus proceso formativo" (Organización Nacional Indígena de Colombia, 2020).

Pese a las medidas tomadas, la enfermedad llegó y atacó parte de la columna vertebral del pueblo Kogui.

Referências

Caracol Radio. **Grupos armados se están reconfigurando en el Caribe tras pandemia**. Obtenido de: <https://caracol.com.co/emisora/2020/08/02/barranquilla/1596375502_839404.html>. Acesso em: 02 ago. 2020

Comisión Interamericana de Derechos Humanos. (2015). Derechos a la propiedad colectiva de los pueblos indígenas y tribales, así como de las comunidades afrodescendientes, sobre sus tierras, territorios y re-

cursos naturales. **En CIDH, Pueblos Indígenas, comunidades afrodescendientes industrias extractivas**. Lima: OEA. págs. 135-181

Corte Constitucional de Colombia, 2009. **Auto 004/09.** Obtenido de <https://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/autos/2009/a004-09.htm>.

El Espectador. (27 de Febrero de 2017). Indígenas de la Sierra Nevada denuncian presencia exparamilitar en sus territorios. **El Espectador.**

El Espectador. **El líder ambientalista Alejandro Llinás fue asesinado en zona rural de Santa Marta.** Obtenido de <https://www.elespectador.-com/noticias/nacional/magdalena/el-lider-ambientalista-alejandro-llinas-fue-asesinado-en-zona-rural-de-santa-marta-articulo-916427/>. Acesso em: 24 abr. 2020

El Tiempo. **La violencia que asola a Santa Marta tras asesinato de recién casados.** Obtenido de <https://www.eltiempo.com/colombia/otras-ciudades/investigacion-del-asesinato-de-pareja-de-ambientalistas-en-santa-marta-447336>. Acesso em: 22 dez. 2019

El Tiempo. **Indígenas de la Sierra Nevada claman ayuda humanitaria por cuarentena**. Obtenido de <https://www.eltiempo.com/colombia/otras-ciudades/indigenas-de-la-sierra-nevada-claman-ayudas-humanitarias-por-el-coronavirus-487234>. Acesso em: 22 abr. 2020

Fondo para el desarrollo de los Pueblos Indígenas de América latina y el Caribe. **La medicina tradicional con la que pueblos indígenas de Colombia hacen frente al COVID-19**. Obtenido de: <https://www.fila-c.org/wp/comunicacion/actualidad-indigena/la-medicina-tradicional-con-la-que-pueblos-indigenas-de-colombia-hacen-frente-al-covid-19/ >. Acesso em: 03 jul.2020

García, J. R. **Historias de la guerra en la Sierra Nevada de Santa Marta**. (L. Dimas, Entrevistador). Realizada em: 21 de Enero de 2018

Gil, L. **¿Qué está pasando con la etno-educación en los territorios indígenas?** Obtenido de <https://sociales.uexternado.edu.co/interacciones-

multiculturales/trabajos-comunitarios/que-esta-pasando-con-la-etno-educacion-en-los-territorios-indigenas/>. Acesso em: 22 ago. 2018

Margarita Serje. La invención de la Sierra Nevada. **Antípoda**, p. 197-229, 2008.

ONU. **Indignación en Santa Marta por asesinato de líder indígena.** Obtenido de Oficina del Alto Comisionado para los Derechos Humanos: <https://www.hchr.org.co/index.php/compilacion-de-noticias/53-victimas/5392-indignacion-en-santa-marta-por-asesinato-de-lider-indigena>. Acesso em: 17 out. 2004

Organización Mundial contra la Tortura. **Colombia:** Ejecución extrajudicial del líder indígena Mariano Suárez Chaparro. Obtenido de <https://www.omct.org/es/human-rights-defenders/urgent-interventions/colombia/2004/11/d17164/>. Acesso em: 19 nov. 2004

Organización Nacional Indígena de Colombia. **Boletín 010 Sistema de monitoreo territorial (SMT) - ONIC Información para proteger la vida y los territorios.** Obtenido de <https://www.onic.org.co/comunicados-onic/3761-boletin-010-sistema-de-monitoreo-territorial-smt-onic-informacion-para-proteger-la-vida-y-los-territorios>. Acesso em 8 abr. 2020

Osorio, I. **Campesinos de la Sierra Nevada de Santa Marta.** (L. Dimas, Entrevistador) Entrevista em: 4 mar. 2009.

Parques Nacionales Naturales de Colombia. **Parques Nacionales Naturales de Colombia lamenta profundamente y rechaza el asesinato de Wilton Orrego del PNN Sierra Nevada de Santa Marta.** Obtenido de <http://www.parquesnacionales.gov.co/portal/es/parques-nacionales-naturales-de-colombia-lamenta-profundamente-y-rechaza-el-asesinato-del-contratista-del-parque-sierra-nevada-de-santa-marta/> Acesso em: 15 jan. 2019.

República de Colombia. Ministerio del Interior. **Decreto No. 1500 del 6 de agosto de 2018.** Obtenido de <http://es.presidencia.gov.co/nor-

mativa/normativa/DECRETO%201500%20DEL%2006%20DE%20AGOSTO%20DE%202018.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2018.

La nueva guerra criminal por el control de la Sierra Nevada de Santa Marta. **Semana,** p.5-6., 2019

Seguimiento. **Grupos armados están extorsionando a indígenas en la Sierra Nevada**. Santa Marta, 2019.

Revista Semana. Recuperado el 28 de Junio de 2020, de Indígenas de la Sierra Nevada piden restringir entrada de turistas para evitar coronavirus: <https://sostenibilidad.semana.com/impacto/articulo/indigenas-de-la-sierra-nevada-piden-restringir-entrada-de-turistas-para-evitar-coronavirus/48965>. Acesso em: 13 mar. 2020

Sistema de Alertas Tempranas de la Defensoría del Pueblo. (2018). **Alerta Temprana No 045-18 A.I.** Bogotá: Defensoría del Pueblo.

Sistema de Alertas Tempranas de la Defensoría del Pueblo. (2019). **Alerta Tempana No 044 -19**. Bogotá: Defensoría del Pueblo.

Svampa, M. Consenso de los commodities y lenguaje de valoración en América Latina. En F. S. Ecuador, **Reflexiones sobre los límites del desarrollo (**págs. 25-43). Ecuador: Flacso, 2014.

Torrez, M. G. **Pueblos indígenas y Coronavirus**. (L. Dimas, Entrevistador) 4 de mayo de 2020

Trejos, L. F. **Situación de los actores armados en el Caribe Colombiano:** del orden armado a la anarquía criminal. Bogotá: Instituto Colombo-Alemán para la Paz -CAPAZ, 2020.

Verdad Abierta. **Los pueblos indígenas siguen en la mira de los grupos armados,** 2009. de <https://verdadabierta.com/los-pueblos-indigenas-siguen-en-la-mira-de-los-grupos-armados/>. Acesso em: 28 jun.2020

Villa, W. **Violencia política contra los pueblos indígenas en Colombia.1974-2004**. Medellín: Alto vuelo Editores, 2005.

EJEMPLOS DE CONJUNTOS DE MEDIDAS Y ESTRATEGIAS DE RESOLUCIÓN DE CRISIS PANDÉMICAS EN EUROPA Y LAS AMÉRICAS[*]

Christian Cwik
Stefan Rabitsch
Mark Stieger
Martin Gabriel

Introducción

Las epidemias son uno de los acompañantes constantes del hombre a lo largo de la historia. Su presencia no es, por lo tanto, algo nuevo ni fuera de lo normal. Los desafíos causados por ellas se remontan a la Antigüedad y pueden darnos claves sobre cómo responder ante la crisis actual. Tal es el caso de la influenza, que se cree que apareció por primera vez en China alrededor del año 6.000 a. C.; el sarampión, cuyo primer brote se presume que ocurrió en el siglo IV a. C., o la viruela (variola), cuyas evidencias se remontan hasta el 12.000 a. C Y es una lista que continúa hasta hoy. Sin embargo, hasta ahora, la humanidad ha sobrevivido a todas las epidemias o pandemias, a pesar de las condiciones desigualmente difíciles que prevalecen en la actualidad, especialmente en algunas regiones de África, las Américas y Asia.

El curso de las epidemias, incluso dentro de los mismos brotes puntuales, podía variar en cuanto a su intensidad y al tiempo en el que duraba cada uno. Los factores que determinaban la intensidad de una enfermedad dependían de diversos parámetros. Además de los factores climáticos, debemos tomar en cuenta los diferentes estándares de higiene, la calidad de la atención médica, la condición física de las personas y la situación económica en el lugar del brote. Esto a menudo

[*]DOI – 10.29388/978-65-86678-07-9-0-f.241-266

varía de un lugar a otro, de un distrito a otro, de una región a otra, de un país a otro.

Pero independientemente de qué epidemias o pandemias estudiamos en el mundo, la crisis que las acompañó nunca apareció como un fenómeno singular. La epidemia actual ha producido nuevas crisis médicas, económicas, sociales, políticas y culturales. En el pasado, los esfuerzos que se hicieron para contenerlas y erradicarlas llevaron inevitablemente al descuido de los sectores más necesitados y esto dio como resultado que la crisis, a nivel general, se agravara o incluso continuara, aún después la propia epidemia ya había sido erradicada. La razón de esta reacción en cadena fue siempre el conjunto de medidas con las que se contrarrestó la epidemia. En cualquier caso, para los casos que examinamos, se puede afirmar que las estrategias de resolución de crisis pandémicas siempre estuvieron asociadas al cierre de fronteras, cuarentena, justicia arbitraria y trabajo forzoso. El objetivo de este estudio es presentar la historia de los virus, epidemias y pandemias desde una perspectiva local, regional y global, así como desde una perspectiva histórica que abarca diversas épocas.

La peste en Graz

La cuestión del inicio de la enfermedad y la búsqueda del paciente 0 es la base de nuestra investigación. La historia de la peste en Estiria (una región al sur de Austria) se inicia con el traslado del emperador Leopoldo I desde Viena hacia la ciudad meridional de Mariazell, quien huyendo con su séquito de los brotes en la capital, terminó llevando consigo el agente epidemiológico que luego afectaría al sur del país. Sin embargo, hay dudas sobre este relato ya que los primeros casos de peste en la Baja Estiria se documentaron en el otoño de 1678 cerca de Windischgrätz y Cilli (hoy Eslovenia). Según las algunas fuentes regionales dedicadas a la investigación de la peste en Estiria, un balserista extranjero fue el paciente 0 en Graz. Se había detenido en

una posada de Prankergasse[1] y había infectado al propietario, a su cuñada y a su hermano antes de morir. ¿Pero de qué enfermedad era portador? La posibilidad de que el brote fuese de *peste bubónica oriental* sigue siendo controversial incluso hasta el día de hoy. Los síntomas descritos son muy similares a los del ántrax y desde una perspectiva médica del siglo XVII y principios del XVIII, la epidemia se describe como una enfermedad que se propaga uniformemente durante un período de tiempo constante con "síntomas abiertos y móviles".

En la ciudad de Graz vivían en ese momento de aproximadamente 15.000 a 16.000 personas. Entre diciembre de 1679 y el invierno de 1680/81, según los registros de los sepultureros de la ciudad, murieron un total de 3.465 de los 4.608 ciudadanos que padecían "mortui peste", lo que era un poco más de una quinta parte de la población total[2]. En el verano de 1680, todas las escuelas, así como la misma Universidad de Graz, para ese momento dirigida por los Jesuitas, tuvieron que ser cerradas. Los que pudieron huir de la ciudad lo hicieron. El liderazgo político del gobernador regional, Georg Christian Graf von Saurau, así como miembros de la aristocracia y numerosos representantes de la burguesía rica, se traslaron a la cuidad de Bruck an der Mur (ca. 50km al norte de Graz), que se encontraba libre de la plaga.

La cuarentena sistemática de Graz comenzó con el bloqueo de las carreteras de acceso (cordón de peste), por lo que la ciudad en su conjunto quedó aislada y la población pudo ser monitoreada. Se evitaron los contactos y la población rural, más sumisa, se vio obligada a actuar como milicia para la "defensa contra las epidemias" con el fin de apoyar activamente las medidas aplicadas. Además, el emperador Leopoldo I, en su calidad de archiduque austríaco, hizo cerrar las fronteras, siempre que fuera posible, pero ante la necesidad de permitir el movimiento de personas, los viajeros fueron puestos en cuarentena. El gobierno solicitó soldados para los llamados „Contumaz¬anstalten"

[1] PEINLICH Richard, Geschichte der Pest in Steiermark, Tomo. I. Graz 1979, p. 138.
[2] STRAKA Manfred, Bevölkerungsverluste durch die Pest von 1680 in der Steiermark. En: Sonderbände der Zeitschrift des Historischen Vereines für Steiermark 18 (1971), pp. 117-131 aquí p. 120.

(lazaretos), que fueron puestos bajo supervisión militar. Estos controles sanitarios también se aplicaron a los animales y en algunos casos a las mercancías. En la percepción de la población, los soldados esparcieron más terror que la propia peste. Los grupos que antes habían sido marginados y discriminados (judíos, gitanos, protestantes, mendigos, enfermos, etc.), ante las nuevas condiciones, se encontraban segregados por la ley.

Las Ordenanzas de la Peste publicadas por el profesor de medicina Paul de Sorbait (1624-1691) sirvieron como base para estas medidas. Sorbait había sido el antiguo rector de la Universidad de Viena y miembro del Estado Mayor para casos de emergencia del emperador austriaco. Además de las medidas médicas, las personas debían adoptar un código de conducta que prohibía la vida lasciva y las acciones basadas en la „injusticia, "usura", "daños y perjuicios" del prójimo. Finalmente, se incluyeron en el „registro de pecados" de la ordenanza de la peste de 1679 „la indignación y la rebelión contra el soberano y las autoridades"[3] Estas sanciones se basaron en leyes que no se reflejaban en la „ley cotidiana". Por tanto, para asegurar el cumplimiento de la normativa en tiempos de pandemia, siempre se recurría a una ampliación de las competencias que evocan arbitrariedad debido a su amplio margen de maniobra[4]. El aislamiento se convirtió en un problema creciente para Graz debido a la falta de acceso a los alimentos. También hubo otros lugares alrededor de la ciudad que estuvieron aislados, razón que explica por qué las cadenas de suministro de alimentos colapsaron, afectando especialmente a las zonas urbanas. Como resultado de este desarrollo, los precios de los alimentos aumentaron rápidamente en toda Estiria. La escasez de alimentos y las crisis de hambre surgieron como resultado de las barreras y solo pudieron evitarse mediante entregas especiales del gobierno central de Viena[5].

[3] PEINLICH, I (1979), p. 44-45.

[4] FAULLER Chrysostomus, Gesetze, Verordnungen und Vorschriften für die Polizei-Verwaltung im Kaiserthume Oesterreich, Wien 1827. p.12, p.21.

[5] PEINLICH, I (1979), p.27.

Ir a la iglesia era parte de la vida social de la época, pero había que evitarlo debido a la peste, ya que los servicios estaban suspendidos. De vez en cuando algunos de los sacerdotes trasladaban sus misas al aire libre, lo cual iba en contra del orden episcopal, de manera que los creyentes pudieran asistir desde lejos[6]. Aunque la mayoría de los restaurantes, baños y salas de licorers estaban cerrados como consecuencia de las ordenanzas sobre infecciones y solo se podía entrar a vinotecas y posadas durante un horario limitado, algunos estirios no se dejaron disuadir de su avidez de placeres.

Por esta razón se pueden encontrar en las listas de fallecidos por la peste en Graz entre los años 1679 hasta 1683 a muchas personas mayores y enfermas, así como a los más pobres. Como la mayoría de las medidas aplicadas para combatir la enfermedad no fueron exitosas, la plaga fue considerada como un castigo de Dios, lo cual llevó a un incremento de las oraciones así como de los ritos religiosos. A estos se opusieron los *contagionistas*, que consideraron como causa las semillas de la enfermedad (seminaria) o los gérmenes animados (contagia viva), que se contagian solamente por contacto[7]. La iglesia quería ahuyentar la epidemia con las llamadas rogativas religiosas en la ciudad y al campo. La primera gran rogativa en Graz tuvo lugar el 6 de julio de 1680 en la plaza principal donde se encuentran las calles Murgasse, Sackstraße y Sporgasse[8]. Además de un número importante de fallecidos, este flagelo se llevó al gobernador, el conde Georg Friedrich von Mersperg, quien se había comprometido a erigir una columna de la Trinidad en la plaza principal.

¿Qué consecuencias tuvo la epidemia para Graz después de que la situación volvió a remitir en diciembre de 1680? Inicialmente, esto no significa que la plaga haya terminado por completo, tal como lo

[6] Ibid, I (1979), p. 28.

[7] REICHERT Ramon, Auf die Pest antwortet die Ordnung Zur Genealogie der Regierungsmentalität 1700:1800. En: Österreichische Zeitschrift für Geschichte, 7, 3 (1996), pp.327-357 aquí: p. 328.

[8] KLAMMINGER, Johann Ernst = Karl KLAMMINGER, Johann V. Ernst Graf Thun (1679–1687). In: AMON Karl (Hg.), Die Bischöfe von Graz-Seckau 1218–1968 (= Publicaciones del Archívo de Styria) 7, Graz–Wien–Köln 1969), p. 313.

confirman las siguientes cifras sobre las muertes por plaga en Estiria[9]: 1679: 417, 1680: 7.793, 1681: 3.182, 1682; aprox. 1.000, 1683: 70 (número total: aprox. 12.500). El hecho de que estos números sean cuestionables se debe a que no se le atribuyó a la peste la causa de la muerte en todos los casos, razón por la cual Straka ha extrapolado los números a 13,820[10]. Lo que también se nota en las cifras recopiladas por Manfred Straka es que la alta tasa de mortalidad en 1676, de 6.000 muertes, es solo un poco más baja que en el año de mayor afectación de la plaga, es decir 1680. Esto se debió a la disentería roja (disentería), de la que fueron víctimas principalmente niños[11].

Queda por investigar por qué la disentería apenas apareció en la historiografía. Son casi evidentes los paralelismos entre la influenza y el Sars Covid-19. Probablemente las peores consecuencias de la epidemia fueron, por un lado, el elevado endeudamiento de la ciudad en forma de préstamos hipotecarios (por tanto, una controvertida ley de rescate de pensiones) y, por otro lado, una gran escasez de artesanos. El paisaje urbano también cambió permanentemente. Sólo a finales de enero de 1681 el gobierno se atrevió a regresar a Graz. No fue sino hasta marzo de 1681 que las escuelas pudieron reabrirse, el Aegydimarkt (un mercado) abrió sus puertas solo en noviembre de 1681 como medida de precaución.

Bridgetown 1647-49: ¿influenza o fiebre amarilla? La supremacía interpretativa sobre procesos diagnósticos

En retrospectiva, el diagnóstico de enfermedades devastadoras revela una de las tendencias básicas de la ciencia. Son los expertos que derivan hechos históricos de fuentes y, por lo tanto, los elevan a una

[9] STRAKA Manfred, Bevölkerungsverluste durch die Pest von 1680 in der Steiermark. In: Sonderbände der Zeitschrift des Historischen Vereines für Steiermark 18 (1971), pp. 117-131 aquí p. 120.
[10] STRAKA (1971), p. 124.
[11] PIRCHEGGER Hans, Geschichte der Steiermark, Tomo IL Graz-Wien-Leipzig 1931, p. 518, veáse también PEINLICH, I (1878), p .556f.

verdad generalmente válida. El objetivo de este análisis de la epidemia de 1647 en Bridgetown, Barbados, es poner a prueba esos hechos con el objetivo de promover una reflexión crítica sobre la historia de la pandemia, sus causas, cadenas de infección, opciones de contención y terapias. Las definiciones de las enfermedades están, como todos los procesos de la historia, sujetas de cambios. En el siglo XVII, en el dominio inglés, los síntomas eran la base para diagnosticar una enfermedad. El mal que fue responsable de la muerte de 6.000 personas en Barbados entre 1647 y 1649 es conocido como la plaga o fiebre pestilente por John Winthrop, gobernador de Massachusetts, que provocó la muerte en solamente tres días[12]. Richard Ligon nos da información sobre el alcance de la crisis[13].

Un mes después del brote de la epidemia en 1649, Richard Ligon viajó a Bridgetown, para ese momento, las víctimas estaban enterradas bajo tierra[14]. Él describe la plaga como la peste, o como una enfermedad mortal similar a la peste, la cual sería la causa primaria de la catástrofe. Una definición "médica" de este tiempo se basaba en los siguientes síntomas: fiebre alta y periódica, recurrente, diaria y de tres días, así como alta mortalidad, según la cual cualquier enfermedad altamente contagiosa y fatal se calificaba como peste. Curiosamente, en el paradigma de investigación actual, el consenso le atribuye a la fiebre amarilla la epidemia de 1649.

La teoría de que hubo un brote de influenza en Barbados en 1649 proviene de un artículo de Townsend en 1933[15]. El investigador estadounidense considera la influenza como la causa primaria de la

[12] JAMESON Franklin, Original Narratives of Early American History, Winthrop´s Journal 1630-1649, Vol. II. New York, 1908, p. 329; DUNN Richard, Puritans and Yankees: the Winthrop Dynasty of New England, 1630–1717. Princeton, NJ 1962.

[13] LIGON Richard, History of Barbados 1822. https://www.davidchansmith.net/the-richard-ligon-project (12.8.2020).

[14] LIGON Richard, A True and Exact History of the Island of Barbadoes, London, 1673, p. 21.

[15] TOWNSEND John F., History of influenza epidemics. En: Annals of Medical History 5, 1933, pp. 533–547.

mortal enfermedad en la isla caribeña. Esto contradice la opinión generalmente aceptada, por lo que esto despertó el interés por una investigación más detallada. A nivel general, es dudoso que fuera realmente una fiebre amarilla distinta, ya que los síntomas descritos por los testigos contemporáneos, así como la muerte rápida, no corresponden a un cuadro clínico uniforme. La fiebre amarilla tiene un período de incubación de tres a seis días, e incluso si la descripción de Winthrop fuera la segunda fase del virus, el paciente tardaría de siete a diez días en morir. Aunque Ligon dijo que la epidemia había terminado a su llegada, el mismo se enfermó durante su estadía en Barbados en 1647 y describió su evolución[16]. Los síntomas todavía se interpretan como fiebre amarilla en las publicaciones de hoy, pero una mirada más cercana revela dudas, ya que ni el estreñimiento ni los cálculos renales son suficientes para un diagnóstico de fiebre amarilla por sí solos.

Triturar tortugas, secar la sustancia y luego mezclarla con alcohol como un remedio promocionado por él mismo, convirtió Ligon en una luminaria en el campo de las "quejas secas", término que también se usó para el envenenamiento por plomo en el siglo XVII[17]. El uso del metal pesado en la producción de ron, que, según relatos de testigos contemporáneos se consumía en cantidades extremas debido a la falta de empleo alternativo, también está relacionado con el envenenamiento por plomo[18].

Para encontrar una respuesta a la pregunta de por qué se produjo una epidemia desenfrenada, es necesario investigar primeramente las supuestas causas. Ya en 1647 se especuló sobre el origen de la epidemia, ya sea en África debido al tráfico y el transporte de esclavos, o debido a la mala salud de la población masculina, como consecuencia del consumo excesivo de alcohol[19]. Ambas son hipótesis

[16] LIGON, 1673, p. 118-119.

[17] Ibid., p.118-119.

[18] https://www.unenvironment.org/news-and-stories/story/poisoning-our-children-nothing (15.08.2020)

[19] LIGON, 1683, p. 21.

interesantes, ya que hablan de la fiebre amarilla procedente de África, así como del envenenamiento por plomo que hasta ahora no se había considerado. Para probar la presencia de fiebre amarilla tanto en la dimensión temporal como en la espacial, a menudo se cita como fuente al médico militar Alexio de Abreu. Así, el historiador Luiz Felipe de Alencastro describe la primera publicación verificable con un aislamiento del cuadro clínico de Alexio de Abreu[20]. Entre 1594 y 1606, en Luanda, este testigo y víctima de la enfermedad escribe su obra *Trato de las Siete Enfermedades* y en sus observaciones considera al mal como enfermedad del gusano, término que se considera como la primera descripción de la fiebre amarilla[21]. Los síntomas utilizados, dolor de cabeza, dolor lumbar y en las piernas, fiebre, vómitos, úlcera y muerte súbita, sin embargo, ponen en duda la hipótesis ya que ninguno de los determinantes: vómitos de líquido negro, ojos enrojecidos, luego amarillos, así como el derrame de sangre por la nariz, boca, ojos, abdomen, aparecen en la descripción. Por tanto, nos parece importante mencionar el caso debido a la presencia de indicadores tan distintivos entre sí. Griffith Hughes, quien estuvo en Barbados en 1715, menciona explícitamente la fiebre amarilla por primera vez, como común en todos los trópicos, además le da una definición precisa de la enfermedad[22]. También registra la etimología del término, según el cual fue nombrado por primera vez como la "nueva enfermedad" en Bridgetown en 1691 y luego se conoció como fiebre de Kendal, fiebre biliosa y fiebre de la peste[23]. En cuanto al tiempo, lo limita a de mayo a agosto, y en los síntomas con los inconfundibles vómitos, ojos enrojecidos inicialmente, cambiando a amarillentos, el flujo sanguíneo de la boca y el abdomen[24]. Indicadores

[20] ALENCASTRO Luiz Felipe de, The Trade in the Living: The Formation of Brazil in the South Atlantic. Binghamton 2018, p. 128.

[21] Ibid. p. 128.

[22] EISENMANN Gottfried, Die Krankheits-Familie Cholosis. Erlangen 1836, p. 343.

[23] HUGHES Griffith, The Natural History of Barbados: In Ten Books. Book II. London 1750, p. 36,

[24] HUGHES, 1750, p.37.

inconfundibles como la coloración amarillenta de los ojos dieron a la enfermedad su nombre en inglés y alemán, mientras que en español fue llamada vómito negro.

Los historiadores nos han dado dos respuestas a lo largo de los siglos. Por un lado, la teoría del aire contaminado, basada en la miasmática de Hipócrates, según la cual el factor detonante de la epidemia sería atribuible a los miles de esclavos, quienes por mareos y epidemias cutivadas a través de los viajes, arrojaron sus desechos directamente al puerto de Bridgetown[25]. Debido a las bajas olas en el puerto, el agua contaminada permaneció en la orilla, después de lo cual se convirtió en una alcantarilla que propagó enfermedades a lo largo de los años[26]. Por otro lado, la presencia de una infección propagada por aire contaminado, así como la suposición de la época de que la fiebre amarilla se originó en las Américas, se pueden dejar de lado de los mitos de esa época. La presencia de fiebre amarilla se describe en el paradigma de investigación moderno como proveniente de África con los buques mercantes y sus depósitos de agua como el nicho ideal para los huevos de los mosquitos[27]. Esto se atribuye a que el *Aedes aegypti*, el mosquito que actúa como vector y portador del virus, solo encontró las condiciones necesarias para la propagación constante a través de la industrialización del cultivo de la caña de azúcar en Barbados. Las plantaciones de caña de azúcar producían sacarosa, el alimento básico del mosquito hembra, el cual estaba disponible durante todo el año[28]. Sin embargo, esto contradice al informe de Dr.Warren, de que la enfermedad solo apareció de mayo a agosto y el trabajo de Ligon de que el cultivo de la caña de azúcar aún estaba en su primera fase en Barbados del año 1647[29]. También hay

[25] WATTS Sheldon, Epidemics and History: Disease, Power and Imperialism, New Haven 1999. p. 228.

[26] GOODYEAR James D., The Sugar Connection: A New Perspective on the History of Yellow Fever, 1978, En: Bulletin of the History of Medicine, 52, 1 (1978), pp. 5-21 aquí p. 7.

[27] Ibid., p.7-8

[28] Ibid., p.10-11.

[29] LIGON, 1673, p.85.

que preguntarse por qué esta enfermedad debería haber ocurrido después de más de 150 años de trata de esclavos. Otro elemento derivado de esa hipótesis es el aumento de la mortalidad en los hombres[30]. Ligon describe que por cada mujer, murieron diez hombres sanos que trabajaban en las plantaciones. Por un lado, esto puede atribuirse a la demografía, por otro lado, se basa en la creencia de la época de que los hombres se vieron más afectados por su vida más pecaminosa[31].

Las terapias para la fiebre amarilla en el siglo XVII se basaron en la suposición de que la enfermedad era causada por sal alcalina podrida[32]. La terapia para esto es el suministro de ácido diluido para provocar un conflicto entre la sal alcalina y los fluidos estancados en el cuerpo. Esto debía ayudar al proceso de curación natural[33]. El Dr. Warren recomendaba medicamentos que inducían el sudor para aliviar la fiebre. El envenenamiento por plomo, que se consideraba una enfermedad epidémica en ese momento, se trataba con una irrigación intestinal en combinación con laxantes[34]. Sin embargo, Griffith Hughes describe los efectos secundarios por esta cura como drásticos, porque los pacientes perdían toda sensibilidad en sus extremidades[35].

La epidemia de 1647 condujo a la primera cuarentena en América del Norte, momento en el que la ciudad portuaria de Boston prohibió la entrada a todos los barcos que venían de las Indias Occidentales después de los informes sobre la devastadora enfermedad[36]. El gobierno de la ciudad sancionó una cuarentena de

[30] Ibid., p.21.
[31] Ibid., p.21.
[32] GRIFFITH, 1750, p. 39.
[33] WILLIAMS Ralph Chester M. D., The United States Public Health Service, 1798-1950. Commissioned Officers Association of the United States Public Health Service, Washington, D.C., 1951, p. 63.
[34] WARREN Henry, A Treatise Concerning the Malignant Fever in Barbados. London 1740, p. 16-17.
[35] WARREN, 1740, p.15
[36] JAMESON Franklin, Original Narratives of Early American History, Winthrop´s Journal 1630-1649, Vol. II. New York, 1908, p. 330.

una semana en una casa remota a todos los que ingresaran al país, así como la custodia de cualquier objeto transportado que pudiera permitir la transmisión de la enfermedad[37]. Visto como el castigo de Dios por los pecados cometidos, el ayuntamiento decretó un día de ayuno. En términos económicos, la cuarentena también tuvo un impacto negativo en la precaria situación en Bridgetown y Barbados en general. El país se vio amenazado por la hambruna y la muerte de 6.000 residentes provocó también una escasez de trabajadores y propietarios de plantaciones, por lo que estos pasaron a los mejores.

Las medidas de cuarentena de una semana fueron el "distanciamiento social" de los puertos coloniales del siglo XVII. Para protegerse de las enfermedades contagiosas, los esclavos debían permanecer en los barcos entre siete y diez días, encadenados bajo cubierta en malas condiciones de higiene, y en habitaciones marcadas por la falta de oxígeno en donde no podían sentarse erguidos. La mayoría eran mujeres en edad fértil así como hombres jóvenes que, después de caminar hasta 500 kilómetros hasta las costas de África, recorrieron otros 8.000 kilómetros a bordo hasta América[38]. El 20-40% de los esclavos no sobrevivieron al viaje[39].

Poco después, sin embargo, los refugiados judíos (la mayoría procedentes del Brasil holandés) llevaron el conocimiento técnico de la producción eficiente de caña de azúcar a Barbados[40], lo que, con el flujo constante de inmigrantes dispuestos, condujo a un auge económico que la llevó a convertirse en la colonia más rentable de Inglaterra[41].

---

[37] Ibid, p. 330.

[38] KLEIN Herbert S., ENGERMAN Stanley L, HAINES Robin, SHLOMOWITZ Ralph, Transoceanic Mortality: The Slave Trade in Comparative Perspective, En: William & Mary Quarterly, LVIII, 1 (2001), pp. 93-118, aquí p. 95-96.

[39] Ibid.

[40] Cwik Christian, The Rise of Jewish Merchants Capitalists in the Caribbean: The Triangulation of Barbados, Jamaica and Curaçao. En. Studemund-Halévy (Ed.), A Sefardic Pepper-Pot in the Caribbean. Barcelona 2016, p. 13-29.

[41] SHERIDAN Richard B., Sugar and Slavery, An Economic History of the British West Indies 1623-1775. Baltimore 1994, p. 367.

Las cifras de población nos brindan información sobre el cambio demográfico. La "Descripción de Barbados" de John Scott de 1669, aunque a menudo ha sido discutida, sitúa el número de esclavos en 1645 en 5690, aumentando a 82.023 en 1667, mientras que el número de propietarios de plantaciones disminuyó de 11.200 a 745 en el mismo período[42].

Las fuentes estudiadas, así como la historiografía de la fiebre amarilla, plantean dudas sobre si la enfermedad fue claramente la causa de la pandemia de 1647 que se inició en Barbados. Ni los síntomas descritos por los testigos contemporáneos ni la hipótesis del cultivo de la caña de azúcar como caldo de cultivo del *Aedes aegypti*, y las condiciones que promovieron su propagación, pueden definir inequívocamente la fiebre amarilla como desencadenante. Debido a la autoridad de los expertos, la clasificación de la enfermedad pasó de suposiciones a un hecho indiscutible.

Boston y la inmunidad colectiva

Después de una batalla con piratas infectados de viruela en la costa de Barbados, el barco mercante inglés "Seahorse" llegó al puerto de Boston el 22 de abril de 1721. Con la viruela a bordo, entre los tripulantes infectados por el virus Variola Major ya había dos sujetos con síntomas. Desde una perspectiva médica de la época, la viruela era una enfermedad que se propagaba por los organismos más pequeños en las pústulas, tenía una mortalidad de hasta el 50% y marcaba a la mayoría de los sobrevivientes con ceguera y desfiguración.

Consciente del peligro como ciudad portuaria, Boston aprobó sus primeras leyes de cuarentena ya en 1699. Todos los barcos con viruela tenían que ser examinados por un consejero o un médico. Los enfermos, sus pertenencias y todos aquellos que estuvieron en

[42] SCOTT John, Descriptions of Barbados. En: DUNN Richard S. (Ed.), The Barbados Census of 1680: Profile of the Richest Colony in English America. 1969, p.9. https://www.jstor.org/stable/1922291?seq=7#metadata_info_tab_contents (13.08.2020)

contacto con ellos fueron puestos en cuarentena en una isla de aislamiento. En caso de que se produjera un caso de viruela en la ciudad, se procedía a la cuarentena en una casa de la plaga o mediante la vigilancia de su casa con vallas, banderas rojas y guardias. La efectividad de las medidas resultó en un estricto cumplimiento de las regulaciones, que un miembro fundador de la Escuela de Medicina de Harvard, el Dr. Benjamin Waterhouse, sin embargo, como tarea voluntaria de la libertad de la región más democrática de la tierra para proteger contra una terrible enfermedad, medidas que ningún gobernante absoluto podría haber llevado a cabo[43].

Irónicamente, el "English Privy Council y el Lord of Trade" vetaron la legislación, que fue eludida por la sofisticación de la jurisprudencia del ayuntamiento, y se estableció una estación de cuarentena en Spectacle Island en 1717. Estas medidas parecen haber sido eludidas por el Seahorse, específicamente por su capitán, quien tenía la responsabilidad de informar sobre las personas infectadas, cosa que posiblemente ignoró debido a la pérdida de ganancias. Un año después, la cifra de muertos en la ciudad ascendió a 844 y a 5.759 personas infectadas, de una población total de 12.000. Consciente de las precarias condiciones económicas derivadas de la crisis, el gobierno de la ciudad decidió distribuir 1.000 libras entre todos aquellos que no pudieran mantener a sus familias. Para asegurar el abastecimiento de la ciudad, confiaban en el clero, al que los comerciantes debían convencer de la seguridad.

No obstante, la epidemia de viruela que azotó la ciudad de Boston en las colonias americanas de Nueva Inglaterra en 1721 marcó el comienzo de un cambio de paradigma en el uso de tecnologías de inmunización en las Américas. La variolación, la introducción subcutánea deliberada de secreciones de pústulas de viruela infecciosa en un cuerpo sano para desencadenar una forma más débil de la enfermedad y la inmunidad asociada, se utilizó por primera vez en las

[43] MARTÍ-IBÁÑEZ Félix M.D, History of American Medicine: A Symposium. New York 1959, p. 40 *passim*.

colonias de América del Norte en el punto álgido de esta crisis. El conocimiento sobre la inoculación llegó a Inglaterra a través de una publicación de Emanuel Timonius en 1714, quien describe la aplicación en el Imperio Otomano a partir de 1650, proveniente de los circasianos, georgianos y otros países asiáticos[44].

Se dice que la inoculación a través de las fosas nasales se había practicado en China durante siglos. Los golpes secos se trituraron, se diluían con agua o se recogía el líquido del golpe con motas de algodón y se insertaron en las fosas nasales (Fig. 1). Joseph Needham investigó el origen en China y fechó la primera fuente escrita en 1549, señalando que el procedimiento ya estaba muy extendido[45].

Como explorador, se nombra a un alquimista extraordinariamente talentoso. Dado que este método contrastaba con la patología humoral generalmente aceptada, su uso provocó un duro intercambio ideológico de golpes. La élite colonial puritana alrededor del señor Cotton Mather se pronunció a favor de la variación practicada por Zabdiel Boylston en la ciudad, y los galenos con sede en Boston, liderados por el médico escocés William Douglass, que se formó en Europa, aliado de los artesanos y comerciantes de la ciudad, argumentaron vehementemente a favor de esto. en contra.

La inoculación abrió la puerta a una tercera dimensión en el tejido social. Cohesión a través del mito de la cohesión del objetivo común, el sacrificio común, relegado a un segundo plano por el egoísta, protegiéndose de una enfermedad, cuyo método conlleva el riesgo de contagio. Cotton Mather tenía un conocimiento profundo de la medicina, y no sin razón se convirtió en un ferviente defensor de esa metodología. En la publicación de *Timonius*, importada por Douglass y publicada en 1714, se reconocía la típica cicatriz de tratamiento en el brazo de su esclavo Onésimo. Para este momento ya se hablaba de la inmunidad de una operación que estaba muy extendida entre los

[44] TIMONIUS Emanuel, An account of history, of the procuring the small pox by incision, or inoculation: as it has for some time been practised at Constantinople, Communicated to the Royal Society. Konstantinopel 1714, p. 72–82.

[45] NEEDHAM Joseph, Science and civilisation in China Vol.VI, 6. Cambridge 2000.

guramanteses, mediante la cual una pequeña parte de la viruela se inyecta en el cuerpo[46].

Consciente de los graves efectos de la viruela y estimulado por la posibilidad de inmunización, escribió su análisis en 1716, en el que se comprometió a utilizar la inoculación para el próximo brote en Boston[47]. Por un lado, los opositores invocaron argumentos teológicos según los cuales la inoculación como instrumento de Satanás violaba las leyes de la naturaleza y los patrones de Dios, ideas que, sin embargo, fracasaron debido al apoyo del clero. Sin embargo, el testimonio del Dr. Lawrence Dalhonde, quien comparó la práctica con el asesinato y enfatizó la alta probabilidad de contagio a través de la aplicación consciente del procedimiento[48]. En Inglaterra, en ese momento, la inoculación estaba prohibida en las ciudades debido a la posible tasa de infección, pero estaba muy extendida en las áreas rurales y financiada por la Iglesia. ¿Quién debía pagarlo en Boston? ¿Quién proporcionaría alimentos a esos pacientes en cuarentena? La cura milagrosa recién descubierta amenazaba con convertirse en un remedio para los ricos y aumentaba el deterioro de las condiciones de los pobres. Estos argumentos encontraron sus opositores, demostraron ser correctos a lo largo de la historia y se cimentaron en el punto álgido del conflicto por la soberanía interpretativa con el lanzamiento de una granada en la casa de Cotton Marthens. De acuerdo con los argumentos de los oponentes, el Ayuntamiento de Boston prohibió la vacunación. A raíz de la controversia, la variolación se legisló en Boston e inicialmente se prohibió en tiempos libres de epidemias. Si se producía un brote de viruela, había que publicar los nombres de los habitantes que se dejaban vacunar. Además, la ciudad invirtió en la construcción de casas de plaga y barrios de aislamiento. Se aprobaron también leyes para facilitar que las personas sospechosas

[46] KITTREDGE George Lyman, Some lost works of Cotton Mather. Proceedings of the Massachusetts Historical Society. Vol 45 (1912), pp. 418–440.

[47] GLYN Ian,, GLYN Jennifer, The life and Death of Smallpox, London, 2004, p. 52.

[48] WILLIAMS Gareth, Angel of Death: The Story of Smallpox. Basingstoke 2010, p. 116.

de estar infectadas fueran expulsadas de la ciudad o forzadas a ponerse en cuarentena.

Aunque al final de la epidemia la variolación demostró ser un método de prevención útil, 287 residentes fueron vacunados a pesar de la prohibición, 2% de ellos murieron y tuvo amplia aceptación hasta finales del siglo XVIII[49]. Para ese momento, los residentes de las ciudades vecinas que iban a Boston para administrarse la variolación fueron enviados a casas de plagas. Este procedimiento solo se toleró cuando las medidas de cuarentena fracasaron en las epidemias que siguieron. En 1730, durante la pandemia de viruela, las medidas se ampliaron para incluir como obligatoria la práctica de la variolación para evitar la diseminación de la enfermedad, lo cual vino acompañado de la aplicación de medidas similares en todo el país. El gran avance se produjo en 1777 bajo George Washington, cuando, en contra de la ley, decidió inocular por la fuerza a sus 40.000 soldados en vista de la pérdida de miles de vidas a causa de la viruela. La reducción asociada de la infección del 20% al 1% llevó al Congreso Continental a levantar las prohibiciones de la variolación[50].

Epidemias y demografía en la Nueva España del siglo XVII

En el siglo XVII, el virreinato de Nueva España se vio afectado por varias epidemias, ninguna de las cuales, sin embargo, tuvo la intensidad de aquella a menudo denominada *cocoliztli* y *matlazahuatl* en fuentes indígenas. La epidemia que se desató a mediados del siglo XVI todavía se considera la enfermedad infecciosa más mortal en la

[49] BEST M., NEUHAUSER D., SLAVIN, L., "Cotton Mather, you dog, dam you! I'l inoculate you with this; with a pox to you": smallpox inoculation, Boston, 1721. En: Quality and Safety in Health Care, 13, 1 (2004), pp.82-83 aquí p.13.

[50] LAWLER Andrew, How a public health crisis nearly derailed the American Revolution, George Washington confronted a smallpox epidemic with a belief in science-and a controversial plan. En: National Geographic, 16 April 2020 https://www.nationalgeographic.com/history/2020/04/george-washington-beat-smallpox-epidemic-with-controversial-inoculations/ (15.08.2020)

historia del hemisferio occidental en términos de tasas de mortalidad en comparación con la población total. Sin embargo, si se habla de una sola enfermedad, como la viruela[51] o, en general, del genocidio de la población indígena a través de guerras que llevaron a "despoblarse el pueblo por pestilencia o guerra" la situación sigue siendo controvertida[52].

Similar al uso del término *plaga* en Europa, *cocoliztli* se usó en Nueva España como un término para la catástrofe médica final, principalmente en relación con enfermedades infecciosas. En el siglo XVII, la Nueva España, y especialmente el México densamente poblado, fue devastado por enfermedades infecciosas fatales en varias ocasiones. Por ejemplo, se registran brotes de cocoliztli y matlazahuatl en los años 1601-02, 1604–1607, 1613, 1624–31, 1633-34, 1636–38 y 1641-1642[53].

El intenso debate sobre los antecedentes de la disminución de las epidemias y una menor tasa de mortalidad en la Nueva España ha generado diversas teorías. Por un lado, se asume un grado de inmunización supuestamente más alto en el siglo XVII, aunque esto parece extremadamente especulativo[54]. Por otro lado, investigadores como John Lynch y Judith Zeitlin sostienen que la población indígena

[51] MCCAA Robert, Spanish and Nahuatl Views on Smallpox and Demographic Catastrophe in Mexico. En: The Journal of Interdisciplinary History, 25 (1995), pp. 397–431 aquí p. 408.

[52] MOLINA Alonso de, Vocabulario en Lengua Castellana y Mexicana. México 1571, p. 3.

[53] ACUÑA-SOTO Rodolfo, BURNS Jordan N., STAHLE David W., Drought and Epidemic Typhus, Central Mexico, 1655–1918. En: Emerging Infectious Diseases, 20 (2014) pp. 442–447; REFF Daniel T., The Introduction of Smallpox in the Greater Southwest. En: American Anthropologist, 89 (1987), pp. 704–708 aquí p. 704; QURESHI Adnan I., Ebola Virus Disease. From Origin to Outbreak. London 2016, p. 50.

[54] THOMPSON Angela, Smallpox. Ensuring the Destruction of Armies in Colonial New Spain and Peru, 1518–1625. In: Seaman, Rebecca M. (Hg.), Epidemics and War. The Impact of Disease on Major Conflicts in History. Santa Barbara 2018, p.141; PREM Hanns J., DYCKERHOFF Ursula, FELDWEG Helmut, Reconstructing Central Mexico's Population. En: Mexico, 15, 3 (1993), pp. 50-57 aquí p.52.

de la Nueva España alcanzó su punto más bajo en el primer tercio del siglo XVII y que había menos personas que podían enfermarse, por lo que Zeitlin se refiere a su propia investigación en la costa pacífica del Istmo de Tehuantepec. llamado[55]. La idea de que una posible inmunización de la población indígena contribuyó a la recuperación de la población a mediados del siglo XVII también sigue siendo controvertida[56].

Dondequiera que ocurrieran epidemias, estas aún podrían tener efectos devastadores. El misionero Juan de Prada informó en septiembre de 1638 que un tercio de los indígenas bautizados en lo que hoy es Nuevo México fue víctima de epidemias. Curiosamente, De Prada habla aquí tanto de la viruela como de una enfermedad llamada cocoliztli, que indicaría dos epidemias diferentes, si la terminología se toma literalmente[57].

Dobyns se opone a las opiniones que consideran la presencia de una epidemia prolongada de viruela en Nuevo México entre 1636 y 1641 y, en vista de la duración, los síntomas y los efectos presentes en los misioneros europeos, el autor aboga por su identificación como escarlatina[58]. Si estas y otras enfermedades, como recuerda Barrett,

---

[55] LYNCH John, The Hispanic World in Crisis and Change, 1598–1700. Oxford 1994, p. 301; ZEITLIN Judith Francis, Ranchers and Indians on the Southern Isthmus of Tehuantepec. Economic Change and Indigenous Survival in Colonial Mexico. En: The Hispanic American Historical Review, 69 (1989), pp. 23–60 aquí p,40.

[56] AMITH Jonathan D., Place Making and Place Breaking. Migration and the Development Cycle of Community in Colonial Mexico. En: *American Ethnologist,* 32(2005), pp. 159–179 aquí p. 164; HASKETT Robert S., "Our Suffering with the Taxco Tribute". Involuntary Mine Labor and Indigenous Society in Central New Spain. En: The Hispanic American Historical Review, 71 (1991), pp. 447–475, aquí p. 457; FEW Martha, Circulating Smallpox Knowledge. Guatemalan Doctors, Maya Indians and Designing Spain's Smallpox Vaccination Expedition, 1780–1803. En: The British Journal for the History of Science, 43 (2010), pp 519–537 aquí p. 303.

[57] REFF 1987, p.704; Upham Steadman, Understanding the Disease History of the Southwest. A Reply to Reff. En: American Anthropologist, 89(1987), pp 708–710 aquí p. 709.

[58] DOBYNS 1989, p.173.

fueron introducidas desde el norte de México, particularmente el área alrededor de Monterrey y la región minera de Zacatecas, a las regiones de la actual Arizona o Nuevo México[59], no se puede probar, parece posible a través de los los canales de comunicación. Las fuentes para el norte de México y el suroeste de los Estados Unidos de hoy pueden describirse como pobres durante gran parte del siglo XVII, sobre todo porque se perdieron innumerables documentos durante la llamada "Revuelta de los pueblos" de 1680[60]. En general, las condiciones climáticas del Nuevo México actual favorecieron la propagación de la viruela y el sarampión, pero no del tifus o la disentería. La parte sur del área, que es más baja en promedio, aparentemente sufrió más epidemias; también porque está ubicada más cerca de los centros de población más grandes y mejor conectados a las rutas de tráfico[61]. Sin embargo, de acuerdo con recientes estudios, que también incorporaron tecnología láser y análisis de anillos de árboles, se ha sugerido una disminución de la población de más del 80 por ciento entre 1620 y 1680 para los asentamientos de Jemez Pueblo en el norte de Nuevo México[62].

Como se mencionó anteriormente, una epidemia de tifus en México fue identificada por primera vez como tal por observadores contemporáneos en 1655[63]. Debido a que ya se conocía esta enfermedad en el contexto ibérico y por lo tanto se puede asociar tanto

[59] BARRETT Elinore M., Conquest and Catastrophe. Changing Rio Grande Pueblo Settlement Patterns in Sixteenth and Seventeenth Centuries. Albuquerque, NM 2002, p. 79.

[60] AUSTIN ALCHON Suzanne, A Pest in the Land. New World Epidemics in a Global Perspective. Albuquerque, NM 2003, p. 96.

[61] JONES, Eric E., Spatiotemporal Analysis of Old World Diseases in North America, A. D. 1519–1807. En: American Antiquity, 79(2014), pp. 487–506 aquí p. 501; RAMENOFSKY Ann F., The Problem of Introduced Infectious Diseases in New Mexico. A.D. 1540–1680. En: Journal of Anthropological Research, 52(1996), pp. 161–184 aquí p. 169.

[62] LIEBMANN 2016, p. 701.

[63] BURNS 2014.

a malas condiciones sanitarias como a la desnutrición[64], la interpretación correspondiente parece ser relativamente creíble, incluso si no se puede descartar la confusión con otros tipos de fiebre. El aumento de la mortalidad entre la población española de la Ciudad de México en 1669 está definitivamente representado por Canales Guerrero como consecuencia del tifus[65]. En la Ciudad de México, la tuberculosis y la rabia en particular fueron una amenaza mortal durante todo el siglo XVII[66].

Ya en 1648, se informa de una gran cantidad de enfermedades que generalmente se interpretan como una expresión de una epidemia de fiebre amarilla que se había extendido desde las "islas del azúcar" del Caribe, como Barbados y Guadalupe, hasta el continente americano[67]. En cualquier caso, esta epidemia difería significativamente de las enfermedades infecciosas anteriores en un aspecto: la población europea era muy susceptible a ella, quizás estaba incluso más en riesgo que los pueblos indígenas. En la península de Yucatán, por ejemplo, murieron el gobernador, el provincial de la orden franciscana, los guardianes de los conventos franciscanos de Mérida y más de 20 hermanos que vivían allí[68]. Mientras que el número de muertes en la población europea de Mérida en los

[64] LENKE Sabine, Heil und Heilung. Krankheitsvorstellungen und Heilkunde der südamerikanischen Guaraní-Indianer, gespiegelt in den Quellen der Jesuiten. Dissertation, Freie Univ. Berlin 2012, p. 227.

[65] CANALES GUERRERO Pedro, Historia natural del tifo epidémico. Comprender la alta incidencia y rapidez en la transmisión de la Rickettsia prowazekii. En: González Flores, José Gustavo (Ed.). Epidemias de matlazahuatl, tabardillo y tifo en Nueva España y México. Sobremortalidades con incidencia en población adulta del siglo XVII al XIX. Saltillo 2017. p. 17.

[66] LEIBY John S., The Royal Indian Hospital of Mexico City, 1553–1680. En: The Historian, 57 (1995), pp. 573–580 aquí p. 578.

[67] MCNEILL J. R., Yellow Jack and Geopolitics. Environment, Epidemics, and the Struggles for Empire in the American Tropics, 1640–1830. En: Review (Fernand Braudel Center), 27 (2004), pp. 343–364 aquí p. 351; NEWSON Linda, Indian Population Patterns in Colonial Spanish America.En: Latin American Research Review, 20(1985) pp. 41–74 aquí p. 47; ROGERS et al., The Global Distribution of Yellow Fever and Dengue. En: Advanced Parasitology 62(2006), pp. 181-220 aquí. 181.

primeros seis meses de 1648 fue alrededor de 20 a 30, superó las 700 en agosto. Se puede suponer que la fiebre amarilla, o al menos una enfermedad muy similar, había ocurrido repetidamente en la región de Yucatán en la época precolonial; una de las fuentes más importantes sobre la historia de las culturas mayas, el Popol Vuh, informa sobre una enfermedad llamada *xekik*, que se manifestó en vómitos de sangre y ocurrió entre 1480 y 1485[69]. Además de mareos, dolor de cabeza, dolor en las extremidades y sangrado, los vómitos son un síntoma central de las enfermedades graves relacionadas con la fiebre amarilla, que se conocían como vómito prieto ("vómitos negros") antes de que la fiebre amarilla se convirtiera en un término popular en español.[70] Es evidente que los monos salvajes, entre los que circula este mal, vivían cerca de las poblaciones precolombinas. Sin embargo, la situación con respecto a la presencia de mosquitos del género Aedes, que actúan como vector primario, en América antes de 1492 es menos clara[71]. El hecho de que, como enfatizaron los observadores contemporáneos de la epidemia de 1648, la atención médica era prácticamente inexistente en Yucatán, puede haber contribuido a los efectos devastadores de la enfermedad[72]. Esta epidemia siguió desde 1651 hasta 1653, años de cosechas de maíz por debajo del promedio y hambre, así como una epidemia en 1654, que probablemente fue de viruela[73].

---

[68] PATCH Robert W., Maya and Spaniard in Yucatan, 1648–1812. Stanford, CA 1993, p.43.

[69] GÓNGORA-BIACHI Renán A., La Fiebre Amarilla en Yucatán durante las épocas precolombina y colonial. En: Revista Biomédica, 11 (2000), pp. 301–307 aquí 302.

[70] KNAUT Andrew L., Yellow Fever and the Late Colonial Public Health Response in the Port of Veracruz. En: The Hispanic American Historical Review, 77 (1997) pp. 619–644 aquí p. 623.

[71] GÓNGORA-BIACHI, 2000, p. 301; PATCH, 1996, p. 731; Reiter Paul, Climate Change and Mosquito-Borne Disease. Environmental Health Perspectives, 109 (2001), pp. 141–161 aquí p. 153.

[72] KASHANIPOUR Ryan Amirn A World of Cures. Magic and Medicine in Colonial Yucatán. PhD Thesis, Univ. of Arizona. Tuscon 2012, p.182.

Incluso hacia finales de los siglos XVII y XVIII, las enfermedades infecciosas podrían, por supuesto, cobrar muchas víctimas y causar problemas estructurales a largo plazo: en la ciudad de Puebla, donde vivían alrededor de 90.000 personas en 1690, se sufriría de sarampión dos años después y en 1696 de ambos: sarampión y una epidemia de fiebre tifoidea; en 1746, alrededor de 50.000 personas aún residían en la ciudad (después de otra epidemia de matlazahuatl en 1737)[74]. En la ciudad de Cholula y sus alrededores, hubo alrededor de 17,000 muertes en 1737/1738, en comparación con las habituales 750 a 1,000 por año, un signo inconfundible de los efectos del matlazahuatl[75]. En 1777, más de la mitad de los niños y un porcentaje aún mayor de los recién nacidos en el asentamiento de la misión de Santa Clara en California murieron de una enfermedad infecciosa que es en parte no identificable y en parte se considera que fue influenza[76].

Por otro lado, la Ciudad de México fue azotada por epidemias de viruela en 1761/1762, 1779/1780 y 1797/17984 y aunque se conocía la vacunación, no se convirtió en una práctica generalizada hasta finales del siglo XVIII, mientras que este método ya era utilizado a mayor escala en Chiapas y Guatemala desde 1780[77]. En ese año, la viruela, que coincidió con un ciclo de sequía, cobró miles de víctimas entre el pueblo de Nuevo México[78]. Los intervalos de tiempo entre las epidemias mencionadas y su relación con la Ciudad de México se

[73] COOK Sherburne F., Borah Woodrow, Essays in Population History. Mexico and the Caribbean. Vol. 2. Berkeley, CA 1974, p. 116.

[74] RAMOS Frances L., Identity, Ritual, and Power in Colonial Puebla. Tucson, AZ 2012, 2012 p. 8.

[75] MCCAA 2000, p. 268.

[76] DREYFUS Philip J., Our Better Nature. Environment and the Making of San Francisco. Norman, Oklahoma 2008, p. 27; JONES Eric E., Spatiotemporal Analysis of Old World Diseases in North America, A. D. 1519–1807. En: American Antiquity, 79 (2014), pp. 487–506 aquí p.491.

[77] AGOSTINI Claudia, Knowledge, Actors and Strategies. Smallpox Vaccination in Mexico City, 1803–1872. https://journals.openedition.org/nuevomundo/75397 (09.07.2020) FEW 2010, p. 522.

pueden encontrar en la segunda mitad del siglo XVIII, y también posteriormente, de forma similar – entre 11 y 20 años entre las dos oleadas - en otras partes de la Nueva España, como Guanajuato, en el centro norte de México[79], Arizona y Nuevo México[80], Oaxaca[81] y Guatemala[82].

Conclusión

Si se comparan los tres casos examinados con la crisis del Covid-19 durante el 2020, se nota que existen numerosos paralelismos. El origen de las epidemias siempre se ha buscado en el Lejano Oriente, sobre todo en China, lo que alimenta el mito del peligro amarillo. Si el centro no era el Lejano Oriente, se especulaba sobre la influencia del Imperio Otomano o la África Negra como el lugar donde estalló la epidemia; en cualquier caso, el "enemigo" siempre fue importado del "extranjero" al "centro". Desde el punto de vista médico, no era tan importante qué enfermedad era, porque durante siglos la peste y la viruela se diagnosticaban siempre como el mismo mal a pesar que solo

[78] SCURLOCK Dan, From the Rio to the Sierra. An Environmental History of the Middle Rio Grande Basin. Fort Collins, CO 1998, p. 27.

[79] CAMACHO Alberto Neibeth, Guanajuato y Valladolid de Michoacán durante la epidemia de viruela de 1797–1798. En: Cramaussel, Chantal (Ed.). El impacto demográfico de la viruela en México de la época colonial al siglo XX. Vol. 1. Zamora 2010, pp-93–104; THOMPSON 1993. p. 435.

[80] DOBYNS Henry F. 1983. Their Number become thinned. Native American Population Dynamics in Eastern North America. Knoxville, TN 1983, p. 28; KESSELL John L., Kiva, Cross, and Crown. The Pecos Indians and New Mexico, 1540–1840. Washington, DC 1979, p.378.

[81] FENN Elizabeth A., Pox Americana. The Great North American Smallpox Epidemic of 1776–1783. PhD Thesis, Yale Univ New Haven 1999; HAMNETT Brian R., Dye Production, Food Supply, and the Laboring Population of Oaxaca, 1750–1820. En: The Hispanic American Historical Review, 51(1971), pp. 51–78 aquí p. 61; RAMÍREZ Paul, „Like Herod's Massacre". Quarantines, Bourbon Reform, and Popular Protest in Oaxaca's Smallpox Epidemic, 1796–1797. En: The Americas, 69m (2012), pp. 203–235.

[82] Few 2010; Smith 1974: 8

coincidían unos pocos síntomas, por lo que no se tomaba demasiado en serio. Sin embargo, las medidas tomadas por los gobiernos para contener las epidemias se siguieron en concordancia con el pasado. Cierres de fronteras, cuarentenas, toques de queda, cierres de comercios, expropiaciones, racionamiento y destierro estaban a la orden del día. Para monitorear las medidas, los gobernantes se apoyaron en la represiva violencia militar y policial y en la destrucción o apropiación de bienes en casos sospechosos. Los sectores sociales y económicamente débiles de la población, los enfermos y los grupos previamente marginados fueron siempre los que sufrieron, por lo que la afiliación religiosa a menudo jugó un papel decisivo. El personal experto tuvo una influencia decisiva en la política, aunque no siempre de acuerdo con los estándares científicos. Las disputas sobre medidas de contención o terapias y métodos de inmunización a menudo siempre estaban relacionados precariamente con ideologías y rara vez se basaban en pruebas. Por regla general, las epidemias desencadenaron colapsos económicos que provocaron incluso más muertes que la propia epidemia. Sin embargo, después de la crisis, a menudo surgieron nuevas ramas de la economía que ya habían mostrado signos durante la crisis y que, como resultado, podían cambiar la sociedad.

SOBRE OS AUTORES

Carlos Lucena
Docente na Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Pesquisador CNPq/ PQ-N2. Pesquisador Histedbr.

Fabiane Santana Previtali
Docente na Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Pesquisadora da Fapemig/PPM e CNPq/PQ-N2. Pesquisadora Histedbr

Anderson Brettas
Doutorado em Educação (Universidade Federal de Uberlândia). Realizou estágios pós-doutorais na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (História Latinoamericana), e na Universidad del Magdalena - em Santa Marta, Colômbia (História Econômica). Professor do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), Campus Uberaba. Integra o CEHAL/PUCSP - Centro de Estudos de História da América Latina da PUC-SP - e o Grupo de Pesquisa "Nación, Región y Relaciones Internacionales en el Caribe y America Latina", da Universidad Nacional de Colombia, sede San Andrés. Membro da diretoria da Adhilac - Asociación de Historiadores latinoamericanos y del Caribe - desde 2014. É líder do GPED - Grupo de Pesquisa em Educação, Direitos Humanos e Ensino humanizado de Ciência e Tecnologia (IFTM/CNPq) - Organiza a coleção "Nuestra América", da Editora Navegando.

Ricardo Antunes
Professor Titular de Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Publicou recentemente os seguintes livros no exterior: The Meanings of Work (Essay on the Affirmation and Negation of Work), Leiden/Boston: Brill/HM Book Series/FAPESP, 2013. Publicado também nos EUA (Haymarket Books, Chicago, 2013), Itália (Jaca Book, 2006 e Punto Rosso, 2016), Portugal (Almedina, 2013), Índia (Aakar Books, Delhi, 2015) e Argentina (Herramienta, 2013, 2a. edição), a partir da edição original publicada pela Boitempo; Addio al lavoro? Trasformazioni e centralità del lavoro nella globalizzazione (nova edição revista, atualizada e ampliada), Edizioni Ca?Foscari, Veneza, 2015, publicado também na Espanha, Argentina, Colômbia e Venezuela, a partir da edição original publicada pela Cortez, dentre vários outros livros publicados no Brasil. É Professor convidado da Universidade Ca?Foscari de Veneza/Itália do Master sull?Immigrazione, Fenomeni Migratori e Trasformazioni Sociali da mesma Universidade, sendo também Membro do Comitê Científico deste curso. Foi Visiting Professor na Univer-

sidade Ca?Foscari de Veneza entre março e maio de 2017, onde ministrou a "laurea magistral" História da Sociologia Crítica, entre março e maio de 2017. TAmbém é professor convidado da Universidade de Coimbra (2019). Entre 1997 e 1998 foi Visiting Research Fellow na Universidade de SUSSEX, Inglaterra. Ministrou cursos de pós-graduação e graduação, além de conferências em várias universidades na Europa (Itália, Espanha, França, Inglaterra, Portugal, Suíça); na América do Norte (EUA) e América do Sul (Argentina, Uruguai, Chile, Venezuela, Equador, Colômbia, Guatemala, Costa Rica, Cuba), e na Ásia (China e Índia). Coordena as Coleções Mundo do Trabalho (Boitempo) e Trabalho e Emancipação (Expressão Popular). Publicou artigos em revistas acadêmicas na França, Inglaterra, EUA, Itália, Portugal, Espanha, Suíça, Alemanha, Índia, China, Russia, Canadá, Argentina, Colômbia, Equador, Venezuela, Uruguai, etc. Recebeu o Prêmio Zeferino Vaz da Unicamp (2003), a Cátedra Florestan Fernandes da CLACSO (2002) e a Medalha (Comenda) do Tribunal Superior do Trabalho (TST) (2013).

Caroline Oliveira
Bacharela em Comunicação Social. Graduanda em Ciências Sociais. Repórter e Redatora da Revista Brasil de Fato. Foi repórter da revista ISTO É entre 2019 e 2020.

Antonio Carlos Lopes Petean
Possui graduação em licenciatura Historia pela Universidade Federal de Ouro Preto (1990), mestrado em Ciências, área de concentração Psicologia pela Universidade de São Paulo (2004) e doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2011). Atualmente é professor adjunto IV da Universidade Federal de Uberlândia e pesquisador do nupe-fcl-Unesp/campus Araraquara - NUPE-FCL-ARARAQUARA. Tem experiência na área de Sociologia e História , com ênfase nos seguintes temas: cultura Afro-Brasileira, Historia da África, racismo, Islamismo e movimento Neopentecostal brasileiro. Responsável pelo grupo de pesquisa Islamismo e Mídia.

Afrânio Mendes Catani
Professor aposentado da USP e Professor Visitante na UFF. Pesquisador do CNPq.

Sérgio Paulo Morais
Professor da graduação, da pós-graduação em História (PPGHI) e da pós-graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal de Uberlândia.

Patrícia Villen
Doutora em Sociologia pela Unicamp e autora do livro (In)visíveis globais: imigração e trabalho no Brasil. São Paulo: Alameda, 2018

Sávia Cordeiro
Advogada, Coordenadora do Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI/SP) e Mestre em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela PUC-Rio.

Fábio Coltro
Doutor em geografia (UEL), docente do programa de pós-graduação em Administração da Uel; Atualmente pesquisador na área de Animal Geographies; Antropoceno e Capitaloceno.

Marco Gonsales
Doutor em Administração de Empresas pela PUC-SP e pesquisador colaborador do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, com apoio do Ministério Público do Trabalho - PRT 15ª Região. E-mail: professormarcogonsales@gmail.com

Felipe Moda
Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unifesp. E-mail: felipe.bruner@gmail.com

André Accorsi
Doutor em Administração de Empresas pela FEA-USP e professor da PUC-SP, ESPM-SP e da Faculdade 28 de Agosto. E-mail: andre.accorsi@uol.com.br

Luci Praun
Professora Adjunta da Universidade Federal do Acre (UFAC). Cientista Social, Doutora em Sociologia e Pesquisadora do Grupo de Pesquisa As Metamorfoses no Mundo do Trabalho, do IFCH/UNICAMP/CNPq. Autora do livro Reestruturação Produtiva, Saúde e Degradação do Trabalho (Papel Social). E-mail: lupraun@uol.com.br.

Cílson César Fagiani
Docente na Universidade de Uberaba – UNIUBE. Pesquisador Fapemig e CNPq.

Geraldo Augusto Pinto
Bacharel em Sociologia e Ciência Política, mestre e doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Docente da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Robson Luiz de França
Pós- Doutor em Política Educacional pela Universidade Federal da Paraíba e Universidade de Portugal - PT (2010). Doutor em Educação na Linha de Políticas Públicas pela Universidade Julio Mesquita Filho - UNESP/Araraquara (2002). Professor Titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia atua do Programa de Pós-Graduação em Educação na Linha de Pesquisa em Trabalho, Sociedade e Educação - TSE.

Lurdes Lucena
Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Profa. ESAMC

Soledad Nión Celio
Doctoranda en Sociología (Universidad de la República), Magíster en Sociología y Licenciada en Sociología. Docente e investigadora del Departamento de Sociología, Universidad de la República (Udelar), Uruguay. E-mail: soledad.nion@cienciassociales.edu.uy

Agustín Juncal Pérez
Doctorando en Historia (Universidade Federal Fluminense), Magíster en Historia Política y Licenciado en Sociología. Docente e investigador del Departamento de Sociología, Universidad de la República (Udelar), Uruguay. E-mail: agustin.juncal@cienciassociales.edu.uy

Judith Nardof
Professora na Universidade de Buenos Aires. E-mail: judithnaidorf@gmail.com

Juan J. Paz-y-Miño Cepeda
Ecuatoriano. Doctor en Historia Contemporánea por la Universidad de Santiago de Compostela. Doctor en Historia por la Pontificia Universidad Católica del Ecuador. Coordinador Académico en Ecuador de la Asociación de Historiadores Latinoamericanos y del Caribe (ADHILAC). Miembro de Número de la Academia Nacional de Historia. Profesor universitario. Más información: www.historiaypresente.com

Lerber Dimas
Antropólogo de la Universidad del Magdalena. Con amplio recorrido en temas de justicia transicional, memoria y conflito. Experto em violencia urbana ycrimen organizado em la Sierra Nevada de Santa Marta. Ha sido consultor para diferentes ONG, en temas de Derechos Humanos, Indígenas y comunidades campesinas. Ha trabajado como docente en varias universidades del país y atualmente escribe columnas de opinión para varios medios locales y es docente catedrático en la Universidad de la Guajira.

Christian Cwik
Es profesor de Historia latinoamericana y caribeña del Centro para Estudios Inter-Americanos de la Universidad de Graz en Austria. Es Vice-presidente de la Asociacion de Historiadores Latinoamericanos y del Caribe (ADHILAC) y presidente de la Asociacion de Investigación y Cultura sobre América Continental y el Caribe (KonaK).

Stefan Rabitsch
Es profesor de Estudios Culturales estadounidenses del Centro para Estudios Inter-Americanos de la Universidad de Graz.

Mark Stieger
Es estudiante de postgrado de Historia de la Universidad de Graz. El es Co-director de la Asociacion de Investigación y Cultura sobre América Continental y el Caribe (sucursal Graz).

Martin Gabriel
Es profesor de Historia de la Universidad de Klagenfurt en Austria.

Esperamos que este livro contribua para o debate político e filosófico sobre a educação. Afirmamos que caso seja infringido qualquer direito autoral, imediatamente, retiraremos a obra da internet. Reafirmamos que é vedada a comercialização deste produto.

Formato 15,5 x 23,0 cm

1ª Edição Setembro de 2020

Navegando Publicações

NAVEGANDO

www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com
Uberlândia – MG
Brasil

Este livro tem o intuito problematizar a vida sob a pandemia em países da América Latina e Europa, continente do labor, conforme Antunes (2011), nomeadamente, Brasil, Argentina, Colômbia, Equador e Uruguai onde o vírus letal atinge uma massa de trabalhadores e trabalhadoras imersos numa longa história de superexploração e opressão, agravada pela destruição dos direitos sociais sob governos recentes de matiz neoliberal predatória como é caso da Argentina sob Macri (2015-2019), do Brasil, desde o golpe parlamentar que conduziu Temer (2016-2018) ao poder e tem a sua frente, agora, o governo de despojo de Jair Bolsonaro, e do Uruguai, que após anos de governos de coalisão de esquerda, experimenta o retorno da direita sob o governo de Luis Lacalle.

Vivencia-se a degradação da sociabilidade humana sob os imperativos do capital, paradoxalmente, a vida sob a pandemia repõe em causa um debate que já parecia estar morto e enterrado: a construção da sociabilidade para além do capitalismo, fundada na primazia da vida humana e da natureza, enquanto metabolismo societal mediado pelo trabalho criador de coisas úteis, como já dizia Marx. Nesse sentido, pode ser observada a (re)criação de novas lutas e novos laços de solidariedade que trazem consigo a percepção de a vida sob o capitalismo é destrutiva. Coloca-se em questão a urgência daquilo que Ricardo Antunes tem chamado de "um novo modo de vida" que recupere e preserve a relação simbiótica entre ser social e natureza de maneira efetivamente sustentável, passando, portanto, pela negação dos determinantes estruturais do capital: trabalho explorado, globalização predatória e Estado neoliberal.

NAVEGANDO